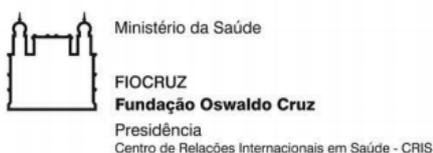


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 10/2023
6 a 19 de junho de 2023



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 22 de junho de 2023



SUMÁRIO

04 Apresentação - *Paulo M. Buss e Pedro Burger (com Erica Kastrup)*

Sistema Nações Unidas

- 12 UNAIDS cria novo Conselho Global sobre Desigualdade, AIDS e Pandemias
- 16 Saúde global: Comissão Lancet aponta urgência em descolonizar mentalidades e processos decisórios - *Deisy Ventura*
- 19 O advogado, o diabo e o advogado do diabo, uma fábula moderna - *Santiago Alcázar*
- 23 Exercitando nosso olhar analítico em favor da saúde global: as diversas expressões do direito à saúde na totalidade sistêmica dos direitos humanos na 53ª Sessão do CDH da ONU - *Armando De Negri Filho*
- 56 Etapas e entraves em busca do Acordo Pandêmico - OMS - *Guto Galvão, Paula Reges, Luana Bermudez*
- 61 Clima, Cidades, Plásticos e fake-news - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*
- 73 Resultados e orientações gerais do trabalho do PNUD - *Erica Kastrup*
- 76 Termina a 111ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, de 5 a 16 de junho: os grandes desafios globais e nacionais permanecem - *René Mendes*
- 83 Migrações, refúgio e saúde global - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*
- 86 Dia Mundial da Segurança dos Alimentos: padrões alimentares poderiam salvar ainda mais vidas se fossem além do convencional - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*
- 94 A fundamental relação entre direitos humanos e ciência - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*
- 96 Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia - *Isis Pillar Cazumbá*
- 99 Compras Públicas e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - *Claudia Chamas*

Movimentos sociais globais e saúde

- 102 Organizações da sociedade civil, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Maria Christina Carneiro Nobre, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 122 Diplomacia da Saúde no Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 136 Grupo de Trabalho em Saúde no G20 e Reunião do Conselho de Ministros da OCDE - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouvqa*

- 145 *Decoupling, de-risking: China tem baixas expectativas quanto a viagem de Blinken - Claudia Hoirsch*
- 148 *Brasil assume o Mercosul e a saga com a União Europeia continua- Miryam Minayo, Samia de Brito e Sebastian Tobar*
- 159 *V Reunião Ordinária da RINSP-CPLP: O Papel dos INSP na Segurança Alimentar e Nutricional - Augusto Paulo Silva, Fabiana Damásio, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 169 *The Impact of the Current War Crisis on Sudan’s Health System – Hams Bashir*
- 172 *Contradições na quinzena Europeia - Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 177 *Irã amplia diplomacia na América Latina, com BRICS, no Oriente Médio e Ásia Central- Lúcia Marques*
- 185 *A conversa, um pouco mais pública e saudável - André Costa Lobato*
- 188 *Diplomacia da saúde nos EUA - Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 193

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 196

***Para citações, ver ‘Ficha catalográfica’ - 197

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 10/2023 – 6 a 19 de junho de 2023

Apresentação

Cooperação Sul-Sul, assentamentos humanos, relatório sobre refugiados no mundo e a conferência internacional do trabalho foram importantes agendas globais da quinzena analisadas neste fascículo 10 do Cadernos CRIS, todas com forte impacto sobre a saúde. A segunda rodada do ano no Conselho de Direitos Humanos também inicia na quinzena.

Em Nova York, realizou-se a *21ª Reunião do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul* do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), de 30 de maio a 2 de junho, para revisar o progresso alcançado na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, a Estratégia Novas Direções para o Sul -Cooperação do Sul, o documento final de Nairóbi da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul e o documento final de Buenos Aires da segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40). **Ungerer** apresenta e analisa os principais resultados do evento no seu artigo deste fascículo.

Em Nairóbi, de 5 a 9 de junho, reuniu-se a *Assembleia Habitat das Nações Unidas*, que tratou do tema “Um futuro urbano sustentável por meio do multilateralismo inclusivo e eficaz: alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em tempos de crise global”. Como órgão de governança do *Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-Habitat)*, a Assembleia se reúne a cada quatro anos, constituindo-se no mais alto órgão global de tomada de decisão sobre urbanização sustentável e assentamentos humanos. **Magalhães e Galvão** reportam o evento em todas suas dimensões, que focou: 1) Acesso universal à moradia acessível; 2) Ação climática urbana; 3) Recuperação de crises urbanas; 4) ‘Localização’ dos ODS; e 5) Prosperidade e finanças locais. Ademais apresentam e analisam a Declaração Ministerial resultante do magno evento.

Em Genebra, no *Palais des Nations*, teve início na segunda-feira, 19 de junho de 2023, a *53ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU*, com temas de altíssima relevância para a saúde global, abordados por nosso analista **De Negri Filho**, que acompanha sistematicamente o Conselho. No mesmo recinto, termina a 111ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT), realizada de 5 a 16 de junho e os grandes desafios globais e nacionais permanecem, segundo **René Mendes**, nosso especialista sobre o tema.

A *Cúpula para um Novo Pacto de Financiamento Global* se realiza neste 22 de junho, em Paris, com a presença de cerca de 50 chefes de Estado e de governo, líderes financeiros e ativistas do mundo inteiro, inclusive Lula, para discutir a reforma dos bancos mundiais de desenvolvimento – FMI e Banco Mundial – e como ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar os desafios financeiros das alterações climáticas, inclusive a reestruturação da dívida externa. Entre os resultados da Cúpula, expectativas quanto a reunião do G20 e a conferência da ONU sobre o clima, que se realizam ainda neste ano. Os ativistas mostram ceticismo quanto aos resultados da Cúpula.

A *política exterior brasileira* continua em sua trajetória intensa. Isto inclui a visita da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ao Brasil, na semana anterior. O presidente Lula reagiu às mudanças pretendidas pela EU no Acordo EU-Mercosul, o que vem

comentado nos artigos tanto sobre América Latina, quanto sobre Europa, elaborados pelos analistas do CRIS e publicados neste fascículo. Isto poderá retardar, uma vez mais, a assinatura deste importante instrumento de diplomacia inter-regional que, ademais, tem importantes repercussões sobre saúde, propriedade intelectual, compras públicas etc. Por estas razões, não está assegurada a presença de Lula na reunião EU-CELAC em Bruxelas no próximo mês.

Já aqui na região, em 3 e 4 de julho próximos, em Puerto Iguazú, o Brasil assume a presidência *pró-tempore* do Mercosul pelos próximos seis meses, durante a *Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados*. Na semana corrente, dia 23 de junho, realiza-se em Buenos Aires a *reunião de Ministros da Saúde do Mercosul*. Ambos assuntos vêm comentados no artigo sobre a região, elaborado por nossos especialistas.

Nesta semana, o presidente Lula viaja para Itália e França, onde será recebido pelos presidentes Mattarella e Macron, respectivamente, além de visitar o Papa Francisco no Vaticano. Na viagem estão previstos encontro com o intelectual italiano Domenico de Masa, precursor do conceito 'ócio criativo', em Roma, e uma intervenção durante apresentação do Coldplay, a convite do vocalista Chris Martin, em Paris, com recursos arrecadados para uma ONG mantida pelo líder da banda. Com Macron, o presidente vai discutir questões ambientais, o conflito entre Rússia e Ucrânia e as relações bilaterais entre Brasil e França.

Também na agenda ambiental, Lula esteve na semana passada em Belém, acompanhado de outras autoridades federais e, com o governador do Pará e autoridades estaduais e municipais, lançou o processo de preparação do Brasil para a realização da COP30, em 2025 na capital paraense.

De outro lado, Lula anunciou que pretende tornar a fortalecer as relações com o continente africano, prometendo visitar até 8 países no segundo semestre, aproveitando a viagem que fará à África do Sul para participar da Cúpula de BRICS e à São Tomé e Príncipe, para a Cúpula da CPLP, ambas em datas próximas de agosto. Durante as Cúpulas manterá bilaterais com outros líderes de países africanos e com a União Africana, ocasião em que convidará a organização continental para participar do processo de reuniões do G20 em 2024, sob a presidência do Brasil.

O fascículo 10 dos Cadernos traz informações sobre o *Conselho Global sobre Desigualdade, AIDS e Pandemias*, lançado pela UNAIDS, como parte do esforço global para acabar com a AIDS como ameaça à saúde pública até 2030, no contexto dos ODS, e unindo os esforços de 11 agências das Nações Unidas, com a sociedade civil. Com esta iniciativa, reacende-se o movimento social global lançado há 15 anos pela Comissão sobre os Determinantes Sociais da Saúde da OMS. O Conselho é copresidido por Michael Marmot, Joseph Stiglitz (Prêmio Nobel de Economia) e Monica Geingos (primeira dama da Namíbia). O Conselho foi lançado no Brasil, pela ministra Nisia Trindade, o que transforma o país em membro fundador do Conselho.

Artigo de **Deisy Ventura** comenta o relatório da *Comissão Lancet sobre Sinergias entre Cobertura Universal de Saúde, Segurança Sanitária e Promoção da Saúde*, da qual a pesquisadora brasileira foi membro, e que foi lançado durante a Assembleia Mundial da Saúde. A autora chama a atenção da improdutiva desarticulação global entre as três importantes agendas: a *cobertura universal da saúde*, compreendida como o acesso a todos os serviços de saúde dos quais se necessita, onde e quando eles são necessários, sem obstáculos econômicos; a *segurança sanitária*, que corresponde ao conjunto de atividades necessárias para minimizar o perigo e os efeitos de graves eventos que põem em risco a saúde das pessoas; e a *promoção da*

saúde, abarcando as políticas públicas e as iniciativas educacionais que ajudam as pessoas a aumentar o controle sobre sua própria saúde e favorecem uma vida saudável.

Alcázar em mais uma fábula instigante, aborda a resolução da Assembleia Geral da ONU de março de 2023, adotada por consenso, que solicita à Corte Internacional de Justiça opinião sobre as obrigações dos Estados ante a mudança de clima, abrindo com isso uma nova frente para o debate sobre justiça climática. Na sequência, o *alter ego* do autor, que lê um caderno CRIS num trem que se desloca no meio da noite, reflete sobre outras questões de saúde global.

Na segunda-feira, 19 de junho de 2023, teve início a **53ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU**. Segundo **De Negri Filho**, o primeiro destaque de interesse para a saúde global, nesta primeira semana de trabalhos, é o *Informe Anual do Alto Comissariado dos Direitos Humanos*, que traça um amplo panorama da situação de regressão dos direitos humanos no mundo e mostra os efeitos persistentes da pandemia. Ao mesmo tempo, marca o retorno de várias agendas de direitos que haviam sido ofuscados pela Covid-19 e o destaque aos direitos associados à saúde. Também ganha especial destaque o *Informe da Relatora Especial* sobre o direito de todas e todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental, com o tema *“Inovação digital, tecnologias e direito à saúde”*, que explora os potenciais positivos e negativos da saúde digital e da inteligência artificial, destacando as novas desigualdades que estão em gestação e também os graves ataques ao direito à privacidade e ao sigilo.

Adicionalmente e de forma sucinta, o autor indica os *informes dos relatores especiais* sobre: A garantia de emprego como instrumento na luta contra a pobreza; Promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas; Como expandir e diversificar mecanismos e programas de regularização para aumentar a proteção dos direitos humanos dos migrantes; Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internamente; Avanços e desafios remanescentes na eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares. Segundo o autor, esses informes ilustram temas de relevância imediata para os destinos da saúde global e pontam nexos para uma diplomacia em saúde com uma visão ampla e coerente com a abordagem de determinação social que advogamos. Nos próximos fascículos dos Cadernos CRIS o autor abordará estes informes anunciados acima.

Na **Organização Mundial da Saúde** foi realizada a quinta reunião do *Órgão Intergovernamental de Negociações* para formulação do instrumento pandêmico. Foi decidido que no período entre as sessões haverá novas consultas informais, com tempo para discussões acerca de temas específicos, entre os quais: Pesquisa e desenvolvimento, acesso e repartição de benefícios e cadeia de abastecimentos e logística. No contexto **OPAS**, acontecerá de 26 a 30 de junho a reunião do *Conselho Executivo* da organização, na qual são esperadas discussões sobre financiamento e sustentabilidade, adequações de novas resoluções e revisão do andamento de políticas correntes. **Reges, Galvão e Bermudez** reportam. Seminário do CRIS que abordou a agenda global da saúde, em 14 de junho, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ot1YoTDQkqw&list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-OobSN&index=168&t=26s>

Magalhães e Galvão, na área de **saúde e ambiente** abordam diversos temas, todos com impactos sobre a saúde. Brasil sediará **COP30** do Clima em 2025, presidente promete readequação da cidade para sustentabilidade. Em Bonn, a **UNFCCC** e suas subsidiárias se reuniram para discutir questões relacionadas a mecanismos de transição justa, revisão de finanças, o ambicioso plano de mitigação de Sharm el-Sheikh e o programa de trabalho de

implementação. ONU pede posição da Corte sobre justiça e responsabilidade climática. Na **ONU-HABITAT**, os ministros emitiram uma declaração reafirmando seu compromisso com a [Nova Agenda Urbana](#) (NUA) e seu plano de implementação. Foram adotadas 10 resoluções, nas quais destacamos as de clima, biodiversidade, alinhamento com os ODS e sistemas de alerta precoce para desastres. O **PNUMA** lançou [um relatório](#) sobre o futuro do plásticos, recomendando acelerar as mudanças de reutilização, reciclagem e reorientar e diversificar o mercado. A **ONU** lançou relatório propondo princípios para um Código de Conduta das Nações Unidas para a Integridade da Informação em Plataformas Digitais para combater fake news, desinformação e discurso de ódio, a fim de garantir a integridade da informação e, ao mesmo tempo, defender os direitos humanos.

O discurso de Achim Steiner, administrador geral do PNUD, na Segunda Sessão Anual do **Conselho Executivo conjunto do PNUD, UNFPA e UNOPS** apresenta os principais resultados e diretrizes gerais de funcionamento do programa, que indicam uma preocupação especial com as agendas da equidade de gênero, mudanças climáticas e do financiamento para o desenvolvimento. Para enfrentar os desafios atuais, o PNUD vem buscando olhar para o futuro e é o que reporta nossa analista **Érica Kastrup**.

Mendes aborda as principais Resoluções adotadas pela **111ª Conferência Internacional do Trabalho**, e apresenta uma súmula do trabalho da Comissão sobre Aplicação de Normas da OIT, que analisa denúncias de descumprimento ou violação grave das principais normas internacionais do trabalho (principalmente as expressas em Convenções e Recomendações), com foco nos países latino-americanos.

Neste fascículo, o **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** põe luz no relatório anual do **ACNUR** que aponta aumento dos deslocamentos forçados, consequência dos conflitos bélicos, violência e violação de direitos humanos. Também informa sobre a criação do Comitê Municipal da População Migrante, Refugiada e Apátrida, que avança na garantia de direitos a essa população. Informa ainda que a OMS organizou reunião, na qual os países negociaram a *Declaração de Rabat*, que tem como objetivo promover a inclusão de refugiados e migrantes nos sistemas de saúde nacionais como parte de um movimento global pela cobertura universal de saúde. Fatos positivos, numa semana marcada pelo que pode ser uma das maiores tragédias no cemitério de migrantes em que se transformou o Mediterrâneo: o naufrágio de um navio de emigrantes, a cerca de 87 km da península de Peloponeso, na Grécia, que vinha possivelmente da Líbia para a Itália, com cerca de 750 pessoas.

Nossos analistas **Nilson, Oliveira e Silva, Ell e Ubarana** discutem como o Dia Mundial da Segurança dos Alimentos, ao focar somente nos aspectos dos contaminantes biológicos, químicos e físicos dos alimentos, perdeu uma importante oportunidade de usar o conceito ampliado de segurança, que aborda tanto as condições agudas, quanto as doenças crônicas associadas aos alimentos e, assim, fortalecer a agenda de segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, as celebrações paralelas dos 60 anos do *Codex Alimentarius*, devem comemorar os alcances nessas décadas e olhar para a frente, com base na priorização da saúde humana, animal e planetária, acima dos interesses do comércio internacional de alimentos.

Cazumbá, trabalhando as **instituições financeiras internacionais**, refere-se à histórica visita conjunta do **BID** a três países da América Latina, junto com o **Banco Mundial**. A turnê global de Ajaypal Singh Banga, atual presidente do **Banco Mundial**, e a missão de escrever uma nova cartilha para a instituição, estão também entre os temas abordados pela nossa especialista.

Reportando a **Organização Mundial do Comércio, Chamas** analisa o uso das compras públicas como instrumento de *policy*, visando promover desenvolvimento, utilizado por países desenvolvidos e em desenvolvimento. Quaisquer limitações à liberdade de uso desse instrumento para a promoção dos setores farmoquímico, biotecnológico, de equipamentos médico-hospitalares brasileiros e em países de renda média podem provocar desequilíbrios e retardar o desenvolvimento industrial.

Direitos humanos e ciência na **UNESCO** são discutidos por nossos analistas **Gaspar, Sanglard e Rodrigues**. Chamam a atenção para as ações da UNESCO que buscam fortalecer os direitos humanos no campo da ciência, promovendo a integridade científica e a valorização dos pesquisadores. A recomendação da Organização estabelece diretrizes para garantir um ambiente propício à pesquisa científica, promover a liberdade científica e a igualdade de gênero. A colaboração científica global durante a pandemia de Covid-19 tem sido fundamental para avanços significativos, mas ainda persistem desigualdades no acesso ao conhecimento científico. Os autores trazem também informe do 5º Seminário das Cátedras UNESCO que se dedicou ao tema “A ciência ao serviço da sociedade – o papel do direito à ciência”.

O **Grupo de Trabalho** dedicado à análise da **sociedade civil global**, sob a liderança de **Luís Eugenio de Souza**, acompanhou 46 organizações da sociedade civil, das quais 36 fizeram manifestações consideradas merecedoras de registro. Dessas 36, 29 são OSC de interesse público e sete, de interesse privado. Dentre a significativa diversidade de temas abordados, o objeto mais frequente das manifestações foi a crise climática, incluindo a poluição causada pelos plásticos, tema principal do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho de 2023. As doenças infecciosas e as doenças negligenciadas foram também temas destacados, incluindo-se as menções a inovações em tratamentos. Os surtos de dengue, cólera e ebola contribuíram para esse destaque. As situações de migrantes e refugiados foram temas bastante enfatizados, ao passo que as guerras em curso foram menos mencionadas do que em quinzenas anteriores. A organização dos sistemas de saúde e a cobertura universal foram objetos de algumas manifestações, assim como o acordo ou tratado pandêmico, a equidade em saúde, de gênero e orientação sexual. Registre-se a intensa atividade de divulgação da GAVI sobre vacinação, no contexto da realização da Conferência Global de Impacto da Vacina 2023 (Madri, 13-15 de junho).

Após a 21ª Reunião do Comitê de alto Nível para a Cooperação Sul-Sul, o **UNOSSC** se prepara para as próximas reuniões da ONU. Destaques para o trabalho da ONU Mulheres; o desenvolvimento rural e a gestão de recursos naturais sustentáveis na África; e o Centro de Bambu de Fiji, que deverá apoiar a transformação verde no Pacífico, como alguns exemplos importantes de cooperação Sul-Sul.

O **G-77 e a China**, continuam firmes em seu propósito de destacar a importância da Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento e o objetivo dos países de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, que deve ser entendido como fenômeno multidimensional; a meio caminho da Agenda 2030, apenas 12% dos ODS estão no caminho certo. As consultas para o documento final da Cúpula do Futuro seguem intensas, e o Grupo insiste na importância de vincular os resultados da Cúpula dos ODS (setembro de 2023) com a Cúpula do Futuro, segundo **Ungerer**.

A participação mais expressiva do **G-77 e da China** foi durante os 10 dias da 58ª sessão do Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Bonn na Alemanha, que foi projetada para preparar as decisões a serem adotadas

na COP28. O Grupo insistiu que o financiamento climático, transferência de tecnologia e capacitação são determinantes e que a adaptação às mudanças climáticas deve ser uma prioridade para todos. No entanto, os países desenvolvidos insistem em renegociar o regime climático vinculante, desviando-se de suas obrigações por meio de interpretações distorcidas dos tratados já existentes e negligenciando os princípios fundamentais das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, em particular sobre meios de implementação.

O **Movimento Jovem dos Não Alinhados** segue firme em seu propósito de capacitar os jovens para serem líderes no futuro, promovendo uma simulação de reunião ministerial dos MNA e um acampamento de verão.

O **Centro Sul** afirma em estudo que o rascunho do tratado pandêmico da OMS, do Órgão Intergovernamental de Negociação (INB), ainda não atende os interesses fundamentais dos países em desenvolvimento. Em outro estudo, discutiu o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável; para reduzir os riscos de disputas entre investidores e estados, os países precisam alinhar suas políticas de investimento direto estrangeiro com direitos humanos, ação climática e os ODS, inclusive por meio da reforma do regime de investimento internacional.

O GT sobre G20, G7 e OCDE, sob a liderança de **Burger e Esteves**, registra inicialmente os avanços na agenda da saúde e de desenvolvimento no G20. No que tange à saúde, o encontro do Grupo de Trabalho suscitou importantes discussões, sobretudo em pesquisa e inovação. Já na área de desenvolvimento, o principal resultado foi a publicação de um comunicado conjunto e um Plano de Ação para acelerar o progresso dos ODS até 2030. As autoridades brasileiras estabeleceram uma Comissão Nacional para coordenar as atividades da presidência do G20 que começa em dezembro, quando o Brasil assume a presidência do bloco. No **G7** registra-se o Mês do Orgulho LGBTQIAP+; desdobramentos da cúpula do G7 em Hiroshima sobre a política doméstica do Japão - avanço ou disfarce? Resposta chinesa ao *Communiqué* emitido pelo G7 após a Cúpula; e mapeamento do termo 'G20' no *Communiqué* do G7. Os destaques para a **OCDE** se dividem entre a Conferência Ministerial de 2023 (evento principal da quinzena) e o lançamento de uma série de publicações referentes a dados econômicos, com a publicação do primeiro volume do *Economic Outlook* de 2023 e a divulgação de três estatísticas e monitoramentos econômicos já tradicionais do grupo. Além disso, a organização ainda publicou uma série de artigos voltados a estimar e quantificar em valores econômicos alguns desafios relacionados aos efeitos negativos de produtos químicos na saúde.

No seu artigo sobre **BRICS**, **Hoirisch** informa que o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, viajou para a China com o objetivo de estabilizar as tensas relações entre os dois países, mas o clima em Pequim não é acolhedor. Em uma reunião que durou mais de cinco horas, o ministro chinês das relações exteriores, Qin Gang, disse a Blinken que Taiwan é uma questão central na relação China-EUA e a maior fonte de risco. Nos últimos meses, ao mesmo tempo que os EUA pressionavam para retomar as negociações diplomáticas de alto nível, vinham impondo sanções a empresas chinesas, pressionando aliados a não enviar especialistas em tecnologia de semicondutores para o desenvolvimento e produção de chips em instalações na China, vinham reunindo países com economias avançadas para combater a 'coerção econômica' de Pequim e assinaram um novo acordo comercial com Taiwan. Apesar da irritação da China com a contenção americana, o país asiático concordou com a visita, mesmo após um atraso de quatro meses. Parte do aceite tem uma razão prática: a viagem de Blinken irá destravar futuras visitas de outros membros do gabinete dos EUA que a China julga relevantes, como o da secretária do Tesouro, a secretária de Comércio e o enviado para o Clima. No que diz respeito ao **NBD**, Honduras

solicitou a adesão ao Banco para obter apoio em infraestrutura. Ramaphosa disse a Xi Jinping que a África do Sul apoia o documento de posição da China sobre a resolução política da crise na Ucrânia e para ajudar nos esforços de paz. África do Sul participou de uma delegação de seis países africanos que visitou a Ucrânia para pressionar pelo fim da crise. Zelenskiy se pronunciou após se encontrar com líderes africanos e disse que as negociações de paz com a Rússia só serão possíveis depois que Moscou retirar suas forças do território ucraniano.

No informe sobre **América Latina**, os autores **Minayo, Brito e Tobar** oferecem uma análise sobre as relações EU-América Latina, levando em consideração o estágio atual das negociações revisionais do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Trazem também acontecimentos relevantes para a região, como a visita do Secretário Executivo da **CEPAL** ao Brasil, que contou com uma visita à Fiocruz e a assinatura de um Memorando de Entendimento e um Seminário sobre “Financiamento para o Big Push para a Sustentabilidade” no BNDES. No âmbito da **SEGIB**, foi criada a Rede Ibero-Americana de Economia Criativa e Cultural (RIECC). A Secretaria participou do Encontro de Debates para a América Latina sobre os desafios e oportunidades da cooperação no emprego verde. O **ORAS-CONHU** renovou compromisso sobre a adoção e cuidado de hectares na floresta amazônica; a **SE-COMISCA** participou como observador internacional durante III Simulação Regional de Respostas a Desastres e Assistência Humanitária e a **SELA** e a **FAO** assinaram o Convênio Marco de Cooperação para impulsionar a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável na região.

O presente informe sobre **África** é dedicado exclusivamente à inovadora Reunião Conjunta entre a RINSP-CPLP e representantes do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP). A V Reunião Ordinária da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP-CPLP) decorreu entre 6 e 9 de junho, em Maputo, Moçambique, sob o tema “O Papel dos INSP na Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP”. Essa reunião de Maputo pode ser considerada o início de uma nova etapa da RINSP-CPLP, iniciada em 2011, e com o novo membro de Timor-Leste a inaugurar a sua entrada na lista dos Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP. Recorde-se que repercutimos nos Informes 2-23, 3-23 e 4-23, três trabalhos importantes recomendados pela IANPHI sobre o conhecimento que se vem acumulando no processo de criação e fortalecimento dos INSP para a resiliência dos sistemas nacionais de saúde do continente africano.

Hams Bashir comenta a recente guerra entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e a milícia das Forças de Apoio Rápido (RSF) no Sudão, iniciada em meados de abril deste ano, que deixou mais de 25 milhões de pessoas necessitadas de assistência humanitária. O impacto desta guerra no sistema de saúde e na infraestrutura de saúde foi extremamente devastador, prenunciando uma terrível crise de saúde prolongada no país.

Em quinzena movimentada, Brasil recebe a visita da presidente da **Comissão Europeia**, que ouviu de Lula que não aceitará a imposição de padrões ambientais e sanções associadas, nem a abertura de licitações públicas brasileiras à empresas europeias, apesar da aposta de assinatura do Acordo ainda este ano. Um dia depois, o parlamento francês rejeita o Acordo, alegando que a diferença de padrões ambientais, gera concorrência desleal. A Espanha anuncia suas prioridades para a presidência rotativa do **Conselho da UE**, que em reunião de ministros aprovou recomendações sobre a resistência antimicrobiana. O informe termina com o lamentável naufrágio na costa grega, que vitimou centenas de pessoas, mas que ao invés de estimular a solidariedade entre os povos, alimenta a extrema-direita na Europa.

“Alguns países do mundo não querem que nossa região alcance a paz e progresso. Com a expansão da atual interação entre o Irã e a Arábia Saudita no nível de todos os países islâmicos, inúmeras conquistas surgirão e é uma garantia de que nenhum país estrangeiro não interfira em nossa região.” Com essa frase, o Ministro das Relações Exteriores saudita consolida a aproximação com seu rival Irã e manda recado aos EUA que precisam perceber que as regras do jogo dos países do Golfo mudaram. Segundo **Marques**, os estados do GCC, liderados por uma Arábia Saudita em processo acelerado de modernização, priorizam seus próprios interesses estratégicos. A viagem do presidente iraniano a países da América Latina, ampliando relações diplomáticas e econômicas, que se multiplicam com os BRICS e Organização para Cooperação de Xangai, é exemplo de que mudanças transformadoras estão acontecendo. Uma nova ordem no **Oriente Médio** se estabelece e encontra na Arábia Saudita e no Irã seus protagonistas. E encontra na China um parceiro estratégico, que tem por filosofia a não interferência em assuntos internos.

Galvão traz a informação sobre mudanças na direção de importantes instituições do Secretaria de Saúde e Serviços Humanos dos **EUA**, com as nomeações, pelo Presidente Biden da *Dra. Mandy Krauthamer Cohen* como diretora do **CDC** (Centros de Controle e Prevenção de Doenças) e da *Dra. Monica Bertagnolli* para liderar os **Institutos Nacionais de Saúde (NIH)**, ela que até aqui era a diretora do Instituto Nacional do Câncer. Apresenta também a visão do Governo Biden-Harris sobre os avanços, no primeiro ano, da *IX Cúpula das Américas*, realizada em Los Angeles, em junho de 2022, e reportada, à época, pelos Cadernos. Galvão traz ainda o artigo do New York Times "The Moral Crisis of America's Doctors", de Abigail Zuger, que explora os desafios que os médicos enfrentam no sistema de saúde dos Estados Unidos.

Segundo **Lobato**, a **China** reforça expectativas de expansão dos BRICS em encontro de chanceleres na África do Sul. Antony Blinken, Secretário de Estado da Casa Branca, viaja à China num aguardado momento de possível melhora das relações entre Washington e Pequim. Blinken disse que os países devem cooperar em áreas como saúde pública, mas que itens de alta tecnologia devem permanecer fora da agenda bilateral.

Chegamos ao décimo fascículo dos cadernos em 2023, reportando uma quinzena muito intensa com diversas agendas muito importantes para a saúde global e a diplomacia da saúde. Esperamos que nossos leitores desfrutem das análises cuidadosamente formuladas por nossos analistas, cujo objetivo central é ‘informar para atuar’ cada qual no espaço em que se encontra.

Desfrutem a leitura!

Rio de Janeiro, Mangueiras, 22 de junho de 2023

Paulo M. Buss e Pedro Burger

Coordenação do CRIS/Fiocruz

UNAIDS cria novo Conselho Global sobre Desigualdade, AIDS e Pandemias

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) criou um novo *Conselho Global sobre Desigualdade, AIDS e Pandemias*¹, que será co-presidido por *Michael Marmot*, diretor do Institute of Health Equity do University College London (UCL IHE); *Joseph Stiglitz*, Prêmio Nobel de Economia e Professor da Universidade de Columbia; e Sra. *Monica Geingos*, primeira dama da Namíbia, que é embaixadora especial do UNAIDS para Mulheres, Jovens e Adolescentes.

Segundo *Winnie Byanyima*, Diretora Executiva da UNAIDS, a agência está liderando o esforço global para acabar com a AIDS como uma ameaça à saúde pública até 2030, como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, unindo os esforços de 11 agências das Nações Unidas, e tem um histórico de trabalho com a sociedade civil.

Com esta iniciativa, reacende-se o movimento social global lançado há 15 anos pela Comissão sobre os Determinantes Sociais da Saúde. “Desde 2008 falta vontade política para agir. Nós sabemos o que fazer. As desigualdades na saúde são causadas principalmente pelos determinantes sociais da saúde – impulsionadas pelas desigualdades no acesso ao poder, dinheiro e recursos”, reafirma Marmot.

A crise da Covid-19 destacou como as pandemias expõem e ampliam as desigualdades em saúde, causadas principalmente por desigualdades nas circunstâncias em que nascemos, crescemos, vivemos, trabalhamos e envelhecemos – os determinantes sociais da saúde (DSS), segundo Marmot. Os DSS são movidos por desigualdades no acesso ao dinheiro, poder e recursos, conforme concluiu a Comissão Global sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS (2008). Muitas das mesmas desigualdades sociais e econômicas também impulsionam o HIV e a mPox. Países com taxas mais altas de desigualdade de renda têm taxas mais altas de morte por Covid-19 e por AIDS, e de infecção por HIV.

As desigualdades globais foram amplificadas durante a pandemia de Covid-19, quando os países de alta renda investiram bilhões em gastos sociais e de saúde para combater os efeitos do vírus. No entanto, em 2021, quase metade de todos os países em desenvolvimento cortava gastos com saúde e cerca de 70% cortava gastos com educação.

Além disso, a mPox foi declarada uma emergência de saúde pública global pela OMS em 2022. No entanto, nos últimos anos, mais do que o dobro de pessoas morreu da doença na República Democrática do Congo do que em todo o resto do mundo. No entanto, nenhuma vacina para Monkeypox foi entregue ao país.

O Conselho espera vencer as pandemias priorizando os direitos humanos e combatendo as desigualdades para ajudar a tornar o mundo mais preparado. Nesse sentido, Marmot afirmou que “o papel único do UNAIDS em reunir as agências significa que o Conselho, que trabalhará nos próximos dois anos, oferece um potencial real para reduzir o risco de pandemias e se preparar melhor para elas, abordando os determinantes sociais da saúde”. Objetiva construir evidências do impacto das desigualdades no curso das pandemias e ajudar a desenvolver recomendações para ação.

¹ Ver: <https://www.instituteofhealthequity.org/resources-reports/new-global-council-on-inequalities-hiv-and-pandemics-being-set-up-by-unaid-in-partnership-with-ihe>

A diretora executiva do UNAIDS, Winnie Byanyima, disse: “Podemos vencer as pandemias e proteger a saúde de todos se formos ousados no combate às desigualdades, se colocarmos os direitos humanos no centro de nossa resposta”.

Brasil sedia o anúncio do Conselho Global sobre Desigualdade, AIDS e Pandemias²

O Brasil sediou dia 6 de junho último o anúncio do novo Conselho Global sobre Desigualdade, AIDS e Pandemias, transformando o país e a ministra da saúde, Nísia Trindade, em membro fundador.

“Tenho o prazer de apresentar o anúncio do Conselho Global sobre Desigualdade, AIDS e Pandemias. É hora de converter as lições aprendidas em ação, reduzindo as desigualdades que impulsionam as crises de saúde de hoje e fortalecendo a preparação para uma pandemia no futuro”, disse Trindade. “O Brasil está determinado a fazer sua parte, defendendo maior colaboração e formulação de políticas baseadas em evidências para construir sistemas de saúde mais resilientes em todo o mundo.”



Diretora Executiva do UNAIDS, Winnie Byanyima; Nísia Trindade, ministra da saúde; e Michael Marmot, no anúncio do Conselho em Brasília, dia 6 de junho último

As desigualdades sociais e econômicas dentro dos países e entre eles estão exacerbando e prolongando as pandemias e ampliando seu impacto entre os mais pobres e vulneráveis. As mesmas desigualdades cruzadas que impulsionam o HIV, Covid-19, MPox e outras doenças estão deixando países e comunidades em risco de futuros surtos e pandemias. Mas a experiência mostra que existem ações nos níveis global, regional e nacional que podem construir respostas pandêmicas que reduzam em vez de exacerbar a desigualdade.

O trabalho do Conselho Global reunirá evidências essenciais para os formuladores de políticas e elevará a atenção política para a necessidade de ação para acabar com as desigualdades que alimentam a AIDS e outras pandemias. Crucialmente, incentivará e apoiará as comunidades da linha de frente a defender as mudanças políticas necessárias para combater as pandemias atuais e se preparar melhor para os surtos de amanhã.

“A resposta à AIDS é um dos melhores exemplos de como comunidades que vivenciam desigualdades intersetoriais podem se unir para superá-las e salvar milhões de vidas”, disse a

²Ver: https://www.unaids.org/en/resources/presscentre/pressreleaseandstatementarchive/2023/june/20230606_global-council-inequality-aids-pandemics

Diretora Executiva do UNAIDS, *Winnie Byanyima*, que é membro do Conselho Global e esteve no Brasil para o anúncio. “Um amplo movimento de pessoas vivendo com e afetadas pelo HIV reduziu o preço de medicamentos e diagnósticos, fortaleceu as respostas nacionais de saúde, permitiu o surgimento de uma forte rede de organizações lideradas pela comunidade e garantiu a remoção de leis discriminatórias punitivas em muitos países. Mas políticas e abordagens baseadas em evidências precisam ser aplicadas em todos os lugares e para todos e, infelizmente, esse não é o caso agora.”

As desigualdades de gênero colocam em risco a saúde das mulheres em todo o mundo. Por exemplo, em países como Gana, Costa do Marfim e Libéria, a prevalência de HIV entre mulheres jovens é mais de 5 vezes maior do que entre homens jovens da mesma idade – refletindo, em parte, a desigualdade econômica e educacional.

“A desigualdade de gênero fornece combustível para pandemias como AIDS e COVID-19”, disse a primeira-dama da Namíbia, *Monica Geingos*. “Aumenta a vulnerabilidade de mulheres e meninas a vírus mortais, limitando o acesso ao conhecimento, recursos financeiros e escolhas de vida e prejudica sua capacidade de proteger a si mesmas e suas famílias. Temos que reimaginar respostas pandêmicas que possam reduzir a desigualdade em vez de exacerbá-la.”

“As desigualdades no acesso à saúde e outros serviços essenciais são em grande parte o resultado de escolhas políticas deliberadas”, disse *Joseph Stiglitz*. “Para combater futuras pandemias, devemos aprender as lições da resposta ao HIV e adotar abordagens de combate à desigualdade para tornar o mundo um lugar mais saudável, justo e seguro para todos.”

Sucessos e fracassos na resposta ao HIV fornecem lições valiosas sobre como o mundo pode lidar com futuras pandemias. Por exemplo, homens gays são mais propensos a viver com HIV. Mas leis e políticas determinam o tamanho da lacuna. Na Malásia, onde são criminalizados e presos, os gays têm 72 vezes mais chances de serem infectados do que outros adultos; mas na Tailândia, onde as relações entre pessoas do mesmo sexo são legais e a resposta comunitária à pandemia é forte, os gays são apenas 12 vezes mais prováveis. Os vírus cruzam grupos populacionais. Isso contribui para que a Tailândia, com menor desigualdade, esteja se aproximando do controle da epidemia, enquanto a Malásia está perdendo terreno na luta contra a AIDS.

Enquanto isso, a questão da desigualdade se estende além do HIV para outras pandemias. Países com maior desigualdade de renda, por exemplo, experimentaram maior mortalidade por Covid-19. No auge da pandemia, os países ricos gastaram bilhões de dólares em respostas, mas quase metade dos países em desenvolvimento foram forçados a cortar gastos com saúde, minando a capacidade de combater pandemias globais. Vários países da África continuam relatando números significativos de mortes por MPox durante a pandemia, mas as vacinas usadas em países de alta renda não estão disponíveis.

Mesmo em países que fizeram bons progressos contra o HIV, algumas comunidades lutaram para se beneficiar do ritmo impressionante dos avanços médicos. No Brasil, as infecções por HIV estão caindo drasticamente entre a população branca à medida que o acesso ao tratamento é ampliado e novas ferramentas de prevenção, como a PrEP, são lançadas, mas as infecções por HIV entre a população negra ainda estão aumentando.

“Estratégias baseadas em evidências para abordar os determinantes sociais da saúde são cruciais não apenas para melhores resultados de saúde para o indivíduo, mas também para

construir economias mais fortes e sociedades mais justas”, disse Sir Michael Marmot, de Brasília. “A saúde é um bom marcador de quão bem uma sociedade está se saindo em geral. A equidade na saúde nos fala sobre as desigualdades sociais”.

UNAIDS (ONUSIDA)

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) lidera e inspira o mundo a alcançar sua visão compartilhada de zero novas infecções por HIV, zero discriminação e zero mortes relacionadas à AIDS. O UNAIDS une os esforços de 11 organizações da ONU – ACNUR, UNICEF, PAM, PNUD, UNFPA, UNODC, ONU Mulheres, OIT, UNESCO, OMS e o Banco Mundial – e trabalha em estreita colaboração com parceiros globais e nacionais para acabar com a epidemia de AIDS até 2030 como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Saúde global: Comissão Lancet aponta urgência em descolonizar mentalidades e processos decisórios³

Deisy Ventura

Por ocasião da 76ª Assembleia da Organização Mundial da Saúde, em Genebra (Suíça), foi lançado, no dia 22 de maio, o relatório da *Comissão Lancet sobre Sinergias entre Cobertura Universal de Saúde, Segurança Sanitária e Promoção da Saúde*⁴. Como membro desta comissão, tive a honra de coordenar um dos onze estudos de caso que fundamentaram o seu trabalho, além de integrar o grupo de redação do relatório final.

A comissão foi criada em 2018 pela revista *The Lancet* para diagnosticar os fatores que provocam a dispersão (e não raro o desperdício) de recursos investidos em cooperação internacional no campo da saúde. Sendo um dos mais influentes periódicos internacionais da área, a *Lancet* conseguiu reunir 32 dos maiores especialistas nesta temática, atuantes como pesquisadores e/ou gestores em países como África do Sul, Alemanha, Bangladesh, Bélgica, Brasil, Burkina Faso, Chile, China, Estados Unidos, Etiópia, Índia, Japão, Noruega, Quênia, Reino Unido, Suíça, Tailândia, Uganda e Zimbábue. Liderada principalmente por Irene Agyepong (Faculdade de Saúde Pública de Gana) e David Heymann (London School of Hygiene & Tropical Medicine), a comissão contou, ainda, com o apoio de dezenas de assessores e pesquisadores de diferentes universidades, inclusive da USP.

A avaliação de três agendas, atualmente desconexas, estruturou o trabalho da comissão: a *cobertura universal da saúde*, compreendida como o acesso a todos os serviços de saúde dos quais se necessita, onde e quando eles são necessários, sem obstáculos econômicos; a *segurança sanitária*, que corresponde ao conjunto de atividades necessárias para minimizar o perigo e os efeitos de graves eventos que põem em risco a saúde das pessoas; e a *promoção da saúde*, abarcando as políticas públicas e as iniciativas educacionais que ajudam as pessoas a aumentar o controle sobre sua própria saúde e favorecem uma vida saudável. Dezenas de bilhões de dólares são investidos a cada ano nestas agendas, sem que seus marcos conceituais e prioridades práticas dialoguem entre si. Assim, o principal propósito deste relatório é apresentar propostas que racionalizem a utilização de recursos humanos e financeiros, e que estabeleçam sinergias entre valores que não devem ser rivais. Por exemplo, não é admissível que se fale sobre segurança sem levar em conta o acesso universal e a promoção de saúde, sob pena de corroborarmos o fortalecimento de um grande esquema internacional de vigilância, em detrimento da cooperação para fortalecimento dos sistemas de saúde e para melhora efetiva da saúde das populações.

Apoiada por agências de cooperação alemãs, canadenses e norueguesas, além da *Wellcome Trust* e de outros financiadores, esta Comissão Lancet vivenciou em seu próprio trabalho as tensões entre as mentalidades e as práticas que se propôs a estudar. Como na maior parte dos foros dedicados à saúde global, o colonialismo ainda é muito vivo e se expressa de forma velada ou explícita, abarcando desde a persistente clivagem Norte/Sul na definição de conceitos e prioridades de ação, até o predomínio cafona e excludente, porém ainda quase absoluto, da língua inglesa no debate internacional.

³ Publicado originalmente no *Jornal da USP*, em 22 de maio de 2023. Acesso: <https://jornal.usp.br/?p=642069>

⁴ Ver: <https://www.thelancet.com/commission/globalhealthsynergies>. Acesso ao texto e capítulos em: [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(22\)01930-4.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(22)01930-4.pdf)

Em oposição ao chamado “ventriloquismo do Norte” que acomete tantos pesquisadores do Sul global, foi extraordinário ter o apoio de Irene Agyepong e David Heymann para a formação pontual de subgrupos paralelos que podiam trabalhar em idiomas diversos. No entanto, ainda falta muito para que investimentos em tradução e interpretação oportunizem a plena expressão, em todo o seu potencial, dos pesquisadores de países não anglófonos.



Primeira reunião da comissão, em Londres, 2018. Foram reunidos pesquisadores de países como África do Sul, Alemanha, Bangladesh, Bélgica, Brasil, Burkina Faso, Chile, China, Estados Unidos, Etiópia, Índia, Japão, Noruega, Quênia, Reino Unido, Suíça, Tailândia, Uganda e Zimbábue – Foto enviada pela pesquisadora

Pelo tema abordado e pelas restrições que ocasionou, evidentemente a Covid-19 marcou os trabalhos da comissão. Após duas instigantes reuniões presenciais, realizadas em Londres (2018) e Heidelberg (2019), a pandemia não apenas nos obrigou ao trabalho remoto, mas também modificou os termos do debate. Deixamos de ser os incômodos especialistas que previam, há muitos anos e em detalhes, a próxima emergência sanitária, para assumirmos, em nossos respectivos países e nos âmbitos internacionais, o papel de testemunhas e/ou atores de uma catástrofe que confirmava, em tempo real, os nossos piores diagnósticos. A resposta internacional à Covid-19 foi, de fato, uma cabal amostra de dispersão e irracionalidade na gestão de diferentes agendas da saúde global, gerando, entre outras disfunções, um verdadeiro *apartheid* no acesso a vacinas e outros insumos.

Diante de um trabalho rico, mas polêmico e complexo, poderíamos resumir as conclusões desta comissão destacando o quanto a falta de coordenação e a fragmentação de iniciativas, muitas vezes sobrepostas e mal direcionadas, comprometem a eficácia dos programas de saúde global. A mentalidade colonial está na origem da centralização dos processos decisórios e da falta de senso crítico sobre os programas em curso, hoje perigosamente coadunados com poderosos interesses privados, assim como da incapacidade de ouvir os verdadeiros destinatários da cooperação, bloqueando sinergias que poderiam ser valiosas na concepção e na implementação destas agendas.

Um exemplo positivo do papel que a busca de sinergias entre as três agendas pode desempenhar provém de uma das vertentes do estudo de caso realizado pela USP a pedido da

comissão. Em artigo anteriormente publicado na excelente revista *Global Public Health*⁵, nossa equipe estudou a campanha “Mais Direitos, Menos Zika”, implementada no Brasil em 2016, quando a Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ) era considerada uma emergência internacional de saúde pública. A pesquisa revelou como o Fundo das Nações Unidas para a População adaptou e potencializou seus investimentos na resposta ao zika quando decidiu estabelecer um diálogo direto com os governos locais e com as entidades sociais, passando a priorizar a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em sua atuação e, portanto, indo além da tradicional política de controle do vetor da doença que predominava no âmbito nacional. O slogan “Não é só culpa do mosquito”, utilizado na campanha, é uma amostra do quanto uma campanha de prevenção, em princípio vocacionada à segurança, pode abarcar elementos cruciais da defesa do acesso universal e da promoção da saúde.

Entre as diversas recomendações da comissão, destacamos a promoção de mecanismos mundiais, nacionais e subnacionais de coordenação das iniciativas de saúde global; a busca da descolonização da saúde global, evitando a tomada centralizada de decisões que reproduz assimetrias de poder entre os Estados, e também dentro de cada país; e a revisão das estratégias das organizações internacionais que também carecem de sinergia e causam a fragmentação do campo.

Não posso deixar de agradecer à equipe brasileira a dedicação essencial para que a USP marcasse sua presença nesta comissão de alto nível. Meu reconhecimento ao valioso trabalho de Danielle Hanna Rached, professora do Instituto de Relações Internacionais; Jameson Vinicius Martins e Paulo Roberto Trivellato, doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública; Cristiane Ribeiro Pereira, mestranda do Instituto de Relações Internacionais; e Lúcia Dias da Silva Guerra, à época pós-doutoranda da Faculdade de Saúde Pública.

No momento em que se negocia uma nova versão do Regulamento Sanitário Internacional, e até mesmo um tratado internacional sobre pandemias (ambos acompanhados por um [Grupo de Trabalho resultante de parceria entre a USP e a Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz](#)), as recomendações desta comissão adquirem ainda maior relevância para que a vida e a saúde das populações sejam, de fato, o objetivo primordial da cooperação internacional.

⁵ Ver: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17441692.2020.1830425?journalCode=rgph20>

O advogado, o diabo e o advogado do diabo, uma fábula moderna

Santiago Alcázar

Alcides chegou atrasado à estação. Pagou o taxi, não esperou o troco, pegou a sua mochila e correu como pôde, esquivando-se de tudo e todos que se interpunham em sua trajetória. Vira à direita. Lance de escada para baixo. Segue reto e vira à esquerda. O trem está prestes a partir. Começa a se movimentar. Um último esforço. Vamos, rapaz, a medalha olímpica está em jogo. Rápido. Estende o braço e agarra a alça. Levanta a perna. Força. Flexiona os músculos, que para isso servem. Força. Levanta o corpo.

Último vagão, do último trem, da última estação. Agora é sentar-se em algum lugar vazio. Aí, na janela, em frente a essa figura estranha de bigode. Pronto. Cumprimento seco. Discreto aceno de cabeça. Não estamos para conversa. Abre logo a mochila e tira a revista, que assim ninguém incomoda. Os cadernos CRIS têm formato grande e tapam o rosto. Ideal. Abre logo. Folheia. O que é isto? Kiribati está sumindo. Interessante. É o primeiro país na história prestes a desaparecer. Em pouco tempo o mar cobrirá todo o seu território. O que acontecerá com a sua gente?

Se a memória não falha, no dia 29 de março, de 2023, na 64ª reunião plenária da 77ª sessão, a AGNU adotou por consenso a resolução A/77/L.58⁶, pela qual solicita à Corte Internacional de Justiça opinião sobre as obrigações dos Estados ante a mudança de clima. O aquecimento global é real. As consequências sobre a vida terrestre e marítima são conhecidas e confirmadas por sólidas evidências científicas. As populações mais vulneráveis são afetadas por chuvas torrenciais, inundações, deslizamentos. Os países em desenvolvimento, que são os que menos contribuíram para o desastre ecológico são os que mais sofrem os seus impactos. Muitas ilhas no Pacífico deixarão de existir por conta da subida do mar. Kiribati é um exemplo. Quem pagará a conta dos milhares de desabrigados? Sem contar as inúmeras perdas que forçam à retirada e à tão odiada migração?

A paisagem foi mudando aos poucos. Para trás ficaram as últimas construções. Campos cercados, cultivados. Conjunto arrumado de árvores aqui e acolá.

Alcides passou mentalmente em revista a lista. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança de clima, de 1992; Protocolo de Kyoto à essa Convenção, de 1997, que cria compromissos para que os países industrializados limitem ou reduzam a emissão de gases de efeito estufa; Acordo de Paris, com foco na necessidade de frear e inverter a curva do aumento da temperatura global. Finamente costurados por especialistas reconhecidos, foram acordados pelas mais altas autoridades para serem cumpridos e hoje constam das mais respeitadas referências do Direito Internacional. Mas, se é assim, como se deve entender a solicitação da AGNU à Corte Internacional de Justiça? Qual é o sentido de pedir opinião sobre a responsabilidade dos Estados ante o desastre ecológico, porque é disto que se trata afinal de contas. A Convenção-Quadro, o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris foram concluídos porque a relação entre meio ambiente e atividades econômicas tinha que ser calibrada, de modo a torná-la equilibrada e, assim, sustentável. Deveria ser evidente que enquanto essa relação estivesse desequilibrada, o meio ambiente sofreria severos impactos que afetariam e poriam em risco a saúde única – humana, animal e vegetal.

⁶ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N23/063/82/PDF/N2306382.pdf?OpenElement>

O sujeito de bigode fino, sentado à frente de Alcides, sorri finamente, como se tivesse adivinhado o pensamento de Alcides, escondido atrás de um caderno de formato grande. O diabo está nos detalhes, lembra-se, e por melhor que tenha sido a redação, finamente construída por finos peritos, sempre há espaço para livrar-se das restrições impostas. O detalhe solta as algemas, meu amigo. Entre o céu e a terra há mais detalhes do que se imagina e, portanto, mais espaço para mover-se livremente, sem ferir o acordado. O diabo sabe o que diz, e não é por outra razão que *tudo está como o diabo gosta* é a comprovação mais gritante do fracasso de tantos compromissos assumidos e não cumpridos. O Secretário-Geral das Nações Unidas, que não é diabo, também sabe, e por isso não se cansa de fazer advertências, cada vez mais dramáticas, que infelizmente soam como grito no deserto. Qualquer um que leia os seus relatórios dirá: pobre homem. A sorte não lhe faz visita. Nada parece dar certo. Um par de vezes disse que há uma falha moral, como para tentar explicar algo que nunca se define, nem se resolve.

Não é evidente que a relação desequilibrada entre esse modelo de economia e o meio ambiente é a causa do desastre ecológico? Deveria ser, mas é mais grave, porque se trata da própria possibilidade de vida neste Planeta azul, tão bonito, o único que nos sustenta.

Fora vai escurecendo. Os campos cercados foram deixados para trás. Não há mais cultivos. Algum que outro animal, solto, vagando sem rumo, com as costelas à mostra. Uma que outra árvore, seca.

Alguém fez notar recentemente que os temas das Nações Unidas são todos interdependentes uns dos outros e por essa razão não podem, não devem, ser tratados como em compartimentos estanques. As primeiras palavras da Carta das Nações Unidas são as que definem o seu propósito: livrar as gerações vindouras do flagelo da guerra.

Entre o final da primeira e a segunda guerra mundial, passou o tempo de uma geração. Nunca a humanidade vivenciara tamanha brutalidade. Tudo foi colocado em questão, inclusive a Razão iluminista, usada para o extermínio meticuloso e ordenado de populações inteiras. Era preciso evitar a repetição de sofrimentos indizíveis. Livrar as gerações vindouras desse flagelo. De acordo, mas para isso era, e é, necessário valorizar o conjunto de direitos humanos, reconhecer que eles se realizam mediante o desdobramento de todas as suas potencialidades. Direito a alimentos, água, habitat, educação e saúde, trabalho, transporte. Direito à vida digna. Direito ao desenvolvimento, em suma. Em última análise, toda a agenda das Nações Unidas gira em torno a esses três temas: paz, direitos humanos, desenvolvimento, entrelaçam-se e estabelecem relações surpreendentes.

Relações que devem ser equilibradas em favor dos direitos humanos, tantos quanto forem preciso para assegurar a dignidade da vida. Tudo isso estava claro para Alcides. O que não estava era a necessidade de extrair opinião balizada sobre a responsabilidade dos Estados. Como seria essa opinião?

- Com base na melhor legislação, no acordado em todos todas as convenções, protocolos, acordos, resoluções, declarações e o diabo a quatro, bem como na melhor evidência científica, vemo-nos obrigados a sentenciar que vocês, Estados, devem assumir todas as responsabilidades.
- Os senhores não têm o direito de chamar o meu nome em vão.
- Como assim?

- Eu sou o diabo, não a quatro, que isso é bobagem, mas diabo mesmo assim e não cumpro, nem deixo de cumprir, apenas moro nos detalhes. É o meu habitat, nada posso fazer.
- Nada?
- Nada. Veja, por exemplo o direito ao desenvolvimento, que acaba de ser celebrado no Conselho de Direitos Humanos ou o projeto de tratado pandêmico que se discute na OMS.
- Não serão cumpridos?
- Claro que sim, mas como há muitos detalhes serão cumpridos à medida
- À medida de quem?
- Irrelevante! O importante é que haverá muita agitação, novas iniciativas, novas empreitadas, mas no final muda-se apenas o que convém aos que mandam. Há tantos detalhes nestas coisas que é um jogo de criança fazer de conta que tudo muda, mantendo tudo como o diabo gosta. Sempre achei essa interdependência de temas perigosa. Sim, se as Nações Unidas agissem com essa visão do todo, holística, os direitos humanos seriam respeitados em sua íntegra, haveria paz, desenvolvimento. O Planeta azul, tão bonito olhado de cima seria o Paraíso. Mas, que posso fazer? Eu sou o diabo.

Fora, quase noite. Paisagem horrível. Animais mortos perto da via do trem. Nenhuma árvore. Muito lixo. Retirantes.

Alcides lembrou que, recentemente, um amigo lhe dissera que a fome mata mais gente no mundo que qualquer doença. Fome zero é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, como todos os demais objetivos, depende dos demais, ao tempo que, por sua vez, os condiciona, segundo a lógica inflexível da interdependência de todos os temas das Nações Unidas. Paz, desenvolvimento, direitos humanos, meio ambiente, saúde são como peças de relojoaria interligadas, que funcionam como um todo. Não deveria haver dificuldade em imaginar que o sistema Nações Unidas, que tem enorme complexidade, com todos os seus órgãos, agências especializadas fundos e programas, entidades associadas e o secretariado – funcione como um relógio, ainda que não de precisão. Paz, desenvolvimento, direitos humanos, meio ambiente, saúde – deveriam estar em todas as agendas, pois não é possível tratar um deixando os demais de lado. Todos são determinantes um do outro e por eles são determinados.

Na Cúpula de Hiroshima, o G-7 acordou documento sobre segurança alimentar⁷. Em grandes linhas reafirma que o acesso alimentos é uma necessidade humana básica e que é preciso que todos trabalhem em harmonia para que isso se torne realidade e evitar a ameaça da maior crise humanitária de que se terá notícia. Menciona, com imensa preocupação, que a guerra na Ucrânia causa enorme estresse e sofrimento humano. Clama para que todos os participantes do chamado Acordo de Grãos do Mar Negro assegurem a sua implementação, permitindo dessa maneira aliviar a fome dos mais necessitados.

Não se sabe se o G-7 pretende postular-se como candidato para prêmio Nobel da Paz, mas para isso será preciso contar com os serviços, não do diabo, que nisso ele não se mete, mas de seu advogado, que conhece todas as tramas, tramoias e vazios jurídicos. Por quê?

Os documentos das Nações Unidas são de diferentes tipos. Resoluções, decisões, convenções, protocolos, acordos, relatórios, opiniões. Poucos conhecem as cartas. Sim, cartas. Cartas, por exemplo, que representantes permanentes junto às Nações Unidas encaminham ao Secretário-Geral, ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Segurança. São

⁷ https://www.g7hiroshima.go.jp/documents/pdf/session6_01_en.pdf

documentos que constam dos informes desses respectivos órgãos e podem ser acessados a qualquer momento graças ao eficiente método de arquivo e acesso da Organização.

No dia 25 de maio, o Representante da Federação Russa junto às Nações Unidas, endereçou carta ao Secretário-Geral e ao Presidente do Conselho de Segurança, com o pedido que a mesma fosse circulada como documento da AGNU, sob o item 24 da Agenda (desenvolvimento agrícola, segurança alimentar e nutrição), bem como documento oficial do Conselho de Segurança. A carta informa que somente os grãos ucranianos estão sendo exportados pelo corredor humanitário aberto para a vazão da produção de grãos, russos e ucranianos, bem como de fertilizantes russos. Os grãos e fertilizantes russos são bloqueados pela aliança de países da OTAN. Ademais, diz a carta, os grãos ucranianos são destinados aos mercados saturados da Europa. Os países mais necessitados receberam até o presente apenas 722 mil toneladas, ou 2,5% das 30 milhões de toneladas exportadas⁸.

Pondo lado a lado o documento do G-7 e a carta do Representante Permanente da Federação Russa ao Secretário-Geral e ao Presidente do Conselho de Segurança não há como evitar o arqueamento questionador de uma sobancelha, da direita ou da esquerda, neste caso tanto faz.

Basta clicar no Google “descolonização da Rússia” para que apareça uma profusão de artigos em revistas respeitadas sobre a questão. O jogo é mais pesado do que relata a grande mídia. As ofertas de países do sul (Brasil, Indonésia e África do Sul, Senegal, Zâmbia, Comoros, na qualidade de Presidente da União Africana, Egito e Uganda) para facilitar a paz na Ucrânia foram todas recebidas com desprezo pelo Presidente Zelenski e com descrença pelos líderes e imprensa que lhes serve.

A guerra por procuração da Rússia contra a Otan na Ucrânia é a maior prova que não há vontade política para livrar as gerações vindouras do flagelo desta guerra, que pode desencadear conflito de proporções desconhecidas. Putin disse que somente usaria armas nucleares em caso de ameaça existencial. Estaremos diante uma tal ameaça? O que significa descolonização da Rússia? Um gatilho para a exposição de temas existenciais, não é?



O trem avança na noite fechada. O leve sacolejo do início da viagem é uma lembrança. Agora o trem corre veloz. Objetos caem. Há confusão. Alcides deixa cair a revista de formato grande que lhe cobria o rosto. Em sua frente o sujeito de bigode fino era somente um sorriso. O maquinista, sujo de fumaça e suor, lança mais carvão na fornalha. No último vagão, do último trem, da última estação ninguém sabe se os trilhos continuarão para sempre.

⁸ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N23/147/83/PDF/N2314783.pdf?OpenElement>

**Exercitando nosso olhar analítico em favor da saúde global:
as diversas expressões do direito à saúde na totalidade sistêmica dos direitos
humanos na 53ª Sessão do CDH da ONU**

Armando De Negri Filho

Na segunda-feira 19 de junho de 2023 teve início a 53ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em informe anterior tínhamos compartilhado o programa da Sessão. Podemos consultar a agenda atualizada e o programa dos trabalhos, com seus respectivos documentos e informes que serão apresentados e discutidos em <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session53/regular-session> nas 6 línguas oficiais das Nações Unidas.

Primeiro destaque de interesse para a saúde global, nesta primeira semana de trabalhos, é o Informe Anual do Alto Comissariado dos Direitos Humanos, o qual traça um amplo panorama da situação de regressão dos direitos humanos no mundo e mostra os efeitos persistentes da Pandemia ao mesmo tempo que marca o retorno de várias agendas de direitos que haviam sido ofuscados pela Covid19 e o destaque aos direitos associados à saúde, ainda que sem que isso tenha produzido alcançado efeitos positivos profundos e duradouros. Apresentamos a tradução para o português de quase todo o Informe do Alto Comissariado pois apontam elementos de interesse em vários campos associados aos temas da saúde global e ajudam a construir uma ideia de totalidade sistêmica dos direitos <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/090/28/PDF/G2309028.pdf?OpenElement>

Também ganha especial destaque nesta semana, com apresentação dia 22 de junho, o Informe da Relatora Especial sobre o direito de todas e todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental, com o interessante tema “Inovação digital, tecnologias e direito à saúde ” onde explora os potenciais positivos e negativos da saúde digital e da inteligência artificial, destacando as novas desigualdades que estão em gestação e também os graves ataques ao direito à privacidade e o sigilo. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/074/89/PDF/G2307489.pdf?OpenElement> . Traduzimos a quase totalidade do Informe pois aporta muitos elementos de análise e recomendações que podem orientar este tema tão urgente quanto relevante.

Adicionalmente e de forma sucinta, indicamos os informes dos relatores especiais sobre:

- A garantia de emprego como instrumento na luta contra a pobreza;
- Promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas;
- Como expandir e diversificar mecanismos e programas de regularização para aumentar a proteção dos direitos humanos dos migrantes;
- Visão e prioridades temáticas: enfrentar novos desafios e consolidar ganhos. Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internamente;
- Avanços e desafios remanescentes na eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares.

Esses informes ilustram temas de relevância imediata para os destinos da saúde global e pontam nexos para uma diplomacia em saúde com uma visão ampla e coerente com a abordagem de determinação social que advogamos. Nos próximos informes do Observatório do CRIS iremos dar-lhes maior destaque, com traduções desses informes. Boa leitura!

1. Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos*

Introdução

1. O presente relatório, apresentado nos termos da Resolução 48/141 da Assembleia Geral, contém uma panorâmica do trabalho do Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) em Genebra e Nova Iorque e no terreno de 1 de julho de 2022 a 1 de março de 2023. Em março de 2023, o ACNUDH tinha 101 presenças no campo de direitos humanos em todo o mundo. A duração ajustada do período coberto pelo relatório é resultado da mudança no programa anual de trabalho do Conselho de Direitos Humanos.¹ O relatório deve ser lido em conjunto com o relatório do Alto Comissariado para a Assembleia Geral,² que contém uma visão geral das atividades do ACNUDH de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022.

2. A Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michele Bachelet, terminou o seu mandato em 31 de agosto de 2022. Volker Türk assumiu o cargo de Alto Comissário em 17 de outubro de 2022. Durante o período do relatório, a Sra. Bachelet realizou missões em Bangladesh e Peru, e o Sr. Türk realizou missões na Colômbia, Equador, Haiti, República da Moldávia, Sudão, Ucrânia e Venezuela (República Bolivariana da). O Alto Comissário Adjunto para os Direitos Humanos visitou a Áustria e o Egito. O Secretário-Geral Adjunto para os Direitos Humanos visitou a República Centro-Africana, a Costa Rica, a República Democrática do Congo e o Quênia.

3. O levantamento progressivo das medidas de combate à pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) em todo o mundo permitiu que o ACNUDH retomasse toda a escala de suas atividades, incluindo missões de campo e atividades presenciais. O ACNUDH continuou a implementar ativamente seu mandato global, inclusive por meio de monitoramento e relatórios em muitos países ao redor do mundo. 4. Os esforços do sistema das Nações Unidas para implementar o apelo à ação do Secretário-Geral em prol dos direitos humanos foram aprofundados pela agenda comum, inclusive por meio do que o Secretário-Geral prevê para a governança multilateral, a saber, reafirmar a centralidade dos direitos humanos para o trabalho coletivo do sistema das Nações Unidas e de seus parceiros. Implementando o chamado à ação em todo o sistema, o ACNUDH alcançou um impacto considerável, em particular no nível nacional, ao trabalhar como um coletivo, falar com uma voz comum e colocar as pessoas e seus direitos no centro de seu trabalho.

* 1 Ver declaração do Presidente do Conselho de Direitos Humanos OS/16/1. 2 A/77/36. Nações Unidas A/HRC/53/17 Assembleia Geral Distr.: Geral 11 Maio 2023 Original: Inglês A/HRC/53/17 2 GE.23-08025

II. Atividades do Instituto

A. Mecanismos internacionais de direitos humanos

1. Órgãos do Tratado

5. Durante o período do relatório, os órgãos do tratado realizaram 97 revisões dos relatórios dos Estados Partes nos tratados de direitos humanos e adotaram 200 decisões sob procedimentos individuais de comunicação. O acúmulo de relatórios pendentes de revisão pelos órgãos do tratado, que havia sido exacerbado pela crise da COVID-19, aumentou. Em 1º de março de 2023, 426 relatórios de Estados Partes e 1.835 comunicações individuais estavam pendentes de revisão. O número de pedidos de ação urgente registrados pelo Comitê de Desaparecimentos Forçados era de 1.568 em 1º de março de 2023. Desde julho de 2022, os

desaparecidos em causa foram localizados em 43 casos, o que reforça o valor do procedimento. O ACNUDH continuou trabalhando em uma transformação digital sustentada e em um plano para implementar as propostas dos presidentes dos órgãos de tratados de direitos humanos para fortalecer o sistema de órgãos de tratados.³

6. Os órgãos do tratado finalizaram vários comentários e recomendações gerais, bem como declarações, incluindo o comentário geral nº 26 (2022) sobre a terra e os direitos econômicos, sociais e culturais do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a recomendação geral nº 39 (2022) sobre os direitos das mulheres e meninas indígenas do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres e o comentário geral nº 8 (2022) sobre o direito das pessoas com deficiência ao trabalho e emprego da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência. O Comitê dos Desaparecimentos Forçados adotou uma declaração sobre os intervenientes não estatais no contexto da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados e, juntamente com o Comitê dos Direitos da Criança, o Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários e três titulares de mandatos de procedimentos especiais, adotou uma declaração conjunta sobre adoções ilegais internacionais. 7. O Subcomitê para a Prevenção da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes visitou cinco Estados Partes na Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a saber, Austrália, Bósnia e Herzegovina, Equador, África do Sul e Türkiye, apoiou o estabelecimento e o funcionamento de mecanismos nacionais de prevenção e forneceu recomendações detalhadas para avançar os esforços para a prevenção da tortura em todas as regiões, e o Comitê de Desaparecimentos Forçados realizaram uma visita ao Iraque. 8. Por meio de seu programa de capacitação dos órgãos do tratado, o ACNUDH apoiou o engajamento com os órgãos de tratados das partes nos tratados de direitos humanos, incluindo representantes das Bahamas, das Ilhas Cook, da Costa Rica, da Costa do Marfim, do Egito, do Gabão, da Gâmbia, da Guatemala, do Quirguistão, da República Democrática Popular do Laos, do Lesoto, da Malásia, do Panamá, de Samoa, do Senegal, da Eslovênia, da África do Sul, do Estado da Palestina, o Sudão, o Tajiquistão e o Togo. Um intercâmbio de aprendizagem entre pares sobre a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres foi organizado na região do Pacífico.

4. Procedimentos especiais

13. O ACNUDH apoiou o envolvimento de 59 titulares de mandatos de procedimentos especiais e do Comitê de Coordenação de Procedimentos Especiais em vários processos das Nações Unidas, incluindo aqueles relativos à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e à paz e segurança, consolidação da paz e prevenção de conflitos, e ao chamado à ação do Secretário-Geral em prol dos direitos humanos e da agenda comum. O Gabinete apoiou as comunicações e as visitas ao país dos titulares de mandatos de procedimentos especiais, forneceu um briefing de indução aos novos titulares de mandatos e prestou apoio ao Comitê de Coordenação e às suas reuniões. O ACNUDH continuou a tornar mais visíveis as informações sobre os detentores de mandatos de procedimentos especiais e suas realizações, inclusive publicando mais informações sobre seu impacto em uma página da Web dedicada a como estão fazendo a diferença⁷ e organizando eventos em Nova York e Genebra sobre seu papel de prevenção e suas contribuições para a integração dos direitos humanos. O ACNUDH também aumentou a visibilidade das abordagens coerentes adotadas pelos detentores de mandatos de procedimentos especiais em relação a questões temáticas transversais,⁸ como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as mudanças climáticas, as

migrações, as novas tecnologias e a resposta à pandemia de COVID-19 no site do ACNUDH e no relatório do Secretário-Geral sobre as conclusões e recomendações de procedimentos especiais.⁹ O site do ACNUDH também contém uma página dedicada para compilar todos os convites à contribuição e os temas dos próximos relatórios a serem apresentados pelos detentores de mandatos de procedimento especial no próximo ano.

5 Ver Decisão 51/101 do Conselho de Direitos Humanos. 6 Ver: www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/co-is
7 Ver www.ohchr.org/en/special-procedures-human-rights-council/making-difference-specialprocedures-human-rights-council 8 Ver: www.ohchr.org/en/special-procedures-human-rights-council/cross-cutting-thematic-issues. 9 A/HRC/52/19. A/HRC/53/17 4 GE.23-08025

B. Desenvolvimento

1. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

22. No contexto dos retrocessos provocados pela pandemia de COVID-19, agravados pelos efeitos do conflito na Ucrânia, pelas crises alimentar e energética e pelos efeitos das mudanças climáticas, o ACNUDH continuou aumentando a prestação de aconselhamento centrado no país para fortalecer a integração dos direitos humanos e das abordagens baseadas nos direitos humanos nos planos e políticas de desenvolvimento, como parte de seus esforços para retomar o progresso em direção à realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

23. A este respeito, de 1 de julho de 2022 a 1 de março de 2023, o ACNUDH apoiou as presenças no terreno das Nações Unidas com análises de direitos humanos e aconselhamento para 17 análises comuns de países e processos do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

24. Em linha com o apelo do Secretário-Geral à ação em prol dos direitos humanos, o ACNUDH e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lideraram o desenvolvimento de uma nota de orientação do sistema das Nações Unidas sobre direitos humanos e revisões voluntárias, lançada na sessão de 2022 do fórum político de alto nível para o desenvolvimento sustentável, que visava apoiar os Estados na integração de recomendações dos mecanismos de direitos humanos em revisões nacionais voluntárias. O ACNUDH priorizou a prestação de apoio e orientação a países como Bahrein, Burkina Faso, Comores, Fiji, Kuwait, Maldivas, Ruanda, Arábia Saudita, Tadjiquistão, Turcomenistão e República Unida da Tanzânia.

25. Dezenove países receberam conselhos sobre a integração da aplicação dos indicadores de direitos humanos e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas análises comuns de países das Nações Unidas e nos Quadros de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O ACNUDH, em coordenação com as equipes de país das Nações Unidas e os escritórios de coordenação residentes, facilitou o trabalho de plataformas colaborativas, incluindo instituições nacionais de direitos humanos, escritórios nacionais de estatística e outras partes interessadas, no Quênia, na República da Moldávia e nas Filipinas, bem como nos Territórios Palestinos Ocupados.

26. Em conjunto com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o PNUD, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e comissões econômicas regionais, o ACNUDH organizou webinars sobre os indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 em várias regiões. O ACNUDH também apoiou o trabalho da Força-Tarefa sobre Não Discriminação e Desigualdade do Grupo da Praia.

2. Direito ao desenvolvimento

27. O ACNUDH treinou 200 pessoas para operacionalizar o direito ao desenvolvimento na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, elevando o número total de pessoas treinadas até o momento para 928 pessoas, de 150 países, e lançou um workshop sobre a integração do direito ao desenvolvimento em relatórios nacionais voluntários de revisão para a realização dos Objetivos. O Escritório também organizou o painel bienal de discussão convocado pelo Conselho de Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento.¹²

28. Em setembro, o ACNUDH organizou a quarta sessão do grupo de especialistas que apoia o Presidente-Relator do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento na preparação do segundo texto revisado do projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento. Em novembro, o Escritório apoiou a sexta sessão do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento, incluindo discussões sobre o direito ao desenvolvimento dos povos indígenas e nos países menos desenvolvidos. O Gabinete também conduziu uma visita de estudo do Mecanismo de Peritos ao Lesoto em Janeiro. O ACNUDH organizou a reunião de alto nível do Conselho de Direitos Humanos comemorativa do trigésimo quinto aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, realizada em 28 de fevereiro e 1º de março.¹³ 12 Ver: www.ohchr.org/en/statements/2022/09/biennial-panel-discussion-right-development-35-years-policy-pathways. A/HRC/53/17 6 GE.23-08025

3. Instituições financeiras internacionais

29. Em fevereiro de 2023, o ACNUDH publicou a versão final de seu estudo de benchmarking sobre as políticas de salvaguarda das instituições financeiras de desenvolvimento. O ACNUDH prestou assessoria técnica à iniciativa climática internacional do Governo da Alemanha, ajudando a desenvolver as melhores práticas para alinhar a política de salvaguardas com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos. O ACNUDH participou de consultas sobre as políticas de salvaguarda revisadas do Banco Asiático de Desenvolvimento. O ACNUDH continuou a apoiar a implementação de sua publicação *Remedy in Development Finance: Guidance and Practice*, inclusive em conexão com a nova abordagem proposta para ações corretivas da Corporação Financeira Internacional. O ACNUDH participou de um silo-breaker de conhecimento sobre direitos humanos em operação, organizado pelo Banco Mundial, para discutir abordagens sobre direitos humanos e economias em transformação.

4. Direitos econômicos, sociais e culturais

30. No âmbito de uma economia baseada em direitos humanos, o ACNUDH continuou seu engajamento com as partes interessadas relevantes para promover e aconselhar sobre a integração dos direitos humanos na formulação de políticas em vários setores econômicos e sociais. O ACNUDH se envolveu com governos, instituições nacionais de direitos humanos e sociedade civil no Azerbaijão, Bahrein, Barbados, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Chade, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Guiné-Bissau, Honduras, Jordânia, México, Nepal, Sérvia, Somália, Sudão, Timor-Leste, Uganda, Ucrânia e Venezuela (República Bolivariana da).

31. Com base nas lições aprendidas com a pandemia de COVID-19, o ACNUDH continuou sua defesa e engajamento para garantir o acesso a medicamentos e vacinas. Isso incluiu a organização de um workshop de especialistas e a preparação de um compêndio de boas práticas. O Alto Comissariado continuou sua defesa para que as vacinas COVID-19 sejam

consideradas bens públicos globais e pediu estruturas legais mais fortes baseadas nos direitos humanos para garantir uma resposta global eficaz à pandemia no futuro.

32. Está sendo levada a cabo uma maior advocacia, no âmbito do órgão de negociação intergovernamental para elaborar e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da Organização Mundial de Saúde sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, para a integração dos direitos humanos no projeto atualmente em negociação na Assembleia Mundial de Saúde. Em sua apresentação ao órgão de negociação, o ACNUDH instou os Estados membros da Assembleia Mundial da Saúde a garantir e facilitar a participação significativa, inclusiva e segura do público, das organizações da sociedade civil e daqueles que representam os grupos mais excluídos tanto nas negociações quanto nos trabalhos do grupo de redação, independentemente de terem ou não status oficial pré-existente junto à Organização Mundial da Saúde.

5. Empresas e direitos humanos

33. No âmbito de seu projeto sobre negócios e direitos humanos em tecnologia, o ACNUDH organizou uma série de consultas entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023 para informar o desenvolvimento de uma ferramenta de orientação para ajudar os formuladores de políticas a alinhar regulamentos e políticas relevantes com os Princípios Orientadores. Além disso, um novo projeto foi lançado para promover a adoção dos Princípios Orientadores em todo o continente africano no que diz respeito à conduta empresarial respeitadora dos direitos no setor de tecnologia.

34. O trabalho do ACNUDH nos níveis regional e nacional aumentou o conhecimento e a compreensão das partes interessadas sobre os Princípios Orientadores. Na América Latina, o ACNUDH, em conjunto com a Fundação Konrad Adenauer e parceiros institucionais nacionais em oito países, organizou 10 workshops sobre a relevância dos Princípios Orientadores na tomada de decisões judiciais, que envolveram mais de 300 juízes, 30 promotores e 30 defensores públicos. Em julho, o ACNUDH organizou o sétimo Fórum Regional para a América Latina e o Caribe sobre Empresas e Direitos Humanos, realizado na Colômbia. Na África, o ACNUDH apoiou o desenvolvimento e a implementação de políticas sobre empresas e direitos humanos e a capacitação de governos, empresas, sociedade civil e instituições nacionais de direitos humanos para a implementação dos Princípios Orientadores, especialmente na Libéria, Moçambique e Uganda. O ACNUDH também apoiou fóruns regionais sobre empresas e direitos humanos convocados pelo Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais, incluindo o primeiro Fórum Africano sobre Empresas e Direitos Humanos, realizado em Acra em outubro de 2022.

13 Ver www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session52/regular-session A/HRC/53/17 GE.23-08025 7 6. Meio ambiente, mudanças climáticas e direitos humanos

35. O ACNUDH trabalhou em estreita colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o PNUD, o Grupo de Gestão Ambiental das Nações Unidas e outros para promover o direito humano a um meio ambiente saudável, em consonância com o chamado à ação do Secretário-Geral em prol dos direitos humanos e da agenda comum. A defesa do ACNUDH contribuiu para a integração do direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável nos resultados da vigésima sétima sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e da décima quinta reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica. Em janeiro de 2023, o ACNUDH, o PNUMA e o PNUD divulgaram uma nota informativa conjunta sobre o direito a um

meio ambiente saudável¹⁴ para orientar Estados, empresas, detentores de direitos e outros na implementação do direito a um meio ambiente saudável.

5. Combate à violência sexual e de gênero, exploração e abuso sexual, tráfico e afins

43. O ACNUDH continuou a integrar abordagens baseadas nos direitos humanos, sensíveis ao gênero e centradas nas vítimas na rede das Nações Unidas contra a violência sexual em conflitos, incluindo na avaliação conjunta dos mecanismos de monitorização, análise e comunicação de informações sobre a violência sexual relacionada com conflitos, incluindo na Guatemala, na República Árabe Síria e na Ucrânia, e nos organismos internacionais de investigação sobre a Bielorrússia, a Etiópia, a Líbia e a Venezuela (República Bolivariana da). Apoiou os esforços das Nações Unidas para prevenir e responder à violência sexual relacionada a conflitos, inclusive por meio do desenvolvimento de um curso de treinamento sobre violência sexual relacionada a conflitos para operações de missão de paz, no contexto do trabalho do ACNUDH no âmbito do grupo interagências Ação das Nações Unidas contra a Violência Sexual em conflitos.

44. O ACNUDH apoiou o primeiro painel de discussão do Conselho de Direitos Humanos sobre a violência contra mulheres e meninas no contexto das mudanças climáticas. Continuou seu trabalho mandatado sobre práticas nocivas, em linha com as agendas do Conselho de Direitos Humanos e da Assembleia Geral, inclusive organizando consultas de especialistas sobre práticas nocivas relacionadas a acusações de bruxaria e ataques rituais e sobre casamento forçado. O Escritório ampliou a compreensão e aumentou a conscientização sobre outras formas de violência de gênero e práticas nocivas, além do casamento infantil e da mutilação genital feminina.

45. Na região da América Latina e Caribe, o ACNUDH, em parceria com o UNODC, apoiou o estabelecimento de uma rede de organizações da sociedade civil especializadas na prestação de assistência jurídica às vítimas do tráfico de pessoas entre migrantes.

6. Ação humanitária

46. O ACNUDH continuou a integrar uma abordagem baseada nos direitos humanos em contextos humanitários, engajando-se em grupos de trabalho de proteção, grupos de proteção e equipes humanitárias de países no Afeganistão, Burkina Faso, Camarões, Etiópia, Haiti, Honduras, Moçambique, Nigéria, Somália, Sudão do Sul, República Árabe Síria, Ucrânia, Venezuela (República Bolivariana da), Iêmen e Territórios Palestinos Ocupados. Isso incluiu a integração da centralidade da proteção nos esforços das Nações Unidas em relação à resposta aos refugiados na República da Moldávia, à seca na Somália, ao conflito armado em Moçambique e à violência de gangues no Haiti. O ACNUDH lidera o grupo de proteção nos Territórios Palestinos Ocupados, onde começou a trabalhar para fortalecer a inclusão de pessoas com deficiência. Lidera o setor de proteção no Haiti, juntamente com o Escritório Nacional do Ombudsman. O ACNUDH organizou destacamentos rápidos para o Haiti para apoiar a resposta humanitária às comunidades que vivem em áreas controladas por gangues.

47. O ACNUDH continuou a participar do Comitê Permanente Interagências, do Grupo de Proteção Global, do Grupo de Saúde Global e da equipe de gerenciamento de crises COVID-19 das Nações Unidas. Contribuiu para a revisão da política de proteção do Comitê Permanente, seu pacto sobre diversidade, igualdade e inclusão e seu relatório global sobre lei e política sobre deslocamento interno. O ACNUDH também participou de reuniões do Grupo de Trabalho sobre Ajuda Humanitária e Ajuda Alimentar e se envolveu com as principais agências humanitárias e

estruturas de coordenação, incluindo o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários do Secretariado e o Grupo de Proteção Global.

48. O ACNUDH participou de exercícios de planejamento humanitário, incluindo o ciclo de planejamento humanitário, em mais de 19 países, e da preparação do Global Humanitarian Overview 2023 do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários, com um artigo sobre a situação na Ucrânia.

49. A capacidade do pessoal do ACNUDH para se envolver em ações humanitárias continua a ser reforçada, nomeadamente através da formação.

D. Não discriminação

1. Combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexas.

50. O ACNUDH realizou consultas com defensores de direitos humanos afrodescendentes da América do Sul e da Europa, com foco na justiça racial e na igualdade. Em dezembro de 2022, o Escritório lançou um guia sobre o desenvolvimento de legislação que promove os direitos das minorias¹⁶ e, em conjunto com o Equal Rights Trust, organizou briefings para promovê-lo.

51. Em conjunto com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres) e o Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, o ACNUDH apoiou o engajamento das organizações da sociedade civil brasileira com o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, antes de seu diálogo com o Brasil no contexto da revisão de seu relatório periódico no âmbito da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, em novembro de 2022. No Uruguai, juntamente com a instituição nacional de direitos humanos e membros da academia, o ACNUDH apoiou a elaboração de indicadores de discriminação de afrodescendentes. No Líbano, o ACNUDH e o Escritório de Prevenção ao Genocídio e a Responsabilidade de Proteger organizaram uma conferência regional sobre o papel de líderes e atores religiosos no combate ao discurso de ódio.

52. O ACNUDH apoiou o Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes para Promover a Justiça Racial e a Igualdade na Aplicação da Lei na preparação de seu relatório anual ao Conselho de Direitos Humanos,¹⁷ em sua visita à Suécia e em suas consultas regionais sobre a América do Sul, realizadas em Santiago.

Ver: www.ohchr.org/sites/default/files/documents/publications/2022-11-28/OHCHR_ERT_Protecting_Minority_percent20Rights_Practical_Guide_web.pdf. 17 GE.23-08025

Em dezembro de 2022, o ACNUDH também apoiou a organização da primeira sessão do Fórum Permanente sobre Afrodescendentes.¹⁸

2. Migrantes

53. O ACNUDH divulgou orientações sobre o monitoramento dos direitos humanos no contexto da migração. Realizou missões de monitoramento, inclusive para a Gâmbia, a fronteira Colômbia-Panamá, a fronteira República Dominicana-Haiti, o norte da América Central, a fronteira Panamá-Costa Rica e a fronteira norte do Chile. Também apoiou a visita da Rede Centro-Americana de Provedores de Justiça à fronteira Colômbia-Panamá para monitorar a situação dos direitos humanos dos migrantes em trânsito. Na África Ocidental e do Norte, o ACNUDH estendeu suas ações à Argélia, Burkina Faso, Chade, Líbia, Marrocos, Nigéria e Tunísia,

a fim de promover a governança migratória baseada nos direitos humanos, inclusive no contexto do combate ao tráfico e ao contrabando. O Escritório também divulgou um relatório sobre o avanço de uma abordagem baseada em direitos para a resiliência às mudanças climáticas e a migração no Sahel.¹⁹

54. Desde julho de 2022, o ACNUDH tem ajudado a moldar uma resposta humanitária mais inclusiva para os refugiados ucranianos na Macedônia do Norte e na República da Moldávia.

3. Povos indígenas e minorias

55. O ACNUDH forneceu orientações sobre a proteção de grupos minoritários às partes interessadas nacionais e apoio financeiro às equipes de países das Nações Unidas, inclusive na Argentina, Armênia, Camarões, República Dominicana, Quirguistão, República Democrática Popular do Laos, Madagascar, Montenegro, Panamá, República da Moldávia e Sri Lanka. Em setembro, o ACNUDH organizou, juntamente com o Gabinete do Presidente da Assembleia Geral, o evento comemorativo de alto nível no trigésimo aniversário da Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, com a participação do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto para os Direitos Humanos, do Presidente da Assembleia Geral e do Relator Especial sobre questões de minorias. Como presidente da rede das Nações Unidas sobre discriminação racial e proteção de minorias, o ACNUDH lançou orientações sobre interseccionalidade, em setembro, e convocou um evento de alto nível sobre discriminação racial e proteção de minorias no contexto da paz e da segurança, em dezembro.²⁰

56. Também em dezembro, em conjunto com o Equal Rights Trust, o ACNUDH publicou *Protecting Minority Rights: a Practical Guide to Developing Comprehensive Anti-Discrimination Legislation*, uma ferramenta para desenvolver uma legislação abrangente contra a discriminação em nível nacional, em consonância com os compromissos da agenda comum.²¹

57. No contexto de seus Programas de Bolsas Indígenas e de Minorias, o ACNUDH designou 32 ex-bolsistas indígenas e de minorias para 27 presenças de campo do ACNUDH, equipes de países das Nações Unidas e sua sede em Genebra, como parte de um programa de acompanhamento de empregos. Em março de 2023, o Escritório lançou um componente de língua portuguesa do Programa de Bolsas Indígenas.

58. O Fundo Voluntário das Nações Unidas para os Povos Indígenas apoiou a participação de 145 representantes indígenas (80 mulheres e 60 homens) em 13 reuniões e processos das Nações Unidas, e o ACNUDH apoiou o mandato do Mecanismo de Especialistas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o desenvolvimento do Plano de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas para o período 2022-2032, que foi lançado em dezembro de 2022, sob a coordenação da UNESCO.

4. Igualdade de gênero e direitos das mulheres

59. O ACNUDH promoveu o avanço e o gozo dos padrões de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, inclusive defendendo e apoiando mudanças legislativas e políticas em nível nacional. No México, o ACNUDH prestou apoio psicossocial baseado em direitos humanos e sensível ao gênero a unidades especiais antifeminicídio da Procuradoria-Geral da República e, na República Bolivariana da Venezuela, o ACNUDH capacitou organizações da sociedade civil sobre os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais. No Estado

Plurinacional da Bolívia, o ACNUDH documentou a situação dos direitos humanos das mulheres privadas de liberdade, em particular as mulheres indígenas, e, na Libéria, o ACNUDH continuou seu engajamento com grupos de direitos das mulheres, fortalecendo sua capacidade nas áreas de monitoramento, relatórios e defesa dos direitos humanos. Nos Territórios Palestinos Ocupados, o ACNUDH forneceu treinamento para a Comissão Independente de Direitos Humanos sobre discriminação baseada em gênero e permaneceu como um dos únicos atores internacionais a realizar visitas a centros de detenção de mulheres na Cisjordânia e em Gaza.

18 Ver: www.ohchr.org/en/permanent-forum-people-african-descent 19 Ver: www.ohchr.org/sites/default/files/2022-11/Climate-Change-migration-Sahel-report.pdf 20 Ver: www.ohchr.org/en/minorities/un-network-racial-discrimination-and-protection-minorities 21 Ver: www.ohchr.org/en/minorities/minority-rights-equality-and-anti-discrimination-law A/HRC/53/17 GE.23-08025 11

60. O ACNUDH trabalhou para a integração dos direitos humanos das mulheres e da igualdade de gênero nos processos de desenvolvimento e paz e segurança das Nações Unidas e continuou a implementação de seu programa de acreditação de gênero para melhorar a integração da análise de gênero no trabalho de monitoramento, relatórios, programação e defesa. Até o momento, o programa tem apoiado as presenças de campo do ACNUDH no Camboja, Colômbia, Guatemala, República Árabe Síria, Ucrânia e Territórios Palestinos Ocupados.

5. Pessoas com deficiência

61. De acordo com a Resolução 49/12 do Conselho de Direitos Humanos, o ACNUDH apresentou ao Conselho um relatório sobre sistemas de apoio para garantir a inclusão comunitária de pessoas com deficiência, inclusive como meio de avançar melhor após a pandemia de COVID-19.²² No contexto da iniciativa "Direitos Humanos 75", em fevereiro de 2023, o ACNUDH também concentrou sua ênfase temática em sistemas de cuidado e apoio para pessoas com deficiência e outros.

62. Na Geórgia, Guatemala, Honduras, Malawi, Moçambique, Macedônia do Norte, República da Moldávia, Trinidad e Tobago e Ucrânia, o ACNUDH prestou consultoria a governos e outros atores sobre a incorporação de normas internacionais aos sistemas jurídicos nacionais e sua justiciabilidade. Na Arábia Saudita, com a comissão nacional de direitos humanos, o ACNUDH organizou um diálogo sobre a inclusão de pessoas com deficiência em clubes esportivos. Na Somália, o ACNUDH apoiou a agência nacional de deficiência para realizar sua primeira pesquisa de avaliação das necessidades de deficiência. Em São Cristóvão e Névis, foi realizado um levantamento nacional sobre a situação das pessoas com deficiência, com o apoio do ACNUDH.

6. Orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais

63. O ACNUDH continuou a defender os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais, queer e outras pessoas por meio da campanha "Nações Unidas livres e iguais". O ACNUDH apoiou as partes interessadas nacionais na Albânia, Brasil, Cabo Verde, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Fiji, Gana, Guiana, Honduras, Libéria, Mongólia, Montenegro, Nepal, Panamá, República da Moldávia, Sérvia, Timor-Leste, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Uruguai, Vietnã e Venezuela (República Bolivariana da). O ACNUDH trabalhou com o Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais, o Pacto Global das Nações Unidas, a Parceria do

Fórum Econômico Mundial para a Igualdade Global LGBTI, o setor privado e a sociedade civil para avançar na implementação dos padrões de conduta das Nações Unidas para empresas no combate à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais.²³

7. Idosos 64. O ACNUDH influenciou os debates globais e contribuiu para a compreensão das lacunas de proteção dos direitos humanos relativos às pessoas idosas. Em agosto, o ACNUDH convocou a primeira reunião multissetorial sobre os direitos humanos das pessoas idosas. Um relatório sobre o painel de discussão,²⁴ contendo recomendações sobre o caminho a seguir, foi apresentado ao Conselho de Direitos Humanos. ²² A/HRC/52/52. ²³ Ver <https://lgbtiq.unglobalcompact.org/>

8. Crianças e jovens

65. O ACNUDH continuou a fazer parceria com a Education Above All Foundation e a Silatech e finalizou o desenvolvimento do kit de ferramentas de defesa dos direitos dos jovens. O conjunto de ferramentas interativo, cujo desenvolvimento foi informado por seis consultas regionais com os jovens e por um conselho consultivo para a juventude, destina-se a reforçar a capacidade dos jovens para defenderem os seus direitos. Prosseguiu o empenhamento no desenvolvimento de uma nota de orientação a nível do sistema das Nações Unidas sobre a integração dos direitos da criança.

E. Responsabilização

1. Justiça transicional

66. O ACNUDH continuou a liderar, em parceria com o Escritório Executivo do Secretário-Geral, o processo de revisão interagências da nota de orientação do Secretário-Geral sobre a abordagem das Nações Unidas à justiça transicional. O ACNUDH também prestou assistência técnica aos Estados e outras partes interessadas para apoiar os processos de justiça transicional, inclusive em Burkina Faso, República Centro-Africana, Colômbia, Chade, El Salvador, Etiópia, Gâmbia, Guatemala, Guiné, Líbano, México, Peru, República da Coreia, Sudão do Sul, Sudão, República Árabe Síria, Tunísia e Iêmen, bem como na região dos Balcãs Ocidentais.

67. Na Colômbia, o ACNUDH auxiliou na divulgação do relatório final da Comissão da Verdade e prestou assistência técnica durante o processo de audiência regional da Jurisdição Especial para a Paz. Na República Centro-Africana, o ACNUDH prestou apoio técnico que levou ao estabelecimento de seis ramos locais da Comissão de Verdade, Justiça, Reparação e Reconciliação. As Nações Unidas também continuaram a apoiar processos de justiça transicional no Chade, na República Democrática do Congo, na Etiópia, na Guiné, na República Árabe Síria, na Tunísia e em outros países. Na República Árabe Síria, trabalhou para promover a responsabilização de pessoas desaparecidas e vítimas nos 10 anos de conflito, realizando sua primeira avaliação de vítimas, e apoiou a preparação do relatório do Secretário-Geral sobre pessoas desaparecidas. ²⁵ O ACNUDH também registrou mortes relacionadas a conflitos em vários outros Estados e está preparando um relatório sobre seu impacto nos direitos humanos para a quinquagésima terceira sessão do Conselho de Direitos Humanos.

2. Pena de morte

68. O ACNUDH continuou defendendo a abolição da pena de morte em todas as circunstâncias. Apoiou a abolição da pena de morte na República Centro-Africana, no Chade e na Zâmbia e a abolição da pena capital para crimes comuns na Guiné Equatorial. O Gabinete

apoiou igualmente a defesa e as intervenções do Secretário-Geral no que respeita à abolição da pena de morte.

3. Esforços de luta contra o terrorismo e prevenção do extremismo violento

69. O ACNUDH continuou a defender uma abordagem baseada nos direitos humanos para combater o terrorismo e prevenir o extremismo violento e prestou aconselhamento técnico sobre políticas e legislações nacionais. No primeiro Congresso Global de Vítimas do Terrorismo, realizado em Nova York em setembro, o Secretário-Geral Adjunto para os Direitos Humanos fez um discurso de abertura, enfatizando a importância de garantir que as vítimas do terrorismo sejam parceiras ativas nos processos que as afetam. O ACNUDH continuou a se engajar no trabalho do Pacto Global de Coordenação Antiterrorista das Nações Unidas, presidindo seu Grupo de Trabalho sobre Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Estado de Direito e Liberdades Fundamentais e Apoio às Vítimas do Terrorismo.

4. Administração da justiça e aplicação da lei

70. Em Belize, Bolívia (Estado Plurinacional de), Burundi, Camboja, Chade, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Egito, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Quênia, Madagascar, Mali, Mauritânia, México, Níger, Peru, República da Coreia, Sudão do Sul, Tajiquistão, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da), o ACNUDH continuou a monitorar, treinar e aconselhar membros de instituições estatais e outros atores para fortalecer a administração da justiça e o Estado de Direito. Em Honduras, o ACNUDH prestou assistência para um novo marco legal para a eleição de juízes da Suprema Corte. O ACNUDH também continuou defendendo a implementação da posição comum do sistema das Nações Unidas sobre encarceramento; no Equador, o ACNUDH prestou assessoria técnica para o desenvolvimento de legislação sobre o uso da força e treinou 100 policiais sobre a legislação. 25 A/77/245.

71. No Burundi, nas Comores, no Haiti, nas Honduras, na Libéria e no Sudão do Sul, o ACNUDH aconselhou as autoridades e monitorou as condições de detenção. Em Belize, o ACNUDH prestou assistência técnica ao departamento de polícia, com um componente de direitos humanos sendo integrado ao curso de treinamento da academia de treinamento policial sobre política de uso da força. Na Geórgia, o ACNUDH trabalhou com a academia de polícia em um curso de treinamento para policiais sobre os direitos das pessoas com deficiência.

72. Em outubro, em cooperação com a polícia palestina e a instituição nacional de direitos humanos, o ACNUDH realizou um curso de treinamento para policiais sobre a proibição da tortura. No México, o ACNUDH publicou um relatório sobre a responsabilização das vítimas de tortura. Na Macedónia do Norte, foi elaborada, com o apoio do ACNUDH, uma lei adotada em novembro sobre a indemnização das vítimas de crimes violentos.

5. Direitos humanos e política de drogas

73. Em consonância com a posição comum do sistema das Nações Unidas sobre questões relacionadas às drogas, de 2018, o ACNUDH continuou defendendo a descriminalização do uso de drogas para uso pessoal. Em colaboração com a Comissão Global de Política de Drogas, o ACNUDH organizou um evento de alto nível em Genebra sobre a adoção de uma abordagem baseada nos direitos humanos para a política de drogas e organizou um diálogo regional de implementação sobre as diretrizes internacionais sobre direitos humanos e política de drogas na África Subsaariana, em colaboração com o PNUD, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) e outras partes interessadas. O ACNUDH também

organizou um diálogo nacional sobre as diretrizes em Gana, em colaboração com o Governo de Gana e outras partes interessadas, e forneceu apoio para adotar abordagens baseadas em direitos humanos para a política de drogas na Colômbia e nas Filipinas.

6. Corrupção e direitos humanos

74. O ACNUDH reforçou seu engajamento com as partes interessadas relevantes para promover os esforços anticorrupção e garantir que as respostas fossem centradas nas vítimas e consistentes com as obrigações de direitos humanos. O Escritório priorizou a investigação dos efeitos negativos da corrupção sobre os direitos humanos. No contexto da pandemia de COVID-19, o ACNUDH preparou relatórios ao Conselho de Direitos Humanos sobre o painel de discussão sobre os desafios e boas práticas na prevenção da corrupção e o impacto da corrupção no gozo dos direitos humanos 26 e sobre o painel de discussão sobre a boa governança na promoção e proteção dos direitos humanos durante e após a pandemia de COVID-19.²⁷

F. Participação

1. Valorizar e proteger o espaço cívico e a participação popular

75. O ACNUDH apoiou a participação de organizações não-governamentais no trabalho dos mecanismos de direitos humanos. Durante as quinquagésima primeira e cinquenta segundas sessões do Conselho de Direitos Humanos, o ACNUDH acomodou 150 eventos paralelos organizados por organizações não-governamentais e recebeu 613 declarações escritas de organizações não-governamentais. O ACNUDH apoiou a organização de 17 reuniões informativas durante a quadragésima primeira e quadragésima segunda sessões do Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal, e o Escritório forneceu briefings e cursos de treinamento para atores da sociedade civil para apoiar seu engajamento com os mecanismos de direitos humanos, inclusive no Burundi, Cabo Verde, Costa Rica, Guatemala, El Salvador, República Democrática Popular do Laos, Malawi, Malásia, Senegal e Ilhas Cook. 26 A/HRC/51/14. 27 A/HRC/52/43

76. O ACNUDH apoiou o trabalho dos defensores dos direitos humanos, inclusive na Libéria, Moçambique, Togo e Venezuela (República Bolivariana da). Na República da Moldávia, o ACNUDH desenvolveu um curso sobre direitos humanos para a faculdade de serviço social da Universidade Estadual da Moldávia. Na região da América Latina e do Caribe, o ACNUDH apoiou o uso de mecanismos internacionais de direitos humanos por redes de defensores de direitos humanos que trabalham com refugiados e migrantes da República Bolivariana da Venezuela e, no Quênia, contribuiu para promover a participação e a liderança das mulheres durante as eleições de 2022.

77. Na Bósnia-Herzegovina, o ACNUDH publicou um relatório sobre a segurança dos jornalistas e o acesso à informação. No Território Palestino Ocupado, o ACNUDH construiu as capacidades das mulheres defensoras de direitos humanos em segurança digital, com o Ministério de Assuntos da Mulher. No Iraque, o ACNUDH conduziu 18 diálogos realizados virtualmente com 150 mulheres jornalistas e jovens influenciadoras, para melhorar a compreensão dos desafios relacionados ao gênero que enfrentavam. Em Honduras, o sistema de monitoramento e documentação do ACNUDH com foco em ataques contra defensores de direitos humanos, jornalistas e outros aumentou a capacidade de alerta precoce e ação do Escritório, resultando na libertação de 44 defensores de direitos humanos detidos.

78. O ACNUDH apoiou mulheres defensoras de direitos humanos e jornalistas por meio do desenvolvimento de capacidades na Tailândia e no Quênia, e empreendeu esforços de defesa

para promover a proteção holística feminista, conforme definido por mulheres defensoras de direitos humanos, inclusive por meio da campanha "Eu estou com ela". 28 Juntamente com a ONU Mulheres, o Escritório organizou uma consulta fechada com mulheres defensoras de direitos humanos das regiões do Oriente Médio e do Norte da África sobre ataques e represálias, necessidades de proteção e estratégias.

79. O ACNUDH continuou a apoiar a Secretária-Geral Adjunta para os Direitos Humanos em seu papel como a alta funcionária das Nações Unidas designada pelo Secretário-Geral para liderar os esforços das Nações Unidas para prevenir e enfrentar a intimidação e as represálias contra aqueles que cooperam com as Nações Unidas, inclusive engajando-se com os Estados e fornecendo orientação ao sistema das Nações Unidas sobre a questão. Publicado em setembro, o relatório anual do secretário-geral ao Conselho de Direitos Humanos continha relatórios sobre tendências globais e alegações de represálias pela cooperação com as Nações Unidas em 42 países, bem como sobre boas práticas dos Estados. Pela primeira vez, o relatório anual foi apresentado à Terceira Comissão da Assembleia Geral.

80. No Chile, o ACNUDH preparou materiais informativos sobre normas internacionais de direitos humanos relevantes para o processo de elaboração de uma nova Constituição e, no Lesoto, Maldivas e África do Sul, o ACNUDH ofereceu cursos de treinamento para funcionários do governo, sociedade civil e grupos de jovens sobre o direito à participação. No México, o ACNUDH, em colaboração com o Ministério do Interior, publicou uma compilação de normas de direitos humanos sobre o direito de protestar. No Estado Plurinacional da Bolívia, o ACNUDH auxiliou o Governo na elaboração de uma política pública nacional de reparação e, na Colômbia, o Escritório apoiou o desenvolvimento e a implementação de um novo plano governamental de emergência para proteger os defensores de direitos humanos.

2. Espaço digital

81. Como parte da implementação do roteiro do Secretário-Geral para a cooperação digital e do chamado à ação para os direitos humanos, o ACNUDH continuou a desenvolver orientações para as entidades das Nações Unidas sobre a devida diligência em direitos humanos e o impacto da tecnologia digital. O ACNUDH intensificou sua defesa da governança de conteúdo on-line baseada em direitos, engajando-se com Estados e empresas de tecnologia, inclusive com base no relatório do Alto Comissariado sobre o direito à privacidade na era digital.²⁹ 28 Ver: www.standup4humanrights.org/i-stand-with-her/en/ 29. A/HRC/51/17

82. Em uma reunião do Comitê do Conselho de Segurança estabelecido em conformidade com a Resolução 1373 (2001) sobre a luta contra o terrorismo, realizada em Mumbai em outubro, o ACNUDH proferiu uma declaração 30 sobre a importância do direito internacional dos direitos humanos como base para as respostas ao uso da tecnologia para cometer atos de terrorismo. Conforme solicitado pelo Conselho de Direitos Humanos, em sua resolução 47/23, o ACNUDH convocou uma consulta de especialistas, em fevereiro de 2023, para discutir a relação entre direitos humanos e processos de padronização técnica para tecnologias digitais novas e emergentes. A discussão, a primeira do tipo mandatada pelo Conselho, reuniu órgãos de normatização, empresas, sociedade civil e outros especialistas para explorar como integrar as preocupações com os direitos humanos nos processos técnicos de normatização.

3. Processos eleitorais

83. O ACNUDH monitorou os direitos humanos e realizou advocacy relacionado no contexto de processos eleitorais, inclusive no Brasil, Camboja, Chile, Congo, Dominica, Equador, Gâmbia, Guatemala, Honduras, Quênia, Níger, Peru e Somália. O ACNUDH também forneceu cursos de treinamento sobre padrões de direitos humanos, alerta precoce e relatórios no contexto de eleições na Guiné-Bissau, Lesoto, Nepal e Nigéria. No Brasil, o ACNUDH implementou estratégias de monitoramento com foco em ataques contra defensores de direitos humanos e jornalistas, em particular mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais e afrodescendentes. Em Honduras, com o apoio do Fundo de Consolidação da Paz, o ACNUDH auxiliou a Procuradoria-Geral da República no desenvolvimento de um manual e protocolo sobre a investigação da violência eleitoral e, em novembro, o ACNUDH organizou a quarta sessão do Fórum de Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito. Um resumo da sessão³¹ está contido no relatório do Presidente do Fórum.³²

4. Apoio às instituições nacionais de direitos humanos e regionais

84. O ACNUDH auxiliou na criação ou fortalecimento de instituições nacionais de direitos humanos na Argentina, Azerbaijão, Bangladesh, Bolívia (Estado Plurinacional de), Brasil, Burkina Faso, Burundi, Canadá, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Chile, Colômbia, Comores, Congo, Chipre, República Democrática do Congo, Equador, Egito, Guiné Equatorial, Alemanha, Haiti, Honduras, Jordânia, Cazaquistão, Malásia, Maurício, República da Moldávia, México, Nova Zelândia, Nigéria, Macedónia do Norte, Peru, Federação Russa, Arábia Saudita, São Tomé e Príncipe, Senegal, Eslováquia, Tadjiquistão, Turquemenistão, Uruguai e Uzbequistão. No Cazaquistão, a defesa do ACNUDH levou à adoção de uma lei constitucional sobre o ouvidor.

5. Educação em direitos humanos

85. O trabalho do ACNUDH em educação em direitos humanos continuou focado na juventude, em consonância com o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. O Escritório estabeleceu uma estreita parceria com a UNESCO e o Escritório do Enviado do Secretário-Geral para a Juventude em vários eventos e reforçou sua colaboração com a Organização Mundial do Movimento Escoteiro. O ACNUDH organizou cinco conversas, em conjunto com jovens, sobre educação em direitos humanos, em conexão com o desenvolvimento de documentários sobre o trabalho de jovens educadores de direitos humanos do Japão, Quirguistão, México, Marrocos, Samoa, Sérvia e África do Sul. Os documentários fazem parte de uma ferramenta multimídia que o ACNUDH e seus parceiros no projeto, a Anistia Internacional e a Soka Gakkai International, estão desenvolvendo.

III. Conclusões

86. Os desafios dos direitos humanos que o mundo enfrenta hoje são imensos e interligados. A crise climática, que ameaça a própria sobrevivência e o futuro das gerações vindouras, não pode ser ignorada. A comunidade internacional não pode fechar os olhos aos conflitos, à violência e às crises humanitárias em curso, como no Afeganistão, no Haiti, em Myanmar, no Sudão, na República Árabe Síria e na Ucrânia, que causaram vítimas incalculáveis, sofrimento e deslocamentos, nem pode negligenciar a necessidade de justiça social e dignidade humana, que são essenciais para a paz e o desenvolvimento.

30 Ver: www.un.org/securitycouncil/ctc/sites/www.un.org.securitycouncil.ctc/files/scott_campbell.pdf

31 Ver www.ohchr.org/en/events/forums/2022/fourth-session-forum-human-rights-democracy-and-rulelaw. 32 A/HRC/52/72

87. Embora, graças à introdução de vacinas e tratamentos eficazes, a pandemia de COVID-19 tenha diminuído, em muitos países as doses permanecem escassas e o tratamento pode ser de difícil acesso. Ainda há risco de mutação em novas variantes, o que pode aumentar a transmissibilidade e a gravidade da doença. A pandemia também teve um impacto devastador em muitas crianças e jovens, e o caminho para a recuperação da devastação econômica causada pela pandemia de COVID-19 em muitos setores será longo e difícil. A pandemia interrompeu todos os aspectos da vida humana, desde saúde e educação até economia e segurança. Também expôs e exacerbou as profundas desigualdades que assolam o mundo.

88. A pressão sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero tem vindo a aumentar e está a afectar todas as esferas da vida das mulheres. Também houve um aumento nos ataques aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais. Em alguns casos, o discurso contra a igualdade de gênero se confunde com sentimentos e narrativas anti-migrantes, racistas, xenófobos, transfóbicos e homofóbicos. Esta tendência está a minar a universalidade e os princípios fundamentais dos direitos humanos, incluindo a não discriminação e a igualdade de gênero. Os direitos das mulheres e das raparigas, em toda a sua diversidade, devem ser respeitados e a sua participação plena e equitativa no processo de tomada de decisões deve ser promovida.

89. É um momento crítico em termos de escala sem precedentes de progresso no mundo digital, com graves riscos para o gozo dos direitos humanos. Avanços tecnológicos estão ocorrendo todos os dias. O progresso na inteligência artificial está evoluindo a uma velocidade de tirar o fôlego, a tecnologia capaz de ler e manipular a mente não é mais ficção científica rebuscada, o discurso de ódio e a desinformação continuam a prosperar, especialmente online, e a tecnologia de realidade aumentada e virtual está melhorando. Com essas tendências, os desafios dos direitos humanos só se tornarão mais agudos. É tempo de incorporar a linguagem comum dos direitos humanos na forma como as tecnologias novas e emergentes são reguladas, geridas, concebidas e utilizadas. As salvaguardas para proteger os direitos humanos devem estar firmemente em vigor nas fases de concepção da tecnologia e durante todo o seu ciclo de vida. Essas grades de proteção são condição sine qua non para a tecnologia que serve à humanidade e promove o bem comum.

90. Os direitos humanos não são um luxo nem um privilégio. São valores universais que emergiram das cinzas da Segunda Guerra Mundial, da determinação de evitar que tais atrocidades voltem a acontecer. São obrigações legais que obrigam os Estados a respeitar, proteger e cumprir os direitos de todas as pessoas sem discriminação. São uma bússola moral que orienta a todos para um mundo mais humano e sustentável.

91. No ano de 2023, que assinala o setenta e quinto aniversário da adoção da Declaração Universal dos Direitos do Homem e o trigésimo aniversário da adoção da Declaração e do Programa de Ação de Viena, existe uma oportunidade para revigorar o consenso mundial sobre direitos humanos que levou à adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos e para aproveitar as sólidas conquistas alcançadas desde então. Em sua iniciativa "Direitos Humanos 75", o ACNUDH busca promover a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos, olhar para o futuro e fortalecer o ecossistema de direitos humanos, em 2023. O Escritório continuará a amplificar e se envolver estrategicamente com os mecanismos de direitos humanos, garantir a integração dos resultados de seus processos na análise, programação e defesa de direitos nos níveis nacional e regional e explorar como fazer melhor uso das contribuições dos mecanismos na prevenção e proteção e na manutenção da paz, desenvolvimento e segurança.

92. Investir nos direitos humanos não é apenas um dever, é também uma escolha sábia, para a saúde, a segurança, a prosperidade, o ambiente e, em última análise, o bem-estar de todos. O ACNUDH desempenha um papel vital na promoção e proteção dos direitos humanos em todo o mundo, em parceria com Estados, sociedade civil, organizações internacionais e outras partes interessadas. O Escritório também apoia a integração dos direitos humanos no sistema das Nações Unidas, tornando-o mais coerente e eficaz na abordagem dos complexos desafios que o mundo enfrenta. A crescente demanda pelo engajamento do Escritório, inclusive pela cooperação técnica dos Estados e pelo apoio e assistência dos mecanismos do Conselho de Direitos Humanos, reflete sua relevância e impacto no avanço dos direitos humanos para todos.

93. O ACNUDH responde a essas demandas da forma mais eficaz possível, dentro de seus limitados recursos e capacidade. O Escritório continuou a avaliar seu trabalho, com o objetivo de alcançar resultados que tenham um impacto positivo nos direitos humanos de todas as pessoas em todos os lugares.

94. O Alto Comissariado aprecia profundamente o apoio dos Estados ao trabalho do Organismo e o seu reconhecimento da sua crescente carga de trabalho. No entanto, o trabalho em direitos humanos continua significativamente subfinanciado, e o ACNUDH requer mais recursos e maior vontade política para enfrentar os crescentes desafios que o mundo enfrenta. O Alto Comissariado insta os Estados a reconhecerem o valor do investimento em direitos humanos, fornecendo ao Escritório recursos que correspondam às lacunas identificadas nos níveis nacional, regional e global e fortalecendo seu apoio ao trabalho do ACNUDH.

2. Inovação digital, tecnologias e direito à saúde. Relatório da Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/074/89/PDF/G2307489.pdf?OpenElement>

Resumo. No presente relatório, a Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão atingível de saúde física e mental, Tlaleng Mofokeng, analisa o impacto da inovação e das tecnologias digitais no direito à saúde, incluindo na disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade de instalações, bens e serviços. Ela também se concentra na inovação e tecnologias digitais e no direito à saúde sexual e reprodutiva, bem como no impacto das tecnologias digitais na privacidade e no uso de dados. O Relator Especial compartilha as preocupações de que as tecnologias digitais possam perpetuar o racismo, o sexismo, o capacitismo ou a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero, entre outros. Ela reafirma os princípios de, entre outros, não discriminação, igualdade, participação, responsabilização, reparações e privacidade. Ela lembra a necessidade de promover a inclusão digital, o acesso a conectividade acessível e confiável e a necessidade subjacente de abordar a alfabetização digital e a exclusão digital de gênero. O relator especial procura ainda clarificar as obrigações legais que surgem no âmbito do direito à saúde, numa perspectiva antidiscriminação, lembrando que os mesmos direitos que são protegidos offline devem ser protegidos com a utilização de ferramentas digitais e em espaços online. Ela também lembra aos Estados e aos atores privados, incluindo empresas e empresas de tecnologia, entre outros, as obrigações que eles têm nesse contexto de rápido crescimento da inovação tecnológica no que diz respeito ao direito à saúde. Ela também se concentra em boas práticas, incluindo recomendações sobre governança e participação em saúde digital.

III. Inovação e tecnologias digitais e direito à saúde

26. As dinâmicas coloniais na tecnologia e nas ferramentas digitais continuam até o presente. A extração de dados do chamado Sul global para o Norte global, com mais de 40

milhões de dados de saúde coletados por empresas privadas, é uma tendência preocupante.⁴⁸ Muitas vezes há falta de consentimento quando ocorre a migração de servidores, nenhum recurso quando vazamentos de dados e o envolvimento de terceiros na forma de um setor privado que busca lucro leva à discriminação e permite um ambiente de proteção de dados deficiente, privacidade, transparência e prestação de contas.

36 Ibidem, n.º 42.1. 37 A/HRC/43/52, n.º 15. 38 A/73/348, n.º 19. 39 Comissão dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, comentário geral n.º 14 (2000), n.º 12. 40 Comitê de Direitos Humanos, comentário geral n.º 34 (2011), parágrafo 11. 41 Comissão dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, comentário geral n.º 14 (2000), n.º 36. 42 Ibidem, n.º 50. 43 Disponível em <https://www.ohchr.org/en/documents/tools-and-resources/compendium-comprehensivesexuality-education>. 44 Ver A/73/348. 45 Artigo 2.º, n.º 1, do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos. 46 Ibidem. Ver também A/HRC/38/35, n.º 10. 47 V., por exemplo, A/73/348. 48 Ver https://warwick.ac.uk/newsandevents/pressreleases/innovative_solutions_to/. A/HRC/53/65 8 GE.23-06593

A. Disponibilidade de instalações, bens e serviços de saúde apoiados por inovação e tecnologias digitais

27. Ao reduzir a necessidade de avaliação física, o atendimento remoto pode fortalecer os recursos humanos de saúde. Os serviços de telessaúde podem ajudar os sistemas de saúde a superar barreiras como a escassez de prestadores de serviços de saúde em países de baixa e média renda devido à "fuga de cérebros".⁴⁹ Os pacientes da atenção primária podem responder a consultas clínicas por e-mail ou sistemas de mensagens seguros para receber conselhos de saúde por escrito e esclarecimentos sobre medicamentos ou planos de tratamento.⁵⁰ Pesquisas sugerem que as tecnologias digitais podem melhorar a disponibilidade de cuidados de saúde para indivíduos vulneráveis em listas de espera para atendimento presencial.⁵¹ As tecnologias digitais também podem aumentar a disponibilidade de tratamento tecnologicamente avançado para indivíduos que vivem em países onde esse tratamento pode não estar disponível de outra forma.⁵²

28. As tecnologias digitais têm sido usadas extensivamente para gerenciar as necessidades de saúde apresentadas pela pandemia de COVID-19.⁵³ Por meio de ferramentas digitais, os Estados podem educar rapidamente o público sobre o vírus, ajudar com o reconhecimento e notificação de sintomas e com o rastreamento de contatos. As informações recebidas pelo Relator Especial indicam que, na Índia, a tecnologia digital permitiu o monitoramento em tempo real do fornecimento de vacinas em todo o país.⁵⁴ Embora muitos indivíduos tenham experimentado isolamento social e outros danos à saúde mental durante o isolamento imposto para prevenir a transmissão da COVID-19, apesar das preocupações mencionadas anteriormente, a saúde digital oferece oportunidades positivas importantes para abordar e superar ativamente as desigualdades sociais, capacitando mulheres e grupos marginalizados e atendendo às suas reais necessidades. O Relator Especial se une à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para encorajar os Estados a estabelecer pesquisas "sobre os efeitos e a regulação de potenciais danos à saúde mental relacionados aos sistemas de inteligência artificial, tais como maiores graus de depressão, ansiedade, isolamento social, desenvolvimento de dependência, tráfico, radicalização e desinformação, entre outros".⁵⁵ Um corpo crescente de estudos mostra que a saúde móvel pode ampliar a cobertura dos serviços de saúde, ajudar os grupos que enfrentam dificuldades de acesso ao sistema formal de saúde, inclusive oferecendo informações relacionadas à saúde sexual e reprodutiva por meio de mensagens de texto, construindo confiança e relacionamentos com profissionais de saúde, documentando violações de direitos e estabelecendo redes de pares

para apoio mútuo.⁵⁶ 29. Como observado pelo Relator Especial, a exclusão digital global reflete desigualdades socioeconômicas mais amplas: lacunas que existem entre e dentro dos países, entre homens e mulheres, entre gerações, entre grupos sociais e entre aqueles com diferentes níveis de acesso à educação.⁵⁷ Além dos identificados acima, grupos específicos que podem não ter acesso a smartphones, Wi-Fi ou tempo de antena incluem pessoas que vivem em áreas rurais, deficientes visuais, idosos e minorias étnicas.⁵⁸

49 Ver observações do Centre for Health Equity, Law and Policy e da Kenya Legal and Ethical Issues Network for HIV and AIDS. 50 Ver Claudia Pagliari, "Saúde digital e atenção primária: passado, pandemia e perspectivas", *Journal of Global Health*, vol. 11, nº 01005 (2021). 51 V. alegação do Instituto Alan Turing. 52 Ver apresentação da Kenya Legal and Ethical Issues Network for HIV and AIDS. 53 V., entre outros, as observações da Arménia, Austrália, Brunei Darussalam, Malásia, Maurícias, México, Polónia, Suíça, Fundación RASA, Centro para os Direitos Reprodutivos, Instituto Alan Turing, Centro para a Equidade em Saúde, Direito e Política e clínica doutoral Aix Global Justice. 54 Ver observações do Centre for Health Equity, Law and Policy e do PNUD. 55 Ver UNESCO, recomendação sobre a ética da inteligência artificial, disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380455>. 56 Ver A/76/172. 57 *Ibidem*. A/HRC/53/65 GE.23-06593 9

B. Acessibilidade de instalações, bens e serviços de saúde apoiados pela inovação e tecnologias digitais.

30. A acessibilidade deve ser considerada dentro das quatro dimensões de não discriminação, acessibilidade física, acessibilidade econômica e acessibilidade à informação.

Não discriminação

31. A telemedicina e outras formas digitais de assistência à saúde podem melhorar a acessibilidade de instalações, bens e serviços de saúde, especialmente para indivíduos que vivem com deficiências ou experimentam falta de mobilidade, e outros grupos de difícil acesso.⁵⁹ Foi levado ao conhecimento do Relator Especial que, quando ligado a serviços que condicionam a apresentação de um documento de identidade nacional, a saúde digital pode excluir alguns grupos da população, incluindo pessoas pobres e desfavorecidas, mulheres, idosos, membros de alguns grupos ocupacionais, pessoas com deficiência e pessoas cujo nome e gênero não estão devidamente refletidos no sistema de identidade nacional.⁶⁰ O Relator Especial também foi informado de que jovens adultos em Gana, Quênia e Vietnã que dizem ter sofrido discriminação anteriormente no setor de saúde, por exemplo, em clínicas devido à idade, atividade sexual de adolescentes ou orientação sexual, relatam que sua capacidade de acessar informações e serviços de saúde anonimamente on-line ajudou a cumprir seu direito à saúde.⁶¹ O Ministério da Saúde do Brasil relata que tem usado tecnologias digitais em iniciativas de tratamento para pessoas com deficiência.⁶²

32. O Governo da Austrália indicou que os serviços digitais de saúde mental aumentaram a acessibilidade e reduziram as barreiras aos cuidados de saúde mental em particular, acrescentando que fornecem apoio específico à saúde mental por meio de tecnologias digitais para jovens, jovens aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres e pessoas com necessidades graves de saúde mental.⁶³ De acordo com um artigo de pesquisa, os jovens valorizam as "famílias online" e os "espaços seguros" em meio aos desafios de saúde mental, por exemplo, aqueles decorrentes da pandemia de COVID-19.⁶⁴ 33. O direito à saúde inclui o acesso à educação e à informação relacionadas com a saúde, incluindo sobre saúde sexual e reprodutiva. Apoiando-se nas tecnologias digitais como sistema ou estratégia primária, o setor saúde pode, inadvertidamente, impedir o acesso a informações e serviços de saúde devido às desigualdades

sistêmicas existentes, em particular impactando negativamente mulheres e populações tradicionalmente difíceis de alcançar, como aquelas que são mais velhas, não têm acesso à educação avançada ou que residem em áreas rurais.⁶⁵ A pesquisa mostrou que a digitalização dos serviços de saúde mental cria problemas para os estudantes que não podem acessar o digital tecnologia, pois carecem de espaços seguros nos quais possam se conectar a serviços digitais de saúde mental.⁶⁶ 34. Para muitas pessoas idosas, o surgimento de tecnologias digitais e identidades digitais para promover a inclusão social em saúde cria barreiras ao acesso aos cuidados, devido à falta de acesso a smartphones, falta de alfabetização digital ou desafios com a visualização e navegação em plataformas on-line.⁶⁷

58 Ver Louise Moody e outros, "Identifying individual enablers and barriers to the use of digital technology for the self-management of long-term conditions by older adults", *Journal of Medical Engineering & Technology*, vol. 46, No. 6 (2022) e submissões da Polônia, da Internet Governance Forum Dynamic Coalition on Data Driven Health Technologies, da clínica de doutorado AIX Global Justice e da Rede Global de Pessoas Vivendo com HIV. 59 V. observações do Equador e da Polónia. 60 Ver submissão da Privacy International. 61 Ver Digital Health and Rights Project Consortium, "Digital health and human rights of young adults in Ghana, Kenya, and Vietnam: final project report" (novembro de 2022). 62 Ver submissão do Brasil. 63 Ver alegação da Austrália. 64 Ver Digital Health and Rights Project Consortium, "Digital health and human rights of young adults in Ghana, Kenya, and Vietnam". 65 Ver observações da Arménia, da Austrália, do Equador e do Instituto Alan Turing. Ver também OMS, *Equity within Digital Health within the WHO European Region: a Scoping Review* (2022). 66 Pesquisa do Instituto Alan Turing. A/HRC/53/65 10 GE.23-06593

As barreiras à inclusão digital das pessoas idosas incluem baixos diferenciais de literacia digital e conectividade, bem como relações de poder desiguais dentro dos agregados familiares que podem negar aos idosos o acesso a dispositivos digitais, mas também deficiências auditivas, visuais e cognitivas e condições mentais, como a demência. Qualquer tomada de decisão baseada nesses dados provavelmente ignorará os membros mais vulneráveis de uma faixa etária. Além disso, há o risco de algoritmos reproduzirem a falta subjacente de compreensão do envelhecimento e do viés humano em relação às pessoas idosas.⁶⁸ Por outro lado, o oposto pode ser verdadeiro em idosos em declínio cognitivo, para os quais o ambiente on-line pode fornecer uma nova fonte de estimulação cognitiva positiva.⁶⁹

35. As tecnologias digitais oferecem oportunidades significativas para alcançar crianças em situações desfavorecidas ou vulneráveis, ou em comunidades remotas, e oferecem múltiplas oportunidades para que elas melhorem sua saúde e bem-estar.⁷⁰ No entanto, juntamente com as oportunidades substanciais que a era digital traz, há uma série de riscos e danos para as crianças. Por exemplo, as tecnologias digitais teriam aumentado a escala do abuso e da exploração sexual infantil.⁷¹ Um número crescente de atividades infantis parece agora ocorrer on-line, uma transição que foi acelerada durante a pandemia de COVID-19.⁷² Embora as crianças sejam particularmente afetadas pelo aumento das tecnologias digitais, o engajamento de crianças e jovens na governança das transformações digitais e da saúde é raro ou mesmo inexistente. ⁷³ A UNESCO recomenda que os Estados-Membros garantam "que o desenvolvimento de sistemas de IA relacionados com a saúde (...) prestando a devida atenção às crianças e jovens, é regulado no sentido de que eles são seguros, eficazes, eficientes, cientificamente e medicamente comprovados e permitem informações baseadas em evidências e progresso médico".⁷⁴

36. O Relator Especial observa com preocupação contínua a "divisão digital de gênero", a lacuna mensurável entre mulheres e homens em seu acesso, uso e capacidade de influenciar, contribuir e se beneficiar das tecnologias da informação e comunicação.⁷⁵ A alfabetização

digital de mulheres e meninas é menor do que a de seus colegas homens devido aos preconceitos sociais contra as mulheres na tecnologia e à falta de acesso à educação avançada.⁷⁶ As mulheres são, portanto, menos propensas do que os homens usam a Internet para baixar software ou se engajar on-line.⁷⁷ Eles também são menos propensos a ter empregos relacionados à tecnologia devido à disparidade salarial de gênero, aos preconceitos persistentes de gênero e à falta de modelos femininos em cargos de chefia, entre outros fatores. ⁷⁸ Todos esses fatores criam profundas desigualdades de gênero na transformação digital.

Acessibilidade física

37. A inovação e as tecnologias digitais oferecem um grande potencial de expansão. No entanto, o Relator Especial adverte que sua adoção não deve levar ao desinvestimento em instalações médicas, serviços e determinantes subjacentes da saúde, inclusive em áreas rurais. A acessibilidade deve ser analisada de forma mais pormenorizada do que o simples acesso adequado das pessoas com deficiência aos edifícios.

67 Ver Center for Human Rights and Global Justice, Initiative for Social and Economic Rights and Unwanted Witness, Chased Away and Left to Die: How a National Security Approach to Uganda's National Digital ID Has Led to Wholesale Exclusion of Women and Older Persons (junho de 2021). 68 Ver A/HRC/45/14. 69 Ver Joseph Firth e outros, "The 'online brain': how the Internet may be changing our cognition", *World Psychiatry*, vol. 18, n. 2 (junho de 2019). 70 Ver Comissão dos Direitos da Criança, comentário geral n.º 25 (2021), n.os 93 e 98. Veja também a submissão de Melhorando a Vida das Crianças. 71 "Growing up in a digital world: benefits and risks", *The Lancet Child & Adolescent Health*, vol. 2 No. 2 (fevereiro de 2018). 72 Louise Holly, "Health in the digital age: where do children's rights fit in?", *Health and Human Rights*, vol. 22, n. 2 (dezembro de 2020). 73 Ver apresentação do PNUD. 74 UNESCO, recomendação sobre a ética da inteligência artificial. 75 Ver A/HRC/35/9. 76 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, colmatando a clivagem digital de gênero, inclui, Upskill, Innovate (2018). 77 GSMA, "Mulheres conectadas: o relatório de disparidade de gênero móvel 2020". 78 Ipsos, "Women in tech survey" (fevereiro de 2022). A/HRC/53/65 GE.23-06593 11

As ferramentas digitais podem ajudar as instalações a fazer um levantamento da população que atendem, com o objetivo de compreender os tipos de deficiências e as necessidades das pessoas que necessitam de acomodações razoáveis e ferramentas de assistência audiovisual e de mobilidade.

Acessibilidade econômica

38. As tecnologias digitais, incluindo os telefones celulares, permitiram que as pessoas buscassem atendimento remotamente, removendo barreiras geográficas aos serviços de saúde.⁷⁹ No que diz respeito à acessibilidade, a telemedicina e outros tipos de cuidados de saúde remotos podem ser menos dispendiosos do que os cuidados de saúde presenciais e podem reduzir os custos diretos e indiretos de visitas clínicas, viagens ou afastamento não remunerado do trabalho.⁸⁰ O Relator Especial lamenta que, de acordo com as informações disponíveis, o menor nível econômico das mulheres lhes dá menos acesso a hardware, como telefones inteligentes ou tempo de antena: 300 milhões de mulheres a menos do que homens acessam a Internet por meio de um telefone celular.⁸¹

Acessibilidade da informação

39. Os jovens, em particular, estão interessados em se envolver com as tecnologias digitais, que podem superar alguns dos vieses presentes nas formas tradicionais de acesso aos cuidados de saúde e à informação. A tecnologia digital pode dar aos jovens acesso anônimo a informações sobre HIV e saúde sexual e reprodutiva.⁸²

40. A Relatora Especial enfatiza que a acessibilidade da informação não deve prejudicar o direito de ter dados pessoais de saúde tratados com confidencialidade, especialmente em casos de criminalização do estado de saúde, migrantes, adolescentes e aqueles que possam ser discriminados com base na orientação sexual ou identidade de gênero real ou imputada. Foi levado ao conhecimento do Relator Especial que, em algumas ocasiões, o compartilhamento de dados sensíveis pode ser problemático e potencialmente perigoso em contextos específicos em que certas orientações sexuais ou práticas de procedimentos de saúde são criminalizadas, ou o estado de saúde pode levar à estigmatização.⁸³ Em relação a este último, o Relator Especial foi informado de que algumas pessoas pararam de procurar tratamento para HIV/Aids depois que o tratamento foi vinculado a um sistema de identidade biométrica.⁸⁴

41. No contexto da pandemia de COVID-19, alguns Estados e atores privados continuaram a disseminar alegações não verificadas sobre as origens do vírus responsável pela COVID-19, negar a propagação da doença ou fornecer informações falsas sobre taxas de infecção, números de letalidade, vacinas e tratamento.

85 A desinformação relacionada ao aborto também está aumentando à medida que organizações antiaborto propagam falsidades online.⁸⁶ Para proteger o direito à saúde e o acesso à informação, os governos podem realizar campanhas de informação e atividades educativas sustentadas por meio de plataformas digitais.⁸⁷

79 OMS, *Recomendações sobre Intervenções Digitais para o Fortalecimento do Sistema de Saúde* (2019). 80 Ver Claudia Pagliari, "Digital health and primary care: past, pandemic and prospects", *Journal of Global Health*, e submissões da Austrália e do México. 81 Ver GSMA, "Connected Women: the mobile gender gap report 2020". 82 Ver apresentação da Rede Global de Pessoas Vivendo com HIV. 83 V. observações da Associação Sueca para a Educação Sexual (RFSU), da Fundación RASA e da Frontline AIDS. 84 Ver apresentação da Privacy International. 85 V. A/HRC/47/25 e, entre outros, observações de Chipre, da Suíça e do PNUD. 86 Ver apresentação de Women's Link Worldwide: Claire Provost e Nandini Archer, "Exclusive: Trump-linked religious 'extremists' target women with disinformation worldwide", *OpenDemocracy*, 10 de fevereiro de 2020. 87 V. observações da Austrália e da Avert. A/HRC/53/65 12 GE.23-06593

C. Tecnologias digitais e aceitabilidade de instalações, bens e serviços de saúde

42. O Relator Especial ecoa os muitos jovens que pediram saúde digital para atender às necessidades dos jovens, incluindo jovens vivendo com HIV, jovens que usam drogas, profissionais do sexo, pessoas com deficiência e pessoas LGBTIQ+.⁸⁸ 43. Para pessoas que falam um idioma diferente do idioma nacional oficial (ou dominante), a tradução de informações online e serviços de telemedicina para diversos idiomas pode remover barreiras geográficas, culturais e linguísticas aos cuidados de saúde.⁸⁹ Em Gana, uma organização não governamental (ONG) relatou que forneceu informações sobre saúde sexual e reprodutiva por meio de uma linha direta gratuita em nove idiomas nacionais, que foi desenvolvido a partir de consulta com adultos jovens locais.⁹⁰ 44. Para enfrentar as desigualdades e formas de discriminação que podem ser perpetuadas no desenho e implementação de ferramentas digitais de saúde, devido à falta de diversidade de gênero, raça e cultura nos setores de inovação e tecnologia, alguns

especialistas clamam por "justiça do design", na qual a tecnologia é projetada por meio de processos diversos e inclusivos para atender às diversas necessidades locais.⁹¹

D. Tecnologias digitais e a qualidade das instalações, bens e serviços digitais de saúde

45. A inovação e as novas tecnologias digitais têm crescido a uma velocidade sem precedentes, o que evidenciou a forma como podem melhorar rapidamente a qualidade dos serviços de saúde, permitindo que alguns países ultrapassem as fases de desenvolvimento tecnológico. Sua aplicação no setor saúde exige uma análise da necessidade de princípios orientadores para proteger os direitos humanos na oferta de inovação e tecnologia digital de qualidade.

46. As novas tecnologias podem melhorar a qualidade de muitos serviços essenciais para a realização dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, incluindo o direito à saúde.⁹² As ferramentas digitais de saúde também podem automatizar a identificação de casos baseada em sintomas, acelerando a notificação aos bancos de dados de saúde pública e complementando a notificação clínica e laboratorial, revolucionando assim a maneira como os sistemas de saúde pública identificam e respondem a surtos de doenças infecciosas.⁹³ Como observado pela OMS, o aumento do uso de inteligência artificial poderia levar à prestação de serviços de saúde em contextos não regulamentados e por provedores não regulamentados, o que criaria desafios para a supervisão governamental dos cuidados de saúde.⁹⁴ A esse respeito, a Relatora Especial pede que as ferramentas de codificação e inteligência artificial usadas em diagnósticos médicos, tratamento, monitoramento, relatórios e informações respeitem os princípios de não discriminação, em parte para garantir a qualidade.

47. O uso de inteligência artificial e aprendizado de máquina permitiu a análise de grandes conjuntos de dados para previsão, desenvolvimento de medicamentos e vacinas.⁹⁵ O Relator Especial foi informado de que, no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, a inteligência artificial e o aprendizado de máquina têm sido usados no diagnóstico precoce; por exemplo, eles têm sido empregados em redes rurais, apoiadas pelo Serviço Nacional de Saúde, para reconhecer sinais de câncer.⁹⁶ Os wearables e a vigilância domiciliar possibilitaram que os indivíduos obtivessem ajuda de emergência.⁹⁷ Em sua apresentação, o governo da Armênia indicou que seu sistema eletrônico de informação em saúde, em vigor desde 2017, permitiu a consolidação dos dados de saúde dos pacientes, resultando em melhores cuidados de saúde, transparência do desempenho do sistema de saúde e um alto nível de satisfação dos pacientes.

⁸⁸ Ver apresentação da Rede Global de Pessoas Vivendo com HIV. ⁸⁹ OMS, Recomendações sobre Intervenções Digitais para o Fortalecimento do Sistema de Saúde. ⁹⁰ Ver <https://savsign.org/she-helpline/>. ⁹¹ Sasha Costanza-Chock, *Design Justice: Community-led Practices to Build the Worlds We Need*, (Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 2020). ⁹² Ver A/HRC/43/29. ⁹³ V. alegações de Sharifa Sekalala e Benjamin Mason Meier. ⁹⁴ OMS, *Ética e Governança da Inteligência Artificial para a Saúde* (2021). ⁹⁵ Nina Sun e outros, "Human rights and digital health technologies", *Health and Human Rights*, vol. 22 No. 2 (dezembro de 2020). ⁹⁶ V. alegação do Instituto Alan Turing. ⁹⁷ Submissão pela clínica de doutorado AIX Global Justice. A/HRC/53/65 GE.23-06593 13

48. No entanto, apesar do otimismo justificável quanto ao potencial das ferramentas digitais, na prática a sua aplicação a estabelecimentos, bens e serviços de saúde não é consistente e a qualidade nem sempre é garantida.

49. O contato humano pode ser importante para a atenção primária.⁹⁸ Persiste a preocupação de que a prestação digital de serviços de saúde mental tenha sido considerada uma forma inferior de cuidados de saúde em comparação com o tratamento presencial.⁹⁹

50. No contexto da pandemia de COVID-19, o rastreamento digital de contatos foi um estudo de caso esclarecedor das maneiras pelas quais a falta de evidências de qualidade, as preocupações sobre o direito à privacidade, a precisão e o valor da detecção precoce de doenças e a necessidade de confiança pública se cruzam.

51. Apesar da promoção generalizada de métodos de rastreamento de contato digital para rastrear infecções no início da pandemia COVID-19 em 2020, havia uma escassez de evidências empíricas apoiando sua eficácia antes que essas novas ferramentas fossem implementadas amplamente. Em vez disso, as autoridades de saúde se basearam em modelos matemáticos para prever sua eficácia. Dois anos depois, os resultados na literatura são mistos, com alguns estudos constatando que o rastreamento digitalizado de contatos pode ser benéfico para impedir o progresso de surtos e outros concluindo que não há evidências de sua efetividade.¹⁰⁰

IV. Inovação e tecnologias digitais e o direito à saúde sexual e reprodutiva

52. No que diz respeito aos direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva, a inovação e as tecnologias digitais oferecem importantes oportunidades positivas para abordar e superar ativamente as desigualdades sociais, capacitando as mulheres e os grupos marginalizados para melhor satisfazerem as suas necessidades em matéria de saúde sexual e reprodutiva.

53. O uso de tecnologias digitais permitiu a expansão dos serviços de saúde sexual e reprodutiva e expandiu o acesso a áreas mais remotas e comunidades carentes, particularmente durante a pandemia de COVID-19.¹⁰¹ A prestação de serviços de saúde sexual e reprodutiva por meio de tecnologias digitais também pode ajudar a superar o estigma e os tabus enfrentados por pacientes e provedores.¹⁰² 54. As plataformas digitais de comunicação permitiram ampliar o acesso ao aborto médico por meio da telemedicina e do aborto autogerenciado, dois métodos de aborto recomendados pela OMS.¹⁰³ A expansão do aborto por telemedicina foi acelerada devido à pandemia – em resposta a ela, vários governos suspenderam restrições desnecessárias ao aborto por telemedicina. ¹⁰⁴ Além disso, um número crescente de redes, grupos e indivíduos está usando mídias sociais e outras plataformas da web, aplicativos de telefone celular e outras fontes digitais para fornecer informações e apoio às pessoas que desejam autogerenciar seu aborto.¹⁰⁵

98 Ver Claudia Pagliari, "Saúde digital e atenção primária: passado, pandemia e perspectivas", *Journal of Global Health*. 99 Ver Christopher Burr e Rosamund Powell, "Trustworthy assurance of digital mental healthcare", Alan Turing Institute (novembro de 2022). 100 Ver Ahmad Nabeel e outros, "Digital contact tracing applications against COVID-19: a systematic review", *Medical Principles and Practice*, vol. 31, No. 5 (2022); e Isobel Braithwaite e outros, "Automated and part automated contact tracing: a systematic review to inform the control of COVID-19", *The Lancet Digital Health*, vol. 2, No. 11 (2020). 101 Ver submissão do Centro de Direitos Reprodutivos. 102 Ver apresentação do Ipas América Latina e Caribe. 103 Ver OMS, *Abortion Care Guideline*. 104 Patty Skuster, Jina Dhillon e Jessica Li, "Easing of regulatory barriers to telemedicine abortion in response to COVID-19", *Frontiers in Global Women's Health*, vol. 2 (novembro de 2021) e Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO), "Telemedicina: liberando seu potencial", disponível em <https://www.who.org/telemedicine-unleashing-its-potential>. A/HRC/53/65 14 GE.23-06593

Dessa forma, grupos informais e ONGs preenchem a lacuna deixada pelos Estados na prestação de serviços de aborto. Para as pessoas grávidas que vivem em locais onde o aborto é altamente restrito, as plataformas digitais podem estar entre as únicas fontes de informação e apoio sobre o aborto medicinal.¹⁰⁶ 55. O uso da tecnologia digital para a saúde sexual e reprodutiva traz riscos, particularmente no que diz respeito à vigilância por atores estatais e não estatais no contexto de serviços de saúde criminalizados, como o aborto. Onde as pessoas que buscam o aborto e os indivíduos que os ajudam enfrentam o risco de prisão ou processo, as comunicações na Internet sobre aborto e dados de localização e pesquisa de aplicativos móveis podem ser usadas como prova contra pessoas acusadas de ter, fornecer ou ajudar em um aborto. 107 O Relator Especial reconhece que algumas mídias sociais usam a categorização como um método de gatekeeping, por exemplo, informações sobre aborto marcadas como material explícito.

56. A coleta de dados intrusivos, como a coleta de informações menstruais, o rastreamento de tendências na compra de testes de gravidez e o rastreamento de fertilidade, tem o potencial de ser feito sem consentimento e o compartilhamento desses dados pessoais por partes com fins lucrativos, sem consentimento, expõe as pessoas a assédio, intimidação e violência, por exemplo, para aqueles que buscam aborto em países altamente restritos ou em áreas onde leis hostis ao aborto são implementadas. A mineração de dados de informações relevantes para a gravidez é uma invasão do direito à privacidade de mulheres e meninas e pode ser um poderoso desincentivo à procura de serviços de saúde. Além disso, tecnologias como o Google Street View podem afetar o uso de serviços de saúde pelas mulheres por meio da preocupação de serem identificadas como usuárias de determinados serviços de saúde.¹⁰⁸

57. A vigilância molecular do HIV levanta importantes questões de direitos humanos de autonomia corporal, ética médica, privacidade e participação que fornecem uma opção de opt-out sem afetar o acesso de um indivíduo ao tratamento. A propriedade privada de dados médicos pessoais, em um ambiente de baixa privacidade de dados e com supervisão limitada, intensifica as preocupações sobre como esses dados genômicos podem ser usados no policiamento e na aplicação da lei, criminaliza ainda mais certos grupos de pessoas, por exemplo, aqueles com HIV, populações migrantes e comunidades LGBTQ+, e contribui para aumentar o estigma online e offline.

V. Inovação digital, tecnologias e privacidade

58. Ao expandir significativamente a quantidade e a qualidade dos dados coletados por meio de plataformas e tecnologias digitais, a transformação digital oferece um novo potencial para usar dados de saúde, incluindo big data, para promover o cumprimento do direito à saúde. Um estudo de um ex-relator especial sobre saúde descobriu que, em ambientes com bons recursos, o big data poderia melhorar os mecanismos de responsabilização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, fornecendo um foco consistente em todas as metas do Objetivo nas populações que estão sendo deixadas para trás. 109 A melhoria dos dados sobre saúde pode facilitar uma melhor alocação de recursos, coordenação e responsabilização para a realização progressiva do direito à saúde.

59. Ao mesmo tempo, o aumento da inovação e das tecnologias de saúde digital representa riscos sem precedentes para o direito de estar livre de interferências arbitrárias ou ilegais na privacidade.¹¹⁰ Os riscos decorrem da recolha, partilha, armazenamento, utilização e tratamento de dados pessoais de saúde, que podem ser utilizados, em particular, para informar a formação e melhorar a vida artificial. 105 Lucía Berro Pizarossa e Rishita Nandagiri, "Aborto

autogerido: uma constelação de ações, uma cacofonia de leis?", *Questões de Saúde Sexual e Reprodutiva*, vol. 29, n. 1 (2021). 106 Ibidem, 107 Ibidem. Veja também a submissão do Centro de Direitos Reprodutivos.

108 Ver A/HRC/40/63. 109 Carmel Williams e outros, "Usando big data para demonstrar indivisibilidade de direitos e promover respostas intersetoriais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável". *Revista de Prática de Direitos Humanos*, vol.11, n.1 (2019). 110 V. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, Convenção sobre os Direitos da Criança e Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, art. 14. Ver também as observações do PNUD e de Sharifah Sekalala e Benjamin Mason Meier. A/HRC/53/65 GE.23-06593 15 sistemas de inteligência. 111 O papel dos atores privados também representa riscos à privacidade, uma vez que a proliferação de dados pessoais de saúde gera o risco de violação de sistemas de segurança por meio de malware e hackers, bem como o risco de que os dados pessoais sejam vendidos a terceiros para usos não originalmente consentidos. 112 Há relatos de uma ausência geral de considerações sobre direitos humanos e privacidade no projeto e implementação de tecnologias digitais de saúde. 113 Estados têm o dever de regular a coleta e o armazenamento de informações pessoais e impedir a divulgação ou o uso não autorizado das mesmas, e os indivíduos têm o direito de saber quais dados pessoais são armazenados em bancos de dados e as finalidades de tal armazenamento. 114

60. Os indivíduos podem não ter a oportunidade de dar pleno consentimento para a forma como os dados pessoais de saúde são usados e compartilhados. 115 Um estudo sobre aplicativos móveis de saúde descobriu que, mesmo quando usuários individuais optaram por não compartilhar dados, o tratamento real dos dados do usuário por esses aplicativos pode não respeitar essa escolha e, de fato, optar por não participar pode nem sempre ser possível. 116

61. Isso é particularmente preocupante quando informações como identidade de gênero, sexualidade, localização ou status de HIV são vazadas. 117 A importância de proteções rigorosas da privacidade na saúde digital, em particular para atender às necessidades de populações-chave, foi levada ao conhecimento da Relatora Especial. 118

62. A proteção insuficiente dos dados digitais de saúde pode deixar grupos marginalizados vulneráveis à criminalização, ao estigma, à discriminação e à violência. Em determinadas circunstâncias, e dependendo do quadro jurídico em vigor, as empresas e mesmo os organismos do setor público podem ser obrigados por organismos de aplicação da lei ou tribunais a entregar dados pessoais para fins de investigação criminal, sem garantias suficientes. 119 Comunidades raciais e étnicas pobres e minoritárias são desproporcionalmente visadas e sujeitas a vigilância, o que pode ser exacerbado quando o estado de saúde é criminalizado. Isso os leva a serem desproporcionalmente representados nos sistemas de justiça criminal dos Estados e tais indivíduos frequentemente enfrentam punições mais severas como resultado do perfil racial e do super policiamento em comparação com as comunidades mais ricas. 120

63. Conforme relatado por ONGs, indivíduos e agentes do Estado têm usado aplicativos de rede para criminalizar, subornar, chantagear ou agredir fisicamente indivíduos LGBTIQ+. 121 O Relator Especial vê esses métodos como uma violação de direitos facilitada pela tecnologia.

VI. Boas práticas

A. Governança global, regional e nacional de saúde digital

64. Vários esforços globais e nacionais estão em andamento para fortalecer a governança da saúde digital. A Estratégia Global da OMS para a Saúde Digital 2020-25 incentiva os Estados a desenvolverem estratégias nacionais de saúde digital que considerem os desafios colocados. A OMS e o PNUD, respectivamente, promulgaram princípios éticos para o uso de

inteligência artificial para a saúde e princípios baseados em direitos para o uso de tecnologias digitais para HIV e programas de saúde.¹²²

111 Ver A/HRC/48/31. 112 Nina Sun e outros, "Direitos humanos e tecnologias digitais de saúde". Veja também as submissões da Kenya Legal and Ethical Issues Network for HIV and AIDS e da clínica de doutorado Aix Global Justice. 113 Ver submissão da Privacy International. 114 Ver Comitê de Direitos Humanos, comentário geral nº 16 (1988). 115 Ver apresentação da Rede Global de Pessoas Vivendo com HIV. 116 Adi Kuntsman, Esperanza Miyake e Sam Martin, "Re-thinking digital health: data, appisation and the (im)possibility of 'opting out'", Saúde Digital, vol. 5 (2019). 117 Ver apresentação da Frontline AIDS. 118 Comissão Global sobre HIV e a Lei, "Riscos, direitos e saúde. Suplemento" (julho de 2018). 119 Submissão pela Privacy International. 120 Ver submissão do Centro de Direitos Reprodutivos. Ver também, por exemplo, A/HRC/51/37, nos 37-39 e 63, Conselho da Europa, relatório do Comissário para os Direitos Humanos na sequência da sua visita a França de 22 a 26 de setembro de 2014 (fevereiro de 2015) e <https://www.coe.int/en/web/commissioner/-/afrophobia-europe-should-confront-this-legacy-of-colonialism-and-the-slave-trade>. 121 Submissão por Frontline AIDS. A/HRC/53/65 16 GE.23-06593

65. No seu relatório, a Comissão da Lancet e do Financial Times sobre a governação dos futuros da saúde elaborou uma análise inicial da convergência da saúde digital, da inteligência artificial e da cobertura universal de saúde, com foco na melhoria e salvaguarda da saúde e do bem-estar das crianças e dos jovens, abordando as desigualdades da clivagem digital e garantindo a proteção dos dados e das crianças, segurança digital e uma abordagem baseada em direitos humanos para a saúde digital.¹²³ 66. Espera-se que os Estados-membros das Nações Unidas concordem com um pacto digital na Cúpula do Futuro em 2024, que visa unir Estados e outros atores na definição de princípios compartilhados para um futuro digital aberto, livre e seguro para todos. Outras novas orientações globais continuarão a surgir; por exemplo, a coalizão Transform Health está liderando uma campanha global para pressionar a Assembleia Mundial da Saúde a abordar a governança de dados de saúde.¹²⁴ 67. Os organismos regionais estão cada vez mais ativos na promoção da salvaguarda dos direitos humanos em relação às tecnologias digitais, à saúde e ao desenvolvimento. O primeiro padrão intergovernamental sobre inteligência artificial foi adotado pelos 36 Estados-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e inclui princípios fundamentados nos direitos humanos.¹²⁵ 68. A União Europeia propôs uma lei de inteligência artificial para garantir que o uso de sistemas de inteligência artificial seja seguro e respeite as leis existentes, incluindo os direitos humanos.

69. Uma proposta de lei da União Europeia relativa aos serviços digitais visa combater os danos, incluindo a ciberviolência, a desinformação e a desinformação, nas redes sociais. Entre as diretivas mais abrangentes para a proteção de dados pessoais está o regulamento geral de proteção de dados da União Europeia,¹²⁶ que entrou em vigor em maio de 2018 para harmonizar e unificar a regulamentação legal em toda a União Europeia. Oferece regras destinadas a dar aos cidadãos da União Europeia um maior controlo sobre os seus dados pessoais e estabelece regras para a proteção e o tratamento de dados pessoais.¹²⁷

70. Em nível nacional, os Estados tomaram medidas para regular a inteligência artificial. Por exemplo, a OMS indicou que o Japão emitiu várias diretrizes sobre o uso de inteligência artificial, inclusive sobre pesquisa, desenvolvimento e utilização.¹²⁸ O Governo da Austrália informou ao Relator Especial que estava entre os primeiros países a desenvolver e divulgar princípios éticos de inteligência artificial para apoiar seu compromisso internacional com os princípios de inteligência artificial da OCDE.¹²⁹ O Governo de Israel indicou que seu Ministério da Saúde estava no processo de formulação de um esboço regulamentar e de uma redação adequada para as diretrizes.¹³⁰

71. Mais de 150 países em todo o mundo adotaram leis abrangentes de proteção de dados para proteger as pessoas e seus dados.¹³¹ O Relator Especial recebeu relatos de que 25 países da África Subsaariana desenvolveram uma legislação abrangente de proteção de dados pessoais.¹³² No entanto, onde os marcos regulatórios para tecnologias digitais estão em vigor, a aplicação da lei deve ser adequadamente dotada de recursos e a educação pública deve ser realizada para garantir que o público seja informado sobre seus direitos de dados.¹³³ 72. Para combater a crescente complexidade e opacidade do ambiente global de dados, incluindo suas vastas assimetrias de informação, alguns países nomearam órgãos independentes de supervisão de privacidade de dados de saúde. ¹³⁴ Por exemplo, um grupo de defesa de pacientes analisa os pedidos de acesso aos dados do Serviço Nacional de Saúde da Escócia, ponderando o interesse público contra as implicações de privacidade.¹³⁵

122 Ver OMS, *Ética e Governança da Inteligência Artificial para a Saúde* e PNUD, "Guidance on the rights-based and ethical use of digital technologies in HIV and health programs" (2021). 123 Ver Brian Li Han Wong e outros, "Growing up in a digital world 2030. Declaração dos jovens + apelo à ação" (outubro de 2021). 124 Transform Health, "Growing demand for action on health data governance: will the World Health Assembly respond?", 19 de setembro de 2022. 125 instrumentos jurídicos da OCDE, "Recomendação do Conselho sobre Inteligência Artificial" (2022). 126 Ver Giorgia Brambilla Pisoni e Mariarosaria Taddeo, "Apropos data sharing: abandon the distrust and embrace the opportunity", *DNA and Cell Biology*, vol. 41, n. 1 (janeiro de 2022). 127 Ver Katarzyna Kolasa e outros, "Future of data analytics in the era of the general data protection regulation in Europe", *Pharmacoeconomics*, vol. 38, n. 10 (2020). 128 Ver OMS, *Ética e Governança da Inteligência Artificial para a Saúde*. 129 Ver apresentação da Austrália. 130 Ver submissão de Israel. 131 Ver David Banisar, "National comprehensive data protection laws and bills 2023", disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1951416. 132 Ver apresentação da Kenya Legal and Ethical Issues Network for HIV and AIDS. A/HRC/53/65 GE.23-06593 17

73. Os Estados e as empresas devem garantir que a devida diligência abrangente em direitos humanos seja conduzida quando novas tecnologias digitais e sistemas de inteligência artificial são adquiridos, desenvolvidos, implantados e operados, e antes que o big data seja compartilhado ou usado.¹³⁶ A esse respeito, o Relator Especial concorda com o PNUD que a avaliação de tecnologias em saúde é uma ferramenta importante, um processo multidisciplinar que avalia o "valor da tecnologia em saúde em diferentes pontos de seu ciclo de vida", incluindo as propriedades, efeitos e impactos da tecnologia. A avaliação de tecnologias em saúde visa informar os formuladores de políticas e influenciar a tomada de decisões em saúde, com foco na melhor forma de alocar financiamento para programas e tecnologias de saúde.¹³⁷

74. Os governos também podem garantir que indivíduos ou grupos mantenham a propriedade de seus dados pessoais de saúde. Na sua alegação, o Governo da Suíça indicou que a sua legislação nacional assegurava que os dados de saúde pertenciam aos doentes.

75. Os tribunais já estão desempenhando e continuarão a desempenhar um papel importante na definição dos direitos humanos na saúde digital. Vários casos importantes relacionados à identidade digital começaram a tocar nessa área. O número crescente desses casos indica as lacunas que a regulamentação pode precisar colmatar.

B. Participação

76. Uma abordagem baseada em direitos também deve garantir a participação significativa da sociedade civil e das comunidades na governança nacional e global da saúde digital, incluindo a participação dos jovens.¹³⁸ Há uma necessidade de oportunidades de participação na governança da saúde digital e os indivíduos devem ser educados sobre seus

direitos humanos relacionados à tecnologia digital, incluindo privacidade e segurança, para que tenham o poder de participar significativamente no desenvolvimento de quadros de governação. Devem ser tomadas medidas no sentido de melhorar a literacia digital dos utilizadores e sujeitos das tecnologias digitais, a fim de permitir ainda mais a sua participação significativa.

77. Os obstáculos relacionados especificamente com os direitos à saúde sexual e reprodutiva estão inter-relacionados, tendo impacto sobre os titulares de direitos nos cuidados clínicos, ao nível dos sistemas de saúde e nos determinantes subjacentes da saúde. O Relator Especial reitera a importância de uma abordagem política do direito à saúde, especialmente neste contexto, e da inovação e tecnologia digitais, para permitir transparência, responsabilização e recurso quando os direitos são violados.

VII. Conclusões e recomendações.

78. É importante adotar uma abordagem abrangente que inclua todas as partes interessadas; Deve haver investimento na melhoria da alfabetização em relação ao pipeline de dados, sistemas de dados, curadoria de dados, ferramentas de dados e proteção e segurança de dados. O Special 133 Digital Health and Rights Project Consortium, "Saúde digital e direitos humanos de jovens adultos em Gana, Quênia e Vietnã: relatório final do projeto".

134 Ver A/HRC/48/31. 135 Ver <https://www.informationgovernance.scot.nhs.uk/pbpphsc/test-phase-1-pbpp-why-does-it-exist/>. 136 Ibid. 137 Ver PNUD, "Guidance on the rights-based and ethical use of digital technologies in HIV and health programs". 138 Ver Galen E. B. Wright e outros, "Ethical and legal implications of whole genome and whole exome sequencing in African populations", BMC Medical Ethics, vol. 14, (2013). Veja também a submissão da Rede Global de Pessoas Vivendo com HIV. A/HRC/53/65 18 GE.23-06593

A relatora concorda com o Secretário-Geral em que deve ser empreendido um esforço global concertado para incentivar e investir na criação de bens públicos digitais: software de código aberto, dados abertos, modelos abertos de inteligência artificial, normas abertas e conteúdos abertos. Os bens públicos digitais devem aderir à privacidade e a outras leis e práticas recomendadas aplicáveis, não causar danos e ajudar a atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.¹³⁹

79. As empresas de tecnologia, incluindo as empresas de mídia social, desempenham um papel vital na viabilização do direito à informação, um componente importante do direito à saúde.¹⁴⁰ As estruturas políticas existentes devem ser consideradas, por exemplo, a criminalização de certas populações e como a tecnologia e as ferramentas inovadoras em saúde correm o risco de expor grupos marginalizados além da ferramenta de mídia digital ou social pretendida.

80. Lamentavelmente, as mulheres e as meninas continuam a ser infantilizadas em resultado do controlo patriarcal, continuam a ser discriminadas e são afetadas pela medida em que podem realizar os seus direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais. A tecnologia e as ferramentas digitais têm o potencial de fornecer informações e oferecer uma forma de tomar decisões informadas sobre a vida de mulheres e meninas, especialmente em relação aos seus direitos de saúde sexual e reprodutiva.

81. Os espaços online, possibilitados pelo acesso a celulares e conectividade, garantiram que as comunidades LGBTIQ+ tivessem mais espaços validados e oportunidades de trabalho focado. A vigilância impacta a adoção de ferramentas e serviços. A falta de segurança impacta a

qualidade dos dados disponíveis e analisados e a falta de confiança dessas comunidades leva à sua invisibilidade na esfera digital.

82. Os vieses refletidos na codificação e na inteligência artificial nas ferramentas digitais utilizadas na prestação de cuidados de saúde são históricos e carregam vieses institucionais na formação médica, diagnóstico, cuidados clínicos e monitoramento de pacientes. Esses vieses se refletem em conjuntos de dados, o que pode levar à invisibilidade de dados de grupos de pessoas marginalizadas por raça, gênero, classe, status migratório, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero.

83. A inovação e as tecnologias digitais são um trunfo quando utilizadas para concretizar o direito à saúde. A realidade é que as ferramentas digitais e a inovação apresentam experiências multifacetadas, nem todas boas e nem todas ruins.

84. Os Estados Partes no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais comprometem-se a dedicar o máximo de recursos disponíveis para alcançar o mais alto padrão de saúde possível para todos. As tecnologias digitais podem permitir que os Estados empreguem recursos de maior efeito para a realização do direito à saúde. No entanto, embora a adoção de tecnologias digitais seja frequentemente apresentada como um benefício líquido, a digitalização pode ser cara, pode desviar fundos de outras prioridades importantes e tem sido frequentemente acompanhada por reduções profundas nos orçamentos gerais de bem-estar.¹⁴¹

85. As tecnologias digitais podem melhorar o acesso das pessoas que enfrentam discriminação e/ou que, de outra forma, não têm acesso a instalações, bens e serviços de saúde. No entanto, o uso de tecnologias digitais, sem garantias suficientes de direitos humanos, também aprofunda e agrava as desigualdades existentes. Grupos vulneráveis que enfrentam múltiplas formas de discriminação e opressão, em alguns casos, não têm acesso à tecnologia digital e enfrentam criminalização, estigmatização e vigilância do Estado.

86. Antes da adoção ou ampliação do uso da tecnologia digital, é necessário desenvolver um ambiente regulatório com a participação de usuários e sujeitos da tecnologia digital. Os ambientes regulatórios devem maximizar os benefícios da tecnologia digital para todos, ao mesmo tempo em que abordam os riscos para grupos específicos e garantem a responsabilização de governos e atores privados. A governança da saúde digital deve garantir transparência e explicabilidade para aproveitar os benefícios da tecnologia digital para promover o direito à saúde para todos, sem discriminação.

139 Ver "Relatório do Secretário-Geral. Roteiro para a cooperação digital" (junho de 2020). 140 Ver A/HRC/47/39/Add.2. 141 Ver A/74/493.

87. As enormes oportunidades e riscos que acompanham o rápido crescimento das tecnologias digitais exigem uma governança atualizada e reforçada para garantir que os Estados, o setor privado e outros terceiros respeitem, protejam e cumpram os seus deveres no que diz respeito ao direito de todos ao mais elevado nível possível de saúde física e mental. É necessária uma ação mais coordenada para avançar e operacionalizar o direito à saúde na era digital.

88. Tal incluirá uma regulamentação mais sólida a nível global, regional e nacional, uma proteção mais robusta dos dados pessoais de saúde e abordagens mais inclusivas e participativas da governança da saúde digital a todos os níveis. Para facilitar uma participação pública significativa, os Estados, a sociedade civil, as empresas e outros intervenientes

relevantes terão de investir e apoiar a literacia e a educação digitais, bem como abordagens em matéria de direitos humanos para a inovação e as tecnologias digitais.

89. As ferramentas digitais, a inovação e a tecnologia no domínio da saúde podem melhorar o acesso à educação e à informação relacionadas com a saúde, incluindo sobre a saúde sexual e reprodutiva.

90. A realização do direito à saúde dos adolescentes depende do desenvolvimento de cuidados de saúde favoráveis aos jovens, que respeitem a confidencialidade e a privacidade e incluam serviços de saúde sexual e reprodutiva adequados.

91. O Relator Especial recorda que a obrigação de proteger inclui, nomeadamente, os deveres dos Estados de adotar legislação ou tomar outras medidas para assegurar a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e aos serviços relacionados com a saúde prestados por terceiros. Os Estados também devem garantir que terceiros não limitem o acesso a informações e serviços relacionados à saúde.

92. Os Estados devem proporcionar aos adolescentes um ambiente seguro e de apoio que lhes garanta a oportunidade de participar nas decisões que afectam a sua saúde, desenvolver competências para a vida, adquirir informações adequadas, receber aconselhamento e negociar as escolhas de comportamento em matéria de saúde que fazem.

93. Ao traduzir iniciativas globais em nível nacional, os Estados devem ser proativos na avaliação das informações, inovações e tecnologias baseadas em evidências em saúde e garantir que haja marcos regulatórios adequados para a proteção do direito à saúde que apoiem as prioridades nacionais e locais.

94. O Relator Especial ressalta a necessidade de implementar plenamente as obrigações legais internacionais de direitos humanos sobre a provisão de reparações e o acesso à justiça reparadora para violações de direitos humanos no contexto da inovação digital, da tecnologia e do direito à saúde.

95. O investimento público nas redes nacionais, na cobertura e na conectividade deve ser assegurado. A confiança deve ser construída adotando uma abordagem ascendente que respeite a liderança e a experiência das redes comunitárias e promova a confiança, a transparência e a responsabilidade.

96. As avaliações de impacto devem ser incorporadas e as revisões da concepção, do desenvolvimento e da aplicação do direito à saúde devem ser vinculativas. Os processos que envolvem todo o pipeline de tecnologia, inovação e dados devem ser participativos e garantir o engajamento significativo das partes interessadas.

97. Um processo multidisciplinar e multissetorial deve informar os formuladores de políticas e influenciar a tomada de decisões sobre questões como populações necessitadas, orçamento e alocação de recursos, na concepção e implementação de programas de saúde novos e existentes.

98. Investir no desenvolvimento de um código transnacional orientador que regule a propriedade privada, a extração de dados e os bancos de dados, de modo a responsabilizar as empresas de tecnologia e os Estados além das fronteiras nacionais, contribuirá para garantir o pleno gozo do direito à saúde.

99. Os Estados devem incorporar os princípios dos direitos humanos de igualdade, não discriminação, participação, transparência e responsabilidade na implementação, a fim de cumprir suas obrigações de respeitar, proteger e cumprir o direito à saúde em relação à inovação e tecnologias digitais.

100. Deve ser adotada uma abordagem intersetorial baseada nos direitos à inovação e às tecnologias digitais, a fim de avançar para a igualdade substantiva e criar as condições conducentes a uma vida digna.

3. A garantia de emprego como instrumento na luta contra a pobreza. Relatório do Relator Especial sobre pobreza extrema e direitos humanos, Olivier De Schutter. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/071/64/PDF/G2307164.pdf?OpenElement>

Resumo. O Relator Especial sobre pobreza extrema e direitos humanos explica como a introdução de uma garantia de emprego, com o Estado atuando como empregador de último recurso, pode contribuir para a plena realização do direito ao trabalho, transformando-o de um objetivo político em um direito jurídico exequível. A garantia de emprego aborda o paradoxo do desemprego estrutural e do subemprego coexistirem com importantes necessidades sociais não satisfeitas, uma vez que nem o Estado nem o mercado fornecem atualmente os bens públicos necessários para a ecologização da economia e para uma economia de cuidados próspera. O Relator Especial destaca os benefícios da introdução da garantia de emprego tanto para o indivíduo quanto para a comunidade, e aborda uma série de objeções à ideia. Ele vê a introdução de uma garantia de emprego como um componente essencial da "transição justa" e do novo contrato ecosocial necessário para a recuperação pós-crise.

4. Fornecer opções legais para proteger os direitos humanos das pessoas deslocadas através das fronteiras internacionais devido às mudanças climáticas. Relatório do Relator Especial para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos no Contexto das Mudanças Climáticas, Ian Fry. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/073/25/PDF/G2307325.pdf?OpenElement>

Resumo. O número de pessoas deslocadas através das fronteiras internacionais devido às alterações climáticas está a aumentar rapidamente, à medida que os efeitos das alterações climáticas se tornam mais graves. À medida que as pessoas são forçadas a atravessar as fronteiras internacionais, elas enfrentam inúmeras violações dos direitos humanos. Este é particularmente o caso das mulheres e crianças, que constituem a maioria das pessoas deslocadas. Existem muitas definições usadas para definir pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas. Alguns usam o termo "refugiados das mudanças climáticas", apesar do fato de que este termo não se alinha com a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados ou o Protocolo a ela vinculado. No presente relatório, o Relator Especial para a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas considera várias abordagens jurídicas e políticas internacionais, regionais e nacionais para lidar com as pessoas deslocadas através das fronteiras internacionais devido às mudanças climáticas. Ele conclui que há um déficit na proteção legal para essas pessoas e faz uma série de recomendações sobre como esse déficit legal pode ser resolvido, incluindo sua recomendação para o desenvolvimento de um protocolo opcional à Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados para proteger os direitos humanos das pessoas deslocadas através das fronteiras internacionais devido às mudanças climáticas.

5. Como expandir e diversificar mecanismos e programas de regularização para aumentar a proteção dos direitos humanos dos migrantes. Relatório do Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes, Felipe González Morales. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/075/40/PDF/G2307540.pdf?OpenElement>

Resumo. O presente relatório descreve as principais atividades realizadas pelo Relator Especial para os Direitos Humanos dos Migrantes, Felipe González Morales, durante o período coberto pelo relatório. No relatório, o Relator Especial destaca os desafios de direitos humanos enfrentados por migrantes em situação irregular, fornecendo uma análise sobre como a irregularidade aumenta a vulnerabilidade a violações de direitos humanos. Ele discute como lidar com situações de vulnerabilidade dos migrantes devido à falta de status migratório regular, criando e fortalecendo mecanismos de regularização. Com base nas informações e análises fornecidas pelos Estados, organizações internacionais, sociedade civil e outras partes interessadas, o Relator Especial identifica práticas promissoras, esforços em curso e desafios existentes e fornece um conjunto de recomendações destinadas a expandir e diversificar os mecanismos e programas de regularização para melhorar a proteção dos direitos humanos dos migrantes.

6. Visão e prioridades temáticas: enfrentar novos desafios e consolidar ganhos. Relatório da Relatora Especial para os Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internamente, Paula Gaviria Betancur. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/083/53/PDF/G2308353.pdf?OpenElement>

Resumo. No presente relatório, apresentado em conformidade com a Resolução 50/6 do Conselho de Direitos Humanos, a Relatora Especial sobre os Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internamente, Paula Gaviria Betancur, fornece um esboço da direção que ela pretende tomar durante seu mandato, incluindo seus métodos de trabalho e suas prioridades estratégicas e temáticas. Ela também fornece um relato das atividades realizadas no cumprimento de seu mandato desde sua nomeação pelo Conselho em 1º de novembro de 2022 e descreve as atividades realizadas pelo relator especial anterior durante o período de relatório e até o final de seu mandato, em 31 de outubro de 2022.

7. Avanços e desafios remanescentes na eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares. Relatório da Relatora Especial sobre a eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares, Alice Cruz. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/065/43/PDF/G2306543.pdf?OpenElement>

Resumo. No presente relatório, a Relatora Especial sobre a eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares, Alice Cruz, examina os progressos realizados e os desafios remanescentes na eliminação da discriminação relacionada à hanseníase e fornece uma lista abrangente de recomendações para os Estados e outras partes interessadas relevantes superarem esses desafios.

Etapas e entraves em busca do Acordo Pandêmico

Paula Reges
Luana Bermudez
Luiz Augusto Galvão

Órgão Intergovernamental de Negociações: quinta série de discussões

De 12 a 16 de junho aconteceu a 5ª reunião do Órgão Intergovernamental de Negociações para formulação do tratado/acordo pandêmico. Foram 5 dias de intensas discussões baseadas no texto preparado pelo Bureau do INB e distribuído a todos os Estados Membros da OMS em 22 de maio de 2023 (o “[texto do Bureau](#)”). A reunião iniciou com uma sessão plenária aberta onde os Estados Membros e as partes interessadas relevantes (stakeholders) forneceram seus comentários gerais.

Durante a sessão de abertura, o Bureau destacou a complexidade do processo que foi desde a elaboração de um rascunho conceitual (conceptual zero draft) até o texto compilado, resultando, por fim, no texto proposto pelo Bureau. Conforme delineado no relatório da quinta sessão do INB (A/INB/5/5), o Bureau foi incumbido de criar um compilado abrangente que englobasse todas as contribuições recebidas durante as quarta e quinta reuniões do INB, bem como as propostas textuais escritas enviadas posteriormente. Um total de 30 países individuais, 1 região e 3 grupos de países apresentaram contribuições escritas para o rascunho zero (Zero Draft) até 22 de abril. Em resposta a esse mandato, o Bureau incorporou diligentemente todas as propostas textuais escritas ao documento compilado, que abrangeu 208 páginas.

Em seguida, o Bureau integrou e sintetizou meticulosamente essas contribuições extensas, esforçando-se para unir as diversas ideias e criar uma base coerente para deliberações futuras. Esse esforço abrangente resultou no desenvolvimento do “texto do Bureau”, que serviu como uma base tangível para trabalhos e discussões posteriores.

Overview

Zero draft	Compilation	Bureau’s text
49 preambular paras	53+ preambular paras	— preambular paras
8 chapters	8 chapters	3 chapters
18 guiding principles & rights	20+ general principles & approaches	12 general principles & approaches
38 articles	Additional articles	41 articles

Fonte: https://apps.who.int/gb/inb/e/e_inb-5-resumed-session.html

Depois desta sessão, iniciou-se uma sessão fechada somente com os membros do Grupo de Redação. O Grupo de Redação discutiu o Capítulo II, abordando os Artigos 9 (Pesquisa e

desenvolvimento), 10 (Gestão de riscos de responsabilidade), 11 (Co-desenvolvimento e transferência de tecnologia e know-how), 12 (Acesso e repartição de benefícios), 13 (Fornecimento cadeia e logística) e 14 (Fortalecimento regulatório), onde os participantes se engajaram e trocaram opiniões.

Entretanto, a frase mais repetida mesmo pelo bureau foi "não é fácil", como referência às temáticas abordadas, aos avanços já obtidos e as expectativas até 2024 para não se criar um acordo vazio. E é exatamente na tentativa de aliviar as dificuldades, que o INB testou uma nova abordagem envolvendo sessões informais para "preencher lacunas" à margem da sessão formal de redação.

No segundo dia, o Bureau apresentou uma proposta para a realização de reuniões informais com o objetivo de promover a troca de perspectivas sobre artigos específicos, buscando aprofundar as complexidades dos temas em questão. Essas discussões também devem explorar possíveis caminhos para chegar a um entendimento comum, potencialmente resultando em propostas de texto. As reuniões informais serão abertas a todos os membros do grupo de redação do INB, e realizadas em formato híbrido para facilitar a participação das capitais. Essas reuniões não possuem autoridade para tomar decisões e seguirão o princípio de que nada está acordado até que tudo esteja acordado. A facilitação dessas sessões será atribuída a dois Estados Membros interessados, que posteriormente relatarão o progresso ao Grupo de Redação. Além disso, elas serão realizadas separadamente das reuniões formais do Grupo de Redação, evitando ocorrências simultâneas, para facilitar principalmente a participação de Estados Membros com delegações menores.

Duas sessões informais foram realizadas sobre um dos temas mais complicados das negociações: o Artigo 9 (Capítulo Dois) do texto, que trata da pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produtos pandêmicos. México e Noruega facilitaram as sessões, enquanto especialistas estavam à disposição para responder a questões técnicas. Na ocasião, os co-facilitadores apresentaram uma proposta de reorganização do artigo, que em geral foi bem recebida pelos países membros presentes.

A reunião então concordou em continuar a consideração de vários desses artigos por meio de reuniões informais do Grupo de Redação, que acontecerão entre as sessões para os participantes do Grupo de Redação antes da sexta reunião da INB:

- Artigo 9º (Pesquisa e desenvolvimento)
- Artigo 12.º (Acesso e repartição de benefícios, compartilhamento de patógenos)
- Artigo 13.º (Cadeia de abastecimento e logística)

As sessões informais piloto pareceram ter o apoio dos estados membros, com a região africana, a América Latina e o Grupo de Equidade de 20 países transversais, e a União Europeia (UE) expressando sua apreciação no plenário final.

As discussões nesta sessão do INB não foram usadas fundamentalmente para negociar textos, as discussões permitiram ter uma compreensão mais completa das propostas e perspectivas uns dos outros sobre os artigos aceitos. A região africana, através da Etiópia, também acolheu tanto as reuniões informais paralelas às negociações formais quanto as propostas de reuniões inter-sessões para melhorar o entendimento mútuo.

No entanto, mais uma vez para permitir fomento de participação, foi pedido por reuniões híbridas que permitam integração dos delegados. A Etiópia também enfatizou a

posição dos 47 países membros da Região Africana de que o acordo precisa de “obrigações concretas sobre equidade e prevenção, preparação, resposta e recuperação de pandemias”. O grupo africano solicitou disposições mais fortes em pesquisa e desenvolvimento (P&D), particularmente nas áreas de PABS (Acesso e repartição de benefícios e compartilhamento de patógenos) , transferência de tecnologia e acesso a produtos de saúde. Eles ressaltaram a necessidade urgente de enfrentar o fardo desproporcional enfrentado pelos países em desenvolvimento na obtenção de tecnologias de saúde críticas e na garantia da disponibilidade de suprimentos que salvam vidas. Reconhecendo que a P&D desempenha um papel fundamental na preparação e resposta a emergências, o grupo africano ressaltou que os resultados da P&D devem ser tratados como bens públicos globais. Eles enfatizaram ainda a importância da solidariedade global e do apoio para fortalecer as capacidades de pesquisa dos países em desenvolvimento.

O Sr. Roland Driee, co-presidente do INB Bureau, da Holanda, disse: “Países de todas as partes do mundo puderam discutir suas ideias, preocupações e sugestões para consenso em um fórum amplo para que todos possam ouvir e considerar. Somos gratos pelo espírito de colaboração e consenso que testemunhamos durante as reuniões informais interativas do Grupo de Redação.”

A co-presidente do Bureau da INB, Precious Matsoso, da África do Sul, disse: “Houve um excelente espírito de colaboração entre os representantes dos países. Quando houver 194 países compartilhando seus pontos de vista, é claro que levará tempo e muita discussão para chegar a um acordo sobre as muitas questões importantes relacionadas à prevenção, preparação e resposta a pandemias. Estou confiante de que agora temos os arranjos de trabalho para fazer isso.” A co-presidente ainda encorajou os membros da INB a se encontrarem informalmente sempre que possível para trocar pontos de vista e construir amizade e confiança.

A sexta reunião do INB será realizada de 17 a 21 de julho de 2023 e o Grupo de Redação será convidado a continuar seus trabalhos considerando o texto da Mesa, continuando com os demais artigos do Capítulo II e, posteriormente, dos Capítulos III e I.

Observou-se que uma sessão plenária conjunta do INB e do Grupo de Trabalho sobre Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (WGIHR) seria realizada na tarde de 21 de julho e na manhã de 24 de julho de 2023.

De acordo com o processo acordado pelos governos em uma sessão especial da Assembleia Mundial da Saúde no final de 2021, as negociações sobre o projeto de acordo pandêmico terão como objetivo produzir uma versão final para consideração em 2024.

162ª Sessão do Conselho Executivo da OPAS

Acontece de 26 a 30 de junho, em Washington D.C., a reunião do Comitê Executivo da OPAS. O comitê é integrado por nove Estados membros da Organização, eleitos pela Conferência ou pelo Conselho por períodos superpostos de três anos. O Comitê, que se reúne duas vezes por ano, atua como grupo de trabalho da Conferência ou do Conselho. Reuniões especiais são convocadas pelo Diretor da Repartição por sua própria iniciativa ou a pedido de pelo menos três Governos Membros. O Comitê tem um subcomitê permanente, o Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração.

A agenda provisória pode ser consultada neste [link](#). Das pautas esperadas a serem discutidas estão as atualizações acerca das implicações decididas na 76ª AMS e os **relatórios de progresso de assuntos técnicos**:

1. [Iniciativa da OPAS de eliminação de doenças: política para um enfoque integrado e sustentável visando as doenças transmissíveis nas Américas: Relatório de progresso](#)
2. [Estratégia e plano de ação sobre doação e acesso equitativo a transplante de órgãos, tecidos e células 2019-2030: Relatório de progresso](#)
3. [Estratégia e plano de ação para melhorar a qualidade da atenção na prestação de serviços de saúde 2020-2025: Revisão intermediária](#)
4. [Estratégia para o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde: Relatório de progresso](#)
5. [Estratégia e plano de ação sobre etnia e saúde 2019-2025: Relatório de progresso](#)
6. [Cooperação para o desenvolvimento da saúde nas Américas: Relatório de progresso](#)
7. [A saúde e os direitos humanos: Relatório de progresso](#)
8. [Proteção radiológica e segurança das fontes de radiação: Normas básicas Internacionais de Segurança: Relatório de progresso](#)

Condições de saúde e impacto da crise climática nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

Em 15 de junho de 2023 foi lançado na capital de Barbados, a Declaração de Bridgetown de 2023 sobre Doenças Não Transmissíveis (DNTs) e Saúde Mental. O documento trata de algumas das doenças mais mortais do mundo em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Small Islands Developing States - SIDS, em inglês), que estão especialmente em risco. A declaração é um dos principais resultados da [Conferência Ministerial dos SIDS sobre Doenças Não Transmissíveis e Saúde Mental](#), realizada de 14 a 16 de junho, coorganizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pelo Governo de Barbados.

Os SIDS são afetados desproporcionalmente pelas doenças não transmissíveis – que causam 74% de todas as mortes no mundo – devido à sua dependência de alimentos importados, influências comerciais e crise climática. Um [novo relatório da OMS](#) mostra que 8 dos 15 países com mais de 30% de risco de morte prematura por doenças cardiovasculares, câncer, diabetes ou doenças respiratórias crônicas são SIDS. Os 10 países com as maiores taxas de obesidade globalmente são todos SIDS no Pacífico, onde mais de 45% dos adultos vivem com obesidade.

As condições de saúde mental são comuns nos países SIDS, afetando cerca de 15,2% da população no Caribe e 11,2% da população no Pacífico. Pessoas com problemas de saúde mental enfrentam um risco maior de mortalidade prematura, inclusive de problemas de saúde física não tratados e de suicídio. O estigma, a escassez de pessoal especializado e o impacto das mudanças climáticas contribuem para uma situação desafiadora nos SIDS que requer atenção imediata.

Os desafios enfrentados pelos SIDS são interconectados e multifacetados. A mudança climática, a degradação ambiental, as desigualdades sociais e econômicas e os determinantes comerciais da saúde exacerbam o ônus das DNTs e das condições de saúde mental. Apesar de seus recursos limitados e restrições geográficas, essas nações demonstraram notável resiliência diante da adversidade. É proposto o fortalecimento dos sistemas de saúde, com foco no

melhoramento das medidas de prevenção e detecção precoce e priorização da integração de serviços de saúde mental e DNT na atenção primária à saúde.

O Diretor-Geral da OMS, Dr Tedros Adhanom, também prometeu que a OMS trabalharia para mobilizar recursos financeiros para desenvolver instalações de saúde resilientes ao clima e ambientalmente sustentáveis nos SIDS. A OMS também continuará a defender o financiamento de “perdas e danos” para a adaptação às mudanças climáticas e investimentos de mitigação em países de baixa renda.

Como parte do acordo com a declaração, os SIDS se propõe a realizar um conjunto de ações, abrangendo áreas como o envolvimento de toda a sociedade, aceleração da implementação, garantia de investimentos, alinhamento entre os governos e prestação de contas pelo progresso. Foram ainda apresentados compromissos específicos dos SIDS sobre DNTs e saúde mental, inclusive para melhorar o acesso aos cuidados de saúde mental em unidades de atenção primária, atualizar a legislação de controle do tabaco para cobrir cigarros eletrônicos e vaping e reduzir a ingestão de sal e açúcar pela população. Esses compromissos se alinham com as “melhores compras” da OMS – um conjunto de intervenções baseadas em evidências e com boa relação custo-benefício para combater as DNTs.

A lista de melhores compras foi atualizada recentemente na Assembléia Mundial da Saúde em maio para incluir prevenção secundária para febre reumática, tratamento agudo e de longo prazo da asma e doença pulmonar obstrutiva crônica, bem como várias intervenções para colo do útero, mama, colorretal, fígado e câncer infantil e o tratamento abrangente do câncer para aqueles que vivem com HIV.

De acordo com Dr. Jarbas Barbosa, diretor regional da OMS para as Américas, menciona que os SIDS nas Américas permanecem extremamente vulneráveis às DNTs. Esta Conferência Ministerial chegou em um momento único e é fundamental para ampliar a voz e as necessidades dos SIDS, trazendo as DNTs e a saúde mental para o primeiro plano de nossa lista de prioridades. O diretor reflete ainda que a OPAS está pronta para apoiar a implementação acelerada de intervenções em nossa região, incluindo a integração do atendimento a essas condições nos serviços primários de saúde e aproveitando as inovações, como ferramentas digitais de saúde.

Os países SIDS têm um histórico de conduzir a tomada de decisões globais; seus acordos de encaminhamento de Port of Spain e SAMOA abriram caminho para a primeira declaração política da ONU sobre DNTs em 2018.

A conferência e a declaração informarão e moldarão as próximas reuniões de alto nível da Assembleia Geral da ONU sobre cobertura universal de saúde em setembro de 2023 e sobre DNTs em 2025 (<https://www.who.int/teams/noncommunicable-diseases/on-the-road-to-2025>).

Clima, Cidades, Plásticos e fake-news

*Danielly de Paiva Magalhães
Luiz Augusto Galvão*



Belém, Pará

Foi confirmada a proposta do Brasil para sediar a COP30 do Clima em 2025 na capital paraense, Belém. Em evento oficial, o presidente Lula, se comprometeu em transformar a cidade com tecnologia e sustentabilidade. “O Governo Federal não vai medir esforços para que a gente ajude, tanto a Prefeitura de Belém quanto o Governo do Estado. Aqui vai ter que ter muita coisa nova! Aqui vai ter um sistema de transporte elétrico, porque não pode ter transporte poluente. Vamos ter que melhorar muito a qualidade do saneamento básico dessa cidade. Vamos ter que cuidar de alguns igarapés e vamos ter que continuar cuidando do povo”.

O terreno do antigo aeroporto de Belém foi cedido para a construção do Parque da Cidade, que será o principal local da COP30. Além disso, estão planejadas diversas ações preparatórias, como obras de infraestrutura financiadas pela iniciativa privada, incluindo a dragagem do Porto de Belém e melhorias na mobilidade urbana. O objetivo é adequar a cidade aos princípios de desenvolvimento urbano sustentável das agendas internacionais da ONU. O presidente Lula acompanhará a assinatura da ordem de serviço para o início das obras do Porto Futuro II, voltado para atividades econômicas relacionadas à cultura e ao turismo paraense.

A readequação da cidade em termos de sustentabilidade é, sem dúvida, uma medida muito positiva. Para torná-la ainda melhor, é importante implementar políticas e planejamento que promovam a saúde, especialmente no contexto da saúde urbana. Isso pode ser alcançado por meio do uso de ciclovias, áreas verdes para lazer e exercício e da introdução da biodiversidade na cidade, alinhando-se com a Agenda Urbana da ONU, como destacado no discurso do Lula.

Além disso, as obras realizadas nesse processo de readequação podem gerar dados de saúde valiosos que podem servir de exemplo para outras cidades. Por exemplo, é possível realizar uma análise dos gastos com atendimento médico e internações relacionadas a doenças respiratórias, associadas à qualidade do ar, antes e depois da instalação de sistemas de transporte elétrico. Também é importante considerar a redução de doenças relacionadas à falta de saneamento. Investir em energia renovável para fins de cocção também pode ser uma medida relevante.

Essas análises e experiências podem servir de exemplo e incentivo para outras cidades, demonstrando os benefícios tanto para a saúde da população quanto para a sustentabilidade ambiental. Ao promover uma abordagem integrada que considera os aspectos sociais, ambientais e de saúde, é possível construir cidades mais saudáveis, resilientes e sustentáveis.

Com a Floresta Amazônia cada vez mais no centro das discussões globais relativas à mudança do clima, em agosto Belém sediará a Cúpula da Amazônia – IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O evento reunirá os oito países do Grulac, cujos territórios fazem parte desse bioma: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

UNFCCC - 58.ª sessão do Órgão Subsidiário de Implementação

As partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) retomaram as negociações na 58ª sessão do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI) e do Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico e Tecnológico (SBSTA). A SBI e a SBSTA normalmente se reúnem duas vezes por ano, e esta sessão ocorreu em Bonn, Alemanha, de 5 a 15 de junho de 2023. Essas reuniões são significativas para o avanço das negociações climáticas antes da 28ª Conferência das Partes (COP), em Dubai.



Conferência de Bonn de 2023 (SB58) — Foto:

As sessões proporcionaram uma oportunidade para avaliar o progresso global no enfrentamento das mudanças climáticas, com insights do Sexto Relatório de Síntese de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

Durante as reuniões, foram conduzidas negociações sobre caminhos de transição justa, a escolha de um anfitrião para o secretariado da Rede de Santiago sobre Perdas e Danos e o início da segunda revisão da Comissão Permanente de Finanças. As questões relacionadas com as finanças ficaram em segundo plano, com maior ênfase no apoio aos países em desenvolvimento nos seus esforços de apresentação de relatórios. A agenda também abordou a ambição de mitigação de Sharm el-Sheikh e o programa de trabalho de implementação, com base em discussões anteriores realizadas no Diálogo Climático de Petersberg.

Após as reuniões, foram realizadas oficinas e eventos de diálogo para aprofundar vários temas, incluindo perdas e danos, mitigação, adaptação, povos indígenas, gênero, oceano e ferramentas de relatórios técnicos.

RESULTADOS: Os documentos e decisões podem ser encontrados [aqui](#). A reunião enfrentou desafios em termos de progresso em mitigação e financiamento, com avanços limitados nessas áreas. A avaliação do encontro indica falta de ingredientes necessários para avanços significativos, como um balanço global do Acordo de Paris e uma meta coletiva de financiamento climático. Questões-chave como a sede do secretariado da Rede Santiago sobre Perdas e Danos e o desenvolvimento de uma estrutura para o Objetivo Global de Adaptação também tiveram pouco progresso. Lamentavelmente, a consideração do Sexto Relatório de Avaliação pelo IPCC não reconheceu sua natureza abrangente.

No entanto, as discussões sobre o programa de trabalho sobre caminhos de transição justa foram consideradas produtivas, embora ainda existam desafios na implementação. A troca de pontos de vista destacou a importância de garantir uma transição justa para uma economia de baixo carbono e não deixar ninguém para trás. A reunião enfatizou a necessidade de abordar os desafios interligados de mitigação, financiamento e adaptação, ao mesmo tempo em que

reconheceu o papel crucial do IPCC no apoio a ações climáticas eficazes. Apesar do progresso limitado em algumas áreas, há um entendimento compartilhado da importância de tomar medidas proativas e garantir a participação inclusiva nos esforços globais para combater as mudanças climáticas.

A reunião expôs uma série de insatisfações e preocupações, por exemplo em relação ao processo e à eficácia da UNFCCC. Os documentos técnicos são extensos, e a criação de ferramentas online, como para relatórios sob a Estrutura de Transparência Aprimorada do Acordo de Paris, pode levar muito tempo e recursos. A implementação dos mandatos resultantes das últimas conferências também apresenta desafios, com um aumento significativo no número de mandatos estabelecidos nas COPs 26 e 27 (60 mandatos) em comparação com a COP 25 (7 mandatos). Essa tendência levanta dúvidas sobre quantos programas de trabalho serão estabelecidos nas futuras conferências.

As discussões e os resultados do SB 58 contribuem para o trabalho em andamento, particularmente nas áreas do Relatório de Síntese de Glasgow (GSR) e finanças climáticas. O diálogo técnico e o workshop do RSG têm o potencial de direcionar as discussões para uma necessária correção de rumo, abordando questões de responsabilidade, prestação de contas e confiança. Enquanto isso, questões financeiras relacionadas a perdas e danos e a meta coletiva quantificada sobre financiamento climático estão sendo abordadas pelo Comitê de Transição, com grandes expectativas para operacionalizar acordos de financiamento e estabelecer um novo fundo. Discussões externas, como a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, também desempenham um papel na formulação de orientações políticas.

A mitigação, embora não seja um foco central da SB 58, continua sendo uma questão crítica que moldará a avaliação da presidência da COP 28. A eliminação gradual dos combustíveis fósseis, a promoção de metas de energia renovável e a utilização de tecnologias como captura e armazenamento de carbono serão considerações importantes. Embora existam preocupações sobre a preparação da presidência da COP 28 como mediadora, há um reconhecimento de que a COP 28 tem o potencial de ser um momento crucial para a necessária correção de curso na ação climática.

Justiça Climática: Pedido de parecer consultivo de mudanças climáticas na corte da ONU

No dia 29 de março de 2023, a Assembleia-Geral da ONU solicitou uma opinião consultiva à Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre as responsabilidades dos Estados em relação às mudanças climáticas. A iniciativa, liderada pela República de Vanuatu, uma ilha do Pacífico ameaçada pelo aumento do nível do mar devido às mudanças climáticas, reuniu mais de cem países que adotaram por consenso uma resolução ([A/77/L.58](#)) pedindo à mais alta corte da ONU que se pronuncie sobre a questão climática. A resolução aprovada pede esclarecimentos sobre as consequências legais para os países que causam danos ao sistema climático, destacando o impacto nos países mais vulneráveis e nas gerações futuras. A CIJ é o principal órgão judiciário da ONU, sediado em Haia, nos Países Baixos. A Resolução formulou as seguintes questões à CIJ:

a) Quais são as obrigações dos Estados sob o direito internacional para garantir a proteção do sistema climático ("climate system") e de outras partes do meio ambiente contra as emissões antropogênicas de gases de efeito estufa (GEE) para os Estados e para as gerações presentes e futuras?

b) Quais são as consequências jurídicas dessas obrigações para os Estados que, por suas ações e omissões, tenham causado danos significativos ao sistema climático e a outras partes do meio ambiente, em relação a:

1) Estados, incluindo, em particular, pequenos Estados insulares em desenvolvimento, que devido às suas circunstâncias geográficas e nível de desenvolvimento, são prejudicados ou especialmente afetados ou são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança climática?

2) Povos e indivíduos das gerações presentes e futuras afetados pelos efeitos adversos das mudanças climáticas?

A primeira parte da pergunta busca informações sobre as obrigações e sua aplicabilidade no contexto das mudanças climáticas, enquanto a segunda parte aborda as consequências jurídicas de ações ou omissões dos Estados que causem danos significativos ao sistema climático e ao meio ambiente. Essa questão levanta controvérsias entre os diversos atores da comunidade internacional, pois envolve a responsabilização internacional. Ao formular a pergunta dessa forma, as idealizadoras conseguiram abranger não apenas o regime de alterações climáticas, mas também seus impactos em outros regimes ambientais internacionalmente reconhecidos, como a biodiversidade. Portanto, caso a CIJ responda a essa pergunta, sua opinião poderá abranger tanto responsabilidades difusas relacionadas ao sistema climático quanto responsabilidades específicas em relação a outros aspectos do meio ambiente. Assim, essa consulta pode abordar não apenas o direito internacional das mudanças climáticas, mas também o direito internacional ambiental como um todo.

António Guterres enfatiza a importância da justiça climática como um imperativo moral e enfatiza que o tempo para agir é agora. Ele considera a resolução como um catalisador para ações urgentes, ambiciosas e equitativas, e enfatiza o compromisso com as gerações futuras. Essa é a aposta dos 105 Estados copatrocinadores (numa iniciativa liderada pela República de Vanuatu) de um pedido de opinião consultiva aprovado por consenso no dia 29 de março de 2023 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O texto foi patrocinado por países de língua portuguesa, incluindo Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste.

"Uma transição ecológica que não deixa ninguém para trás"

Líderes mundiais, incluindo Emmanuel Macron (presidente da França), Mia Mottley (primeira-ministra de Barbados), Luiz Inácio Lula da Silva (presidente do Brasil), Ursula von der Leyen (presidente da Comissão Europeia), Charles Michel (presidente do Conselho Europeu), Olaf Scholz (chanceler da Alemanha), Fumio Kishida (primeiro-ministro do Japão), William Ruto (presidente do Quênia), Macky Sall (presidente do Senegal), Cyril Ramaphosa (presidente da África do Sul), Mohamed bin Zayed Al Nahyan (presidente dos Emirados Árabes Unidos), Rishi Sunak (primeiro-ministro do Reino Unido) e Joe Biden (presidente dos Estados Unidos) se uniram para lançar uma carta aberta intitulada ["Uma transição ecológica que não deixa ninguém para trás"](#).

A carta enfatiza a necessidade urgente de enfrentar múltiplas crises, incluindo fome, pobreza, desigualdade e riscos climáticos. Destaca a importância de combater a pobreza e as desigualdades, colocando as pessoas no centro das estratégias de bem-estar global. Reconhece que as mudanças climáticas representam desafios significativos, afetando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis. Ela enfatiza a necessidade de um

sistema que atenda às necessidades e vulnerabilidades do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que faz a transição para um mundo líquido zero e apoia o crescimento econômico sustentável. Enfatiza-se a convergência entre redução da pobreza e proteção do planeta, clamando por transições justas e inclusivas. Os líderes se comprometem a traçar um novo consenso global, recuperar ganhos de desenvolvimento e acelerar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Eles enfatizam a importância de cumprir os compromissos climáticos e de desenvolvimento, alavancando várias fontes de financiamento e garantindo o alívio oportuno da dívida. A reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento é vista como crucial, juntamente com maior cooperação, investimento privado, transferência de tecnologia e investimento sustentável e inclusivo. A declaração pede o fortalecimento dos instrumentos existentes e a exploração de novas e inovadoras fontes de financiamento para alcançar os objetivos de desenvolvimento e clima.

Neste sentido, os líderes mundiais anunciaram sua intenção de utilizar a [Cúpula de Paris para um Novo Pacto de Financiamento Global, de 22 a 23 de junho](#), como uma oportunidade política crucial para recuperar o progresso perdido no desenvolvimento e acelerar os avanços em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo a promoção de transições equitativas. Sua estratégia é resoluta: visam garantir o cumprimento dos compromissos de desenvolvimento e clima. Alinhados com a Agenda de Ação de Adis Abeba, eles reconhecem a necessidade de utilizar todas as fontes de financiamento disponíveis, abrangendo assistência oficial ao desenvolvimento, recursos domésticos e investimento privado.

Assembleia da ONU Habitat



A [Segunda Sessão da Assembleia ONU-Habitat \(UNHA2\)](#) ocorreu em Nairóbi, Quênia, de 5 a 9 de junho de 2023, com um formato híbrido que incluiu mais de 3.400 participantes presenciais e mais de 2.000 participantes online. A sessão centrou-se em alcançar os objetivos delineados na Declaração Ministerial, que incluem garantir o acesso a habitação adequada, sistemas de transporte seguros, urbanização sustentável, sustentabilidade ambiental nas cidades e acesso universal a espaços públicos inclusivos e verdes até 2030.

A diretora executiva da ONU-Habitat, Maimunah Mohd Sharif, expressou entusiasmo pelo foco renovado da organização, já que os delegados aprovaram por unanimidade a Declaração Ministerial e 10 resoluções, fornecendo um roteiro para o trabalho da organização

nos próximos quatro anos. Durante a sessão, o presidente do Quênia, William Ruto, apresentou a iniciativa de seu país para entregar moradias acessíveis e sustentáveis até 2030, enfatizando a necessidade de esforços multilaterais mais fortes e apoio financeiro. Elizabeth Maruma Mrema, vice-diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), enfatizou a importância da colaboração entre o PNUMA e o UN-Habitat no combate à poluição plástica urbana.

REVISÃO DOS PROGRESSOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA NUA E DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Diretora Executiva, Maimunah Mohd Sharif, apresentou seu relatório ([HSP/HA.2/5](#)) juntamente com o relatório do Presidente da Assembleia Geral da ONU sobre o progresso da implementação da Nova Agenda Urbana (NUA) ([HSP/HA.2/INF/3](#)). Sharif expressou preocupação com o número insuficiente de países que apresentaram relatórios de progresso sobre a implementação da NUA, considerando uma oportunidade perdida para monitorar a urbanização sustentável. Os delegados concordaram em remeter este assunto para o Comitê do Todo (COW) para um debate mais aprofundado. **Foram apresentados cerca de 40 relatórios nacionais sobre o NUA** e foi apresentada a proposta de alinhar os relatórios do NUA com as políticas e fóruns urbanos nacionais.

Adicionalmente, o Secretariado apresentou o relatório do Diretor Executivo sobre a proposta de prorrogação do atual Plano Estratégico para 2020-2023 até 2024-2025 ([HSP/HA.2/8](#)), bem como a avaliação intercalar do Plano Estratégico para 2020-2023 ([HSP/HA.2/9](#)). O relatório destacou um quadro e um roteiro de recuperação para acelerar a implementação do NUA, concentrando-se na melhoria dos serviços básicos e na criação de espaços públicos mais seguros e cocriados. A Secretaria sugeriu uma prorrogação de dois anos do Plano Estratégico para consolidar o trabalho e aumentar o impacto, enquanto se prepara para o Plano 2026-2029. Os delegados encaminharam esta proposta à Comissão do Todo para posterior discussão. A Secretaria também delineou três novas áreas políticas – habitação adequada, ação climática e recuperação de crises urbanas – a serem incluídas no novo plano, juntamente com dois novos drivers: localização e financiamento dos ODS.

DECLARAÇÃO MINISTERIAL

A [Declaração Ministerial intitulada "Um Futuro Urbano Sustentável através do Multilateralismo Inclusivo e Eficaz: Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Tempos de Crise Global"](#) foi endossada pelos ministros presentes na Assembleia da ONU-Habitat (UNHA). A declaração reafirmou seu compromisso com a [Nova Agenda Urbana](#) (NUA) e seu plano de implementação, enfatizando o papel da ONU-Habitat como ponto focal para a urbanização sustentável e assentamentos humanos dentro das Nações Unidas. Os ministros se comprometeram a fortalecer o ONU-Habitat e promover o engajamento multilateral e a cooperação internacional em várias questões urbanas e habitacionais, particularmente a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Eles reconheceram a importância de planejamento urbano inclusivo, governança multinível, adaptação às mudanças climáticas, resposta a desastres naturais e abordagens de finanças sustentáveis.

Os ministros também saudaram o Plano de Implementação de Sharm El-Sheikh e pediram uma ação colaborativa para enfrentar as mudanças climáticas. Eles destacaram a

necessidade de uma abordagem multinível e multissetorial, políticas baseadas em dados, inovação, parcerias, capacitação e transformação digital para um progresso acelerado.

A declaração instou os Estados-Membros e as partes interessadas a utilizarem o multilateralismo inclusivo e eficaz e a cooperação internacional para promover soluções sustentáveis para habitação adequada, ação ambiental, recuperação urbana, localização dos ODS e abordagens de cidades inteligentes centradas nas pessoas.

RESOLUÇÕES APROVADAS

Os delegados aprovaram [10 resoluções](#) abordando:

1. diretrizes internacionais sobre cidades inteligentes centradas nas pessoas;
2. acelerar a transformação de assentamentos informais e favelas até 2030;
3. Dia Mundial da Limpeza;
4. cidades biodiversas e resilientes;
5. reforçar a interligação entre a urbanização e a resiliência às alterações climáticas;
6. localização dos ODS;
7. moradia adequada para todos;
8. planeamento urbano e infraestrutura sustentável;
9. criação de uma estrutura de resiliência de assentamentos humanos; e
10. financiamento equitativo e acompanhamento eficaz da implementação das resoluções da UNHA2.

Descrevemos algumas das resoluções que são de interesse desse informe:

• Cidades Biodiversas e Resilientes

Na resolução final ([HSP/HA.2/L.7](#)), a Assembleia ONU-Habitat (UNHA) solicita ao Diretor Executivo que tome várias ações, sujeitas a financiamento, para promover cidades biodiversas e resilientes. Essas ações incluem a integração da biodiversidade no planeamento urbano e territorial, o alinhamento de políticas em diferentes níveis de governança, a promoção de oportunidades de geração de renda para o uso sustentável da biodiversidade e a prestação de assistência técnica para a gestão da biodiversidade no planeamento urbano. A resolução também pede a criação de um grupo consultivo internacional de especialistas para desenvolver um conjunto de ferramentas sobre desenvolvimento urbano para cidades mais biodiversas e resilientes, que compilará as melhores práticas, aumentará a conscientização, identificará as necessidades das pessoas vulneráveis e proporá metodologias inovadoras. O Diretor Executivo tem ainda a tarefa de relatar as ligações entre as cidades biodiversas e a Nova Agenda Urbana (NUA) e apresentar um conjunto de ferramentas sobre cidades mais biodiversas e resilientes ao Conselho Executivo em 2024. A resolução incentiva os Estados-Membros a apoiarem a implementação da resolução através de contribuições acrescidas para os fundos da ONU-Habitat. Além disso, espera-se que o Diretor Executivo convoque um grupo de parceiros de financiamento para explorar opções de captação de recursos e implementar políticas que favoreçam cidades biodiversas e resilientes. Os progressos realizados na implementação desta resolução serão comunicados à UNHA3.

• Reforçando a interligação entre urbanização e resiliência às mudanças climáticas

Durante a sessão final do Comitê de Redação, a resolução ([HSP/HA.2/L.8](#)) foi concluída após discussões sobre sua conexão com o Acordo de Paris. Na resolução, a Assembleia ONU-Habitat concorda em solicitar ao Diretor Executivo, dentro do mandato da organização e dos recursos disponíveis, a realização de várias ações. Essas ações incluem o fortalecimento das

ligações entre urbanização e mudança climática, engajamento com os Estados-Membros e partes interessadas para organizar reuniões sobre urbanização e mudanças climáticas e desenvolvimento de opções e recomendações para a operacionalização da iniciativa Resiliência Urbana Sustentável para a Próxima Geração (SURGe). A resolução também enfatiza o apoio a iniciativas para aumentar a capacidade de adaptação das comunidades, a expansão do programa Assentamentos Resilientes para os Pobres Urbanos (RISE-UP), a mobilização de recursos, a disseminação de informações sobre inovações e boas práticas de ação climática e o fornecimento de atualizações ao Conselho Executivo sobre a implementação da resolução. Os Estados-Membros são incentivados a cooperar e a incluir contribuições a nível local nas suas atualizações e implementação das Contribuições Nacionais Determinadas (NDC) ao abrigo do Acordo de Paris.

• **Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Na resolução final ([HSP/HA.2/L.9](#)) sobre a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Assembleia ONU-Habitat enfatiza a importância de acelerar a ação para alcançar a Agenda 2030 por meio da implementação, monitoramento e relatórios locais. A resolução descreve vários pedidos ao Diretor Executivo para promover a localização dos ODS:

1. Desenvolver orientação normativa e ferramentas práticas para a localização dos ODS.
2. Desenvolver a capacidade entre as partes interessadas para relatar o progresso por meio de revisões locais e subnacionais voluntárias e contribuir para relatórios nacionais sobre a Nova Agenda Urbana (NUA).
3. Melhorar os relatórios nacionais sobre a dimensão urbana dos ODS.
4. Reforçar o envolvimento e o apoio às autoridades locais e regionais através de parcerias estratégicas.
5. Ajudar os governos nacionais a melhorar a governança local multinível para o avanço dos ODS.
6. Localização dos ODS em todo o sistema da ONU.
7. Promover o uso da estrutura global de monitoramento urbano para relatar o NUA e localizar os ODS.
8. Reforçar as iniciativas e a capacidade de melhorar os dados sobre as zonas urbanas desfavorecidas e vulneráveis, incluindo um mapeamento preciso.
9. Apresentar propostas ao Conselho Executivo para implementar elementos da resolução com implicações orçamentais para o ONU-Habitat.

A resolução também incentiva os Estados-Membros e os parceiros financeiros a apoiarem a localização dos ODS, aumentando o financiamento concessional e melhorando o acesso ao financiamento disponível para as partes interessadas locais e regionais. Os Estados-Membros são convidados a mobilizar recursos por meio de contribuições voluntárias para fortalecer o trabalho da ONU-Habitat na localização dos ODS. Além disso, os Estados-Membros são incentivados a colaborar com a coligação Local2030 e a apoiar iniciativas internacionais, como a Plataforma do Grupo dos 20 sobre Localização dos ODS e Cidades Intermediárias.

• **Criação de um Quadro de Resiliência dos Assentamentos Humanos para Alerta Precoce, Previsão, Redução de Riscos, Resposta a Crises e Recuperação e Reconstrução Pós-Crise**

Na resolução final ([HSP/HA.2/L.12](#)), a Assembleia ONU-Habitat insta o Diretor Executivo a desenvolver um quadro operacional destinado a fortalecer a resiliência nos assentamentos humanos. O quadro incorporará as melhores práticas, reforçará a cooperação e colmatará as

lacunas para responder eficazmente aos riscos de crise urbana. A resolução define os seguintes objetivos para o quadro operacional:

1. Organizar e coordenar uma coalizão global dedicada a antecipar e monitorar desastres e outros riscos de crises urbanas.
2. Facilitar o acesso ao conhecimento científico e aos dados sobre as crises urbanas.
3. Apoiar o desenvolvimento de capacidades entre as partes interessadas para melhorar a construção de resiliência e os esforços de redução de riscos.
4. Melhorar a capacidade global de avaliação de risco de assentamentos humanos e planejamento de resiliência, reduzindo a vulnerabilidade.
5. Ajudar na rápida recuperação de crises urbanas e promover o desenvolvimento de quadros de recuperação urbana que se alinhem com os quadros nacionais de recuperação.

A resolução enfatiza a importância da cooperação entre os Estados-Membros, as partes interessadas e a ONU-Habitat para a implementação efetiva do quadro operacional. Solicita-se ao Diretor Executivo que forneça atualizações sobre os progressos da implementação, incluindo quaisquer desafios encontrados, e proponha medidas adicionais, se necessário.

DECISÕES

A Assembleia ONU-Habitat adotou um conjunto de [cinco decisões](#) que incluem a prorrogação do atual Plano Estratégico até 2025, a definição de uma data para a retomada da segunda sessão da Assembleia em 2025, a extensão dos mandatos dos membros da Diretoria Executiva e da Mesa da Assembleia, a continuidade dos trabalhos sobre a política de engajamento das partes interessadas e o reconhecimento de relatórios sobre gestão e administração. Essas decisões visam alinhar os processos de planejamento, engajar as partes interessadas e garantir uma governança efetiva dentro do UN-Habitat.

SESSÕES DE ALTO NÍVEL

Houve [3 sessões temáticas de alto-nível](#). A primeira sessão temática de alto nível centrou-se nas alterações climáticas e nas crises migratórias nas áreas urbanas, destacando a necessidade de um planejamento urbano inclusivo e sustentável para abordar a vulnerabilidade. A segunda sessão centrou-se no acesso universal à moradia adequada, enfatizando o papel do multilateralismo mais forte na realização desse direito. A terceira sessão discutiu a localização e o financiamento dos ODS, explorando mecanismos para fechar as lacunas de financiamento e os benefícios de localizar os objetivos de desenvolvimento sustentável. Cada sessão enfatizou a importância do multilateralismo inclusivo e identificou as principais conclusões para criar cidades resilientes, operacionalizar o direito à moradia e promover mudanças efetivas por meio da localização e do financiamento. Resumos detalhados de cada sessão podem ser encontrados através dos links fornecidos.

Relatório sobre o future da poluição de Plástico da UNEP

O PNUMA lançou [um relatório](#) sobre como deverá ser a produção, o uso, a reciclagem e o manejo de plásticos para o futuro, bem como os efeitos na economia e no ambiente. O relatório recomenda uma abordagem abrangente de mudança de sistemas para combater a poluição plástica, reduzindo o uso problemático de plástico e fazendo a transição para uma economia circular para os plásticos. Isso implica acelerar as mudanças de reutilização, reciclagem e reorientar e diversificar o mercado.

REUSO E RECICLAGEM: É enfatizada a necessidade de se transformar de uma "economia do descarte" para uma "sociedade de reutilização", onde a reutilização de produtos plásticos é economicamente vantajosa. Além disso, pede para aumentar a lucratividade do mercado de reciclagem de plástico e mudar para alternativas sustentáveis de plástico por meio de mudanças na demanda, regulamentações e custos do consumidor.

REPENSANDO O MERCADO: Os principais elementos da transformação de mercado necessária foram descritos no relatório, incluindo repensar e redesenhar produtos, promover a reutilização, reciclagem e diversificar mercados, bem como o incentivo ao mercado de alternativas de plástico seguras, sustentáveis, bem como avaliar a demanda por plásticos duráveis e reduzir plásticos problemáticos e desnecessários, enquanto estabelece um quadro fiscal para a reciclagem.

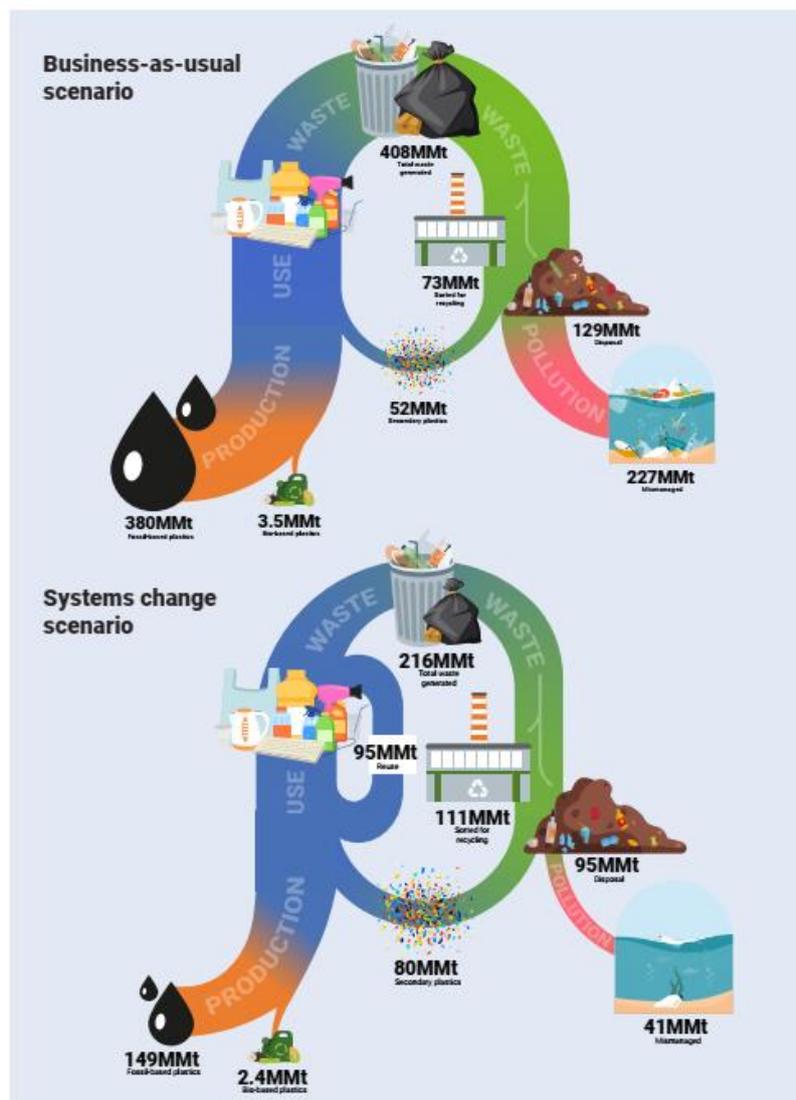


Figure ES 2: Possible plastic futures. Top: modelled plastic flows of short-lived plastics in 2040 under a business-as-usual scenario; Bottom: modelled plastic flows of short-lived plastics in 2040 under a systems change scenario. Source: UNEP modelling building on The Pew Charitable Trusts and Systemiq (2020) and OECD (2022).

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: Essa transformação do mercado resultará em benefícios econômicos e sociais, incluindo a redução de custos para os governos e o setor privado, a criação de centenas de milhares de novos empregos, a redução da pobreza e a uma transição justa para os trabalhadores, além da redução dos custos ambientais.

Isso se daria a partir da responsabilidade compartilhada de várias partes interessadas, incluindo governos, indústria petroquímica, municípios, catadores, conversores de plástico e usuários-chave em diferentes setores, para acelerar a reutilização, a reciclagem e a sustentabilidade de materiais alternativos.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA E ALGUNS ATORES-CHAVE: O setor financeiro foi reconhecido como desempenhando um papel central ao alinhar os fluxos de capital com uma economia circular de plásticos. Atualmente, o uso do plástico segue um modelo de economia linear, onde os materiais são usados uma vez e depois descartados, resultando em poluição. Países em todo o mundo reconheceram a urgência de acabar com a poluição plástica, mas a abordagem atual carece de coordenação e escala. O relatório argumentou que apenas uma mudança sistêmica para uma economia circular de plásticos poderia efetivamente enfrentar a crise global de poluição plástica.

O relatório enfatizou a interdependência das ações em nível de sistema e a importância de aumentar a conscientização dos consumidores, ao mesmo tempo em que oferece alternativas viáveis. Foi recomendada uma abordagem global, promovendo medidas e definições internacionalmente consistentes para combater a poluição por plásticos, incluindo diretrizes ou padrões de design compartilhados. Isso criaria um ambiente estável para inovação, investimento em infraestrutura e consistência de políticas.

Foram consideradas necessárias medidas paliativas durante o período de transição, como a inovação, a investigação e o desenvolvimento. Mudanças políticas e legislativas ambiciosas e oportunas são cruciais para acelerar as mudanças de sistemas, com responsabilidade alargada do produtor, incentivos à eficiência dos recursos e apoio a produtos reutilizáveis e reciclados entre as abordagens.

Sob a responsabilidade do consumidor, o relatório aponta que são necessárias políticas, que também incentivam a mudança de comportamento para aumentar a demanda por reutilização. Especificamente, os sistemas de reutilização requerem os seguintes elementos para funcionar de forma eficaz: pontos de coleta, retorno incentivos (para garantir taxas de retorno altas o suficiente), inverter logística (incluindo lavagem e saneamento), rotulagem e comunicação, conscientização do consumidor, entre outros.

MITIGAÇÃO DA POLUIÇÃO EXISTENTE: foram discutidas estratégias para gerenciar a poluição plástica existente no meio ambiente por meio da coleta e descarte responsáveis, juntamente com as mudanças políticas e legislativas necessárias para impulsionar essa transformação. Para isso, há a necessidade de uma mudança de sistemas, apoiada por instrumentos regulatórios, para trazer benefícios econômicos e reduzir os danos à saúde humana, ao meio ambiente e ao clima. A transição de uma economia linear para uma economia circular é essencial para evitar que os plásticos entrem nos ecossistemas e corpos, ao mesmo tempo que mantém o seu valor na economia.

Em última análise, o relatório fez um forte argumento para a viabilidade econômica de uma mudança de sistemas em direção a uma economia circular de plásticos, com custos mais baixos, empregos mais verdes, emissões reduzidas e o fim da poluição plástica. Apelou à mudança de políticas como o principal motor da mudança dos sistemas, apresentando uma oportunidade para os decisores políticos, governos, líderes da indústria e partes interessadas abordarem a crise da poluição por plástico de forma eficaz.

Integridade da Informação em Plataformas Digitais

A ONU publicou [um relatório](#) destacando o impacto negativo das **fake-news** (*disinformation*), **desinformação** (*mis-information*) e **discurso de ódio** em suas ações em políticas para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento sustentável, principalmente em relação a saúde e clima. Como definição, as **fake-news** envolve a disseminação de informações imprecisas com a intenção de enganar e causar danos. As fake News podem ser disseminadas por atores estatais ou não estatais em múltiplos contextos, inclusive durante conflitos armados, e podem afetar todas as áreas do desenvolvimento, da paz e segurança aos direitos humanos, saúde pública, ajuda humanitária e ação climática. Enquanto a **desinformação** refere-se ao compartilhamento não intencional de informações falsas de boa-fé. Distinguir entre os dois pode ser um desafio. O **discurso de ódio** é qualquer tipo de comunicação em fala, escrita ou comportamento, que ataca ou usa linguagem pejorativa ou discriminatória com referência a uma pessoa ou grupo com base em quem eles são, em outras palavras, baseados em sua religião, etnia, nacionalidade, raça, cor, descendência, gênero ou outro fator de identidade.

É crucial abordar essas questões e fortalecer a integridade da informação nas plataformas digitais de forma global, pois elas podem colocar em risco a saúde pública, dificultar a ação climática e minar os direitos humanos. O relatório propõe princípios para um Código de Conduta das Nações Unidas para a Integridade da Informação em Plataformas Digitais, a fim de garantir a integridade da informação e, ao mesmo tempo, defender os direitos humanos.

Durante a pandemia de COVID-19, as fake-news e a desinformação sobre o vírus e as vacinas representaram riscos para a saúde pública, com ativistas antivacina se aproveitando da confusão. Da mesma forma, a desinformação climática nega ou distorce as evidências científicas de que as mudanças climáticas são induzidas pelo homem, impedindo ações urgentes. Certos atores, incluindo empresas de combustíveis fósseis, se envolvem em táticas de "greenwashing" para enganar o público.

O relatório também pondera, afirmando que apesar desses desafios, as plataformas digitais trouxeram benefícios valiosos ao facilitar a comunicação, disseminar informações que salvam vidas e promover a inclusão e o ativismo.

No Brasil, diante da possibilidade de disseminação em massa de desinformação e fake-news de pânico e ideias antidemocráticas nas plataformas digitais, parlamentares propuseram a regulação dessas mídias por meio do Projeto de Lei 2.630/2020, ou PL das Fake News, como ficou popularmente conhecido.

Levantando opiniões antagônicas, o assunto influencia diretamente o futuro das atividades das redes sociais e do acesso à informação no país. Em meio às discussões, a reação das grandes empresas de tecnologia dominantes no mercado, e principais afetadas, sobre o tópico também vem gerando polêmicas.

Esse é um tema muito polêmico que envolve também estabelecer controles para a inteligência artificial, que identifica algoritmos e aprende os interesses individuais, alimentando as pessoas com conteúdos semelhantes para mantê-las o maior tempo na frente da tela. Se pensarmos bem, essa também é uma forma de controlar a informação, porque o que chega ao indivíduo é selecionado pela inteligência artificial. Com a velocidade do avanço das tecnologias e os bilhões de conteúdos criados diariamente, esse diálogo é essencial para corrigir danos futuros.

Resultados e orientações gerais do trabalho do PNUD

Erica Kastrup

Entre os dias 5 e 9 de junho de 2023 ocorreu a Segunda Sessão Anual do Conselho Executivo conjunto do PNUD, UNFPA e UNOPS na sede das Nações Unidas em Nova Iorque. Neste informe, trazemos o discurso de Achim Steiner⁹, administrador do PNUD, que aponta os principais resultados e orientações do Programa sob sua direção.

Steiner iniciou o discurso apontando os resultados do Programa no ano passado. O investimento no desenvolvimento internacional foi de US\$ 4,8 bilhões, o nível mais alto em mais de uma década, por meio dos quais 95% das metas programáticas planejadas foram atingidas. O PNUD equilibrou seu orçamento institucional pelo sexto ano consecutivo, ganhou em eficiência e aplicou mais de 80 por cento de seus recursos regulares em países de baixa renda. A igualdade de gênero foi um objetivo principal, sendo que 90 escritórios nacionais se alinharam à estratégia da direção geral do Programa para este tema. Em 2022, foram enviados funcionários e suprimentos para mais de 170 países e territórios e o Programa apoiou 85 entidades das Nações Unidas. Uma de suas atividades principais foi o investimento em seu corpo de especialistas em desenvolvimento localizados em diversas partes do mundo.

Na fala de Steiner é possível perceber o destaque o PNUD vem dando para temas já trabalhados em outras edições deste informe, como a aproximação com o setor privado e com Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) como Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Islâmico de Desenvolvimento e Banco Europeu de Investimento. Por meio da colaboração com essas e outras IFIs, o PNUD articulou a implementação cerca de US\$ 292 milhões em financiamento em mais de 43 países em 2022. Olhando para o setor privado, o PNUD está desenvolvendo uma nova política sobre direitos de propriedade intelectual voltada para contornar as restrições à capacidade de se envolver com pequenas e médias empresas e empresas iniciantes, e elaborando uma abordagem de parceria do setor privado sob medida para contextos frágeis e de crise. Em 2022, o PNUD foi a organização Internacional que mais estabeleceu parcerias com fundos verticais, como o Green Climate Fund, o Global Environment Facility (GEF), o Multilateral Fund for the Montreal Protocol e o Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria.

Uma das áreas em que o programa vem investindo é o de energia renovável, focando na parceria com o setor privado. A orientação não é somente expandir o acesso à energia, mas conectá-la ao desenvolvimento humano. Nesse sentido, o principal trabalho é o estabelecimento de mini-redes de energia solar que pretende atingir 21 países africanos com 114.000 unidades e um investimento de 65 bilhões de dólares. Os primeiros pilotos sobre integração abrangente de gênero em energia visam a igualdade de acesso das mulheres, juntamente com empregos verdes e posições de liderança na política energética.

O Programa vem buscando melhorar sua gestão visando a sustentabilidade de sua atuação. Para isso, vem trabalhando para integrar projetos – com horizontes de tempo limitados - em portfólios com o objetivo de obter resultados integrados e sistêmicos. É um exercício de intersectorialidade e de visão estratégica para melhorar o impacto de sua atuação. Para Steiner,

⁹ Disponível na íntegra em: <https://www.undp.org/speeches/undp-administrators-speech-june-2023-annual-executive-board-meeting>

a “promessa de desenvolvimento requer uma redefinição”. Os ODS estabelecem a direção para onde precisamos ir, mas não são um fim em si mesmos. O fim, é a transformação do desenvolvimento para que este supere as limitações atuais, chegue a todos e perdure no tempo, e para isso é necessário que as ações sejam sustentáveis.

E para promover essa transformação, o Programa vem investindo em uma visão de futuro ao mesmo tempo que busca aplicar coerência aos seus projetos organizando-os em portfólios. Adotou um Sistema de Sinais e Tendências Futuras, que agrega uma rede global de mais de 100 funcionários do PNUD que procuram mudanças regularmente. Um primeiro relatório sobre as descobertas lançado este ano apontou questões de rápida evolução que são essenciais para um melhor desenvolvimento, as quais variam entre a sustentação de princípios democráticos durante choques até a intermediação de alianças e o investimento no tecido social para evitar uma “recessão social”. Este exercício está ajudando o PNUD a pensar sobre o que precisamos oferecer aos países para atender às suas prioridades nacionais e onde podemos investir melhor tempo e dinheiro para progredir mais rapidamente.

O pensamento sistêmico orientado ao futuro também se apoia na transição da ação orientada por projetos para a ação orientada por portfólios, que oferece uma nova maneira de conceituar as principais preocupações de desenvolvimento, abrangendo a amplitude e a complexidade de sistemas de desenvolvimento inteiros e visando soluções integradas com maior probabilidade de resultados transformadores e ampliados. Ele abre espaço para adaptação rápida e geração contínua de novas soluções para lidar com problemas complexos de desenvolvimento que mudam rapidamente. Além da introdução nos próprios processos internos da organização, o PNUD vem apoiando países na adoção de pesquisas de futuro. Por exemplo, Angola, que está estabelecendo um observatório nacional sobre o futuro do trabalho para ajudar a responder a perguntas sobre as habilidades necessárias, como acelerar as transições do trabalho informal e como fortalecer as economias locais.

Segundo Steiner, “a nossa capacidade de caminhar para um futuro melhor depende de poder antecipá-lo, mas também de restabelecer a confiança na promessa de desenvolvimento.” Para ele, um dos principais entraves ao desenvolvimento é o funcionamento do sistema financeiro global, que seria incapaz de enfrentar os desafios de nosso tempo. O PNUD vem buscando enfrentar esse quadro a partir da construção de um discurso que visa a reforma desse sistema, buscando disseminar, por exemplo, a ideia de que o PIB é uma meta superada para medir o desenvolvimento. Para o Programa, é preciso ir além e buscar outras medidas para o sucesso econômico. Essa ideia será pauta das agendas da Cúpula dos ODS de 2023 e da Cúpula do Futuro de 2024.

Outra estratégia anunciada foi a emissão de títulos atrelados à sustentabilidade, que captaram US\$ 13,6 bilhões dos mercados de capitais, e o fomento à pesquisas que buscam abordagens mais justas na gestão de dívidas. Uma parceria do PNUD com a Brookings Institution e AfriCatalyst está criando um banco de dados de indicadores macroeconômicos chave para apoiar os países africanos durante o processo de avaliação de crédito.

Um ponto central da fala do administrador do PNUD foi a urgência da questão ambiental. Contudo, ele ressaltou que há uma notável expansão dos direitos aos ecossistemas e recursos naturais nos sistemas jurídicos nacionais, ao mesmo tempo em que a ONU aprovou a uma resolução histórica sobre um meio ambiente saudável como um direito humano. Com isso, o PNUD já está aprimorando seu trabalho em justiça ambiental, vendo um forte potencial para trabalhar por meio de estruturas e instituições legais nacionais e internacionais e para

abordar a desigualdade e as violações dos direitos humanos entrelaçadas com os danos ao meio ambiente de maneira interligada.

O avanço na inteligência artificial, a guerra na Ucrânia e a súbita explosão global dos preços dos alimentos e da energia, a piora das perspectivas para os ODS e as questões climáticas foram outras questões apontadas como merecedoras da atenção urgente dos dirigentes mundiais e, para o líder do PNUD, o melhor jeito de enfrentar as adversidades é manter os ODS como bússola.

Contudo, para a instituição, o principal desafio está na sustentabilidade de suas próprias ações. Segundo Steiner, há um recuo nos recursos essenciais para a operação efetiva como uma organização global que responde às diversas necessidades dos Estados membros da ONU. Houve aumento nas contribuições de alguns países desenvolvidos como Austrália, Áustria, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Suécia, Espanha e Estados Unidos, mas a tendência geral é de declínio nas dotações regulares que permitem manter a estrutura central. Ele alertou que:

“a menos que esta tendência seja revertida com urgência, o PNUD enfrentará um revés significativo tanto em sua eficácia institucional quanto em seu papel na entrega da promessa de desenvolvimento, incluindo possivelmente o fechamento de escritórios; descontinuação de certas ofertas de programas e redução do apoio vital para países afetados por crises, Isso limitará a trajetória do PNUD como uma instituição multilateral confiável, imparcial e eficiente, comprometida em atender pessoas e países que mais precisam de apoio internacional.”

Por meio do discurso de Steiner é possível identificar que a igualdade de gênero, mudança climática, energia renovável, a introdução de uma visão de futuro, a busca por influir nas finanças e ao mesmo tempo a associação com o setor privado e com as instituições financeiras são alguns dos temas e estratégias que estão moldando a atuação do PNUD. Alguns desses temas já foram tratados em outros informes neste Caderno. O monitoramento e a investigação da ação do PNUD em torno de suas diferentes funções, âmbitos e níveis de atuação é importante para que se possa conhecer e avaliar como a principal organização internacional dedicada ao desenvolvimento vem buscando moldar e construir o futuro.

Termina a 111ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, de 5 a 16 de junho: os grandes desafios globais e nacionais permanecem

René Mendes

Encerrou-se em 16 de junho a 111ª Conferência Internacional do Trabalho, na cidade de Genebra, tendo como sede principal do evento o Palácio das Nações. Aberta em de 5 de junho, a Conferência reuniu cerca de 5 mil delegados, dos 187 estados-membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os quais se fizeram presentes em delegações tripartites, constituída por delgados de governos, delegados de empregadores e delegados de trabalhadores. Foi o primeiro evento realizado na gestão do novo Diretor Geral da OIT Gilbert F. Hounbo (Togo), empossado no final do ano passado.

Nesta edição dos Cadernos CRIS, faremos uma breve menção às principais Resoluções adotadas pela 111ª Conferência Internacional do Trabalho, e apresentaremos uma súmula do trabalho da Comissão Aplicação de Normas da OIT¹⁰, que analisa denúncias de descumprimento ou violação grave das principais normas internacionais do trabalho (principalmente as expressas em Convenções e Recomendações), com foco nos países latino-americanos.

Entre os grandes temas debatidos ao longo de duas semanas, mereceram destaque as resoluções vinculadas ao da agenda: **“Alcançar uma transição justa para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos”**. A Conferência adotou as conclusões do **“Comitê de Discussão Geral sobre uma Transição Justa”**¹¹. Elas destacam a necessidade urgente de avançar para uma transição justa para alcançar a justiça social, erradicar a pobreza e apoiar o trabalho decente. Os delegados endossaram as “Diretrizes da OIT para uma transição justa para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis” como base para ação e referência central para a formulação de políticas.

Ainda em torno dos grandes temas oficiais da Conferência, foram aprovadas as conclusões e recomendações da **“Comissão de Discussão Recorrente sobre Proteção Laboral”**¹², que traça o caminho na direção de uma proteção mais inclusiva, adequada e eficaz para todos os trabalhadores e trabalhadoras, e fornece as bases para um Plano de Ação para o trabalho futuro da OIT.

Um dos temas mais valiosos, debatidos na 111ª Conferência Internacional do Trabalho foi o que regulamenta a **“aprendizagem de qualidade”**. Segundo a OIT, o novo padrão de emprego visa apoiar "oportunidades para pessoas de todas as idades se qualificarem, requalificarem e melhorarem continuamente" em mercados de trabalho em rápida mudança¹³. Fornece uma definição clara de aprendizagem e especifica os padrões aos quais a aprendizagem

¹⁰ <https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/111/committees/standards/lang--es/index.htm>

¹¹ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_885377.pdf

¹² https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_885427.pdf

¹³ https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/111/reports/records/WCMS_885175/lang--es/index.htm

de qualidade é aspirada, incluindo os direitos e a proteção dos aprendizes. Conheça a nova Recomendação da OIT¹⁴ sobre a matéria.

Nos últimos dois dias da Conferência, 16 Chefes de Estado e de Governo, bem como representantes de outras agências da ONU e multilaterais e de organizações de trabalhadores e empregadores, participaram de uma **“Cúpula Mundial do Trabalho”** de alto nível, sob o tema **“Justiça social para todos”**. Os participantes discutiram uma série de questões relacionadas à justiça social, incluindo a proposta de criação de uma Coalizão Global pela Justiça Social. Painéis de alto nível discutiram desigualdades e informalidade, criando oportunidades iguais, aprendizagem ao longo da vida e desenvolvimento de habilidades, proteção social e formas de impulsionar o comércio, desenvolvimento sustentável e direitos humanos e trabalhistas¹⁵.

Breve panorâmica sobre o trabalho da Comissão de Especialistas na Aplicação das Normas Internacionais do Trabalho¹⁶

Como é de praxe, a Conferência Internacional do Trabalho inclui em sua programação a apresentação e discussão do importante trabalho que é realizado pela Comissão de Especialistas, relativo ao cumprimento das “convenções internacionais” que embasam as “normas internacionais do trabalho”, que devem ser adotadas e cumpridas pelos países-membros. Ao longo do ano, e durante a Conferência, a OIT recebe milhares de denúncias sobre descumprimento e violações de importantes instrumentos normativos, geradas por organizações e movimentos sociais de trabalhadores e, principalmente, por sindicatos.

Para este número dos Cadernos CRIS, foi analisado o robusto documento de 1.058 páginas¹⁷, de onde fizemos uma compilação minuciosa das denúncias relativas aos países da América Latina, como um ponto de partida para futuras análises mais aprofundadas e críticas que pretendemos fazer nas próximas edições dos Cadernos.



111^a. Conferência Internacional do Trabalho – Genebra, junho de 2023

¹⁴https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_885175.pdf

¹⁵<https://live.ilo.org/es/eventos/cumbre-sobre-el-mundo-del-trabajo-justicia-social-para-todos-2023-06>

¹⁶<https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/111/committees/standards/lang-es/index.htm>

¹⁷https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_868120.pdf

**PAÍSES LATINOAMERICANOS, ÁREAS TEMÁTICAS E CONVENÇÕES OBJETO DE DENÚNCIAS DE
DESCUMPRIMENTO APRESENTADAS À OIT (2022/2023)**

PAÍSES	ÁREAS TEMÁTICAS DENUNCIADAS	CONVENÇÕES DA OIT NÃO CUMPRIDAS OU VIOLADAS
ARGENTINA	Trabalho forçado	C 29 Convenção sobre trabalho forçado
	Eliminação do trabalho infantil, proteção de crianças e menores	C 138 Convenção sobre idade mínima C 182 Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil
BOLÍVIA	Informação não disponibilizada à OIT	Informação não disponibilizada à OIT
BRASIL	Liberdade sindical, negociação coletiva e relações de trabalho	C 98 Direito à sindicalização e negociação coletiva
	Trabalho forçado	C 29 Convenção sobre trabalho forçado
	Eliminação do trabalho infantil, proteção de crianças e menores	C 138 Convenção sobre idade mínima C 182 Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil
	Igualdade de oportunidades e de tratamento	C 100 Igualdade de remuneração C 111 Discriminação no emprego
	Povos indígenas e tribais	C 169 Povos indígenas e tribais
CHILE	Seguridade Social	C 24 Seguro doença (indústria) C 25 Seguro doença (agricultura)
	Proteção da Maternidade	C 103 Proteção da maternidade
COLÔMBIA	Tempo de Trabalho	C 1 Horas de trabalho (indústria)
		C 14 Descanso semanal
		C 30 Horas de trabalho (comércio e escritórios)
		C 52 Férias pagas
	Administração e inspeção do trabalho	C 81 Inspeção do trabalho C 129 Inspeção do trabalho na agricultura
	Igualdade de oportunidades e de tratamento	C 100 Igualdade de remuneração
	Tempo de trabalho	C 101 Férias pagas (agricultura) C 106 Descanso semanal
Segurança e Saúde no Trabalho (SST)	C 162 Asbesto(amianto) C 167 SST na Construção Civil C 170 SST produtos químicos	

		C 174 Prevenção de acidentes maiores
COSTA RICA	Tempo de trabalho	C 1 Horas de trabalho (indústria) C 14 Descanso semanal (indústria) C 101 Férias pagas (agricultura) C 106 Descanso semanal (comércio e escritórios)
	Trabalho forçado	C 29 Convenção sobre trabalho forçado
	Administração e inspeção do trabalho	C 81 Inspeção do trabalho C 129 Inspeção do trabalho na agricultura
	Salários	C 95 Proteção do salário
	Igualdade de oportunidades	C 100 Igualdade de remuneração
	Política e promoção de emprego	C 122 Proteção do emprego
CUBA	Categorias específicas de trabalhadores	C 110 Convenção sobre as plantações
EL SALVADOR	Igualdade de oportunidades	C 100 Igualdade de remuneração C 111 Convenção sobre discriminação no emprego
	Consultas tripartites	C 144 Convenção sobre consultas tripartites
	Eliminação do trabalho infantil	C 182 Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil
EQUADOR	Liberdade sindical, negociação coletiva e relações de trabalho	C 87 Liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização C 98 Direito à sindicalização e negociação coletiva
	Administração e inspeção do trabalho	C 81 Inspeção do trabalho
	Igualdade de oportunidades	C 111 Convenção sobre discriminação no emprego
	Segurança e Saúde no Trabalho (SST)	C 115 Proteção contra radiações ionizantes C 148 Meio ambiente de trabalho C 162 Asbesto (amianto)
	Salários	C 131 Fixação de salários mínimos
	Proteção da Maternidade	C 103 Proteção da maternidade
GUATEMALA	Liberdade sindical, negociação coletiva e relações de trabalho	C 87 Liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização
	Trabalho forçado	C 105 Abolição do trabalho forçado
	Política e promoção de emprego	C 122 Proteção do emprego

	Eliminação do trabalho infantil	C138 Convenção sobre Idade mínima C 182 Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil
HAITI *	Liberdade sindical, negociação coletiva e relações de trabalho	C 87 Liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização C 98 Direito à sindicalização e negociação coletiva
	Tempo de trabalho	C 1 Horas de trabalho (indústria) C 14 Descanso semanal (indústria) C 30 Horas de trabalho (comércio e escritórios) C 106 Descanso semanal (comércio e escritórios)
	Administração e inspeção do trabalho	C 81 Inspeção do trabalho
HONDURAS	Não localizado	Não localizado
MÉXICO	Consultas tripartites	C 144 Convenção sobre consultas tripartites
NICARÁGUA	Liberdade sindical, negociação coletiva e relações de trabalho	C 87 Liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização
	Eliminação do trabalho infantil	C 138 Convenção sobre Idade mínima C 182 Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil
	Igualdade de oportunidades	C 111 Discriminação ni emprego
	Consultas tripartites	C 144 Convenção sobre consultas tripartites
	Tempo de trabalho	C 1 Horas de trabalho (indústria) C 30 Horas de trabalho (comércio e escritórios)
	Segurança e Saúde no Trabalho (SST)	C 136 Convenção sobre o benzeno C 139 Convenção sobre o câncer ocupacional
	Seguridade Social	C 12 Indenização por acidentes do trabalho (agricultura) C 17 Indenização por acidentes do trabalho C 18 Convenção sobre doenças profissionais C 19 Convenção sobre igualdade de trato C 24 Convenção sobre seguro-doença (indústria) C 25 Convenção sobre seguro-doença (agricultura)

PANAMÁ	Liberdade sindical, negociação coletiva e relações de trabalho	C 87 Liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização C 98 Direito à sindicalização e negociação coletiva
	Igualdade de oportunidades	C 100 Igualdade de remuneração
	Categorias específicas de trabalhadores	C 189 Convenção sobre trabalhadoras e trabalhadores domésticos
PARAGUAI	Liberdade sindical, negociação coletiva e relações de trabalho	C 87 Liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização C 98 Direito à sindicalização e negociação coletiva
	Povos indígenas e tribais	C 169 Convenção sobre povos indígenas e tribais
PERU	Liberdade sindical, negociação coletiva e relações de trabalho	C 87 Liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização C 98 Direito à sindicalização e negociação coletiva C 151 Convenção sobre relações de trabalho na administração pública
	Consultas tripartites	C 144 Convenção sobre consultas tripartites
REPÚBLICA DOMINICANA	Eliminação do trabalho infantil	C 138 Convenção sobre Idade mínima C 182 Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil
	Política e promoção de emprego	C 122 Proteção do emprego
URUGUAI	Liberdade sindical, negociação coletiva e relações de trabalho	C 87 Liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização C 98 Direito à sindicalização e negociação coletiva
	Política social	C 94 Convenção sobre cláusulas de trabalho (contratos celebrados por autoridades públicas)
VENEZUELA	Liberdade sindical, negociação coletiva e relações de trabalho	C 87 Liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização C 98 Direito à sindicalização e negociação coletiva
	Consultas tripartites	C 144 Convenção sobre consultas tripartites
	Política e promoção de emprego	C 122 Proteção do emprego
	Orientação e formação profissional	C 140 Convenção sobre licença paga de estudos C 142 Convenção sobre desenvolvimento de recursos humanos
	Salários	C 26 Convenção sobre métodos para fixação dos salários mínimos

		C 95 Convenção sobre proteção do salário
	Segurança e Saúde no Trabalho (SST)	C 155 Convenção sobre segurança e saúde dos trabalhadores
	Política social	C 117 Convênio sobre política social (normas e objetivos básicos)
	Segurança do emprego	C 158 Convenção sobre término da relação de trabalho

O leitor atento poderá fazer o exercício de localizar no documento citado os detalhes de cada denúncia, isto é, quem originou, com que evidências, como foi encaminhada a denúncia à OIT, os encaminhamentos, as respostas dos governos nacionais, as orientações ou advertências geradas, e a situação atual. Como pode ser percebido, as violações mais frequentemente denunciadas referem-se à temática da “liberdade sindical, negociação coletiva e relações de trabalho”, tratadas nas convenções 87 e 98, mas outros graves temas têm sido recorrentes em nossa Região. Mas também convenções que têm mais de 100 anos (de 1919), por exemplo, a 1ª Convenção, sobre o tempo de trabalho (jornada de trabalho). Assustador! Tratarei disto nos próximos números.

Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek,
Júlia Moraes, Marina Sujkowski,
e Deisy de Freitas Lima Ventura*

Número de pessoas deslocadas à força no mundo atinge recorde de 110 milhões

O relatório anual do ACNUR, Tendências Globais sobre Deslocamento Forçado 2022, expôs informações de que até o final de 2022, o número de pessoas deslocadas por motivo de guerra, perseguição, violência e violações de direitos humanos alcançou o recorde de 108,4 milhões, um grave aumento de 19,1 milhões em comparação ao ano anterior, o maior aumento até então registrado.¹⁸

A guerra na Ucrânia foi o principal fator de deslocamento em 2022. O número de refugiados da Ucrânia aumentou de 27.300 no final de 2021 para 5,7 milhões no final de 2022 – representando o fluxo mais rápido de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. A quantidade enorme de deslocamentos aumenta a urgência de uma ação coordenada e de maneira coletiva, com o intuito de amenizar as causas e o impacto do deslocamento, de acordo com a declaração do ACNUR, feita no dia 14 de junho de 2023.

A trajetória ascendente do deslocamento forçado global não apresentou sinais de diminuição do seu ritmo em 2023, com os desdobramentos de conflitos no Sudão, Afeganistão, Síria, entre outros, desencadearam novos fluxos de saída, aumentando o total global para cerca de 110 milhões.¹⁹ Conforme o Alto Comissário da ONU para Refugiados, Filippo Grandi, os números mostram que algumas pessoas tomam de forma muito rápida a decisão de ir em direção ao conflito, enquanto outras são muito lentas para encontrar melhores soluções. E a consequência dessas decisões é a devastação, o deslocamento e a angústia para as milhões de pessoas forçadas a se deslocar.²⁰

Os dados confirmam que, seja medido por meios econômicos ou pela proporção populacional, são os países de baixa e média renda que acabam recebendo grande parte das pessoas deslocadas. Os 46 países com menor índice de desenvolvimento respondem por pelo menos 1,3% do produto interno bruto global, mas acolhem mais de 20% de todas as pessoas refugiadas. O financiamento para uma série de situações de deslocamento e para apoiar os países de acolhida, permanece lento em 2023 à medida que as necessidades crescem.²¹

De acordo com Alto Comissário, as sociedades ao redor do mundo permanecem demonstrando uma ótima hospitalidade para com os refugiados ao estenderem proteção e ajuda àqueles em situação de vulnerabilidade, porém é importante obter muito mais apoio internacional e um compartilhamento mais equânime das responsabilidades, essencialmente com relação aos países que estão acolhendo a maioria dos deslocados do mundo. Acima de tudo, é necessário fazer muito mais para encerrar com os conflitos e remover os obstáculos para

¹⁸<https://www.acnur.org/portugues/2023/06/14/deslocamento-forcado-atinge-novo-recorde-em-2022-e-acnur-pede-acao-conjunta/>

¹⁹<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mundo-bate-recorde-com-110-milhoes-de-pessoas-deslocadas/>

²⁰<https://www.acnur.org/portugues/2023/06/14/deslocamento-forcado-atinge-novo-recorde-em-2022-e-acnur-pede-acao-conjunta/>

²¹<https://www.acnur.org/portugues/2023/06/14/deslocamento-forcado-atinge-novo-recorde-em-2022-e-acnur-pede-acao-conjunta/>

que os refugiados tenham uma real opção de voltar para suas casas de modo voluntário, com segurança e dignidade.²²

Criação do Comitê Municipal de Políticas Públicas para a Promoção dos Direitos da População Migrante, Refugiada e Apátrida na cidade de Niterói.²³

A prefeitura de Niterói recebe os parabéns da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) pela iniciativa de criar o Comitê Municipal de Políticas Públicas para a Promoção dos Direitos da População Migrante, Refugiada e Apátrida. O decreto assinado pelo prefeito marca um importante avanço na garantia de direitos para essa parcela da população.

Destaca-se o compromisso público em promover os direitos das pessoas refugiadas, apátridas e migrantes, demonstrando um claro posicionamento em favor da inclusão dessa população nos serviços públicos essenciais. Além disso, a criação do Comitê visa monitorar e avaliar as ações realizadas, a fim de elaborar um plano municipal que atenda às demandas e necessidades específicas dessa comunidade. Durante a cerimônia de assinatura, enfatizou-se a responsabilidade da prefeitura em lidar com o deslocamento forçado de pessoas que chegam a Niterói. A cidade é conhecida por abrigar diversas colônias de diferentes nacionalidades, aumentando a importância de uma abordagem sensível e inclusiva.

O Comitê será liderado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. O objetivo é promover ações interdisciplinares em conjunto com outras pastas da administração municipal. Além disso, haverá capacitação do corpo técnico, contando com o apoio e expertise do ACNUR, que já vem trabalhando nessa área nos últimos meses.

O decreto assinado abrange os direitos das pessoas refugiadas e impulsiona a atuação dos serviços públicos e das secretarias, incorporando a temática nas políticas existentes e a serem criadas. Nesse sentido, a iniciativa de Niterói serve como um exemplo notório para outros municípios seguirem.

Vale ressaltar que a prefeitura de Niterói já vem adotando ações concretas em prol das pessoas refugiadas. Em parceria com o ACNUR, inaugurou no ano passado a sede do Núcleo de Migrantes e Refugiados Moise Kabagambe, um espaço dedicado à defesa dos direitos humanos. O nome do local é uma homenagem ao refugiado congolês que foi tragicamente assassinado na capital fluminense em janeiro de 2022.

Dados do Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro revelam que mais de 2 mil pessoas refugiadas residem em Niterói. Essa população também conta com o apoio da Universidade Federal Fluminense (UFF), que integra a Cátedra Sérgio Vieira de Melo.

OMS: Declaração de Rabat é adotada para promover a saúde de migrantes e refugiados

Representantes de governos e ministérios adotaram a Declaração de Rabat²⁴, uma política inédita que visa fortalecer o compromisso global com a promoção da saúde de migrantes

²²<https://www.acnur.org/portugues/2023/06/14/deslocamento-forcado-atinge-novo-recorde-em-2022-e-acnur-pede-acao-conjunta/>

²³ <https://www.acnur.org/portugues/2023/06/16/acnur-parabeniza-a-prefeitura-de-niteroi-pela-criacao-de-comite-municipal-que-contempla-refugiados/>

²⁴ <https://www.who.int/news/item/16-06-2023-rabat-declaration-adopted-to-improve-refugee-and-migrant-health>

e refugiados. A Declaração foi assinada durante a cúpula de alto nível da Terceira Consulta Global sobre a Saúde de Migrantes e Refugiados, que ocorreu entre 13 e 15 de junho.

O evento, organizado conjuntamente pela OMS, a Organização Internacional de Migração, a Agência de Migração da ONU e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, no Marrocos, contou com a presença de representantes de 48 Estados-membros das Nações Unidas, além de observadores e representantes de organizações humanitárias, da sociedade civil e comunidades de refugiados e migrantes.

A reunião teve como objetivo promover a inclusão de refugiados e migrantes nos sistemas de saúde nacionais como parte de um movimento global pela cobertura universal de saúde, e trabalhar em direção a sistemas mais resilientes, sustentáveis e com capacidade de prevenir e responder a crises. Assim, a Declaração afirma que os signatários se comprometem com a aceleração de esforços para aprimorar a saúde de migrantes e refugiados, endereçar as causas de influências negativas sobre a saúde dessas comunidades, e trabalhar para incluir a proteção social e da saúde em políticas nacionais relacionadas às populações em deslocamento.

Além disso, a Declaração também reafirma o direito de todos os seres humanos a usufruir da melhor qualidade de saúde física e mental possível. Ações como reconhecer certificações profissionais de saúde, aprimorar os canais de informação e comunicação, assegurar ambientes de trabalho seguros para migrantes e refugiados e investir em sistemas de informação inclusivos e em pesquisas de alta qualidade são destaques da Declaração como uma forma de caminhar em direção a seus objetivos. O documento também menciona a necessidade dos países se comprometerem com políticas para prevenção, preparação e respostas a pandemias e outras emergências de saúde, e também comenta sobre o papel crucial de outros stakeholders no financiamento de mecanismos que reduzam a pressão sobre os orçamentos nacionais para atender as necessidades dessas comunidades.

Um nota de pesar



Foto: Vaticano News

Registramos e lamentamos a morte de pelo menos 80 migrantes, anunciadas até o momento, em naufrágio de barco de emigrantes na costa da península de Peloponeso, na Grécia, em mais um episódio que evidencia o descaso com que o mundo vem tratando os migrantes em todo o mundo. Centenas ainda estão desaparecidos. O Mediterrâneo tem se transformado num trágico cemitério de esperanças perdidas de milhares de pessoas como nós, que sonham com melhores oportunidades em países mais ricos do continente europeu que, lamentavelmente, lhes viram as costas.

Dia Mundial da Segurança dos Alimentos: padrões alimentares poderiam salvar ainda mais vidas se fossem além do convencional

*Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva,
Erica Ell e Juliana Ubarana*



O Dia Mundial da Segurança dos Alimentos foi celebrado no dia 7 de junho e este ano trouxe como tema “Os padrões alimentares salvam vidas” para chamar a atenção para os riscos de origem alimentar e articulando-se com a comemoração dos 60 anos da Comissão do *Codex Alimentarius* com vistas a associar a segurança dos alimentos com saúde humana, prosperidade econômica, agricultura, acesso a mercados, turismo e desenvolvimento sustentável.

O termo “segurança de alimentos” nasceu da necessidade de garantir a inocuidade dos alimentos consumidos, tendo em vista principalmente a presença de contaminantes biológicos, químicos e físicos, mas tem se expandido consideravelmente nas últimas décadas tendo em vista outros riscos associados aos alimentos e particularmente aos seus ingredientes. Além disso, mas recentemente, tem crescido a discussão das consequências do grau e do propósito do processamento seu processamento industrial, em que surge o conceito dos produtos alimentícios ultraprocessados, cujos efeitos nocivos à saúde associam-se à substituição dos alimentos tradicionais (frescos e minimamente processados) das dietas, a destruição da matriz dos alimentos e o uso massivo de ingredientes acelulares e aditivos alimentares.

Nesse sentido, como detalhado no Informe N°03/2023 dos Cadernos do CRIS, sobre a regulação de alimentos e o *Codex Alimentarius*, a história de vigilância sanitária global e nos países tem origens na necessidade de assegurar a segurança microbiológica e de ausência de contaminantes. A partir dessa necessidade, que o processamento industrial dos alimentos foi inicialmente uma das soluções para sanar estes problemas, por meio de métodos de processamento como pasteurização, técnicas de embalagem, controle de matérias-primas e uso de conservantes, entre outros, garantindo, ao mesmo tempo, a segurança em relação aos contaminantes e o aumento da vida de prateleira (que permitiu a expansão do comércio de produtos nacional e globalmente). Contudo, ao longo do tempo, repostas a alguns aspectos negativos do processamento dos alimentos, como o excesso de nutrientes críticos (associados ao maior risco de doenças crônicas) tem sido incorporado na agenda do *Codex*, ainda que o impacto dos produtos ultraprocessados ainda não tenha entrado na pauta da comissão.

O título deste informe se aproveita do duplo sentido de “padrão alimentar” (em português) para abordar dois diferentes aspectos da segurança dos alimentos, pois pode, ao mesmo tempo, se referir a um padrão de identidade e qualidade de cada tipo de alimento ou a algo muito diferente, a composição da dieta dos indivíduos em função do tipo de alimentos que consomem (enquanto isso, em inglês, o trocadilho não se aplica, pois há termos distintos: “*food standards*” e “*dietary patterns*”). A primeira definição é aquela que mais comumente a segurança de alimentos mais tradicional utiliza, focando na inocuidade em relação a problemas agudos de saúde relacionados a contaminantes nos alimentos, contudo, as mudanças nas formas de produção, processamento, distribuição e consumo dos alimentos levou a que este segundo campo fosse o mais relevante na atualidade em termos da morbimortalidade no mundo. Fatores dietéticos, associados principalmente à composição e forma de fabricação dos alimentos (ou melhor, produtos alimentícios), são os que mais contribuem em termos da carga global de doenças atualmente²⁵.

No evento comemorativo do Dia Mundial de Segurança dos Alimentos de 2023, os diretores gerais da OMS e a FAO se reuniram para falar da importância e o impacto do *Codex Alimentarius* e o papel da ciência no estabelecimento dos padrões de segurança dos alimentos (*food safety standards*) e na transformação dos sistemas agroalimentares para garantir a produção de alimentos suficientes, seguros, nutritivos e sustentáveis para todas as pessoas. Novamente recordando as discussões do nosso Informe N°03/2023, nem sempre há harmonia no alcance do papel duplo do *Codex Alimentarius* de garantir tanto a proteção da saúde do consumidor quanto a promoção de práticas justas de comércio de alimentos, visto que o *Codex* é referência para decisões da Organização Mundial do Comércio (OMC) e isso frequentemente gera desequilíbrios entre os interesses econômicos e de saúde em função dos desbalanços de poder e recursos e a geração de potenciais conflitos de interesses na governança dos processos decisórios.

Afinal, se a segurança de alimentos se refere, acima de tudo à proteção da saúde dos consumidores, não pode se restringir aos contaminantes que causam condições agudas, como infecções e intoxicações, mas também deve se referir aos alimentos cujo consumo está associado ao maior risco de doenças crônicas, incluindo obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes, cânceres e outras em médio e longo prazos.

Nesse sentido, o conceito de segurança alimentar e nutricional da FAO traz, dentro de si, a segurança dos alimentos nesses dois aspectos, pois fala do acesso a alimentos seguros e nutritivos para suprir suas necessidades dietéticas para uma vida ativa e saudável. O conceito de segurança alimentar e nutricional no Brasil é ainda mais amplo, pois além desses pontos, reforça o respeito à diversidade cultural e os aspectos de sustentabilidade social, econômica e ambiental e, na Política Nacional de Alimentação e Nutrição, aborda explicitamente os contaminantes físicos, químicos e biológicos nos alimentos. Assim, tanto nacional quanto internacionalmente, a segurança dos alimentos está ligada à saúde de forma ampla, considerando não somente as doenças transmitidas por alimentos, mas também as doenças crônicas associadas à alimentação inadequada.

²⁵ Collaborators G 2017 RF. Global, regional, and national comparative risk assessment of 84 behavioural, environmental and occupational, and metabolic risks or clusters of risks for 195 countries and territories, 1990-2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Stu. *Lancet* (London, England) (2018) 392:1923–1994. doi: 10.1016/S0140-6736(18)32225-6

Apesar dos avanços globais, a segurança dos alimentos em relação aos diferentes tipos de contaminantes ainda é um problema de saúde pública global e afeta o mundo e as regiões de forma desigual, visto que os mais jovens e as populações mais pobres são aquelas mais suscetíveis às chamadas doenças transmitidas por alimentos, que, em sua quase totalidade, são preveníveis. Como ideia da dimensão global desse problema, segundo estimativas da OMS, 40% da carga das doenças transmitidas por alimentos afetam crianças menores de 5 anos de idade e mais de uma em cada dez pessoas no mundo adoecem anualmente por conta de comida contaminada e 420 mil morrem ao ano.

Diante disso, no Dia Mundial da Segurança dos Alimentos, o diretor da FAO destacou a necessidade desse entendimento comum da identidade, qualidade e segurança dos alimentos e do papel histórico do *Codex Alimentarius* na construção desse código internacional em que estão os padrões alimentares (*food standards*). Esses padrões, por sua vez, são instrumentos para a garantia da segurança dos alimentos, para a proteção da saúde e para a facilitação de práticas justas de comércio. Por fim, o diretor destacou que o alimento seguro depende de que cada pessoa envolvida na produção, distribuição e preparação dos alimentos, ou seja, todo o sistema alimentar, está envolvida na garantia de sua segurança.

Para apoiar os países e instituições nesse desafio, a OMS e a FAO conjuntamente publicaram um guia para o Dia Mundial da Segurança de Alimentos de 2023, em que explica o tema “padrões alimentares salvam vidas” e acrescentam o slogan “a segurança dos alimentos é da conta de todos” (*“food safety is everyone’s business”*), trazendo os papéis dos agentes governamentais, do setor privado (indústrias de alimentos e estabelecimentos de alimentação) e dos ambientes de trabalho (incluindo as escolas) ²⁶.

Em sua parte final, o documento traz diversas mensagens chaves, começando pelo reconhecimento de que não existe segurança alimentar sem a segurança dos alimentos, ou seja, somente com alimentos seguros podem ser supridas as necessidades nutricionais dos indivíduos, sejam eles adultos em sua vida ativa e saudável ou as crianças em seu crescimento e desenvolvimento. Complementarmente, reconhece que a segurança dos alimentos tem impacto direto sobre a saúde, pois o alcance de vários dos ODS e o desenvolvimento humano dependem de alimentos seguros que garantam uma adequada ingestão de nutrientes e a responsabilidade pela segurança dos alimentos é compartilhada por todos na cadeia de produção e distribuição (a maior parte das doenças transmitidas pelos alimentos é prevenível a partir da manipulação adequada e da educação em todos os níveis).

Na sequência, destaca que a ciência é fundamental para um gerenciamento eficaz da segurança dos alimentos, de modo que as evidências podem ajudar a garantir a segurança dos alimentos mesmo diante de mudanças no ambiente produtivo, das tecnologias de processamento e de comportamentos dos consumidores, e que a segurança dos alimentos impacta positivamente sobre economias e modos de vida, na medida em que produtores e comerciantes ganham a confiança dos mercados ao atenderem aos padrões alimentares e asseguram seus ganhos. Ainda no âmbito dos padrões alimentares, é reforçado que eles são baseados em evidências científicas robustas e protegem os consumidores e ajudam aos produtores. Por fim, o documento destaca que na vida cotidiana todos são gerenciadores de riscos, considerando os impactos que suas decisões individuais têm sobre suas famílias, comunidades, negócios e governos.

²⁶ <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-HEP-NFS-AFS-2023.6>

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que mesmo dentro dessa abordagem tradicional à segurança dos alimentos há várias limitações em relação à própria aplicação nas diferentes realidades encontradas pelo mundo. Um grande exemplo é da abordagem do comércio informal de alimentos, que está diretamente ligado às desigualdades socioeconômicas, tendo em vista que essas práticas nascem da necessidade de subsistência e não são alcançadas pela regulação e pela fiscalização oficial em função da informalidade. Dessa forma, mesmo com estratégias pouco exitosas de formalização dos negócios para a redução da informalidade desses serviços, normalmente estratégias mais efetivas de garantia da segurança dos alimentos preparados no mercado informal passam por ações educativas e de apoio técnico.

Outro problema frequente é que não se pode considerar e tratar como iguais os desiguais, como no caso da comparação entre grandes produtores e pequenos produtores (tais como as abordagens “*one size fits all*”), inclusive nas regulamentações, em que exigências e requisitos iguais são frequentemente exigidos independentemente do tamanho do produtor ou estabelecimento. Exemplos dentro do Brasil incluem as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares na venda de seus produtos (principalmente quando processados localmente) para entidades públicas, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) por conta de exigências legais que não podem ser alcançadas pelos produtores. Vale destacar que, apesar do *Codex Alimentarius* não trazer explicitamente essas questões, agências regulatórias (como a Anvisa) já buscam incluir itens de equidade de tratamento dos estabelecimentos em suas normativas mais recentes, contemplando critérios específicos quando possível, prazos de adequação diferenciados e apoio técnico.

Além disso, ainda dentro do conceito mais estrito de padrões alimentares, também são atribuições do *Codex Alimentarius*, as questões relativas aos resíduos de substâncias como pesticidas (agrotóxicos) e medicamentos veterinários (principalmente antibióticos) e à utilização dos aditivos alimentares, que representam grandes desafios. Em relação aos agrotóxicos, existem sérios problemas relacionados não somente aos resíduos nos alimentos, mas também de contaminação direta dos trabalhadores que manipulam os alimentos, particularmente na produção. No tocante aos antibióticos usados na pecuária, existe uma relação direta com o aumento da resistência antimicrobiana (mostrando uma relação importante com iniciativas como o *One Health*). Um dos aspectos da resistência antimicrobiana é, inclusive, o risco de transmissão de microrganismos resistentes ao longo de toda a cadeia de alimentos, desde o contato direto entre humanos e animais na criação até a contaminação por meio do consumo e pelo ambiente. Este problema por si só representa um grande problema de saúde pública, haja visto que se estima que 5 milhões de pessoas morrem anualmente no mundo por causa de infecções por microrganismos resistentes a antibióticos.

Ainda, em relação aos aditivos alimentares existem também grandes desafios, pois os critérios de segurança de consumo adotados pelo *Codex* são baseados nos níveis de toxicidade desses ingredientes, porém não contemplam de forma completa questões como a múltipla exposição ao consumo, seja dos aditivos individualmente, seja em conjunto com outros nos produtos presentes nos mercados. Ademais, os aditivos alimentares são onipresentes nos produtos ultraprocessados e crescentes evidências têm associado sua ingestão a múltiplos problemas de saúde, particularmente doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs), que não são contemplados pelos critérios de segurança adotados atualmente, inclusive pelos documentos oficiais da OMS e da FAO e pelo *Codex Alimentarius*.

Um exemplo claro do reconhecimento de outros riscos associados aos aditivos alimentares, além da toxicidade, veio com a recomendação recente da OMS contrária à utilização de adoçantes artificiais para a perda de peso e prevenção de DCNTs, tendo em vista a sua falta de eficácia para este fim, além de ter mapeado possíveis efeitos de longo prazo à saúde relacionados ao seu consumo, incluindo diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e mortalidade por todas as causas em adultos²⁷. Contudo, mesmo com a afirmação do Diretor de Nutrição e Segurança de Alimentos da OMS de que adoçantes artificiais não são fatores dietéticos essenciais, que não possuem qualquer valor nutricional, não há indicativos de que a recomendação venha a modificar em curto ou médio prazo as normativas do *Codex Alimentarius* a respeito desses aditivos.

Enquanto isso, somente México e Argentina incorporaram alertas frontais nos produtos ultraprocessados para alertar os consumidores sobre a presença de adoçantes artificiais e que o consumo não é recomendado para crianças, mas nenhum país incluiu a presença de aditivos nos alimentos, em seus esquemas de alertas até o momento. Porém, avanços dentro do Brasil mostram a possibilidade de avançar na regulação da venda de produtos alimentícios ultraprocessados, a exemplo das normas do PNAE, que estabelecem que, no mínimo, 75% deverão ser destinados à aquisição de alimentos in natura ou minimamente processados; no máximo, 20% deverão ser destinados à aquisição de alimentos processados e de ultraprocessados; e no máximo, 5% deverão ser destinados à aquisição de ingredientes culinários e a recente legislação do município do Rio de Janeiro que proíbe especificamente a venda de ultraprocessados nas escolas públicas e particulares

Esse exemplo da regulação das cantinas escolares merece particular destaque porque outras legislações relativas à proibição de venda de certos tipos de alimentos nas escolas, tanto no Brasil quanto em outros países, até então abordavam somente os alimentos altos em sódio, gorduras e açúcar (chamados de nutrientes críticos, associados ao risco maior de DCNTs) e não toda a categoria dos ultraprocessados.

Nesse sentido, a abordagem indireta dos ultraprocessados no *Codex Alimentarius* também se dá somente por meio dos seus nutrientes críticos e só foi incorporado na última década por meio de uma nova categoria de Valores de Referência para Nutrientes (NRV – *Nutrient Reference Values*), os NRV-NCD, em referência às DCNTs (NCDs – *non-communicable diseases*), visto que ao contrário de outros nutrientes que possuem referências de valores mínimos e adequados de consumo, os NRV-NCD têm valores máximos recomendados.

Vale destacar, contudo, que escritórios regionais da OMS, desenvolveram perfis nutricionais com limites de nutrientes críticos nos alimentos industrializados para apoiar as regulamentações nacionais em suas regiões, sendo que a Opas desenvolveu um dos perfis mais restritivos e que recomenda a utilização desses limites para políticas de restrição da publicidade de alimentos processados e ultraprocessados, para a regulação de ambientes escolares, para a rotulagem nutricional frontal, para a taxação de alimentos não saudáveis, para a avaliação de subsídios para alimentos e mesmo para a identificação de alimentos distribuídos por programas sociais a populações em situação de vulnerabilidade²⁸.

Para tanto, o modelo de perfil nutricional da Opas considera o excesso de sódio (se a razão entre a quantidade de sódio, em mg, em determinada quantidade do produto e o valor

²⁷<https://www.who.int/news/item/15-05-2023-who-advises-not-to-use-non-sugar-sweeteners-for-weight-control-in-newly-released-guideline>

²⁸ https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/18621/9789275118733_eng.pdf

energético, em kcal for igual ou maior a 1:1) de açúcares livres (se em determinada quantidade do produto a quantidade de energia em kcal proveniente de açúcares livres for igual a 10% ou mais do valor energético total), de gorduras totais (se a quantidade de energia proveniente de gorduras totais no produto for igual a 30% ou mais do valor energético total), de gorduras saturadas (se possuir quantidade de energia proveniente de gorduras saturadas igual a 10% ou mais do valor energético total) e de gorduras trans (se a quantidade de energia das gorduras trans no produto for maior ou igual a 1% ou mais do valor energético total). Vale destacar, ainda, que o modelo de perfil nutricional da Opas recomenda um alerta específico sobre a presença de edulcorantes artificiais ou naturais ou mesmo de edulcorantes calóricos nos produtos, que estimulou as legislações de rotulagem frontal mencionadas no México e Argentina.

Além da importância das informações aos consumidores, a questão da presença de possíveis alertas sobre a presença dos adoçantes (edulcorantes) também está relacionada a externalidades negativas como aquelas observadas na reformulação de alimentos para a redução dos açúcares livres em diversos países. Por exemplo, no Chile, país pioneiro na implementação da rotulagem nutricional frontal de advertência, as indústrias responderam aos selos de alerta para excesso de açúcar substituindo maciçamente o açúcar nos produtos por adoçantes. No Brasil, mesmo tendo aprovado a rotulagem nutricional frontal posteriormente a outros países latino-americanos como o Chile, a Anvisa optou por não incluir advertências sobre a presença de edulcorantes e, mesmo antes da entrada em vigor da nova regulamentação, indústrias como as de bebidas adoçadas começaram a substituir o açúcar por adoçantes para evitar os selos de advertência em seus produtos.

Por fim, mesmo na abordagem dos nutrientes críticos com vistas à reformulação dos alimentos processados e produtos ultraprocessados por meio de limites máximos desses nutrientes, prevalecem metas voluntárias na maioria dos países, ainda que as evidências apontem o impacto significativamente maior de metas regulatórias para os nutrientes. Somente no Brasil, por exemplo, o estabelecimento de metas regulatórias mais restritivas representaria a prevenção de três vezes mais casos de eventos cardiovasculares e cerca de cinco vezes mais mortes por infarto e acidentes vasculares cerebrais comparada à manutenção de metas voluntárias para alimentos processados e ultraprocessados, isto é, aproximadamente 850 mil casos de doenças cardiovasculares e 15 mil mortes nos próximos 20 anos, que representam economias de 2,4 bilhões de dólares em termos de custos diretos e indiretos do tratamento das doenças cardiovasculares ²⁹.

Como exceção, há que ser destacado o caso das gorduras trans, para as quais há recomendações explícitas da OMS em relação à superioridade das medidas regulatórias e, mesmo dentre delas, uma hierarquia de efetividade crescente, desde limites de conteúdo de gorduras trans nos produtos até a eliminação dos óleos e gorduras parcialmente hidrogenados (OGPH). No Brasil, estima-se que as medidas mais efetivas, como a eliminação dos OGPH dos alimentos (adotada acertadamente pela Anvisa), evitaria anualmente em torno de 10,5 mil mortes por doenças cardiovasculares e pouparia US\$166,7 milhões em termos de custos das

²⁹ Nilson EAF, Pearson-Stuttard J, Collins B, Guzman-Castillo M, Capewell S, O'Flaherty M, Kyridemos C. OP39 Quantifying the health and economic benefits of different salt reduction strategies in Brazil: a microsimulation analysis. *J Epidemiol Community Health* 2022;76:A19-A20. <http://dx.doi.org/10.1136/jech-2022-SSMabstracts.39>

perdas de produtividade pela mortalidade precoce, enquanto limites mais permissivos para o teor de gorduras trans teriam impacto epidemiológico e econômico cinco vezes menor ³⁰.

Na perspectiva da garantia da segurança dos alimentos em seu sentido mais ampliado, evidencia-se, portanto, que essa parte da agenda regulatória de alimentos tem relação direta com a discussão de sistemas alimentares, desde a produção até o consumo dos alimentos, considerando todos os possíveis impactos sobre a saúde humana, ainda que nem todos esses riscos atualmente sejam contemplados integralmente nos regulamentos internacionais e nacionais.

Na perspectiva de que a regulação de alimentos sempre tem respondido, ao longo da história, à situação epidemiológica e do ambiente alimentar de cada época, respondendo a demandas da saúde pública, iniciou-se com o foco na segurança sanitária para responder aos riscos de infecção alimentar associados a más condições de preparo dos produtos pelos manipuladores e indústrias, seguido pela oportunidade de usar aos alimentos como veículos para prevenir e tratar carências e micronutrientes por meio de estratégias de fortificação dos alimentos, para responder a problemas de escassez desses nutrientes na dieta. Paradoxalmente, na atualidade, o processamento é considerado instrumento de garantia da segurança sanitária dos alimentos, mas, ao mesmo tempo, levou à criação de uma infinidade de produtos ultraprocessados por grandes corporações transnacionais, que têm gradualmente substituindo alimentos das dietas tradicionais, diversificadas e nutritivas, baseadas em alimentos locais e adequadas à cultura alimentar local, fortalecendo a lógica dos sistemas alimentares hegemônicos, em que disputam espaços de mercado, políticas e regulação para que os interesses comerciais se sobreponham aos da saúde humana, animal e planetária.

Esse tipo de argumentação em relação à segurança dos produtos ultraprocessados contra as doenças transmitidas por alimentos em relação aos alimentos in natura e minimamente processados é inclusive utilizada de forma equivocada, inclusive no Brasil, como estratégia de *social e nutritional washing*. Com base nesse discurso, há defesa da presença dos produtos ultraprocessados na cesta básica e nas doações de alimentos a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como a tentativa de justificar subsídios e isenções de impostos na atual discussão da reforma tributária, ignorando os conceitos do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada e da segurança alimentar e nutricional.

Reforçamos, nesse sentido, que há evidências crescentes da associação do consumo de ultraprocessados com a mortalidade por todas as causas, com o aumento de IMC, com o risco de hipertensão, dislipidemias, doenças cardiovasculares, diabetes, alguns tipos de câncer e outras doenças, sendo que, no Brasil, estima-se que aproximadamente 57 mil mortes prematuras por ano estão associadas ao consumo de produtos ultraprocessados somente no Brasil ³¹. Além disso, os sistemas alimentares em que se inserem os ultraprocessados estão ligados às monoculturas de commodities agrícolas e a pecuária, que possuem grande impacto sobre o desmatamento, a contaminação ambiental por agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros insumos agrícolas, além da própria pegada de carbono e de uso de águas por esses modelos de produção. Por exemplo, com as mudanças na dieta da população na última década,

³⁰ Nilson, E.A.F., Khandpur, N. & da Silva Gomes, F. Development and application of the TFA macrosimulation model: a case study of modelling the impact of trans fatty acid (TFA) elimination policies in Brazil. BMC Public Health 22, 2010 (2022). <https://doi.org/10.1186/s12889-022-14361-9>

³¹ Nilson EAF, Ferrari G, Louzada MLC, Levy RB, Monteiro CA, Rezende LFM. Premature deaths attributable to the consumption of ultra-processed foods in Brazil. Am J Prev Med. (2022) 1–8. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2022.08.013>

além das consequências sobre a saúde humana, para cada mil calorias consumidas no Brasil, houve um aumento de 21% na contribuição para as emissões de gases de efeito estufa e um acréscimo de 22% na pegada hídrica da produção, bem como foi estimada uma elevação de 17% da pegada ecológica relacionada a esses produtos ³².

Com todos os avanços alcançados na redução dos riscos associados aos contaminantes biológicos, químicos e físicos dos alimentos, este problema persiste principalmente em regiões e comunidades de menor renda, onde há condições mais precárias de saneamento e higiene, além da vulnerabilidade maior das crianças às doenças transmitidas por alimentos, que exigem a continuada atenção das agências internacionais, dos governos nacionais e das instituições da sociedade civil. Ademais, é fundamental trabalhar nas condições de vida das populações, incluindo saneamento, urbanização, coleta de lixo, habitação, acesso à saúde e à educação, para não culpabilizar os indivíduos pelas condições precárias em que são obrigados a viver e que influenciam sua vulnerabilidade, inclusive a doenças transmitidas por alimentos.

Por outro lado, a segurança dos alimentos não pode ser vista somente por esta perspectiva, pois os padrões alimentares inadequados ou não-saudáveis estão associados a inúmeras DCNTs, que poderiam ser prevenidas com a promoção de dietas saudáveis, são outras prioridades inadiáveis na agenda da segurança dos alimentos.

Essa dupla prioridade ou, cunhando um novo termo, a dupla carga da insegurança dos alimentos, deve ser considerada na transformação dos sistemas alimentares e principalmente da abordagem de todos os determinantes e condicionantes das doenças associadas aos alimentos, sejam agudas ou crônicas, nos regulamentos e códigos internacionais (particularmente do *Codex Alimentarius*).

Repetindo os slogans do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos de 2023, de forma ampliada, os padrões alimentares, tanto a identidade e qualidade dos alimentos, quanto a composição das dietas, realmente salvam vidas e todos os atores, mas principalmente os governos nacionais e legisladores, com o apoio dos organismos internacionais, são responsáveis pela garantia de alimentos seguros, saudáveis e nutritivos, em ambientes que sejam promotores da saúde, da alimentação adequada e do bem-estar das pessoas.

³² Garzillo JMF, Poli VFS, Leite FHM, Steele EM, Machado PP, da Costa Louzada ML, Levy RB, Monteiro CA. Ultra-processed food intake and diet carbon and water footprints: a national study in Brazil. *Rev Saude Publica* (2022) 56:1–9. doi: 10.11606/s1518-8787.2022056004551

A fundamental relação entre direitos humanos e ciência

*Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard
e Vitor Rodrigues*

No dia 10 de dezembro de 2023, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completará 75 anos. Para comemorar esta data, a UNESCO tem abordado os direitos humanos em diversas áreas, incluindo a divulgação científica. Presente no artigo 27, parágrafo 1 da declaração está o seguinte princípio: "Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de usufruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios". Como forma de fortalecer os direitos humanos no campo da ciência, a UNESCO produziu um relatório em 2017 com recomendações para os estados membros fortalecerem esse segmento³³.

A Recomendação da UNESCO sobre Ciência e Pesquisadores Científicos é um documento que estabelece diretrizes e princípios fundamentais para promover a integridade científica, a responsabilidade ética e a valorização dos pesquisadores científicos. Seus principais objetivos são garantir um ambiente propício para a pesquisa científica, fomentar a liberdade científica, promover a igualdade de gênero na ciência e garantir a ética e a responsabilidade social na condução da pesquisa. Além disso, busca fortalecer a cultura científica, a confiança pública e o apoio às ciências em toda a sociedade, por meio de um debate democrático vigoroso e informado sobre a produção e uso do conhecimento científico, e um diálogo entre a comunidade científica e a sociedade. Essa recomendação ressalta a importância da liberdade científica, assegurando que os pesquisadores tenham autonomia para conduzir suas pesquisas, tomar decisões independentes e comunicar abertamente seus resultados. Também aborda questões éticas, como a proteção dos direitos humanos dos participantes da pesquisa, a integridade dos dados e a responsabilidade social dos pesquisadores. Exemplos de recomendações presentes nessa recomendação da UNESCO incluem a promoção da igualdade de gênero na ciência, a adoção de práticas de pesquisa responsáveis, a promoção da colaboração internacional e o acesso aberto aos resultados da pesquisa. Além disso, ela enfatiza a importância de garantir a inclusão de grupos sub-representados na pesquisa científica e a eliminação de qualquer forma de discriminação.

Desde o surgimento do surto de COVID-19, cientistas ao redor do mundo têm colaborado de forma sem precedentes, compartilhando uma quantidade extraordinária de informações e dados. A pandemia gerou mais de 800.000 publicações científicas relacionadas à COVID-19 até o início de 2022. Diversas plataformas foram criadas para promover o acesso aberto às descobertas científicas, como o banco de dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), que já continha cerca de 380.000 publicações até aquela data. Essa intensa colaboração e compartilhamento de conhecimento têm sido fundamentais para entender melhor o vírus, desenvolver tratamentos e vacinas, e orientar políticas de saúde pública em todo o mundo.

No entanto, a disparidade no acesso ao conhecimento científico e seus benefícios ainda é evidente. Por exemplo, em 20 de abril de 2022, apenas 15,21% das pessoas que vivem em países de baixa renda receberam pelo menos uma dose de vacina, em comparação com 71,93%

³³ https://en.unesco.org/themes/ethics-science-and-technology/recommendation_science
<https://www.unesco.org/en/articles/how-make-right-science-reality-each-and-everyone>
<https://www.unesco.org/en/articles/right-science-key-stronger-scientific-cooperation-address-covid-19-and-future-pandemics>
<https://www.unesco.org/en/unitwin/seminars?hub=84637>

nos países de alta renda. Além disso, persistem desigualdades de gênero, como o fato de apenas 35% dos estudantes de áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) em instituições de ensino superior serem mulheres em todo o mundo. Também há o preocupante registro de violações das liberdades científicas, sendo que apenas no ano de 2021 foram relatadas 332 agressões a profissionais do ensino superior.

Seminário 5 – UNESCO – os 75 anos da Declaração dos Direitos do Homem

Prosseguindo com seus seminários, durante o mês de junho, a UNESCO está organizando um debate entre as Cátedras e a rede UNITWIN para debater e encontrar soluções para diversas questões interdisciplinares. O 5º seminário abordou o tema presente neste relatório. Realizado no dia 14 de junho, o seminário "*Science Benefiting Society - the role of the right to science*" provocou debates sobre a importância dos direitos humanos no campo da ciência, destacando a desigualdade de acesso à ciência entre as nações e a falta de confiança das sociedades nas produções científicas. O seminário ressaltou a necessidade de mudanças para que seja possível explorar todo o potencial da ciência.

A proposta deste seminário em específico chama atenção que pesquisadores e o conhecimento científico foram saudados por ajudarem a combater doenças e suas consequências, por descobrir vacinas em tempo recorde, mas também por permitirem que as sociedades e a economia pudessem voltar a funcionar. Contudo, ressalta, que o potencial da ciência continuará inexplorado se não houver um engajamento forte em prol dos direitos humanos.

Para tal é preciso, ressalta a UNESCO, vencer as assimetrias relativas ao acesso ao conhecimento e do progresso científicos; e romper o círculo vicioso que leva a erosão da confiança na ciência e os ataques à liberdade de pesquisa e a segurança dos dados. Tais questões já estavam presentes na *Recomendação concernente à ciência e aos pesquisadores*, publicada em 2018³⁴ pelo organismo internacional.

As comemorações dos 75 anos da Declaração Universal sobre os Direitos dos Homens, que ocorrerá ao longo do ano de 2023, tem por objetivo sensibilizar a população acerca do direito fundamental de participar do progresso científico; bem como dos benefícios dele oriundos. Outro objetivo é discutir as estratégias para colocar em funcionamento este direito, considerado como fundamental para reduzir as desigualdades e garantir o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, as cátedras UNESCO, bem como as universidades em geral, têm um papel importante para elaborar estratégias para o alcance desta meta.

A jornada contou com a participação de representantes da Unesco (programa UNITWIN e a diretora para ciências humanas e sociais); e a mesa-redonda contou com a participação de Monika Plozza, pesquisadora associada e doutoranda na Universidade de Lucerna, Conselheira sobre o direito à ciência para a diplomacia científica de Genebra (GESDA, Suíça); Helle Porsdam, Professor de história e dos direitos culturais, Cátedra UNESCO de direitos culturais da Universidade de Copenhague (Dinamarca); e Juan Pablo Bohoslavsky, pesquisador do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET – Argentina).

O próximo seminário, "*Academic Freedom and Freedom of Science*", também está relacionado à ciência e ocorrerá no dia 28 de junho.

³⁴ [Recommendation on Science and Scientific Researchers - UNESCO Digital Library](#)

Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia

Isis Pillar Cazumbá

No atual cenário desafiador vivido pela **América Latina e Caribe (ALC)**, compreende-se de forma essencial “estretar laços” com outros bancos de desenvolvimento e instituições para promover o desenvolvimento e crescimento da região, permitindo a esta sair do estado em que se encontra e direcionar-se ao estado em que se deseja estar.

A turnê do presidente do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** por alguns países da **ALC** junto com o novo presidente do **Banco Mundial (BM)** pode ser encarada como a oportunidade de ouro das duas instituições em iniciar esse processo de mudanças na região.

Com essa iniciativa, **Ilan Goldfajn** e **Ajay Banga** já entram para história, pois é a primeira vez que os dois presidentes das duas instituições fazem uma visita conjunta, mostrando que há um desejo de maior alinhamento e colaboração.

O **BID** e o **BM** identificam-se na luta para acabar com a pobreza, na melhoria de vidas, na promoção do crescimento inclusivo e na redução da desigualdade na região, simultaneamente observando os desafios das mudanças climáticas e outras questões globais que exigem ações para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável (**ODS**).

Ajay Banga também sairá em uma turnê, porém esta será global. De acordo com o **BM**, o caráter desta turnê tem como a missão escrever uma nova cartilha para a instituição. **Banga** visitará vários países em todas as regiões onde o Grupo opera. O foco do trabalho será construir novas parcerias estratégicas e fortalecer as que já existem. Trabalhar para identificar barreiras para o investimento do setor privado e identificar oportunidades para maximizar o impacto por meio de conhecimento, financiamento e assistência técnica é o que o Grupo deseja para este novo momento.

“As aspirações das pessoas em todo o mundo são universais – as pessoas estão ansiosas para trabalhar e querem uma vida melhor para seus filhos e netos. Eles querem emprego, querem qualidade de vida. No entanto, há uma diversidade de desafios e os países estão vivendo-os de forma diferente. O Grupo Banco Mundial tem de chegar a todos eles e precisamos de uma nova cartilha para o fazer. Esse é o caminho em que estamos”. Ajay Banga

A cerca da visita, os presidentes se reuniram com a presidente Dina Boluarte e as principais autoridades do país e fizeram uma visita de campo ao Metropolitano, o serviço de transporte coletivo da capital Lima. Em solo jamaicano, eles se reuniram com o primeiro-ministro Andrew Holness e outras autoridades do país consideradas importantes. Durante a ida à Colômbia, houve participação no BID Lab Forum, evento de alto nível que reúne os principais atores dos ecossistemas empresariais que promovem a inovação e a tecnologia na **ALC**.

No evento, o presidente do **BID** reuniu-se com autoridades e as questões abordadas estiveram focadas na criação de soluções concretas para superar a divisão social, no caminho para a transformação da matriz energética do país e na necessidade de adotar ações coordenadas para atender às necessidades das diferentes regiões do país, especialmente a Amazônia.

“Temos uma oportunidade única de aumentar nosso impacto na Amazônia. O Grupo BID tem um mandato regional, o que nos permitirá trabalhar lado a lado com os países amazônicos para coordenar seus esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável nesta importante região”. Ilan Goldfajn

Na busca por melhores perspectivas, a reunião dos principais atores dos ecossistemas de inovação e empreendedorismo no BID Lab Forum serviu como marco para a comemoração do 30º aniversário do BID Lab, cuja agenda foi ajustada às necessidades da região e que no momento presente está em evolução para se tornar um centro de inovação para o desenvolvimento e crescimento da **ALC**.

A respeito das publicações das instituições financeiras no mês de junho, duas se destacaram, pois ambas falam sobre o andamento da economia da **ALC** e a outra sobre economia global.

A nova publicação do **BID** intitulada *Trade Trends Estimates Latin America and the Caribbean – 2023* (Estimativas de Tendências do Comércio América Latina e Caribe – 2023, tradução livre) nos mostra que o valor dos bens exportados da **ALC** cresceu a uma taxa estimada de 2,9% ano a ano no primeiro trimestre de 2023, depois de aumentar 16,4% em 2022.

Segundo o relatório, embora o desempenho da região tenha sido melhor do que a média mundial, as exportações desaceleraram de forma significativa devido aos preços mais baixos das *commodities* e à redução dos volumes de exportação.

Ao projetar o futuro, o relatório nos mostra que o balanço de riscos é balanceado para o lado negativo devido ao impacto das políticas monetárias apertadas no crescimento global, à incerteza em torno da guerra na Ucrânia e ao esgotamento do efeito expansionista da reabertura da economia chinesa e à reversão da tendência de alta dos preços das *commodities*.

As *commodities*, pelo que mostra o relatório, possuem uma grande parcela de responsabilidade na desaceleração das exportações. A desaceleração teve efeitos em toda a região, mas foi especialmente sentida nas economias da **América do Sul**, onde a queda dos preços teve maior repercussão devido ao peso das *commodities* em suas cestas de exportação. No primeiro trimestre do ano, as vendas externas nos países da Mesoamérica, em especial no México, continuaram a aumentar, o que foi fundamental para sustentar o desempenho da região.

A outra publicação em destaque foi lançada pelo **BM**. As *Perspectivas Econômicas Globais* constataram que a economia global enfrenta desafios em meio a altas taxas de juros.

O crescimento global diminuiu consideravelmente e o risco de estresse financeiro nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento (EMDEs) está se intensificando. A taxa de crescimento global deve diminuir de 3,1% em 2022 para 2,1% em 2023. Nas EMDEs, exceto na China, o crescimento deve reduzir para 2,9% este ano, em comparação com 4,1% no ano anterior. Essas previsões refletem uma ampla base de rebaixamentos.

O relatório não surpreende em dizer que o aumento das taxas de juros e a desaceleração do crescimento global estão aumentando o risco de *default* em países que já lutam para pagar suas dívidas. Porém, inova ao dizer que, a combinação de altos níveis de endividamento, falta

de diversificação econômica, condições políticas turbulentas e falta de reformas econômicas podem levar a um colapso financeiro em alguns países. A dependência de muitas EMDEs dos investimentos estrangeiros para financiar suas economias é um outro problema considerado pelo relatório, devido à natureza dos fluxos de capital voláteis em um ambiente global incerto. Essas economias também correm o risco de enfrentar pressões inflacionárias devido ao aumento dos preços das *commodities* e das tarifas comerciais.

As últimas previsões sinalizam que os choques sobrepostos da pandemia, a invasão russa da Ucrânia e a forte desaceleração em meio a condições financeiras globais, representaram um revés duradouro para o desenvolvimento de EMDEs, que de acordo com o relatório persistirá durante um tempo. Até o final de 2024, a atividade econômica nessas economias foi projetada para ficar 5% abaixo dos níveis anteriores à pandemia. Países de baixa renda – especialmente os mais pobres – os danos são alarmantes: em mais de um terço desses países, a renda per capita em 2024 ainda estará abaixo dos níveis de 2019. O relatório mostra que diante desse cenário, o ritmo lento do crescimento da renda consolidará a pobreza extrema em muitos desses países.

Quando se trata das economias avançadas, as perspectivas também não são animadoras. O relatório indica que o crescimento deve desacelerar de 2,6% em 2022 para 0,7% este ano e permanecer fraco em 2024. Após crescer 1,1% em 2023, a economia americana deve desacelerar para 0,8% em 2024, devido ao impacto do forte aumento das taxas de juros dos últimos meses. Em relação ao euro, foi projetado um crescimento 0,4% em 2023, contra 3,5% em 2022; isso se deve ao efeito do aperto da política monetária e do aumento dos preços da energia.

O relatório mostra preocupação com os rumos econômicos, especialmente quando se trata dos países mais vulneráveis. Destacou a importância de políticas fiscais prudentes e sustentáveis para ajudar essas economias a superar seus desafios fiscais. Algumas das medidas recomendadas incluem a melhoria da eficiência da arrecadação de impostos, a reorientação dos gastos públicos para investimentos em infraestrutura crítica, a redução das despesas não prioritárias e a busca por fontes alternativas de financiamento, como parcerias público-privadas.

De acordo com o relatório, a dívida pública ronda hoje os 70% do PIB. O pagamento de juros está consumindo uma parcela crescente das receitas limitadas dos governos. Países de baixa renda (catorze, especificamente) já estão em situação de endividamento ou correm alto risco. Em média, esses países gastam apenas 3% do PIB com seus cidadãos mais vulneráveis – bem abaixo da média de 26% das economias mais avançadas.

Referências

<https://www.iadb.org/en/news/idb-president-begins-historic-joint-visit-region>
<https://www.iadb.org/en/news/idb-president-promotes-entrepreneurial-ecosystem-his-first-visit-colombia>
<https://www.iadb.org/en/news/idb-lab-forum-2023-connects-startups-and-investors-latin-america-and-caribbean>
<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/06/08/mission-to-rewrite-world-bank-group-playbook-advances-with-banga-s-global-tour>
<https://www.iadb.org/en/news/sharp-slowdown-recorded-exports-latin-america-and-caribbean-idb-study-finds>
<https://publications.iadb.org/en/trade-trends-estimates-latin-america-and-caribbean-2023-edition-q1-update>
https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/06/06/global-economy-on-precarious-footing-amid-high-interest-rates?intcid=ecr_hp_headerL_en_ext

Compras Públicas e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial

Claudia Chamas

Compras governamentais constituem importante instrumento de políticas públicas, articulando ação do Estado, objetivos estratégicos e projetos de alta complexidade. Não podem ser limitadas a meros atos administrativos. Merecem olhar sistêmico com coordenação afinada a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico, tecnológico e social. Guiadas por princípios de transparência, equidade, integridade e fiscalização, permitem alavancar empregos, renda, prosperidade empresarial, geração e gestão de inovações tecnológicas e capacidade produtiva (Pimentel, 2018).

No Brasil, as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) têm sido um dos melhores exemplos de desenho de compras públicas articuladas com um conjunto complexo de outras políticas públicas, inclusive políticas de saúde e de inovação e produção. O marco regulatório da temática viabiliza a incorporação de produtos para o SUS, ampliando o acesso da população a bens. O processo de transferência de tecnologia é parte central dos contratos das PDPs e contribui para a ampliação das capacidades institucionais, além de fortalecer parcerias com o setor privado local e estrangeiro.

Na esfera internacional, cabe destacar o [Acordo sobre Compras Governamentais](#) (Agreement on Government Procurement - GPA, em inglês), acordo plurilateral juridicamente vinculante gerido pela [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC). Atualmente, a OMC tem 164 países membros e o Acordo compreende 48 signatários. Ou seja, menos de um terço dos membros da OMC aderiram ao Acordo. Grosso modo, o GPA proporciona oportunidade de acesso aos mercados nacionais de compras públicas de cada país, conferindo tratamento nacional a fornecedores estrangeiros. Em 2017, o Brasil aderiu ao GPA como membro observador.

Em maio de 2020, o Brasil realizou [pedido](#) de adesão como membro pleno ao GPA, em linha com o “mandato aprovado pelo Conselho de Estratégia Comercial da Câmara de Comércio Exterior (Camex) de dezembro de 2019”. Segundo nota do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex): “A adesão ao GPA condiz com os objetivos da atual política econômica do governo brasileiro, na busca pelo aumento da eficiência, economicidade e transparência dos processos licitatórios, com desdobramentos positivos também nas áreas de combate à corrupção.” Em síntese, o governo Bolsonaro visou oferecer igual acesso a fornecedores nacionais e estrangeiros às oportunidades de aquisições do setor público (Siscomex, 2020).

A adesão ao GPA naturalmente influencia barganhas e negociações no campo bilateral e no âmbito do Mercosul. Este e outros fatores (eliminação da margem de preferência de fornecedores locais, por exemplo) pesaram na análise e decisão do Governo Lula para retirar da OMC, em maio de 2023, a oferta de abertura (Moreira, 2023a). Recentemente, entrou em evidência o capítulo de compras públicas do Acordo União Europeia – Mercosul, cujas negociações haviam sido concluídas em 2019. Em face da retomada dos esforços para reverter a desindustrialização do País, o Presidente Lula questionou a abertura das compras governamentais e defendeu o instrumento de compras como importante vetor para o desenvolvimento da produção nacional: “Então, se nós temos que comprar uma coisa, temos que valorizar aquele produto brasileiro que gera emprego e renda no Brasil, e melhore a qualidade de vida das pessoas” (Vilela, 2023).

Em suma, o governo tem-se manifestado a favor da preservação de espaços para o uso do mecanismo de compras públicas de bens e serviços para a promoção da indústria nacional, uma vez que se trata de eixo crucial para os empenhos de redução da fragilidade tecnológica e industrial brasileira. Em face das necessidades do SUS e do déficit da balança comercial no setor saúde, é compreensível a defesa de certos parâmetros para não prejudicar o acesso da população a produtos seguros e a preços justos. Segundo dados da apresentação de Carlos Gadelha no GECEIS, em abril de 2023, a dependência de importações está em U\$20,5 bilhões, o que leva a vulnerabilidade e desabastecimento. Para ilustrar, as importações de ventiladores pulmonares foram de U\$ 9,72 milhões, em 1999. Em 2020, os gastos com itens importados deste segmento subiram para U\$167,9 milhões.

Vimos na pandemia, e não somente no Brasil, como a escassez de insumos no mercado internacional aliada à debilidade da produção local pode levar a situações dramáticas e à perda de milhares de vidas. Assim, não deve haver exceções para as compras no setor saúde, inclusive fora da lista de medicamentos estratégicos, mas igualmente essenciais para o bem-estar da população e para o enfrentamento de crises e pandemias. Favorecimentos no campo das alíquotas de imposto de importação de insumos farmacêuticos e outros itens também podem gerar instabilidades.

O uso das compras públicas como instrumento de *policy*, visando promover desenvolvimento, é utilizado por países desenvolvidos e em desenvolvimento. Quaisquer limitações à liberdade de uso desse instrumento para a promoção dos setores farmacêutico, biotecnológico, de equipamentos médico-hospitalares brasileiros em país de renda média podem provocar desequilíbrios e retardar o desenvolvimento industrial. A pandemia da Covid-19 deixou bem claro que as vulnerabilidades na saúde necessitam de ação direcionada à inovação e produção locais, seja por meio de iniciativas governamentais ou parcerias público-privadas. O aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde depende da ampliação e do fortalecimento das capacitações. Como já demonstrado em diversas experiências nacionais, o uso do poder de compra articulado aos objetivos mais elevados de política industrial é eficaz.

O Brasil está perfeitamente alinhado aos movimentos dos países desenvolvidos na revitalização das políticas industriais. Estados Unidos e Europa formulam propostas para assegurar *policy space* nas regras comerciais multilaterais na próxima Conferência Ministerial da OMC, especialmente focadas em privilegiar conteúdos locais e na transição verde (Moreira, 2023b). Neste momento da história, modular mecanismos de compras governamentais para fortalecer o Complexo Econômico-Industrial da Saúde e acentuar processos de transferência de tecnologia e capacitação tecnológica é decisão acertada.

Referências

- Moreira, A (2023a). Brasil retira da OMC oferta de abertura a estrangeiros em compras públicas. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/assis-moreira/coluna/brasil-retira-da-omc-oferta-de-abertura-a-estrangeiros-em-compras-publicas.ghtml> Acesso em: 19 de junho de 2023.
- Moreira, A (2023b). EUA e UE trazem política industrial para a OMC. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/eua-e-ue-trazem-politica-industrial-para-a-omc.ghtml> Acesso em: 19 de junho de 2023.
- Pimentel, VP (2018). Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo de medicamentos no Brasil sob a ótica das compras públicas para inovação: 2009-2017. xvii, 231 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 2018.

Siscomex (2020). Acesso do Brasil ao Acordo sobre Compras Governamentais da OMC (GPA). Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/paginas/acordo-de-compras-governamentais-da-omc-gpa>
Acesso em: 19 de junho de 2023.

Vilela, PR (2023). *Acordo Mercosul-União Europeia não será assinado sem ajuste, diz Lula*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-06/acordo-mercosul-uniao-europeia-nao-sera-assinado-sem-ajuste-diz-lula>
Acesso em: 19 de junho de 2023.



Organizações da sociedade civil na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

***Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas,
Jesus Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires,
Marciglei Brito Morais, Maria Christina Carneiro Nobre,
Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira
e Luís Eugênio de Souza***

INTRODUÇÃO

Nesta quinzena, foram acompanhadas, em websites ou no twitter, 46 organizações da sociedade civil, das quais 36 fizeram manifestações consideradas merecedoras de registro neste informe. Dessas 36, 29 são OSC de interesse público e sete, de interesse privado.

Com a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, no dia 05 de junho, o objeto mais frequente das manifestações foi a crise climática, incluindo a poluição causada pelos plásticos, tema principal deste ano. Dentre essas manifestações, há a divulgação de estudos, comentários sobre as negociações no âmbito da ONU, ações humanitárias frente a desastres e denúncias sobre as desigualdades ambientais. Registre-se que menções à insegurança alimentar em diferentes regiões do mundo acompanham às manifestações sobre a emergência climática.

As doenças infecciosas e as doenças negligenciadas foram também temas destacados, incluindo-se dengue, micetoma, tuberculose, covid, cólera, ebola e malária. Nesse ponto, mencionaram-se ainda iniciativas de pesquisa e de gestão de sistemas de vigilância, ressaltando-se inovações em tratamento de doenças como a do sono, a leishmaniose visceral e as verminoses.

As guerras na Ucrânia, na Síria e no Sudão foram lembradas, incluindo as dificuldades para a prestação de ajuda humanitária. De maneira mais intensa, a questão candente de migrantes e refugiados foi objeto de várias manifestações, incluindo-se a notícia do naufrágio de um barco de pesca superlotado na costa da Grécia com centenas de mortos e desaparecidos. Nesse episódio, foi lembrado que Europa adotou a Diretiva de Proteção Temporária para pessoas que fogem da invasão russa na Ucrânia e, mas continua praticando a “necropolítica” quando se trata de migrantes da África, Ásia ou América Latina.

A organização dos sistemas de saúde e a cobertura universal também foram temas mencionados, assim como o acordo ou tratado pandêmico. O Dia Mundial Sem Tabaco e a equidade em saúde, de gênero e orientação sexual também mereceram alguns comentários.

Vários outros temas foram mencionados por duas ou apenas uma das organizações: deste ano: combate à escravidão moderna e direitos humanos, fraude fiscal, força de trabalho em saúde, reabilitação da saúde, contribuição global do Serviço Social, saúde materna e do nascituro, saúde mental, saúde auditiva, saúde bucal, saúde do idoso, saúde global, inteligência artificial, regulação do mercado farmacêutico, pobreza e vulnerabilidade

No que tange especificamente às organizações da sociedade civil de interesse privado, o tema mais frequente nas manifestações foi a questão da vacinação, por conta da intensa atividade de divulgação da GAVI, nesta quinzena. Nesse ponto, vale destacar a Conferência Global de Impacto da Vacina 2023, realizada em Madri, de 13 a 15 de junho.

Por fim, foram muitos os eventos realizados ou anunciados nesta quinzena, abrangendo temas que incluem a saúde planetária, as inovações tecnológicas e os congressos das diversas organizações.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crise climática

No [Dia Mundial do Meio Ambiente](#), a ActionAid³⁵ International destacou a importância de se falar sobre os danos causados ao planeta pelos combustíveis fósseis e pela agricultura industrial, e a necessidade urgente das comunidades reagirem. A crise climática está ameaçando a vida de, pelo menos, duas em cada cinco pessoas no mundo. Há 3,6 bilhões de pessoas - quase metade da humanidade - vivendo em áreas altamente vulneráveis às mudanças climáticas, sendo os mais afetados os que menos fizeram para causá-la.

Em comentário sobre as [negociações climáticas da ONU](#) em Bonn, a ActionAid International apontou que as negociações expõem um 'buraco' no financiamento necessário às ações de enfrentamento. Os países em desenvolvimento estão cada vez mais endividados pelos custos dos desastres climáticos, mas os recursos prometidos para lidar com os impactos climáticos e ampliar as tecnologias verdes ainda não apareceram. Enquanto isso, os países ricos inflam artificialmente os números com empréstimos e mercados de carbono, que provavelmente farão mais mal do que bem às comunidades locais.

A ActionAid International registra sua atuação no oeste da Índia, em apoio às comunidades (mais de 74.000 pessoas) que precisam ser evacuadas antes da [passagem do ciclone Biparjoy](#). O aumento da temperatura do mar está levando à exacerbação dos ciclones tropicais.

A Planetary Health Alliance³⁶ repercutiu publicação de The Lancet Countdown on *Health and Climate Change* que afirma que as [mudanças climáticas](#) estão tornando o clima mais quente e seco, aumentando o risco de incêndios florestais com impactos diretos e indiretos na saúde, como lesões térmicas e doenças pulmonares, e na infraestrutura e serviços de emergência.

A Planetary Health Alliance repercutiu publicação da Forbes Science acerca do [Relatório holandês](#) que adverte que, se as mudanças climáticas continuarem a aquecer a Terra sem parar, bilhões de pessoas poderão sofrer “estresse por calor, doenças infecciosas, desnutrição, inundações e problemas de saúde mental”, conforme o relatório.

A Planetary Health Alliance divulgou o artigo “Estratégias de enfermagem para ajudar as crianças a lidar com a eco-ansiedade, de Rasmussen (2023), que apresenta [como os profissionais da enfermagem](#) podem abordar o crescente sofrimento causado por preocupações com mudanças ambientais.

A DNDi se manifestou no twitter, afirmando que os países devem incluir metas de saúde em seus [compromissos climáticos](#) para reduzir o impacto potencial das mudanças climáticas na saúde.

A DNDi abordou o vínculo entre [mudança climática e saúde](#) e apontou que o *Global Stocktake*, destinado a avaliar o progresso na ação climática em nível global, deve recomendar

³⁵ <https://actionaid.org>

³⁶ <https://www.planetaryhealthalliance.org/>

a inclusão de uma métrica de saúde no Objetivo Global de Adaptação para medir o progresso na implementação do Acordo de Paris.

A Planetary Health Alliance divulgou o artigo de Oladipo et. al. (2023), “Global Environmental Health Impacts of Rare Earth Metals: Insights for Research and Policy Making in Africa”, que destaca a importância de [soluções centradas na Saúde Planetária](#) que são urgentemente necessárias para garantir que o impacto da mineração de metais de terras raras não cause deterioração ambiental e da saúde.

O Consortium of Universities for Global Health anunciou [Curso Pan Americano de Sistemas de Saúde Resilientes às Mudanças Climáticas](#). O objetivo deste curso é treinar gestores de sistemas de saúde federais, regionais e locais, administradores de hospitais e outros com conhecimento e ferramentas necessários para se preparar para as mudanças climáticas.

A World Federation of Occupational Therapists lançou curso online que apresenta os [desafios enfrentados em trabalhar com pessoas que foram deslocadas pelas mudanças climáticas](#). Três cursos adicionais de microaprendizagem estão disponíveis para complementar o conteúdo para desenvolver recursos de terapia ocupacional específicos e para práticas de trabalho associadas ao reassentamento de migrantes climáticos.

A Oxfam destacou que países ricos que mais contaminam estão [fracassando](#) em sustentar as promessas de [financiamento climático](#) para os países mais pobres, inclusive quando os fenômenos climáticos se acentuam em países como Paquistão e países da África Oriental, que não podem custear os custos destas catástrofes.

A Oxfam destacou que as [deliberações](#) no âmbito da convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, visam estabelecer uma nova meta global de mobilização de financiamento climático para 2025, como chance para reconstruir a confiança entre países ricos e os de baixa e média renda.

No contexto da Conferência Climática em Bonn, a Oxfam elaborou um [relatório](#) convocando às nações poluidoras mais ricas para aprimorar seus esforços e atingir as promessas feitas na conferência climática COP 28 em 2022.

A Public Citizen lançou campanha publicitária para incentivar à Agência de Proteção Ambiental (EPA) a definir [padrões de emissão mais rígidos](#) para veículos de passageiros e caminhões pesados. De acordo com a agência, os padrões propostos visam melhorar a qualidade do ar nos Estados Unidos, especialmente em comunidades que lidam com maior ar poluído.

A Interacademy Partnership³⁷ divulgou a publicação de um relatório do European Academies' Science Advisory Council (EASAC) intitulado ["O Futuro do Gás"](#). O relatório alerta sobre o impacto ambiental do gás natural e destaca a necessidade de uma transição para longos combustíveis fósseis.

A Greenpeace internacional destacou um [relatório](#) publicado em Nature, sobre que a ação humana está ultrapassando qualquer limite planetário, como a produção de aerossóis, água doce, ciclos de nutrientes, biodiversidade, uso da terra e clima.

³⁷ <https://www.interacademies.org/>

A Greenpeace internacional destacou que o [compromisso climático financeiro](#) dos países ricos que mais contaminam tem terminado em projetos como uma central elétrica de carvão, hotéis e compra de chocolate.

A Greenpeace internacional destacou a importância de redes de [transporte público](#) seguro, confiável e sustentável para diminuir o número de automóveis no mundo. Assim como os efeitos do e-[commerce](#) na poluição de água e o ar, ao aumentar as emissões contaminantes. Foram apontados também os efeitos da indústria dos [aviões privados](#). Chamou também a atenção para a destruição da barragem de [Kakhovka](#), um desastre humano e ambiental que terá consequências a longo prazo, afetará a vida selvagem da região, e compromete o acesso à água potável e à agricultura.

A Greenpeace internacional destacou que os esforços do presidente Lula por implementar um plano para [parar a desflorestação](#) em 2030 se contrapõem aos projetos de lei anti-ambientais e anti-indígenas apresentados no parlamento brasileiro.

Saúde planetária

A Interacademy Partnership divulgou relatório da Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences (KNAW) intitulado “[Saúde planetária. Um campo emergente a ser desenvolvido](#)”. O relatório traça uma agenda de pesquisa abrangente para o campo da Saúde Planetária e recomenda a criação de uma ampla rede de pesquisa, fazendo um chamado a universidades, institutos de pesquisa e também os financiadores de pesquisa para abrir mais espaço para questões de Saúde Planetária. A Academia sinala que o próprio setor de saúde é um emissor importante de gases de efeito estufa, fluxos de resíduos e poluição ambiental.

Poluição por plásticos

O Consortium of Universities for Global Health divulgou uma coleção de artigos tratando de [plásticos e saúde humana](#). A coleção mostra que os plásticos trouxeram grandes benefícios para a humanidade, em áreas tão diversas como medicina, eletrônica, aeroespacial, construção, embalagem de alimentos e esportes. Contudo, também são responsáveis por danos significativos à saúde humana, à economia e ao meio ambiente em todas as fases do seu ciclo de produção e consumo, desde a extração do carvão, petróleo e gás até o descarte final.

A Greenpeace internacional³⁸ destacou a elaboração do [tratado global do plástico](#) com participação de 160 países para combater a poluição para 2024. Este tratado tem sido atacado por alguns países e indústrias produtoras de combustíveis fósseis. Se espera que o [tratado](#) se contraponha à adição mundial ao plástico e que diversos líderes se coloquem a favor.

Resistência indígena e violência de gênero

A Greenpeace internacional destacou que, apesar do [assassinato](#) de líderes indígenas na Amazônia do Brasil, o trabalho de outras lideranças tem se fortalecido para manter a defesa da floresta amazônica. De igual forma foi denunciada a [violência de gênero](#) contra as quase cem mulheres mortas por causa do seu trabalho na defesa do meio ambiente.

Crise alimentar global e alimentação saudável

Um novo estudo “[Saber melhor, responder pior: como erros de 2008 levaram à crise alimentar de hoje](#)”, recém-lançado pela CARE, mostrou que 112,6 milhões de pessoas a mais em

³⁸ <https://twitter.com/greenpeace>

todo o mundo foram levadas à fome depois de 2020, em comparação com a grande crise alimentar global anterior, de 2008 a 2009. Apesar desse aumento significativo da fome (116%), a organização constatou que a comunidade internacional não está respondendo com a mesma urgência de financiamento agora, como fez a 15 anos atrás.

A NCD Alliance comemora a vitória da ação entre sociedade civil e governo mexicano que conseguiram consenso legislativo para [aprovar a remoção de gordura trans no mercado de alimentos do país](#).

Doenças infecciosas

A DNDi³⁹ compartilhou o artigo “[Acabando com a negligência de crianças com HIV na África Ocidental](#): Cuidar de uma criança com HIV é um fardo pesado”. As crianças que vivem com HIV já são negligenciadas e na África Ocidental essa negligência é ainda mais profunda. No continente, apenas 54% das crianças vivendo com HIV recebem tratamento antirretroviral, contra 74% dos adultos. Sem tratamento, as crianças morrem antes de completar dois anos.

Uma [reunião de especialistas em micetoma](#), uma infecção subcutânea crônica, foi realizada em Nairóbi na semana de 12 a 16 de junho para discutir maneiras de aumentar o compartilhamento de dados e informações entre pesquisadores, profissionais de saúde e comunidade.

A DNDi compartilhou o artigo “[Os perigos da dengue](#)”, afirmando que a dengue está se espalhando rapidamente. Reforçou serem necessários mais investimentos em pesquisas de tratamentos que possam reduzir a pressão avassaladora sobre os sistemas de saúde.

O Peru declarou emergência nacional após [surto de dengue](#) matar 200 e superlotar hospitais. A DNDi apontou que as altas taxas de hospitalização que a Grã-Bretanha viu com COVID-19 é o que se vê sazonalmente com dengue.

A IANPHI publicou uma nota sobre como o [Instituto Nacional de Saúde Pública de Uganda](#), juntamente com o Ministério da Saúde, adaptou uma ferramenta de vigilância de saúde de fronteira para ajudar na investigação de casos e conduzir uma tomada de decisão melhor e mais rápida durante o surto do Ebola no começo desse ano.

Segundo a DNDi, [as mulheres são afetadas desproporcionalmente por DTNs](#), mas suas necessidades há muito são ignoradas pela pesquisa farmacêutica. Joelle Tanguy, diretora e membro da equipe executiva da DNDi, destacou a necessidade de promover P&D mais sensível ao gênero.

A Interacademy Partnership divulgou chamado de indicações para o [Prêmio Christian Merieux 2024](#) que a Fundação Christophe e Rodolphe Mérieux do Institut de France concede para apoiar a pesquisa sobre doenças infecciosas em países em desenvolvimento e equipes que trabalham permanentemente no campo nesses países.

Inovação para doenças negligenciadas

A [DNDi celebrou o seu vigésimo ano](#), impulsionando a inovação médica. Em virtude da celebração, resgatou a ocasião em que a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1999 e dedicou uma parte do prêmio à exploração de um modelo novo, alternativo e sem fins lucrativos para o desenvolvimento de medicamentos para pacientes

³⁹ <https://dndi.org/>

negligenciados. Em 2003, os MSF, a Organização Mundial da Saúde e cinco instituições internacionais de pesquisa fundaram a DNDi.

A DNDi divulgou no *twitter* um novo [tratamento da doença do sono](#). Há 20 anos, o tratamento desta doença era muito tóxico e matava um em cada 20 pacientes. Hoje, os pacientes dispõem de tratamento oral, mais seguro. Agora, os estudos avançam em busca de um tratamento de dose única.

No podcast “[DNDi: da rebelião à inovação](#)”, a DNDi destacou que a inovação deve vir diretamente de países com doenças endêmicas, e é preciso parar de vê-la como um “fenômeno Norte-Sul”, tendo sido essa uma das motivações da criação da DNDi pela Médicos Sem Fronteiras.

Um novo candidato a medicamento mostrou resultados promissores no [tratamento de infecções por vermes parasitários](#). O medicamento emodepside mostrou altas taxas de cura para três infecções por helmintos transmitidos pelo solo. No momento, está testando o emodepside para pessoas que vivem com cegueira dos rios, outra infecção por vermes parasitários.

A DNDi e os Médicos Sem Fronteiras apresentaram os resultados do novo tratamento, de 14 dias, para [leishmaniose visceral na África](#), que requer hospitalização mais curta e é adequado para crianças.

A DNDi divulgou o artigo da Nature “[Por dentro da nascente indústria de drogas projetadas por IA](#)”, destacando que “essas ferramentas não substituem um cientista, elas o complementam”. Assim, poderá ser adicionada à “caixa de ferramentas” para ajudar a descobrir novos medicamentos para DTNs para que os mais negligenciados se beneficiem da ciência mais recente.

Guerra na Ucrânia, na Síria e no Sudão

A CARE International⁴⁰ divulgou a declaração de sua presidente, Michelle Nunn, sobre o [colapso da barragem de Nova Kakhovka](#). Na declaração, afirmou que o desastre da barragem é devastador. Após os eventos no sul da Ucrânia, pelo menos 16.000 pessoas foram evacuadas e milhares de residentes ficaram sem eletricidade.

A CARE International considerou que a emergência na [usina hidrelétrica da Ucrânia](#) é “o maior desastre tecnológico na Europa em décadas”. Segundo as autoridades locais, a emergência comprometeu o abastecimento de alimentos e água da região, além do ecossistema da Crimeia e do Mar Negro.

A CARE afirmou ainda que a explosão da usina deslocou quase 1.900 famílias e que, neste momento, as [minas terrestres flutuantes e o derramamento de óleo](#) representam mais uma ameaça à população.

A CARE avaliou o que o [colapso da barragem](#) de Kakhovka tem significado para a região. Junto com a própria barragem, as turbinas e os geradores de energia foram destruídos, e os níveis das águas devem continuar subindo. A área inundada tem sido um local de combates intensos, o que levantou preocupações de grupos de ajuda sobre munições não detonadas.

⁴⁰ <https://www.care.org/>

A CARE International destacou a necessidade de [priorizar a assistência humanitária eficiente](#), flexível e sustentável, enquanto os doadores se reuniam para fazer promessas à Síria e aos países vizinhos que recebem refugiados sírios. Após 12 anos de conflito, um terremoto devastador, uma economia em deterioração e várias outras crises, tornou-se urgente que os doadores reavaliem sua abordagem para melhorar a assistência humanitária.

Antes da [conferência de doações do Sudão](#) que será realizada em 19 de junho, a CARE International fez um apelo aos países para financiar o plano das Nações Unidas para ajudar a salvar as vidas das milhões de pessoas afetadas pelo conflito em curso. “Esta é uma crise em uma escala sem precedentes para o Sudão, e os doadores devem agir agora para evitar uma catástrofe humanitária ainda maior”, disse Arthur Molenaar, vice-diretor nacional da CARE para o Sudão.

Migrantes e refugiados

A ActionAid International se manifestou sobre o [naufrágio de um barco de pesca com migrantes a bordo](#), no sudoeste da Grécia. Além de expressar suas condolências às famílias e amigos das vítimas e desaparecidos, registrou a “raiva pelas consequências brutais previstas nas políticas de fronteira da UE e de seus membros”. Apontou que o naufrágio é uma acusação condenatória de políticas cada vez mais prejudiciais, lembrando que uma política melhor é possível. Em 2022, a Europa adotou a Diretiva de Proteção Temporária para pessoas que fogem da invasão russa em grande escala na Ucrânia e, em vez de replicar ou adaptar a mesma diretiva para outros povos, a Europa aposta na “necropolítica” para os migrantes da África, Ásia ou América Latina. A organização destacou ainda que as pessoas em migração estão fugindo de grilagem de terras, extração de recursos, consequências da mudança climática e crise política prolongada alimentada por armas estrangeiras.



Foto: Guarda Costeira da Grécia

O People's Health Movement repercutiu publicação de Félix Litschauer que critica a primeira Resolução sobre prevenção de afogamento adotada pela 76ª Assembleia Mundial da Saúde. Segundo o post, a [Resolução de Afogamento](#) não menciona um dos motivos mais comuns de afogamentos no mundo, que estão relacionados às rotas de migração mortais através da água.

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA)⁴¹ divulgou sua participação na 3ª Consulta Global sobre a Saúde de [Refugiados e Migrantes](#), organizada pela OMS e pela Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, no Marrocos de 13 a 15 de junho de 2023. Destacou como maiores problemas dessa população o acesso limitado a cuidados de saúde e o emprego em trabalhos difíceis e perigosos.

A International Federation of Social Workers⁴² divulgou matéria sobre a denúncia do Sindicato de Serviço Social da Suécia acerca do plano do governo para que profissionais sociais e de saúde denunciassem pessoas que não têm visto para viver no país. Os profissionais alertam que a perda de confiança da população no serviço representaria uma tragédia humana uma vez que deixariam de buscar assistência quando precisassem, crianças deixariam de ser levadas à escola pelos pais, grávidas não buscariam serviços de pré-natal e parto.

Combate à escravidão moderna

A ActionAid Internacional, no Dia Internacional dos Trabalhadores Domésticos, lembrou que o emprego só é justo quando o trabalho é decente. Ressaltou que os trabalhadores domésticos são mal pagos, explorados e abusados. De acordo com os últimos relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 75,6 milhões de pessoas com mais de 14 anos estão empregadas como trabalhadoras domésticas em todo o mundo. Deste total, 11,5 milhões são migrantes ou estrangeiros, a maioria sendo mulheres negras e minorias étnicas.

Direitos humanos

A Progressive International⁴³ denunciou que [El Salvador ostenta a maior taxa de encarceramento do mundo](#), com 1,6% da população atrás das grades. O país centro-americano vive em Estado de Exceção há 14 meses. As liberdades civis foram suspensas, incluindo-se a liberdade de associação, o direito de informar os detidos sobre o motivo de sua prisão, o direito a um advogado, o limite para deter suspeitos sem acusações e proteções contra buscas e vigilância ilegais. Mais de 66.000 pessoas desapareceram em um sistema penal notoriamente superlotado, que se expandiu para uma mega prisão construída recentemente que, segundo o presidente, abrigará mais 40.000 detentos.

A Progressive International expressou seu apoio aos manifestantes na Sérvia que [protestam contra a violência crescente](#), apoiada pelo regime de Vučić, após um tiroteio em massa que resultou na morte de dezoito pessoas, principalmente crianças e jovens. A organização apelou aos aliados em toda a Europa para quebrarem o silêncio, a fim de chamar a atenção do mundo para a aguda crise política na Sérvia, garantindo a proteção dos protestos pacíficos contra a violência estatal e destacando as principais demandas que motivaram os cidadãos sérvios a saírem às ruas em massa.

Sistemas de saúde e cobertura universal

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA)⁴⁴ divulgou a gravação de um podcast que realizou com especialistas convidados, tratando dos desafios globais que contribuem para a [sobrecarga dos sistemas de saúde e das sociedades](#).

⁴¹ <https://ifmsa.org/>

⁴² <https://www.ifsw.org/>

⁴³ <https://progressive.international/>

⁴⁴ <https://ifa.ngo/>

A NCD Alliance⁴⁵ realizou um encontro na região da América Latina e Caribe para discutir o [avanço da Cobertura Universal de Saúde e o financiamento das DCNT na região](#). Um painel de discussão formado por governos, OPAS, sociedade civil e pessoas que vivem com DCNT, seguido pela discussão com participantes da região, foi o formato adotado para o encontro.

A [NCD Alliance](#) produziu um modelo de carta a ser enviada para governos a fim de fazer *advocacy* para imediata ação sobre DCNT e Cobertura Universal de Saúde. [O modelo](#) deixa em aberto espaço para que cada membro da comunidade DCNT possa inserir os dados de seu país.

O People's Health Movement⁴⁶ repercutiu publicação da Federação Europeia dos Sindicatos do Serviço Público (EPSU) sobre a [privatização dos hospitais](#) na Bélgica. Ressaltaram que os sistemas de saúde precisam de mais financiamento público, não de maior comercialização.

Acordo pandêmico

O Geneva Global Health Hub (G2H2)⁴⁷ publicou a declaração que leu durante a reunião do Órgão Intergovernamental de Negociação (INB) do Tratado ou Acordo Pandêmico, no dia 12 de junho de 2023. Nesta [declaração](#), o G2H2 critica o enfraquecimento das salvaguardas sobre o papel altamente problemático do setor corporativo. Também critica a ênfase em soluções biomédicas, como a vacinação, como principal forma de prevenção da pandemia, sendo negligenciadas as medidas de prevenção que atuam sobre as causas das pandemias, incluindo os modelos industriais que hoje destroem os ecossistemas e a injustiça financeira que penaliza os países mais pobres.

A People's Vaccine⁴⁸ e a Oxfam realizaram uma declaração na 5ª reunião do Órgão Intergovernamental de Negociações sobre a [diluição da linguagem no tratado pandêmico](#), instando que o acordo precisa de uma linguagem que obrigue os países de alta renda a concretizar ações para garantir o acesso equitativo a produtos de saúde. Atualmente, a forma de escrita utiliza uma linguagem de obrigação para países de média e baixa renda quando fala da vigilância, mas emprega uma linguagem mais flexível para países de alta renda, como o termo "conforme apropriado", que deixa a decisão de iniciar uma ação à vontade do país, em vez de torná-la uma obrigação.

Fraude fiscal

O People's Health Movement [divulgou o artigo](#) de Fran Baum, professora de Equidade em Saúde, intitulado "Consultores como a PwC são leais ao lucro, não ao público. Os governos devem reduzir seu uso" A questão climática teve muito destaque, nesta quinzena, pela. O artigo aborda o escândalo da PricewaterhouseCooper (PwC) que usou seu conhecimento interno para aconselhar empresas multinacionais sobre como evitar impostos quando a legislação sobre a qual assessorou entrou em vigor.

⁴⁵ <https://ncdalliance.org/>

⁴⁶ <https://phmovement.org/>

⁴⁷ <https://g2h2.org/>

⁴⁸ <https://peoplesvaccine.org/>

Equidade em saúde, de gênero e LGBTQI+

A International Pharmaceutical Students' Federation⁴⁹ (IPSF) publicou a [Declaração de acesso equitativo aos cuidados de saúde sem discriminação](#). A IPSF afirmou que o acesso equitativo é um direito humano inalienável e deve ser protegido independentemente de religião, raça, cor da pele, origem nacional e étnica, identidade de gênero, orientação sexual, status de imigração, e deficiência física ou mental.

A CARE International divulgou o relato de três mulheres que desafiam [os estereótipos de gênero](#) nos jogos. A abordagem ao tema faz parte dos resultados da iniciativa Tipping Point da CARE, que identifica as causas profundas do casamento infantil, precoce e forçado e facilita estratégias inovadoras para criar caminhos alternativos para meninas adolescentes.

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) divulgou sua participação no Encontro Anual da Associação Internacional de Educadores Médicos (IAMSE), realizada em Cancun, nos dias 10 a 13 de junho de 2023. Destacou, especialmente, a sessão EDI (Equidade-Diversidade-Inclusão) que discutiu a inclusão das pessoas LGBTQI+ na medicina, abrangendo o uso da linguagem em pesquisa, literatura e ambientes clínicos.

Saúde do idoso

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) anunciou a conferência "[Defendendo a Vitalidade dos Idosos por meio da Criatividade, Pesquisa e Engajamento Tecnológico](#)" a ser realizada durante a 16ª Conferência Global da IFA sobre Envelhecimento em Bangkok no dia 27 de junho de 2023.

Força de trabalho em saúde

A posição do International Council of Nurses (ICN)⁵⁰ sobre o [recrutamento internacional de enfermeiras](#) foi manchete nos noticiários da BBC. A rede BBC noticiou as preocupações do ICN com o recrutamento internacional de enfermeiras dos países mais pobres aos mais ricos. Uma equipe da BBC descobriu que mais de 1.200 enfermeiras deixaram Gana para trabalhar no Reino Unido em 2022, apesar do recrutamento 'ativo' de Gana e de 54 outros países ser proibido pelas regras da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)⁵¹ divulgou o documento político "[Proteger a força de trabalho da área da saúde em países de baixa e média renda por meio da vacinação](#)" em que afirma que a vacinação é uma ferramenta vital para proteger a força de trabalho de saúde em países de baixa e média renda. Em seu documento, a WFPHA fornece recomendações baseadas em evidências para auxiliar os profissionais de saúde em discussões com os Ministérios da Saúde em seus próprios países para desenvolver e implementar programas de vacinação bem-sucedidos para profissionais de saúde.

Reabilitação da saúde

Como parte dos esforços para a implementação da *Rehabilitation 2030*, a International Alliance of Patients' Organizations⁵² está organizando o "[3rd Global Rehabilitation 2030 Meeting - Accelerating Rehabilitation 2030 in Countries Members](#)". O tema ganhou especial

⁴⁹ <https://www.ipsf.org/>

⁵⁰ <https://www.icn.ch/>

⁵¹ <https://www.wfpha.org/>

⁵² <https://www.iapo.org.uk/>

importância após a pandemia de Covid-19 e os esforços dos últimos seis anos que culminaram na resolução “Strengthening Rehabilitation in Health Systems”. A resolução reforça a importância da reabilitação como um componente-chave da Cobertura Universal de Saúde.

A World Heart Federation⁵³ fez uma declaração referente ao item 13.4 da agenda da Assembleia Mundial de Saúde: [Fortalecimento da reabilitação nos sistemas de saúde](#). Na declaração, reforçou a importância dos Estados Membros garantirem a continuidade do cuidado integral à saúde – da promoção aos cuidados paliativos - e integrá-lo à Atenção Primária e na preparação para emergências. Convocou também os Estados Membros a lidarem com o problema de produtos médicos de baixa qualidade ou falsificados.

Dia Mundial Sem Tabaco

Em comemoração do Dia Mundial Sem Tabaco, a World Heart Federation, em consonância com a campanha da OMS, lembrou que [anualmente o tabaco é responsável por mais de 8 milhões de mortes de fumantes e 1,2 milhão de não fumantes](#). O tabaco também é um dos principais fatores de risco para morbidade e mortalidade cardiovascular, sendo responsável por 17% das mortes por doenças cardiovasculares. Além dos efeitos diretos nos seres humanos, o tabaco prejudica o meio ambiente, considerando suas etapas de produção, do cultivo ao descarte.

O Consortium of Universities for Global Health assinou o compromisso [do Financiamento Livre do Tabaco](#) que visa restringir o financiamento de empresas de tabaco - por meio de empréstimos, seguros e investimentos -, o que é essencial para os esforços globais para o controle do tabaco.

A ACT promoção⁵⁴ da saúde recebeu o [Prêmio Dia Mundial Sem Tabaco 2023](#), Região das Américas, concedido pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde em reconhecimento da trajetória da organização no controle do tabagismo, o prêmio é dado a cada ano a organizações da sociedade civil, ativistas, pesquisadores, entre outros para destacar as ações e iniciativas que visam reduzir as mortes e doenças relacionadas ao tabagismo.

A ACT promoção da saúde lançou o [boletim 192](#) que destaca as mobilizações do Dia Mundial Sem Tabaco, uma entrevista com economista que estudou sobre o cultivo de tabaco no Brasil, a nova campanha voltada para o modo como a indústria do tabaco sufoca a produção de comida de verdade. O boletim também destaca como a indústria de alimentos tenta desqualificar as evidências sobre as doenças causadas pelo consumo de ultraprocessados, para evitar que esses produtos tenham os preços atingidos por nova tributação a partir da reforma tributária.

A ACT Promoção da Saúde divulgou uma [nota de repúdio](#) contra a possível indicação de Márcio Fernandes, advogado ligado ao setor do tabaco, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O documento da organização expressa preocupação com o potencial conflito de interesses que poderia surgir, dado que o candidato possui uma trajetória dedicada à indústria do tabaco nos últimos 27 anos, ocupando cargos jurídicos e de confiança em um setor da economia conhecido pela falta de ética e pela ausência de compromisso com a vida e a saúde.

⁵³ <https://world-heart-federation.org/>

⁵⁴ <https://actbr.org.br/>

Contribuição global do Serviço Social

Representantes da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (IFSW) se reuniram com representantes de várias agências da ONU para fortalecer as relações. Segundo a Federação, o papel dos assistentes sociais na facilitação e co-construção do desenvolvimento social básico foi elogiado pelos funcionários da ONU. A Carta dos Povos para um Mundo Ecosocial, que foi co-facilitada pela IFSW, será usada com um documento orientador da declaração das intenções de cooperação.

Saúde materna e do nascituro

Os Médicos Sem Fronteiras alertaram que o [Haiti tem a maior taxa de mortalidade materna](#) no Hemisfério Ocidental, com 529 mortes a cada 100 mil nascimentos. A mortalidade neonatal também é muito alta, com 24 mortes a cada mil nascimentos. Aproximadamente 64% das mulheres não dão à luz em instalações de saúde. Os MSF fazem um chamado para que outras organizações intensifiquem sua assistência na região. Ressaltam também que é necessário aumentar o financiamento para cobrir os salários de profissionais de saúde em áreas remotas.

Saúde mental

O Consortium of Universities for Global Health divulgou o artigo publicado pela revista Hopkins Bloomberg Public Health [Paz de espírito: protegendo a saúde mental na Ucrânia](#). Para ajudar a curar a saúde mental na Ucrânia devastada pela guerra, membros da comunidade treinados na Abordagem de Tratamento de Elementos Comuns (CETA) estão atuando como “conselheiros leigos”.

Saúde auditiva

A World Federation of Occupational Therapists divulgou uma pesquisa com terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos que [trabalham com misófonos](#). As informações coletadas neste estudo serão usadas para educar estudantes de OT e Audiologia, profissionais e o público sobre o papel dos terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos no cuidado aos misófonos.

Saúde bucal

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou o documento político [“A saúde bucal é parte integrante da saúde materno-infantil”](#) em que lembra que a boa saúde oral das mães é essencial para a sua saúde geral e dos seus filhos pequenos. A WFPHA fornece recomendações para profissionais de saúde e formuladores de políticas para melhorar a saúde bucal materna, integrando os cuidados de saúde bucal aos serviços de pré-natal.

Saúde global

O People's Health Movement divulgou o [Boletim nº 51](#) “A saúde global na encruzilhada dos interesses corporativos e da solidariedade”. O boletim aborda, entre outros temas, a 76ª Assembleia Mundial da Saúde, os 60 anos de solidariedade médica internacional cubana, as ações das corporações extrativistas na África, o avanço da reforma sanitária na Colômbia, a Assembleia Popular de Saúde da Escócia e a Conferência Livre de Saúde “O Brasil e a Saúde que Queremos” do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES).

O Consortium of Universities for Global Health disponibilizou [entrevista com líderes globais de 2023](#). São apresentados líderes internacionais e inovadores de diversas organizações,

tendo sido publicadas, neste ano, entrevistas com Peter Singer, Richard Horton, Pushpam Kumar e dirigentes da organização Jornalistas no Front.

Inteligência artificial

A International Hospital Federation anunciou a realização da [Conferência AI & MEDTECH CEE](#) em 06 de junho de 2023, reunindo líderes, especialistas e profissionais de inovação médica para discutir os principais tópicos relacionados a novas tecnologias no setor de saúde. Os tópicos da conferência incluem: inovações que modelam os caminhos do paciente, IA e educação médica, aplicação de novas tecnologias em entidades médicas, aspectos empresariais e tecnológicos da inovação, custo-efetividade de dispositivos médicos inovadores e colaboração com startups.

Regulação do mercado farmacêutico

A Public Citizen⁵⁵ solicitou à FDA [rejeitar a aprovação acelerada da terapia genética SRP-9001](#) (Sarepta Therapeutics) para o tratamento ambulatorial da distrofia muscular de Duchenne, devido às preocupações com a segurança em relação ao vetor viral que utiliza. O único ensaio clínico disponível até agora não demonstrou a preservação significativa da função muscular. A aprovação acelerada desse tratamento pode motivar outras empresas a lançar no mercado terapias genéticas não confirmadas. Também alertaram que depois que uma terapia é aprovada pelo FDA é muito difícil removê-la do mercado.

A Public Citizen emitiu uma declaração, criticando a Merck por processar ao governo federal sobre as disposições da [Lei de Redução da Inflação](#), que permite que o Medicare negocie diretamente com as empresas farmacêuticas os preços dos medicamentos. Essa legislação reduz a capacidade da Big Pharma de extorquir o Medicare. A organização afirmou que é fundamental que o governo federal continue com as negociações de preços que podem evitar bilhões de dólares de custos excessivos para contribuintes e consumidores.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Vacinação

A GAVI, The Vaccine Alliance, divulgou a [Conferência Global de Impacto da Vacina 2023](#), a ser realizada em Madri, de 13 a 15 de junho. Em destaque, a análise do progresso da Gavi em alcançar populações em 57 países de baixa renda.

Noticiou também que ajudou [a vacinar mais de um bilhão de crianças](#) com vacinas de rotina, desde que foi criada em 2000 – além de possibilitar bilhões de vacinações críticas durante campanhas, emergências e pandemias. No total, a Gavi viabilizou cerca de 6 bilhões de vacinações em todo o mundo, contra 19 doenças infecciosas.

A GAVI divulgou a ação: [A poesia da prevenção](#), durante a Conferência Global de Impacto da Vacina. Artistas de todo o mundo foram contratados para criarem novas e exclusivas obras, celebrando o poder da imunização.

Mostrou, através de fotos, [o poder das vacinas](#). Dez fotógrafos profissionais, originários da Bolívia ao Quênia e à Mongólia, fizeram imagens cativantes que mostram a essência da “Geração Imunidade”.

⁵⁵ <https://www.citizen.org/>

Divulgou a artigo: [Sagrado e seguro: como o Hajj é vacinado](#). Com a peregrinação (hajj) de milhões de muçulmanos à cidade de Meca se aproximando, vários países, como a Índia, estão realizando campanhas especiais de vacinação para manter os peregrinos protegidos de doenças epidêmicas. Toda a vacinação do Haj está sendo monitorada e registrada online através do HPIS (Haj Pilgrims Information System), que registra os peregrinos vacinados em tempo real.

Anunciou que a [Vacinação infantil continua em meio a conflitos](#) no Sudão. O conflito ameaça se tornar uma catástrofe humanitária, já que dezenas de milhares fogem em busca de segurança para os vizinhos: Sudão do Sul, Chade, Egito e Etiópia, em meio a intensos combates entre o exército e a milícia. Enquanto isso, o UNICEF e o Ministério Federal da Saúde, com o apoio da Gavi, estão tentando manter a prestação de serviços essenciais de saúde, incluindo a vacinação infantil.

A GAVI divulgou os esforços de [cuidadores de um orfanato etíope](#) para enfrentar as barreiras de imunização.

Mostrou como [a energia solar está revolucionando a imunização nas partes mais remotas do mundo](#). Os refrigeradores movidos a energia solar permitem o armazenamento seguro de vacinas em unidades de saúde que atendem áreas remotas que não estão conectadas a uma rede elétrica. Desta forma, garante-se acesso confiável a vacinas seguras, conseguindo mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Divulgou artigo intitulado [“A grande recuperação da imunização está acontecendo?”](#), avaliando se, depois da queda das taxas de cobertura, há sinais de recuperação. Considera que as perdas foram graves, mas os sinais de recuperação são animadores.

Também divulgou [11 estatísticas importantes da sua revisão intermediária](#). Em 2019, a Gavi estabeleceu uma lista de metas para aumentar a imunização em todo o mundo para o período de 2021 à 2025, como uma oportunidade de investimento. Os doadores responderam investindo mais de US\$ 8,8 bilhões na Cúpula Global de Vacinas. A revisão intermediária é uma chance de fazer um balanço do progresso feito desde que a Alliance estabeleceu esses compromissos, celebrar o que foi alcançado e identificar áreas onde a Gavi precisa intensificar os esforços.

Anunciou o lançamento pelo [Sudão do Sul de vacina oral contra cólera](#). O país, que sofreu repetidos surtos de cólera, adotou medidas proativas para combater a doença mortal. Em vez de ações reativas para conter as epidemias uma vez iniciadas, o país está se concentrando na vacinação preventiva em áreas vulneráveis a surtos.

Cobertura vacinal

A GAVI, The Vaccine Alliance, divulgou o artigo [“Testemunhos sobre o aumento da vacinação contra a COVID-19 entre os refugiados”](#). O UNICEF recebeu financiamento do Governo Suíço e da Comissão Europeia para apoiar o Ministério da Saúde do Uganda a acelerar a vacinação em massa de refugiados e comunidades de acolhimento contra a COVID-19. A ação faz parte do COVAX Humanitarian Buffer, um mecanismo estabelecido dentro do COVAX Facility para atuar como uma medida de “último recurso”, para garantir o acesso às vacinas COVID-19 para populações vulneráveis e de alto risco em contextos humanitários.

A GAVI publicou artigo [“Mudanças no jogo: como os estados nigerianos desenvolvem iniciativas especiais para aumentar a cobertura de vacinação contra a COVID-19”](#), destacando que cinco estados da Nigéria atingiram suas metas de cobertura de vacinação contra a COVID-

19. Os estados com melhor desempenho implantaram várias estratégias, incluindo a vacinação em supermercados, parques de estacionamento, centros religiosos, mercados, escolas e bancos.

Pandemias

A GAVI, The Vaccine Alliance, repercutiu relatório publicado pela Reuters, mostrando [cinco razões pelas quais a próxima pandemia pode vir de morcegos](#), sendo a pandemia de COVID-19 apenas um exemplo. Esse relatório especial da Reuters revelou como a marcha progressiva do desenvolvimento industrial significa que estamos constantemente invadindo os habitats dos morcegos.

A Fundação Rockefeller divulgou [quatro lições de comunicação aprendidas durante a pandemia](#). É pontuado em seu artigo que: (a) não se deve assumir que a ciência por si só é suficiente, o investimento na comunicação pública é tão importante quanto a pesquisa científica; (b) mensageiros confiáveis são importantes; (c) testar a efetividade das mensagens é essencial, identificando quais incentivos são eficazes (loterias não tiveram tanto impacto quanto a oportunidade de socializar com amigos e familiares); (d) orientações de saúde pública devem ser práticas, evitando-se corridas descoordenadas às farmácias/testes/vacinas.

Doenças infecciosas: dengue, tuberculose, covid, cólera, ebola, malária e aids.

A GAVI, The Vaccine Alliance, publicou artigo sobre como [robôs de esgoto identificam e destroem focos de dengue](#). O sistema UGV encontrou vestígios de mosquitos Aedes em 20,7% dos esgotos inspecionados, levando à aplicação de inseticidas ou jatos de água em alta temperatura para tentar destruir esses criadouros.

A GAVI relatou que [Lagos intensificou a busca por pacientes de tuberculose não contados e não tratados](#). Encontrar “casos perdidos” de tuberculose ainda, uma das maiores causas de morte no mundo é a chave para interromper a transmissão e deter a doença. Na Nigéria, Lagos é responsável por 11% da carga de tuberculose, enquanto o país abriga 4,4% dos pacientes com tuberculose em todo o mundo, de acordo com o Global TB Report. Novas estratégias de diagnóstico aumentaram a contagem de casos, o que significa que o número de pacientes em tratamento está crescendo.

A World Federation of Occupational Therapists disponibilizou o artigo [“Prática atual em terapia ocupacional para COVID-19 e a condição pós-COVID”](#) que descreve os resultados de uma pesquisa global sobre serviços de terapia ocupacional para pessoas com COVID-19 e pós-COVID-19, com recomendações para a prestação de serviços de qualidade.

A GAVI publicou o artigo: [“Os rostos são como água na minha cabeça: o que acontece quando o COVID-19 afeta o cérebro?”](#) Embora inicialmente se pensasse que o COVID-19 era principalmente uma doença respiratória, à medida que a pandemia continuou, tornou-se claro que também pode afetar o cérebro e o sistema nervoso. Esse estudo mostra que a fadiga é um problema real e devastador na COVID-19.

O professor Jan Holmgren, desenvolvedor da primeira vacina oral eficaz contra a cólera, discutiu, em parceria com a Wellcome Trust, como uma [nova geração de vacinas pode ajudar a controlar os surtos contemporâneos de cólera](#). As pesquisas buscam determinar o uso ideal das vacinas, incluindo os cronogramas de doses e a duração da proteção. No entanto, o professor pontua que somente uma combinação de vacinas com práticas aprimoradas de abastecimento de água, saneamento básico e higiene poderá combater efetivamente a cólera.

O Fundo Global⁵⁶ comentou a [reunião](#) com o Ministro de Saúde da França e outras autoridades para discutir o nexa entre a crise climática e a malária, assim como um enfoque de direitos humanos no enfrentamento à AIDS e a urgência de atuação contra a TB.

Estudo financiado pela Fundação Bill & Melinda Gates documenta o estado atual dos [sistemas integrados de vigilância de doenças \(IDS\)](#) em todo o mundo. A avaliação teve como objetivo identificar as principais barreiras, facilitadores e oportunidades reveladas pelas respostas à pandemia de COVID-19.

Crise climática

Pesquisas apoiadas pela WellcomeTrust estão encontrando maneiras de se [adaptar a um planeta em aquecimento](#). Os projetos de pesquisa buscam soluções práticas e aceitáveis em diferentes contextos, sendo conduzidos por pesquisadores de países de baixa ou média renda. Esses projetos, financiados com £17,5 milhões, em 11 países, estão ajudando os formuladores de políticas a compreender o impacto das mudanças climáticas e a identificar intervenções relevantes e sustentáveis a longo prazo.

Manisha Bhinge, Diretora Executiva de Saúde da Fundação Rockefeller, afirmou que a [mudança climática é a maior ameaça enfrentada pela humanidade](#). A diretora ressalta a necessidade de não buscar “reinventar a roda” e de se empregar ações rápidas e eficazes, incluindo as vozes excluídas, como grupos deslocados pelo clima, comunidades indígenas e mulheres. A Fundação sustenta que é essencial explorar o papel das energias verdes, a agricultura sustentável e reformas financeiras no contexto da saúde global.

A Blue Forest, com o apoio da Rockefeller Foundation, lançou o seu primeiro veículo de investimento coletivo para projetos de [restauração ecológica de alto impacto por meio de empréstimos rotativos](#). Começando pela região de Rogue Valley, nos Estados Unidos, a aliança aplicará US\$ 12 milhões em dez projetos no oeste dos EUA, focando na restauração florestal e na redução de riscos de incêndios.

Transição energética

A iniciativa Coal to Clean Credit Initiative (CCCI), liderada pela Fundação Rockefeller e pela Global Energy Alliance for People and Planet (GEAPP), busca estabelecer um novo padrão para [o uso de créditos de carbono, incentivando uma transição justa de usinas de carvão para energia renovável em economias emergentes](#). A CCCI está desenvolvendo uma metodologia, que será apresentada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP28), visando acelerar substituição das usinas de carvão por energia limpa.

Saúde mental

Apesar de ser a condição de saúde mental com maior impacto global, [a ansiedade não é objeto de muitas pesquisas](#). Para preencher essa lacuna, a Wellcome Trust lançará um novo financiamento em julho de 2023. Até 4 milhões de libras serão concedidos para projetos ao longo dos próximos cinco anos, com candidaturas abertas globalmente, exceto para a China continental. A WellcomeTrust estabelece duas prioridades: a pesquisa deve considerar múltiplos níveis de explicação, englobando fatores biológicos, psicológicos e sociais e deve ser conduzida em países de baixa e média renda, onde se encontra a maior parte das pessoas.

⁵⁶ <https://twitter.com/globalfund>

Pobreza e vulnerabilidade

Estudo divulgado pela Mental Health Foundation revelou que o limite de dois filhos para os benefícios sociais no Reino Unido, implementado em 2017, não conseguiu aumentar os níveis de emprego. Em vez disso, deixou [centenas de milhares de famílias em situação de pobreza](#). O principal impacto da política foi agravar a pobreza e prejudicar a saúde mental de famílias de baixa renda com mais filhos, em vez de promover o emprego. O estudo critica a política por não levar em conta as realidades das responsabilidades de cuidado e subestimar os desafios enfrentados pelos pais em famílias maiores.

Saúde materna e do nascituro

Diretora da Fundação Bill e Melinda Gates mostrou entusiasmo após conferência sobre saúde materna em Cape Town da qual participaram mais de 1.800 especialistas. [Problemas como hemorragia pós-parto e acesso a ultrassonografias em países de baixa renda](#) poderão ser enfrentados, em futuro próximo, com intervenções de baixo custo – como sondas portáteis de ultrassom com imagens interpretadas por inteligência artificial – que reduzem em 60% as hemorragias pós-parto.

Equidade de gênero e LGBTQia+

Mulheres líderes políticas, incluindo ex-chefes de Estado e atuais ministras, se reuniram no Bellagio Center da Fundação Rockefeller de 5 a 8 de junho para [discutir governança efetiva, a erosão da participação política das mulheres e estratégias para abordar a ação climática, questões econômicas e violência online contra mulheres na política](#). A Cúpula anual foi presidida pela Secretária Hillary Clinton e pela Embaixadora Melanne Verveer, e coorganizada pela Fundação Rockefeller e pelo Instituto para Mulheres, Paz e Segurança da Universidade de Georgetown.

Um comunicado do presidente da Fundação Rockefeller, Dr. Rajiv J. Shah, foi emitido em resposta à aprovação da [Lei Anti-Homossexualidade de 2023 em Uganda](#), expressando profunda preocupação. Essa lei, que impõe punições severas a qualquer pessoa condenada por homossexualidade, coloca em risco a saúde e a segurança dos indivíduos LGBTQIA+. A aprovação dessa lei ameaça o progresso na busca por oportunidades universais e sustentáveis.

Ajuda humanitária

O Center For Strategic and International Studies apresentou um trabalho sobre o [Conflito no Sudão: Repensando os Caminhos para a Prestação de Ajuda Humanitária](#). O surto de violência entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF) prejudicou a conturbada transição política do Sudão e lançou o país em uma crise humanitária.

O Center For Strategic and International Studies publicou o editorial “[As Nações Unidas precisam parar de nomear enviados de Mianmar](#)”, argumentando que o envolvimento com o Conselho de Administração Estatal (SAC) de Mianmar é um desperdício de esforços. Ao contrário, recomendou que qualquer empreendimento diplomático deve se concentrar em grupos da diáspora, governos regionais e ONGs que se concentram em apoiar o povo de Mianmar e se preparar para um futuro sem o SAC.

Migrantes e refugiados

O Center For Strategic and International Studies, publicou o testemunho do Embaixador Robert R. King sobre os [Refugiados norte-coreanos e o perigo iminente de repatriação forçada](#).

Para o embaixador, os coreanos étnicos de nacionalidade chinesa com autorizações para trabalhar na Coreia do Sul problematiza o fluxo de pessoas que escapam da Coreia do Norte e vão para a China a trabalho. Acrescentou que, com o impacto da COVID, tornou-se muito mais difícil para os norte-coreanos escaparem da Coreia do Norte.

Sistemas de saúde e cobertura universal

O Fundo Global destacou o anúncio do [compromisso](#) para aprimorar a colaboração com a OMS, visando fortalecer os sistemas de saúde e as respostas nacionais e globais às principais doenças transmissíveis.

O Fundo Global destacou a [reunião](#) com as máximas autoridades do Quênia para discutir a iniciativa de conseguir com sucesso, a cobertura universal da saúde, envolvendo agentes comunitários, reformando o sistema de saúde e assegurando melhores provimentos de equipamentos e medicamentos.

O Fundo Global destacou a implementação de [clínicas móveis](#) para o cuidado essencial da saúde em comunidades que estão se recuperando dos desastres naturais no Paquistão.

O Fundo Global destacou [o trabalho de agentes comunitários](#) que fazem testagem e tratamento em unidades móveis para lutar contra a malária.

EVENTOS

Saúde planetária

- A Planetary Health Alliance divulgou o [Congresso ARTIS de Saúde Planetária](#), organizado pela ARTIS, que ocorrerá nos dias 5, 6 e 7 de julho de 2023.
- No dia 22 de junho, ocorrerá o webinar de lançamento da [Iniciativa de Solidariedade em Saúde Planetária](#), que inclui uma abordagem transdisciplinar para a ação de cidadãos em todo o mundo, em vez de depender apenas de atores governamentais ou institucionais.
- A Interacademy Partnership anunciou [workshop](#) de diálogo online com plataformas e redes nacionais e (sub)regionais que se envolvem com a Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES), realizado em 23 de junho.

Covid-19

- O Global Health Centre⁵⁷ divulgou o [podcast](#) gravado no último dia da Assembleia anual da OMS em Genebra, em que a professora Suerie Moon analisa as lições aprendidas com a pandemia de Covid-19.

Inovação em saúde

- O Global Health Centre divulga o evento sobre [Inovação Digital, Novas Tecnologias e Direitos à Saúde](#), que ocorrerá em paralelo a 53ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, no 23 de junho de 2023, das 13:00 às 14:30h no Geneva Graduate Institute e online.
- A DNDi divulgou a sua participação no [MSF Scientific Days](#), em 07 de junho, para compartilhar e discutir pesquisas e inovações no campo da saúde global humanitária.
- Reuniu-se em Seul o [Global Fund Fórum](#), quando foram consolidadas as parcerias com a Coreia do Sul, visando acelerar a inovação em saúde.

⁵⁷ <https://www.graduateinstitute.ch/globalhealth>

- Consortium of Universities for Global Health anunciou a realização do [Fórum Africano para Pesquisa e Educação em Saúde](#), (AFREhealth) de 01 à 03 de agosto de 2023 em Maputo, Moçambique. A reunião fornecerá atualizações sobre as atividades da AFREhealth, discutirá a associação e compartilhará planos futuros para a organização.
- A STOPAIDS⁵⁸ divulgou um [evento](#) sobre Inovação Digital, Novas Tecnologias e Direito à Saúde, que será realizado em 23 de junho.
- O Center For Strategic and International Studies⁵⁹ realizou um evento sobre [Oportunidades de inovação no desenvolvimento global](#), um painel para debater e desvendar a questão do Desenvolvimento Internacional junto com a política de desenvolvimento global dos EUA.

Gênero e gerações

- “Going beyond 50/50: Transformative leadership for [gender equity](#)” é o evento que será realizado pela Women in Global Health no dia 23 de junho para reforçar a compreensão de como a interseccionalidade é essencial para a liderança transformadora das mulheres.
- A Interacademy Partnership divulgou um chamado de indicações para o [Programa Jovens Médicos Líderes](#), que ocorrerá de 13 a 15 de outubro de 2023, em conjunto com a Cúpula Mundial da Saúde (WHS) em Berlim, Alemanha, de 15 a 17 de outubro de 2023.

Congressos profissionais

- A International Hospital Federation divulgou o [46º Congresso Hospitalar Mundial](#) a ser realizado em Lisboa de 25 à 27 de outubro de 2023. Anunciou também que o Rio de Janeiro - Brasil sediará o [47º Congresso Mundial de Hospitais](#), em setembro de 2024.
- A International Hospital Federation comunicou que a [reunião do ano de 2023 do Conselho de Representantes da Associação Nacional de Enfermagem \(CNR\)](#) será realizada em Montreal, Canadá, presencialmente, de 29 de junho à 01 de julho de 2023.
- A International Hospital Federation anunciou a [28ª edição da Conferência Anual da European Health Management Association](#), que analisará oportunidades, melhores práticas e inovações para sistemas de saúde em constante evolução. A conferência também discutirá soluções inovadoras para sistemas de saúde sustentáveis e resilientes e facilitará intercâmbios e discussões sobre esses temas complexos.
- A International Hospital Federation anunciou o [GS1 Connect](#) a ser realizado em Denver - Co de 05 à 07 de junho de 2023, que contará com líderes da cadeia de suprimentos e inovadores que compartilham percepções do setor e melhores práticas de implementação dos Padrões GS1.
- A International Hospital Federation comunicou a realização de 07 à 10 de junho da [Africa Health ExCon](#), a maior exposição e conferência médica anual na África, onde os profissionais de saúde se reúnem para dialogar, criar parcerias, fazer negócios, discutir diversas formas de colaboração e identificar soluções e estratégias para os desafios atuais.
- A World Federation of Occupational Therapists anunciou evento virtual que acontecerá de 14 à 15/06/23. Os [temas da Conferência Anual 2023](#) incluem a inovação e diversificação da força de trabalho; o bem-estar e a resiliência e os cuidados primários.
- A World Federation of Occupational Therapists divulgou a [30ª Conferência e Exposição Nacional de Terapia Ocupacional da Austrália 2023](#), a ser realizada de 21 a 23 de junho.

⁵⁸ <https://stopaids.org.uk/>

⁵⁹ <https://www.csis.org/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações da sociedade civil continuaram bastante ativas, estando muito mobilizadas pelos temas da crise climática e das doenças infecciosas. A questão climática que é sempre bastante mencionada, teve maior destaque, nesta quinzena, pela passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente. As doenças infecciosas foram ressaltadas pela ocorrência de surtos de dengue, ebola e cólera, notadamente, em regiões da África, mas também pelas ações da GAVI e de fundações privadas com seus investimentos em pesquisas e vacinações em países de baixa renda.

As situações de migrantes e refugiados também foram muito mencionadas, valendo destacar a crítica do People's Health Movement à 1ª Resolução sobre Prevenção de Afogamento, adotada pela 76ª Assembleia Mundial da Saúde, por não mencionar que a migração por mar é um dos motivos mais comuns de afogamentos no mundo. Vale salientar também que, pela primeira vez, a fuga de norte-coreanos que trabalham na China é mencionada.

As guerras e os conflitos violentos, ao contrário, foram pouco mencionados pelas OSC nesta quinzena, com manifestações limitadas às situações na Ucrânia, na Síria e no Sudão. As dificuldades em prover ajuda humanitária foi enfatizada nas manifestações, denunciando-se tanto os obstáculos impostos pelas partes beligerantes, quanto aqueles decorrentes da omissão ou da negligência dos países ricos.

Vale registrar a grande diversidade de temas abordados. Além daqueles mais frequentes, houve referências – muitas vezes, apenas uma das organizações – a questões relativas a: cobertura universal, tratado pandêmico, Dia Mundial Sem Tabaco e a equidade em saúde, combate à escravidão moderna e direitos humanos, fraude fiscal, força de trabalho em saúde, reabilitação da saúde, contribuição global do Serviço Social, saúde materna e do nascituro, saúde mental, saúde auditiva, saúde bucal, saúde do idoso, saúde global, inteligência artificial, regulação do mercado farmacêutico, pobreza e vulnerabilidade

Enfim, se as questões mais frequentes continuam as mesmas, há variações nas ênfases e surgimento de novas nuances, assim como há grande variedades de temas. Tanto essa variedade como as diferenças nas ênfases e as novas nuances devem ser levadas em conta nas análises da atuação das organizações da sociedade civil.

Diplomacia da saúde no Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA, Centro Sul

Regina Ungerer

Como já amplamente destacado no informe passado, a 21ª Sessão do Comitê de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, realizada de 30 de maio a 02 de junho de 2023, teve como tema central “Acelerar a recuperação da doença do coronavírus (COVID-19) e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular”

Sendo o principal órgão de formulação de políticas sobre Cooperação Sul-Sul no sistema das Nações Unidas e sendo um órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU (AGNU), o Comitê se reúne a cada dois anos para:

- 1) Revisar o progresso alcançado na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (BAPA);
- 2) Revisar a nova Estratégia para a Cooperação Sul-Sul;
- 3) Revisar o documento Final de Nairóbi da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul;
- 4) Revisar o documento Final de Buenos Aires da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA + 40).

Este ano, foram incluídas seis discussões temáticas com a finalidade de explorar caminhos de colaboração para a recuperação da pandemia do Covid-19 em temas como:

- 1) Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Transformação Digital
- 2) Avanço da Cooperação Sul-Sul e Triangular nas Mudanças Climáticas
- 3) Cooperação Sul-Sul e Triangular acelerando resultados para os ODS
- 4) Estrutura para Medir a Cooperação Sul-Sul
- 5) O papel da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Erradicação da Pobreza
- 6) Apoiando a resiliência e sustentabilidade por meio da cooperação Sul-Sul e Triangular

Como o UNOSSC é um escritório especial da ONU dentro do PNUD, o Administrador do PNUD produz um relatório sobre os progressos da Cooperação Sul-Sul para ser discutido entre os Estados-Membros.

O relatório deste ano contém uma revisão do progresso feito entre junho de 2021, data do 20ª Reunião do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul e março de 2023.

Durante o período, o mundo viveu a pandemia do Covid-19, experimentou mais mudanças climáticas e vive ainda a guerra na Ucrânia. Embora o aumento da dívida dos países e consequente desaceleração econômica mundial, tenham restringido a Cooperação Sul-Sul, estas crises globais também impulsionaram os países em desenvolvimento e seus parceiros a se engajarem em iniciativas Sul-Sul robustas para a recuperação da pandemia e para avançar para erradicar a pobreza e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O relatório apresenta diversas recomendações enfatizando a necessidade de maiores investimentos em saúde, educação para todos, digitalização, tecnologias sustentáveis,

assistência humanitária, governança, sistemas monetários e financeiros, aumento de capacidades produtivas e neutralidade de carbono.

Entretanto, pode-se destacar que os governos Africanos, o setor privado e as entidades das Nações Unidas aplicaram princípios de cooperação Sul-Sul como um autossuficiência coletiva para, entre outras coisas, melhorar o acesso às vacinas e outros medicamentos contra o Covid-19 no continente.

A cooperação Sul-Sul também foi uma característica importantes dos Países Árabes para a recuperação do Covid-19 e avançar, contribuindo para o financiamento do desenvolvimento, assistência humanitária, construção da paz e apoio a políticas e programas humanitários que beneficiam os migrantes.

A região da Ásia e do Pacífico avançaram com a Cooperação Sul-Sul por meio de múltiplas parcerias institucionais promovendo a integração sub-regional e regional para a recuperação socioeconômica da pandemia, impulsionando o comércio e investimento, proteção ambiental, segurança marítima e inúmeras alianças colaborativas. Além disso, muitos países da região assinaram acordos para regular melhor suas vastas populações migrantes.

Na América Latina e Caribe houve fortalecimento de mecanismos institucionais para melhor gerir a cooperação Sul-Sul. A região também desenvolveu metodologias para medir a eficácia e o impacto dos programas de cooperação Sul-Sul e alavancaram outras iniciativas de cooperação Sul-Sul na prestação de serviços sociais, entre outras ações para acelerar a recuperação da pandemia.

Já os países desenvolvidos reforçaram compromissos de cooperação triangular por meio de recursos financeiros e conhecimento técnico para apoiar uma ampla gama de atividades para alcançar os ODS.

Organizações do setor privado e da sociedade civil continuaram com diálogos que contribuíram para políticas e estratégias para facilitar o comércio e o desenvolvimento do setor privado para pequenas e médias e grandes empresas, contribuindo para uma Cooperação Sul-Sul eficaz. Para ler o relatório completo do Administrador do PNUD, clique aqui.

Na abertura da 21ª Reunião do Comitê de Alto-Nível para a Cooperação Sul-Sul, no dia 30 de maio de 2023, o Administrador do PNUD, Achim Steiner disse que “Ter solidariedade é vencer a separação” e que todos deveriam estar atentos às lições aprendidas com a pandemia do Covid-19 e aproveitar as diversas novas formas de cooperação dos países em desenvolvimento.

Ainda na abertura, a Primeira Vice-Ministra de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro de Cuba, Ana Teresita Gonzalez falou em nome do G-77 e da China e destacou que o mundo enfrenta um momento de crises globais sem precedentes.

Oito anos após a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, décadas de ganhos de desenvolvimento foram minadas e, em alguns casos, revertidas.

A cooperação internacional e a solidariedade global nunca foram tão necessárias como agora para enfrentar os desafios atuais e trazer os países em desenvolvimento de volta aos trilhos para alcançar a Agenda 2030 e cumprir com os ODS.

Ana Teresita Gonzalez destacou ainda que as discussões do Comitê de Alto Nível são uma oportunidade não apenas para fazer um balanço do progresso feito na implementação do

documento final do BAPA+40, mas também uma oportunidade para destacar a importância da Cooperação Sul-Sul e triangular na recuperação da pandemia de Covid-19 e aumentar a conscientização da comunidade internacional sobre sua relevância contínua.

O Embaixador Amrit Bahadur Rai do Nepal, falou em nome do Grupo dos países menos desenvolvidos (LDCs) dizendo que embora alguns países do Sul tenham mostrado um bom desempenho econômico, o progresso entre eles foi desigual.

O Embaixador Omar Hilale, do Marrocos, em nome do Grupo de Pensamento Semelhante em apoio aos países de renda média (Like-Minded Group (LMG) of Countries Supporters of Middle-Income Countries (MIC), enfatizou o papel das tecnologias digitais no avanço do compartilhamento de conhecimento Sul-Sul e na promoção do desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologia por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

O Grupo reconhece os esforços do UNOSSC, em colaboração com o Escritório de Coordenação de Desenvolvimento, as comissões econômicas regionais e outras entidades da ONU, na preparação de manuais sobre integração e Cooperação Sul-Sul e Triangular para o trabalho regional e nacional da ONU.

Os LMG-MICs destacaram a colaboração entre o UNOSSC e o Grupo Amigo das Revisões Nacionais Voluntárias (VNR) na promoção e avanço da integração Sul-Sul e perspectivas de Cooperação Triangular no relatório sobre desenvolvimento sustentável.

O Embaixador Stan Smith das Bahamas, em nome da Comunidade do Caribe (CARICOM) disse que a Cooperação Sul-Sul deve estar no centro do diálogo se os países desejarem alcançar as metas da Agenda 2030 até o fim desta década.

Sylvain Gambert, em nome da União Europeia disse que a 21ª reunião do Comitê de Alto Nível era bastante oportuna para a implementação da Agenda 2030 e que a Cooperação Sul-Sul se mostra particularmente útil para alavancar as melhores práticas regionais.

No segundo dia de Reunião do Comitê de Alto-Nível, a Diretora do UNOSSC Dima Al-Khatib disse que houve aumento das alianças de Cooperação inter-regional Sul-Sul nos últimos anos, que se beneficiaram do apoio significativo do PNUD e do UNOSSC e que a ONU continua a desempenhar um papel catalisador para atrair uma ampla gama de parceiros para apoiar financeiramente as iniciativas da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

O Sul Global alavancou a Cooperação Sul-Sul e Triangular para mobilizar o financiamento do desenvolvimento, desenvolver mecanismos inovadores de financiamento, promover a transferência tecnológica, construir capital humano e impulsionar o comércio e expandir o acesso ao mercado.

O presidente da 77ª AGNU, Csaba Kőrösi destacou que o Sul Global tem ampliado a Cooperação Sul-Sul para fortalecer as capacidades institucionais e ao mesmo tempo tem intensificado o compartilhamento de experiências e o intercâmbio de boas práticas.

Os países do Sul Global coordenaram respostas políticas e compartilharam iniciativas bem-sucedidas para conter a propagação da pandemia de Covid-19.

E no encerramento da 21ª reunião do Comitê de Alto-Nível de Cooperação Sul-Sul, a diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib afirmou que o UNOSSC trabalhará, pelos próximos dois anos, em estreita colaboração com o Comitê de Alto Nível para melhor atender às aspirações dos Estados Membros e com todo o sistema da ONU no apoio à Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Disse ainda que o multilateralismo cresceu e deve-se aproveitar esta oportunidade para juntos construir redes; apoiar a formulação de políticas, facilitar a troca de conhecimentos e melhores práticas, apoiar projetos por meio dos fundos fiduciários gerenciados pelo UNOSSC e aumentar a conscientização de todos para defender o papel catalisador da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

O UNOSSC desenvolveu diretrizes e módulos de treinamento para apoiar a integração da cooperação Sul-Sul e triangular nos níveis nacional e regional em coordenação com as Equipes Nacionais da ONU, o Escritório de Coordenação de Desenvolvimento e as comissões regionais da ONU.

O relatório final da 21ª sessão do Comitê foi aprovado e será levado à AGNU em setembro, para ratificação e posterior divulgação. Toda a documentação desta reunião pode ser vista aqui.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

Destaques do UNOSSC de 06 a 18 de junho de 2023

Depois de intensos dias com a 21ª Reunião do Comitê de alto Nível para a Cooperação Sul-Sul, o UNOSSC destacou somente alguns exemplos de cooperação Sul-Sul através do South-South Galaxy e Boas práticas Sul-Sul.

16 de junho de 2023 - Parceiro em Destaque, a ONU mulheres. Veja a abordagem da ONU mulheres para a Cooperação Sul-Sul e Triangular, que usa plataformas eletrônicas, visitas de intercâmbio, comunidades de prática, educação, treinamento e muito mais para promover a igualdade de gênero para os ODS.

16 de junho de 2023 - Boas práticas Sul-Sul que reúne especialistas e partes interessadas para facilitar a Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Rural e a Gestão de Recursos Naturais sustentáveis na África.

09 de junho de 2023 - Boas práticas Sul-Sul, capitalizando experiências de Cooperação Sul-Sul para estabelecer um Centro de Bambu em Fiji, apoiando a transformação verde no Pacífico e contribuindo para os ODS.

O Centro de Bambu de Fiji será um ponto focal em Fiji para atividades relacionadas ao bambu, incluindo pesquisa botânica e agrícola, mapeamento de habitats de bambu ao redor do Pacífico, trabalhando em defesa, pesquisando aplicações inovadoras (como fabricação de papel e tecido, por exemplo), treinamento em propagação e também em outras diversas aplicações, e estabelecendo políticas favoráveis ao crescimento da indústria.

O próprio Centro será inteiramente construído com bambu cultivado e tratado localmente e todos os interiores e móveis também serão produzidos com bambu, construído gradualmente pelos alunos. Deverá ser um modelo do uso do bambu como material de construção.

02 de junho de 2023 - Em Barbados, o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) entregou equipamentos de TI ao Ministério da Saúde e Bem-Estar de Barbados que serão essenciais para simplificar o atendimento ao paciente no mundo pós-Covid-19.

Grupo do G-77

Destaques do G-77 entre 06 a 19 de junho de 2023

O G-77 e a China participaram de 4 reuniões da AGNU no período.

New York, 06 de junho de 2023

Declaração feita pelo Sr Yuri Gala López, Vice Representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na sessão anual da Diretoria Executiva do segmento PNUD/UNFPA/UNOPS-PNUD de 2023: Dialogo interativo com o administrador



Yuri Gala López reiterou o objetivo comum dos países, de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, reconhecida como o maior desafio global é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Para tal e realmente não deixar ninguém para trás, a erradicação da pobreza deve permanecer o foco central do trabalho do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e deve ser o objetivo de todas as políticas e deve ser tratado como um fenômeno multidimensional.

Disse ainda que os países em desenvolvimento continuam enfrentando desafios sem precedentes que dificultam sua capacidade de se recuperar dos impactos socioeconômicos negativos da pandemia de Covid-19 e das múltiplas crises. No meio do caminho para 2030, uma avaliação preliminar em torno das 140 metas mostra que apenas cerca de 12% dos ODS estão no caminho certo.

Além disso, o mundo está de volta a níveis de fome não vistos desde 2005. Estima-se que 575 milhões de pessoas ainda viverão em extrema pobreza em 2030 e apenas cerca de um terço dos países atingirá a meta de reduzir pela metade os níveis nacionais de pobreza.

O Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas tem um papel crucial a desempenhar no apoio aos esforços nacionais dos países para alcançar os ODS e enfrentar os desafios do desenvolvimento. O Grupo aprecia os esforços do PNUD neste sentido.

Em um ano marcado pela convocação da Cúpula dos ODS, é importante que o PNUD assuma um papel central e apoie os esforços nacionais de desenvolvimento sustentável e para que possam alcançar seus ODS de acordo com suas prioridades nacionais.

Deve-se garantir o financiamento básico para atividades de desenvolvimento para que os países possam cumprir com as metas estabelecidas na Agenda 2030 e para sustentar o papel central do PNUD no sistema de desenvolvimento revigorado.

O G-77 e a China reiteram a importância de se cumprir com os compromissos da Assistência oficial ao desenvolvimento (ODA), que são cruciais para os ODS.

O Grupo enfatiza que são necessários esforços globais coordenados para garantir um progresso real em direção aos ODS e ao bem-estar de nossas populações. Cortar o financiamento para o desenvolvimento pode ter efeitos irreversíveis nos países em desenvolvimento.

New York, 13 de junho de 2023

Declaração feita pelo Sr Yuri Gala López, Vice Representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na consulta informal sobre a proposta dos co-facilitadores para a Cúpula do Futuro

O G-77 e a China ressaltam que não houve tempo suficiente para analisar profundamente a proposta e, portanto, não está pronto para oferecer uma contribuição substancial. No entanto, o Grupo destaca a necessidade de consultas intergovernamentais abertas, transparentes e inclusivas sobre o processo preparatório da Cúpula, conforme acordado na [resolução 76/307](#), e desta forma, insiste na necessidade de um processo de negociação detalhado para determinar o alcance e os elementos da Cúpula do Futuro.

O Grupo solicita um calendário claro que considere o tempo suficiente para que as delegações possam consultar suas capitais e receber orientações claras. Este calendário deve considerar os vários processos de negociação já em curso, como por exemplo: as negociações sobre o projeto de declaração política da Cúpula dos ODS.

No entanto, a proposta para a Cúpula do Futuro deve reafirmar claramente a Carta das Nações Unidas.

O G-77 e a China enfatizam que o vínculo entre a Cúpula dos ODS e a Cúpula do Futuro deve estar claro no texto desta proposta que deve considerar o resultado da Cúpula dos ODS, como um importante subsídio. Neste sentido, enfatiza que o cumprimento da Agenda 2030 e dos compromissos de desenvolvimento sustentável, em particular dos países em desenvolvimento, será crucial para qualquer discussão sobre o futuro que queremos.

Na mesma linha, o Grupo considera que a erradicação da pobreza, sendo uma prioridade absoluta para os países em desenvolvimento, bem como um objetivo abrangente da agenda da ONU como um todo, deve figurar de forma proeminente em qualquer discussão futura. E chamam a atenção para melhor definição de “temas transversais” e os diferentes elementos neles contidos, assim como as interconexões entre eles.

Finalmente, o G-77 e a China reiteram seu compromisso de se engajar neste processo, esperando firmemente que seus interesses sejam refletidos no texto final.

New York, 13 de junho de 2023

Observações feitas pelo Sr Yuri Gala López, Vice Representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no evento paralelo “Equidade e Direito do Mar” por ocasião da 33ª reunião Estados da Convenção da ONU sobre o direito do mar

O recente acordo sobre o Tratado BBNJ, 19 anos após o início das discussões, inaugurou uma nova era de governança para a conservação e uso sustentável dos oceanos.

O “Tratado BBNJ”, também conhecido como “Tratado do Alto Mar”, é um acordo internacional sobre a conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional.

O G-77 e a China consideram uma grande conquista terem conseguido incluir no Tratado, um modelo verdadeiramente equilibrado de compartilhamento de benefícios decorrentes do uso de recursos genéticos marinhos e da informação digital sequencial, que é a base de uma parte importante da pesquisa científica de hoje.

O Grupo também incluiu, no acordo final, o princípio do patrimônio comum da humanidade que está previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Uma noção fundamental que deve sustentar qualquer atividade científica e econômica em alto mar e, se aplicado de maneira justa, certamente não apenas representa um passo à frente no direito internacional, mas também um passo importante em direção à justiça econômica. Este princípio fornece uma base legal para um regime justo e equitativo que permite a todos os países beneficiar do potencial que a biodiversidade marinha representa em termos de segurança alimentar global e prosperidade econômica, e enfrentar os desafios da conservação e uso sustentável dos recursos genéticos marinhos, de áreas além das jurisdições nacionais.

Outra forma pela qual o Acordo contribuirá para uma maior equidade na governança dos oceanos será o compromisso dos países desenvolvidos de fornecer uma contribuição adicional equivalente a 50% de suas contribuições financeiras anuais no âmbito do Acordo para financiar projetos de capacitação para ajudar os países em desenvolvimento a conservarem e usarem, de forma sustentável, a biodiversidade marinha.

Após a adoção formal do Acordo, as assinaturas e posterior entrada em vigor, a implementação rápida e efetiva do Tratado BBNJ será fundamental para assegurar que os interesses dos países em desenvolvimento, que mais necessitam dos benefícios dos recursos genéticos marinhos, sejam atendidos de forma mais justa e equitativa.

New York, 14 de junho de 2023

Intervenção da Delegação de Cuba, em nome do G-77 e da China durante a reunião informal da Comissão Geral da Assembleia sobre o item 2 da agenda: rascunho do programa para o Cúpula dos ODS

Dada a importância da Cúpula dos ODS, particularmente para os países em desenvolvimento, o G-77 e a China ressaltam a necessidade de permitir que as delegações e grupos tenham tempo suficiente para consultar e coordenar as reações, com suas capitais, bem como ter tempo adequado para negociação em todo o processo.

O Grupo considera pertinente que a adoção da declaração política da Cúpula seja feita no final do evento depois que todos os Chefes de Estado e de Governo tenham se pronunciado e o Grupo gostaria de esclarecimentos sobre quais são os líderes esperados para participar da discussão de líderes e quais os critérios para selecioná-los e quais os temas que serão discutidos.

Além disso, nota-se que alguns diálogos de líderes são propostos para serem realizados em paralelo e o Grupo busca uma justificativa para isso, pois acredita que seria melhor para os Chefes de Estado e Governos e suas delegações ouvirem uns aos outros em vez de se envolverem e intervirem em discussões paralelas.

O Grupo também observa a proposta de intervenções de representantes selecionados do sistema ONU ou de organizações intergovernamentais, do setor privado; da sociedade civil e da academia durante os diálogos dos líderes. É necessário esclarecer se essa prática foi seguida durante os diálogos dos líderes da Cúpula dos ODS de 2019 e também quer esclarecimentos sobre os critérios utilizados para sua seleção e convite.

Por fim, o Grupo observa que não há plenária em todo o programa e busca esclarecer se essa prática foi seguida em processos anteriores.

Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)



Conjunta dos Setenta e Sete Países em Desenvolvimento” durante a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD I) em Genebra.



15 de junho de 2023 – Nas consultas informais sobre o escopo e elementos para a Cúpula do Futuro, o G-77 + China afirmaram que o cumprimento da Agenda 2030 é crucial para qualquer discussão sobre o futuro que queremos.

15 de junho de 2023 – Este dia marca o 59º aniversário da fundação do Grupo dos 77, estabelecido com a assinatura da “Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países em Desenvolvimento” durante a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD I) em Genebra.

15 de junho de 2023 – Na discussão temática da ONU sobre "Acelerando o progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", o G-77 + China alertou que, a meio caminho da Agenda 2030, apenas 12% das metas dos ODS estão no caminho esperado e o número de pessoas vivendo em extrema pobreza é maior do que há 4 anos.

A exclusão digital persiste, com 2,7 bilhões de pessoas ainda sem conexão em todo o mundo, impossibilitando os países de usar efetivamente as tecnologias e soluções digitais como ferramenta de implementação dos ODS.

Nesse sentido, é imperativo eliminar essa divisão e transformá-la em uma oportunidade digital para todos. A inclusão deve estar no centro da agenda de desenvolvimento digital para alcançar verdadeiramente o princípio de não deixar ninguém para trás.

As tecnologias digitais podem ampliar as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de capacidades; melhorar o acesso aos cuidados de saúde, inclusive através do monitoramento em tempo real dos pacientes; aumentar a produtividade agrícola apoiando práticas resilientes ao clima e otimizar a gestão de recursos. As soluções digitais podem permitir o monitoramento e otimização do consumo de energia e integração de fontes de energia renováveis. Plataformas e ferramentas digitais também podem facilitar o monitoramento e a coordenação de desastres durante emergências.

No entanto, os países em desenvolvimento carecem da infraestrutura necessária, capacidade computacional, recursos humanos e experiência para fazer uso dessas ferramentas.

O Pacto Digital Global deve exigir uma infraestrutura digital resiliente, econômica e acessível, incluindo infraestrutura pública digital para inclusão digital e conectividade para todos. Deve incentivar investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura para lidar com os desequilíbrios de conectividade entre áreas rurais e urbanas nos países em desenvolvimento.

Este Pacto deve incentivar a pesquisa e o desenvolvimento e a expansão de estratégias viáveis que resultem em maior competitividade e reduções rápidas no custo das tecnologias de informação e comunicação. Para isso, é necessária uma cooperação internacional fortalecida para melhorar a acessibilidade, educação digital, capacitação, multilinguismo, preservação cultural, investimentos e transferência de tecnologia.

O Pacto deve reconhecer os efeitos prejudiciais das medidas coercitivas unilaterais contra os países em desenvolvimento, impedindo seus povos dos benefícios que as tecnologias digitais oferecem. Portanto, o Pacto Digital Global deve rejeitar a imposição de leis e regulamentos com impacto extraterritorial e todas as outras formas de medidas econômicas coercitivas, incluindo sanções unilaterais, contra os países em desenvolvimento e reiterar a necessidade urgente de eliminá-los imediatamente.

É necessário um mecanismo internacional dedicado ao desenvolvimento e transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento para garantir o aproveitamento dos benefícios oferecidos pelos avanços em ciência e tecnologia do Sul que seja igual à dos países desenvolvidos. Neste sentido, o Pacto deve enfatizar o apoio à pesquisa e desenvolvimento e inovação.

As instituições financeiras internacionais e outros parceiros de investimento também estar preparados para fornecer financiamento de longo prazo, inclusive por meio de fundos de juros baixos para o desenvolvimento de infraestrutura digital em países em desenvolvimento.

O Pacto Digital Global deve oferecer um ambiente aberto, justo e não discriminatório para o desenvolvimento digital, impulsionando assim uma cooperação econômica digital global mais forte e desempenhando plenamente o papel da economia digital como um motor para a recuperação econômica global e o desenvolvimento.



14 de junho de 2023 – O Presidente de Cuba, **Miguel Díaz-Canel**, na qualidade de Presidente do G-77 + China, convoca todos os países para a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo sob o tema "**Desafios Atuais do Desenvolvimento: Papel da Ciência, Tecnologia e Inovação**", a ser realizada nos dias 15 e 16 de setembro de 2023, em Havana.

[Assistam ao Vídeo](#)

Participação do G-77 e da China na 58ª sessão do Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) realizada em Bonn na Alemanha entre 5 a 15 de junho de 2023

Na reunião de coordenação do G-77 + China, antes da 58ª sessão do Órgãos Subsidiários da UNFCCC, os países elogiaram a liderança e o papel de Cuba à frente dos trabalhos do grupo.

A conferência foi projetada para preparar as decisões para adoção na COP28 que será realizada em Dubai (Emirados Árabes Unidos) de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2023.



05 de junho de 2023 – Na abertura da 58ª sessão do Órgãos Subsidiários da UNFCCC, o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta falou em nome do G-77+ China, e afirmou que o financiamento climático, transferência de tecnologia e capacitação são determinantes do que o Acordo de Paris representa. Para os países em desenvolvimento, a adaptação às mudanças climáticas é uma prioridade.

O embaixador destacou ainda que é muito importante alcançar um progresso equilibrado em todas as questões, incluindo adaptação, mitigação, meios de implementação e

perdas e danos. E expressou sua preocupação com o impacto crescente de medidas econômicas coercitivas unilaterais sobre a capacidade e habilidade dos países em desenvolvimento de cumprir suas obrigações decorrentes da convenção e do Acordo de Paris, em um contexto em que que todos estão se esforçando para aumentar a ação climática.

“Vemos o Fundo de Perdas e Danos como a peça central dos novos acordos de financiamento de perdas e danos.”, disse o Embaixador Pedro.



06 de junho de 2023 – O G-77 e a China reafirmaram que a avaliação global da implementação do Acordo de Mudança Climática de Paris deve ser uma prioridade.

Afirmaram e reconheceram a importância de limitar o aquecimento global a 1,5°C e para tal, é fundamental que haja reduções rápidas, fortes e sustentáveis, baseadas na melhor evidência científica disponível, levando em consideração as responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades, no contexto de sustentabilidade.



09 de junho de 2023 - Sem o financiamento necessário e transferência de tecnologia, os países em desenvolvimento são forçados a desenvolver ações climáticas com seus próprios recursos muito limitados devido aos muitos outros desafios que enfrentam, expressou Cuba em nome do G77 +China



12 de junho de 2023 - Cuba, como presidente do G-77 + China, continua representando os interesses e as principais preocupações dos países do Sul nas questões relacionadas à mudança climática, na segunda plenária da 58ª sessão do Órgãos Subsidiários da UNFCCC.



13 de junho de 2023 - Cuba, em nome do G-77 + China, elogiou o Tratado de Biodiversidade além da Jurisdição Nacional como fundamental para garantir que os interesses dos países em desenvolvimento, que são os que mais precisam dos benefícios dos recursos genéticos marinhos, sejam atendidos de maneira mais justa e equitativa.

O G-77 + China conseguiram incluir no recém-adoptado Tratado BBNJ um modelo verdadeiramente equilibrado para o compartilhamento dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos marinhos e da informação sequencial digital, que é uma parte importante da pesquisa científica biológica hoje.



15 de junho de 2023 – O G-77 e a China destacaram que um grupo de pequenas ilhas vulneráveis às mudanças climáticas ficou “desapontado” depois que os governos não conseguiram concordar em colocar as discussões sobre o corte de emissões na agenda oficial das negociações climáticas.



15 de junho de 2023 – Durante a sessão de encerramento da 58ª sessão do Órgãos Subsidiários da UNFCCC, o Embaixador Pedro Pedroso Cuesta, enfatizou, em nome do G-77 + China, que o sistema multilateral sobre mudança climática é baseado no Protocolo de Quioto e no Acordo de Paris.

No entanto, os parceiros de países desenvolvidos insistem em renegociar o regime climático vinculante existente, negligenciando princípios fundamentais como as responsabilidades comuns, mas diferenciadas, equidade e compromissos existentes, em particular sobre meios de implementação.

A insuficiência do financiamento climático é agora amplamente reconhecida e cresce a lacuna entre as necessidades dos países em desenvolvimento e o suporte financeiro existente. São claras as tentativas dos países desenvolvidos de desviar suas obrigações por meio de interpretações distorcidas dos tratados.

Apesar dos esforços incansáveis do G-77 e da China e de alguns progressos em áreas específicas, ainda nos falta a ambição e o compromisso necessários por parte dos países desenvolvidos, para um progresso equilibrado sobre todas as questões, especialmente no que diz respeito aos meios de implementação e perdas e danos.

Para o G-77 e a China, o objetivo de estabelecer o programa de trabalho é fortalecer a cooperação internacional para garantir uma transição para um futuro de baixo carbono e resiliente ao clima que também contribua para reduzir as desigualdades, tanto dentro como entre os países. Cada país tem o direito de identificar e seguir seus próprios caminhos de desenvolvimento e transição, com base nas circunstâncias nacionais, equidade e responsabilidade comum, mas diferenciada. Trabalhando juntos, podemos ajudar a garantir que essas transições sejam realizadas e, mais importante, sejam justas, abordando todos os três pilares do desenvolvimento sustentável e não deixando ninguém para trás.

Apesar da estratégia dos países desenvolvidos de diluir questões importantes, conseguiu-se um acordo para facilitar o desenvolvimento de abordagens concretas na COP28.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento

dos Não-Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. No final de 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO) entre 6 e 17 de junho de 2023



12 de junho de 2023 – O Movimento Jovem dos Não Alinhados promoveu um acampamento de verão de Orientação aos seus membros na cidade de Sheki no Azerbaijão.

Mais de 60 jovens locais e internacionais se reuniram durante 5 dias para discutir soluções para problemas urgentes por meio do compartilhamento de conhecimento e parcerias globais.



12 de junho de 2023 – No dia de conscientização sobre o trabalho infantil, o NAMYO destacou que o trabalho infantil impede que as crianças realizem seu direito à educação e ao desenvolvimento. O NAMYO ressalta a importância de reforçar o apoio aos direitos das crianças.

A erradicação do trabalho infantil é possível por meio da revitalização do compromisso internacional para promover a justiça social para todos. Todos devem estar empenhados em lutar contra o trabalho infantil para criar um mundo onde todas as crianças possam prosperar e desenvolver seu potencial.



09 de junho de 2023 – O NAMYO e a Universidade Estadual de Nakhchivan no Azerbaijão organizaram uma Conferência de simulação do modelo do Movimento dos Não Alinhados (MNA). A conferência irá simular uma reunião Ministerial do Movimento dos Não-Alinhados, em que os participantes assumem o papel de Ministros das Relações Exteriores dos países membros do MNA e abordam eventos atuais sob o ponto de vista

do país designado.



06 de junho de 2023 – Encontro entre o NAMYO e a União Pan-Africana da Juventude. Na ocasião, discutiu-se os objetivos, estrutura, atividades e eventos que ambas as organizações podem promover juntas, assim como as políticas de parcerias, bolsas de estudo e programas de intercâmbio, iniciativas de mídia social e intercâmbios culturais.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em

desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul



6 de junho de 2023 - O Centro Sul participou do encontro sobre a agência farmacêutica latino-americana com as agências reguladoras da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba e México, realizado em Bogotá



06 de junho de 2023 - O PNUD, por meio de sua Iniciativa de tributação para os ODS, e o Centro Sul organizaram em conjunto uma oficina de trabalho sobre “Tributação da economia digitalizada” para quase 100 funcionários do Governo do Sri Lanka e os principais atores do setor privado no espaço digital no Sri Lanka.

Para saber mais, [clique aqui](#).



12 de junho de 2023 - Declaração do Centro Sul na retomada da quinta reunião do Órgão Intergovernamental de Negociação (INB) para redigir e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias

De acordo com o Centro Sul, o rascunho do tratado pandêmico da OMS, do Órgão Intergovernamental de Negociação (INB), como está, não atende à equidade e a outros interesses importantes dos países em desenvolvimento.

[Leia a declaração completa](#).



15 de junho de 2023 – Resposta ao chamado para contribuições do Relator Especial da ONU sobre direitos humanos e meio ambiente. “Os interesses dos investidores estrangeiros devem prevalecer sobre o direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável?”

Para realizar o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável e reduzir os riscos de disputas entre investidores e estados, os países precisam alinhar suas políticas de investimento direto estrangeiro com direitos humanos, ação climática e os ODS, inclusive por meio da reforma do regime de investimento internacional.

O direito humano a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável foi recentemente reconhecido pela Assembleia Geral da ONU e representa um importante marco para a comunidade internacional. Este é um catalizador de esforços para combater a tríplice crise planetária, bem como apoiar os Estados no cumprimento de suas obrigações de direitos humanos em questões ambientais e alcançar objetivos de desenvolvimento nacional.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece que a atividade empresarial privada, o investimento e a inovação são os principais impulsionadores da produtividade, incluindo o crescimento econômico e a criação de empregos.

O investimento direto estrangeiro pode, em particular, desempenhar um papel importante na transferência de tecnologia, industrialização e transformação digital, se este investimento estiver alinhado com os objetivos e condições de desenvolvimento nacional do país recipiente. No entanto, o atual regime do investimento estrangeiro não atende às necessidades e realidades dos países receptores, particularmente dos países do Sul Global.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#).

Grupo de Trabalho em Saúde no G20 e Reunião do Conselho de Ministros da OCDE

*Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,
Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

G20: Sem deixar ninguém para trás: em direção ao cumprimento dos ODS e da construção de uma arquitetura de saúde global resiliente, inclusiva e unificada.

O terceiro encontro do Grupo de Trabalho de Saúde do G20 (HWG, na sua sigla em inglês) aconteceu nos dias 4 a 6 de junho na cidade de Hyderabad, um importante pólo tecnológico da Índia. O evento, que contou com a participação de mais de 180 delegados, teve como prioridades os três eixos temáticos definidos como centrais pela presidência indiana: (i) prevenção, preparação e resposta para emergências em saúde, com enfoque na perspectiva de *One Health* e resistência antimicrobiana (RAM); (ii) acesso e disponibilidade de contramedidas de natureza médica, como vacinas, terapias e diagnósticos; e (iii) saúde digital como meio para impulsionar a cobertura universal de saúde e uma melhor prestação de serviços⁶⁰. Para além do evento principal, as discussões paralelas concentraram-se nas áreas de P&D e inovação, e os participantes foram apresentados à região do chamado “*Genome Valley*”. O local é um dos principais centros de produção de vacinas, respondendo a 33% do montante fabricado mundialmente, e aloca diversas instituições de pesquisa e inovação, como a Bharat Biotech International, uma das empresas responsáveis pela criação da Covaxin – a vacina indiana da Covid-19⁶¹.

Em coletiva de imprensa, Shri Lav Agarwal, secretário do Ministério da Saúde da Índia, ressaltou que a partir da gestão atual é esperado que os resultados do HWG possam melhor representar e solucionar os problemas enfrentados pelo Sul Global. A Índia se apresenta como um importante interlocutor dessa região e exemplo de boas práticas no setor, principalmente no que tange a criação de plataformas digitais, como a CoWIN, e iniciativas de vacinação como a Vaccine Maitri. Outro ponto elencado foi a necessidade de integrar os debates de saúde existentes, como os do G7, G20 e da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), a fim de construir consensos em direção a uma arquitetura de saúde global mais resiliente e menos fragmentada.

Não menos importante, a colaboração e a construção de parcerias globais, sobretudo na área da pesquisa e inovação, também foi um aspecto amplamente mencionado enquanto fator necessário para construir as capacidades fundamentais para prever, preparar e responder a futuras emergências de saúde de maneira robusta, equitativa e oportuna. A colaboração em P&D ajudaria, por exemplo, a enfrentar desafios como a assimetria de informações entre as regiões e comunidades e a falta de disponibilidade de materiais críticos⁶². Nesse sentido, a ministra indiana da pasta, Bharati Pawar, salientou que a parceria decorrente do G20 é vital

⁶⁰ Union Health Ministry gears up for 3rd G20 Health Working Group Meeting commencing from 4th June 2023 at Hyderabad. **G20**. 04 jun. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/june-2023/3rdhwg/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

⁶¹ G20 Health Working Group meeting in Hyderabad from June 4. **The Hindu Business Line**. 04 jun. 2023. Disponível em: <https://www.thehindubusinessline.com/news/national/g20-health-working-group-meeting-in-hyderabad-from-june-4/article66930091.ece>. Acesso em: 17 jun. 2023.

⁶² G20 India Presidency: 3rd HWG Meeting. **G20**. 06 jun. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/june-2023/3rd-hwgm/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

nesse processo, ao passo em que “facilita a construção de confiança, o compartilhamento de conhecimento, a criação de redes para alcançar impactos e resultados significativos”⁶³.

De forma geral, dentre os produtos gerados a partir desta reunião, houve um avanço nas pautas sobre a criação de uma rede de P&D dentro da Plataforma Global de Contramedidas Médicas (*medical countermeasures*), o lançamento de um Centro de Mudanças Climáticas e Saúde para entender o impacto e a influência entre essas duas áreas, e a formação de um repositório online para convergir todas as iniciativas existentes de digitalização da saúde entre os países do bloco. Sobre este último ponto, a Índia também propôs um fundo de 200 milhões de dólares para ajudar na implementação da digitalização. No entanto, apesar de haver consenso entre os membros sobre a essencialidade de tecnologias digitais para alcançar uma cobertura universal de saúde, os delegados não chegaram a um acordo sobre as formas de financiar a sua implementação⁶⁴. Cabe destacar que o fomento da tecnologia, nesse sentido, é entendido como um facilitador para garantir uma maior acessibilidade, facilidade e disponibilidade dos produtos e serviços de saúde, principalmente para a população mais vulnerável. É esperado que até agosto, na ocasião do quarto encontro do Grupo de Trabalho, a declaração conjunta dos ministros seja finalizada.

Imagem 1: Terceiro encontro do Grupo de Trabalho de Saúde do G20



Fonte: G20, 2023.

⁶³ Create resilient health systems, says minister at G20 meet. **Hindustan Times**. 05 jun. 2023. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/create-resilient-health-systems-says-minister-at-g20-meet-101685905173189.html>. Acesso em: 17 jun. 2023.

⁶⁴ G20 health working group meet: India underlines need for digital health to achieve universal well-being. **The Indian Express**. 06 jun. 2023. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/cities/hyderabad/g20-health-working-group-meet-india-underlines-need-for-digital-health-to-achieve-universal-well-being-8647473/>. 17 jun. 2023.

Como outro saldo positivo do período analisado, a reunião dos Ministros de Desenvolvimento do G20, que aconteceu entre os dias 11 e 13 deste mês, terminou com um comunicado conjunto e um Plano de Ação para impulsionar o cumprimento da Agenda 2030. Válido destacar que desde que o conflito na Ucrânia teve início poucos foram os documentos conjuntos publicados ao fim das reuniões ministeriais. Assim sendo, o encontro cumpriu com o seu objetivo de promover sinergias entre as agendas de desenvolvimento, meio ambiente e clima e construir convergências nas ações para acelerar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo este um dos temas abordados nos painéis de discussão⁶⁵.

Nos documentos publicados, os países do bloco reiteraram como os desafios e crises multidimensionais estão ameaçando desproporcionalmente os meios de subsistência e o bem-estar de milhões de pessoas, impedindo e até mesmo revertendo o progresso do alcance dos ODS até 2030. Por essa razão, torna-se imperativo pensar em ações transformadoras em áreas que criem efeitos multiplicadores para reverter esse cenário. Dessa forma, o Plano de Ação foi desenvolvido com enfoque em três prioridades que serão catalisadoras deste processo: 1. transformação digital; 2. transições sustentáveis, inclusivas e justas globalmente, sem deixar ninguém para trás; e 3. desenvolvimento sustentável através da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres⁶⁶. A partir dessa abordagem pretende-se, portanto, enfrentar as adversidades, incluindo questões de financiamento, e estimular a meta da presidência indiana de promover ações coletivas nas agendas de desenvolvimento sustentável, clima e ações ambientais de forma interligada ao redor do mundo.

A despeito da questão ucraniana, o conflito foi abordado de maneira superficial no comunicado e há uma notificação de que a China solicitou que o mesmo não fosse citado no documento. De forma muito similar a outras declarações do grupo, o texto aponta que, apesar de opiniões e avaliações divergentes sobre a situação e o uso de sanções, a maioria dos membros do G20 condena fortemente a guerra e enfatiza que a mesma tem causado “grande sofrimento humano e exacerbado as fragilidades existentes na economia, restringindo o crescimento, aumentando a inflação e a insegurança energética e alimentar, interrompendo as cadeias de abastecimento, e elevando os riscos à estabilidade financeira”. Os membros de igual forma reconheceram novamente que o G20 não é um fórum para resolver questões securitárias, ainda que as mesmas possam afetar significativamente a economia global⁶⁷.

Por último, no que tange a participação brasileira no bloco, o principal desdobramento da quinzena foi a criação da Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência do G20. A Comissão estabeleceu a estrutura de governança, composta por 39 órgãos da administração federal, e designou os responsáveis pelas duas trilhas do grupo, a de Sherpas e a de Finanças. A trilha de Sherpas, que representa os líderes do G20 e que atualmente possui quinze linhas temáticas, será coordenada pelo secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Já a segunda, que envolve o Ministério da Fazenda

⁶⁵ G20 Development Ministers’ Meeting in Varanasi (June 11-13, 2023). **G20**. 10 jun. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/june-2023/g20dm/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

⁶⁶ G20 2023 ACTION PLAN ON ACCELERATING PROGRESS ON THE SDGS. **G20**. 12 jun. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20%202023%20Action%20Plan%20for%20SDG.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

⁶⁷ G20 DEVELOPMENT MINISTERIAL MEETING. **G20**. 12 jun. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/DMM%20Outcome%20Document%20and%20Chair%20Summary,%2012%20June%202023.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

e o Banco Central e é composta por oito grupos de trabalho, será gerida pela secretária de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Fazenda. Caberá, então, aos coordenadores estabelecer as estruturas internas para conduzir as atividades da presidência brasileira⁶⁸.

A Comissão ainda terá como competências realizar a interlocução e a consulta com autoridades públicas de diferentes esferas e a sociedade civil, além de organizar a participação brasileira na "troika" do G20 até 2025. O MRE também será responsável pela coordenação do planejamento, organização e logística das centenas de atividades e eventos programados para acontecer ao longo do território, incluindo a Cúpula que será sediada no Rio de Janeiro em 18 e 19 de novembro de 2024. A gestão brasileira será iniciada em dezembro deste ano e terminará em novembro do ano seguinte⁶⁹.

G7



Na quinzena reportada, houve a aprovação da lei destinada a promover compreensão sobre a comunidade LGBTQIAP+ na política doméstica do Japão. A aprovação se dá após pressão de outras nações do G7, principalmente Estados Unidos, posto que o país nipônico ainda era o único país do G7 que não tinha proteção legal para uniões entre pessoas do mesmo sexo. Antes de sediar a cúpula do grupo, Fumio Kishida já havia feito um pronunciamento sobre a questão e, inclusive, havia prometido a aprovar leis voltadas para a população até o encontro dos países que se deu entre 19 e 21 de maio. Apenas 1 dia antes da cúpula o projeto de lei foi apresentado ao parlamento japonês. Atraso teria se dado por disputas políticas, mesmo dentro do Partido Liberal Democrático de Kishida, com boicotes ou não comparecimento à votação⁷⁰.

⁶⁸ Criação da estrutura administrativa da presidência brasileira do G20 - Nota Conjunta MRE e MF. **Ministério das Relações Exteriores**. 14 jun. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/criacao-da-estrutura-administrativa-da-presidencia-brasileira-do-g20-nota-conjunta-mre-e-mf. Acesso em: 17 jun. 2023.

⁶⁹ Decreto de Lula cria comissão nacional para coordenar Presidência do G20 pelo Brasil. **Uol**. 14 jun. 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/06/14/decreto-de-lula-cria-comissao-nacional-para-coordenar-presidencia-do-g20-pelo-brasil.htm>. Acesso em: 17 jun 2023.

⁷⁰ Japan enacts watered-down LGBT understanding law. **REUTERS**. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/japan-parliament-passes-watered-down-lgbt-understanding-bill-2023-06-16/>>. Acesso em: 18/06/2023.

No entanto, muitos críticos ressaltam a diluição do texto original da lei que apesar de se colocar como um avanço, pode abrir brechas para discriminação. Isso, pois a minuta original, que dizia que a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero “não deveria ser tolerada”, foi substituída pela linguagem “não deveria haver discriminação injusta”. Ainda, a lei não protege legalmente a população de discriminação ou promove outros direitos. No início deste ano, um assessor de Fumio Kishida, Masayoshi Arai, provocou indignação ao dizer que “as pessoas fugiriam do Japão” se o casamento entre pessoas do mesmo sexo fosse permitido e que ele não gostaria nem de “ver casais do mesmo sexo” e que também não suportaria “viver ao lado deles”⁷¹. Kishida se pronunciou, demitindo o assessor, se desculpando e dizendo que a fala de Arai não ia ao encontro da política do governo. Em um contexto de pressão externa para estar a altura dos pares na cúpula do G7 em 2023, o governo que, embora não tenha uma posição explicitamente anti-LGBT, pode ter tentado abafar e acalmar os ânimos para não se envolver em polêmicas meses antes da cúpula.

Por parte da população em geral, pode-se dizer que há o apoio à igualdade de casamento e promoção de leis anti-discriminação, refletido em um reconhecimento não oficial para casamentos entre pessoas do mesmo sexo em cerca de 260 municípios e 11 prefeituras. No entanto, não atinge os direitos garantidos pelo casamento. Apesar de cerca de 70% da população apoiar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, segundo o grupo ativista Marriage for All Japan, o país se encontra em penúltimo lugar em uma classificação de leis sobre inclusão da comunidade LGBTQIAP+ em países desenvolvidos⁷². Em outra fonte, jornal japonês de direita Sankei Shimbun, a causa tem apoio de 71% da população, sendo 91% da população jovem, com pessoas entre 18 e 29 anos, apoiando a causa⁷³. Segundo líderes do sistema financeiro japonês, Tóquio, que se promove como um centro financeiro global e uma cidade cosmopolita, ainda enfrenta a lacuna de pouca diversidade e inclusão para um crescimento sustentável. O fato do governo ser composto por uma elite predominantemente idosa contribui para a não promoção de mudanças. Na Ásia, Taiwan é o único país em que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é reconhecido legalmente.

Um segundo desdobramento político da cúpula de Hiroshima foi a resposta do Ministério das Relações Exteriores da China, que convocou uma reunião com o embaixador japonês para acusar o Japão de ter colaborado com o ocidente para difamar e atacar a China, “interferindo grosseiramente nos assuntos internos da China, violando os princípios básicos da lei internacional e o espírito dos quatro documentos políticos entre a China e o Japão” (menção ao *Joint Communique* China-Japão de 1972)⁷⁴. Já para o *Global Times*, jornal chinês, a cúpula do G7 teria sido um “workshop anti-China”. Hideo Tarumi, embaixador do Japão na China, respondeu a acusação afirmando que é “natural” que o G7 se refira a questões de interesse comum e que enquanto a China permanecer com o comportamento atual, continuarão a

⁷¹ Ouster anti-LGBT Official Japan Should Prompt Reform. HUMAN RIGHTS WATCH. 2023. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2023/02/09/ouster-anti-lgbt-official-japan-should-prompt-reform>>. Acesso em: 18/06/2023.

⁷² Ibid.

⁷³ Japan is hostile for LGBTQ people, but attitudes are shifting. Slowly. THE WASHINGTON POST. 2023. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/world/2023/04/12/japan-lgbt-rights-same-sex-marriage/>>. Acesso em: 18/06/2023.

⁷⁴ Beijing summons Japanese envoy over ‘anti-China’ G7 summit. AL JAZEERA. 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/5/22/beijing-summons-japanese-envoy-over-anti-china-g7-summit>>. Acesso em: 18/06/2023.

debater questões como o aumento da tensão no Mar da China Oriental e Meridional e direitos humanos, principalmente no Tibete e em Xinjiang⁷⁵.

De forma a preparar o terreno para voltar os esforços para a presidência do Brasil no G20, fizemos um levantamento para mapear quantas vezes se fez menção ao grupo das 20 maiores economias do mundo no *Communiqué* de Hiroshima⁷⁶. Foram buscadas as palavras “G20” e “Group of Twenty”. Dessa forma, tem-se o seguinte quadro:

Termo	Repetição	Contexto
G20	18	Revisão dos Princípios de Governança Corporativa; Inclusive Framework Two-Pillar Solution; Agenda 2030; Quadro Comum sobre Tratamentos da Dívida além da DSSI (Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida); Iniciativa de precisão e compartilhamento de dados de dívidas; Estruturas de Adequação de Capital dos MDBs; G20 Compact with Africa; Princípios do G20 para investimento em infraestrutura de qualidade; Diretrizes Operacionais do G20 para o Financiamento Sustentável; Roteiro de Finanças Sustentáveis do G20; Comércio aberto e justo e insegurança alimentar; Fortalecimento do AMIS (Sistema de Informações do Mercado Agrícola); Força-tarefa Conjunta de Finanças e Saúde do G20 (JFHTF); Saúde digital e desenvolvimento de contramedidas médicas; Representação africana.
Group of Twenty	0	N/A

Elaboração própria.

Com esse quadro simplificado, pode-se concluir que o *Communiqué* deu destaque ao G20 com menção em 18 pontos do documento. A prioridade para questões financeiras pode ser percebida, mas também tem espaço para insegurança alimentar e saúde. No âmbito da saúde há a preocupação com a renovação da arquitetura de saúde global, dando a devida importância à elaboração de um novo instrumento de preparação e resposta a futuras pandemias através do fortalecimento da colaboração entre os Ministérios da Fazenda e da Saúde por meio da JFHTF do G20. Também se menciona o acesso equitativo e rápido em momentos de crise a contramedidas médicas (MCM), com a contribuição do G7 ao G20 para um ecossistema diverso de MCM, abordando as expectativas dos países mais vulneráveis e ampliando a governança global.

A OCDE e a busca por um futuro resiliente

Entre os dias 7 e 8 de junho, ocorreu a edição de 2023 da Conferência Ministerial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em Paris, França. Tal conferência é o fórum de mais alto nível da organização, contando com a participação de ministros das Finanças, Economia, Comércio, Relações Exteriores e outros departamentos

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ G7 Hiroshima Leaders' Communiqué. G7 JAPAN. 2023. Disponível em: <<https://www.g7hiroshima.go.jp/en/documents/>>. Acesso em: 18/06/2023.

governamentais de países membros e de parceiros da OCDE, além de representantes de outras organizações e grupos internacionais.

O tema deste ano do evento foi “*Securiting a Resilient Future: Shared Values and Global Partnerships*” (Garantindo um futuro resiliente: valores compartilhados e parcerias globais, em uma tradução livre), sinalizando assim a grande preocupação da OCDE para o alcance de um futuro resiliente com a defesa de valores compartilhados e a promoção de abordagens coletivas e cooperativas frente aos desafios contemporâneos e futuros. Dessa forma, sua agenda possuía as seguintes áreas de foco: (i) resiliência econômica: políticas para um crescimento forte e inclusivo e valores econômicos; (ii) fronteiras futuras: tecnologia inovadora para economias de zero emissões líquidas de carbono; e (iii) parcerias globais: um compromisso de longo prazo com a região Indo-Pacífico⁷⁷.

A reunião de dois dias resultou em uma declaração oficial do Conselho de Ministros de 2023, que reforça tópicos de interesse da organização e formaliza os posicionamentos e propostas de ações debatidos nos encontros⁷⁸. É interessante ressaltar que, ao longo de suas 10 páginas, temas relacionados diretamente à saúde foram pouco citados explicitamente. Todavia, em seu texto há a presença da indicação de um encontro sobre saúde em nível ministerial, mais especificamente sobre políticas para sistemas de saúde resilientes, marcado para janeiro de 2024.

Além da elaboração e publicação de tal documento oficial, uma série de outros encaminhamentos foram também acordados e saudados pelos participantes da conferência⁷⁹, como a adoção de um novo Quadro Estratégico da OCDE para a região indo-pacífica; atualizações de progresso de acesso dos casos Brasil, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia; a criação de um Fórum Global de Tecnologia e de um Fórum Global da OCDE para a Construção de Confiança e Reforço da Democracia; entre outros. Os ministros também aprovaram a Atualização Anual sobre a Definição de Normas da OCDE e concordaram sobre a adoção de alguns instrumentos legais da organização econômica (novos ou em versões mais atualizadas), como a Recomendação sobre Garantia de Compliance Ambiental e a Recomendação sobre Governança da Identidade Digital.

Outro resultado do evento foi o lançamento do Programa Nacional da Ucrânia⁸⁰, que prevê ao longo de 4 anos o apoio e cooperação da organização internacional na agenda pública de reformas, recuperação e reconstrução do governo ucraniano, além do comprometimento na assistência para avanços nos processos de seu ingresso na própria OCDE e na União Europeia. Tal compromisso reforça o posicionamento favorável ao lado da Ucrânia no conflito russo-ucraniano, assim como também prevê um maior alinhamento entre o país europeu com os padrões da OCDE e suas políticas recomendadas. O Programa Nacional da Ucrânia, dessa forma,

⁷⁷ Media Advisory - OECD Ministerial Council Meeting 7-8 June 2023. **OCDE**. 30 mai 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/media-advisory-oecd-ministerial-council-meeting-7-8-june-2023.htm>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁷⁸ OECD Ministerial Council Statement and Outcomes. **OCDE**. 08 jun 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-ministerial-council-statement-and-outcomes-2023.htm>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁷⁹ OCDE. **2023 Ministerial Council Statement**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/mcm/documents/2023-Ministerial-Council-Statement.pdf>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁸⁰ OECD strengthens support for Ukraine with four-year Country Programme. **OCDE**. 07 jun 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-strengthens-support-for-ukraine-with-four-year-country-programme.htm>. Acesso em: 16 jun 2023.

é composto por 31 revisões de políticas e projetos de capacitação e visa melhorar a participação ucraniana em 24 órgãos da OCDE, bem como a adesão a mais de 70 instrumentos jurídicos da organização internacional econômica.

É válido salientar que a Conferência pouco repercutiu em veículos de imprensa brasileira, que destacou mais a presença e participação do Ministro de Relações Exteriores brasileiro, Mauro Vieira, no evento e seu momento de discurso na sessão sobre crescimento sustentável e inclusivo⁸¹. No entanto, o ministro já adiantava que sua prioridade durante o período na capital francesa seria, na verdade, focado na relação entre o Brasil e a Organização Mundial do Comércio (OMC), apesar de ainda sim demonstrar o interesse na manutenção do processo de adesão brasileira à OCDE⁸². Outro evento notável também foi a sinalização do representante espanhol em apoio à adesão brasileira ao grupo de países membros⁸³.

Ainda na esteira do evento, a OCDE lançou a versão mais atualizada de sua tradicional publicação semestral “Economic Outlook”, que analisa e projeta as principais tendências e perspectivas econômicas mundiais para os próximos dois anos, além de apresentar um conjunto consistente de projeções para produção, emprego, gastos do governo, entre outros⁸⁴. A nova edição do projeto indica o início de uma melhora na economia global, porém com níveis de recuperação fracos, o que sinaliza a fragilidade da retomada atual⁸⁵. As perspectivas econômicas, nesse sentido, projetam uma moderação do crescimento do PIB global de 3,3% em 2022 para 2,7% em 2023, seguidos de uma recuperação para 2,9% em 2024. Isso se embasa nos preços mais baixos da energia, que aliviam a pressão sobre os orçamentos domésticos, os negócios e recupera (em níveis baixos) os sentimentos do negócio e do consumidor, além da reabertura chinesa, que deu um impulso à atividade internacional.

Assim, a frágil retomada econômica, mesmo que mais otimista do que as projeções anteriores, ainda sofrerá com a possibilidade de obstáculos inflacionários e o impacto de taxas de juros mais altas nos mercados financeiros e na atividade econômica pode ser mais forte do que o esperado. A OCDE, então, recomenda medidas políticas bem calibradas para atenuar o efeito da recente sequência de choques negativos na economia global, restaurar a estabilidade econômica e fortalecer as perspectivas de melhorias fortes, inclusivas e sustentáveis nos padrões de vida.

Paralelamente, a organização manteve seu cronograma de seus usuais mapeamentos de dados e estatísticas econômicas mundiais e divulgou também durante a quinzena versões mais atualizadas de três de seus índices: o levantamento do PIB do G20 no primeiro trimestre

⁸¹ Chanceler Mauro Vieira discursa na OCDE em Paris. **DIPLOMACIA BUSINESS**. 08 jun 2023. Disponível em: <https://www.diplomaciabusiness.com/chanceler-mauro-vieira-discursa-na-ocde-em-paris/>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁸² MOREIRA, Assis. Mauro Vieira em Paris: conversas na OCDE e prioridade na OMC. **VALOR ECONÔMICO**. 06 jun 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/assis-moreira/coluna/mauro-vieira-em-paris-conversas-na-ocde-e-prioridade-na-omc.ghtml>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁸³ Espanha declara apoio à entrada do Brasil na OCDE. **GAZETA DO POVO**. 08 jun 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/breves/espanha-declara-apoio-a-entrada-do-brasil-na-ocde>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁸⁴ Global economic outlook improving, albeit to a low growth recovery. **OCDE**. 07 jun 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/global-economic-outlook-improving-albeit-to-a-low-growth-recovery.htm>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁸⁵ OCDE. **OECD Economic Outlook, Volume 2023 Issue 1: Preliminary version**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/ce188438-en>. Acesso em: 16 jun 2023.

de 2023⁸⁶, as taxas de desemprego internacionais referentes ao mês e abril de 2023⁸⁷ e os índices de consumo e inflação de abril de 2023⁸⁸.

Por fim, o último destaque deste informe se refere à publicação de uma série de artigos sobre saúde que buscam quantificar e estimar em termos econômicos desafios relacionados à saúde, preenchendo a lacuna de estudos na literatura de avaliação e atendendo a uma necessidade de análise de benefícios aplicados para a regulamentação de produtos químicos. Tal iniciativa faz parte de uma série de estudos sobre disposição a pagar (*willingness to pay*, em inglês) em larga escala resultantes do projeto “*Surveys to Elicit Will to Pay to Avoid Chemicals related negative Health Effects*” (SWACHE), que pretende melhorar a base para realização de análises de custo-benefício de opções de gerenciamento de produtos químicos e políticas ambientais em geral. Desse modo, os estudos lançados se debruçam sobre os seguintes tópicos: risco de infertilidade⁸⁹, risco de doença renal crônica sintomática (denominada de doença renal grave na pesquisa)⁹⁰, risco de peso muito baixo ao nascer⁹¹, risco e gravidade da asma⁹² e evitar perdas de QI em crianças

⁸⁶ G20 GDP Growth - First quarter of 2023, OECD. **OCDE**. 14 jun 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/g20-gdp-growth-first-quarter-2023-oecd.htm>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁸⁷ Unemployment Rates, OECD - Updated: June 2023. **OCDE**. 08 jun 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-updated-june-2023.htm>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁸⁸ Consumer Prices, OECD - Updated: 6 June 2023. **OCDE**. 06 jun 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-6-june-2023.htm>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁸⁹ DUSSAUX, Damien et al. Valuing a reduction in the risk of infertility: A large scale multi-country stated preference approach. **OECD Environment Working Papers**, Paris, nº 215, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/7242509f-en>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁹⁰ DOCKINS, Chris et al. Valuing a reduction in the risk of chronic kidney disease: A large scale multi-country stated preference approach. **OECD Environment Working Papers**, Paris, nº 216, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9c93138f-en>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁹¹ ŠČASNÝ, Milan; ZVĚŘINOVÁ, Iva; DUSSAUX, Damien. Valuing a reduction in the risk of very low birth weight: A large scale multi-country stated preference approach. **OECD Environment Working Papers**, Paris, nº 217, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/dfd159a1-en>. Acesso em: 16 jun 2023.

⁹² APPÉRE, Gildas et al. Valuing a reduction in the risk and severity of asthma: A large scale multi-country stated preference approach. **OECD Environment Working Papers**, Paris, nº 218, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/f289d29e-en>. Acesso em: 16 jun 2023.

Decoupling, de-risking: China tem baixas expectativas quanto a viagem de Blinken

Claudia Horisch

Decoupling, de-risking: Pequim vê a visita do secretário de Estado Antony Blinken com desconfiança e baixas expectativas



O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken (segundo a partir da direita) e o MRE da China, Qin Gang (segundo a partir da esquerda), se encontraram em Pequim, em 18/06/2023. FOTO: AFP

Enquanto o secretário de Estado dos EUA Antony Blinken se preparava para sua viagem (18 e 19/6) há muito adiada à China com o objetivo de estabilizar as tensas relações entre as duas superpotências, o clima em Pequim não era muito acolhedor.

Dias antes de sua partida, o chefe da diplomacia americana foi repreendido por seu anfitrião chinês, que culpou Washington pelo aumento das tensões depois que Blinken cancelou uma viagem em fevereiro devido a um suposto balão de espionagem chinês que sobrevoou os EUA.

Em um telefonema com Blinken, o MRE da China Qin Gang pediu aos EUA que mostrem respeito pelas principais preocupações de Pequim e parem de interferir em seus assuntos internos (Taiwan).

Após o adiamento da visita devido ao incidente com o balão, os chineses estavam preocupados com outro possível constrangimento. As expectativas já eram baixas em relação a qualquer resultado da visita, dado que Pequim e Washington discordam em uma ampla gama de questões, incluindo Taiwan, comércio e uma rivalidade tecnológica americana em andamento que fez com que os EUA restringissem o acesso da China a chips semicondutores avançados e equipamentos para sua fabricação.

A quebra de confiança política entre as duas superpotências surgiu durante o governo Trump. A visão na China é que há uma incompatibilidade entre as palavras e os atos dos EUA. Nos últimos meses, enquanto Washington pressionava para retomar as negociações diplomáticas de alto nível, impunha sanções a empresas chinesas, pressionavam aliados para não enviar especialistas em tecnologia de semicondutores para desenvolvimento/produção de

chips em instalações na China, reuniam economias avançadas para combater a "coerção econômica" de Pequim e assinavam um novo acordo comercial com Taiwan.

Todas essas ações atraíram a ira de Pequim, levando-a a questionar a sinceridade do governo Biden. A China afirma que as sanções unilaterais e os atos de desacoplamento e interrupção das cadeias industriais e de suprimentos fazem dos EUA o verdadeiro opressor que politiza e dita as relações econômicas e comerciais.

Além da restrição dos EUA ao acesso de seus chips de alta tecnologia e ao fornecimento de equipamentos para o fabrico desses semicondutores na China, outras questões pairam na agenda de Pequim como sanções a importantes funcionários do governo e o que vê como interferência americana sobre a ilha autogovernada de Taiwan, que Pequim enxerga como território chinês aguardando a reunificação.

Apesar da irritação com os esforços dos EUA para conter a China, Pequim concordou com a remarcação da visita de Blinken, após um atraso de quatro meses.

Parte do aceite para a remarcação é prática: a viagem de Blinken parece estar travando as visitas de outros membros do gabinete dos EUA que a China considera importantes como a secretária do Tesouro, Janet Yellen, o enviado para o Clima John Kerry, que pretende discutir a cooperação climática sino-americana e a secretária de Comércio Gina Raimondo.

Há alguma esperança de que o encontro entre Blinken e Qin ajude a redefinir as relações bilaterais para uma posição mais construtiva do que a postura de confronto vista nos últimos meses.

Washington busca retomar a diplomacia de alto nível e estabelecer linhas de comunicação abertas para evitar que as tensões aumentem durante uma crise, como colisões de aeronaves ou navios militares no Estreito de Taiwan ou no Mar do Sul da China-, ambos tem presenciado um aumento dos exercícios e manobras militares.

Os EUA aceitaram a proposta europeia de "reduzir o risco" (*de-risking*)⁹³ nas relações com a China substituindo o termo "dissociação" (*decoupling*) anteriormente utilizado. Para o

⁹³ O comunicado conjunto da última reunião do G 7 deixou claro que as maiores economias do mundo se concentrarão em "reduzir o risco" (*de-risking*) com a China e não o "desacoplamento" (*decoupling*). Diplomatas alemães e franceses pressionaram pelo termo em contextos internacionais; os países da Ásia também têm dito às autoridades americanas que a dissociação iria longe demais na tentativa de quebrar décadas de integração econômica bem-sucedida. Isso porque o que vem preocupando as economias globalizadas é a bifurcação, com mercados e manufatura chineses de um lado e cadeias de suprimentos aprovadas pelos americanos do outro. A "redução de risco" então passaria pela separação em alguns domínios e cooperação em outros. Esses argumentos parecem ter funcionado a favor da "redução do risco". Em 27 de abril, o Conselheiro de Segurança nacional dos EUA, Jake Sullivan, usou a palavra em um importante discurso político: "Somos a favor do risco, não da dissociação". "Reduzir o risco significa ter cadeias de suprimentos resilientes e eficazes e garantir que não estejamos sujeitos à coerção de nenhum outro país". A eliminação de riscos requer decisões e soluções difíceis. Por exemplo, quais semicondutores devem ser mantidos fora do domínio da China? Todos os dispositivos médicos precisam ser produzidos em algum lugar que não seja a China? O que o TikTok poderia fazer para proteger os riscos de pertencer a uma empresa chinesa? "*De-risking*" pode parecer mais diplomático do que "dissociação". Quem não gosta de reduzir o risco? É apenas ruma maneira mais inteligente de pensar sobre o que precisa ser feito. Para fazê-lo funcionar, os EUA e seus aliados precisarão redigir regulamentos

governo chinês, reduzir o risco não é uma grande melhoria, existe uma sensação de que o termo *de-risking* represente “dissociação disfarçada”, apenas soa menos beligerante, a hostilidade subjacente permanece.

A recuperação de relações EUA-China exigirá um esforço contínuo e sincero por parte dos EUA. É preciso ir além do discurso e demonstrar uma vontade genuína de construir uma parceria estável e produtiva com a China.

Honduras apresenta pedido de entrada no Banco dos Brics

A presidente de Honduras, Xiomara Castro, solicitou em 10/06 a adesão do país ao Banco dos Brics. Castro fez a solicitação em encontro com a presidente da instituição, Dilma Rousseff, em Xangai (China). A comissão técnica do governo de Honduras deve viajar à China para iniciar o processo.

Honduras quer mais apoio de instituições financeiras multilaterais como o NDB para financiamento, especialmente na área de infraestrutura.

Xi Jinping conversa com Cyril Ramaphosa: cada qual tem um plano para resolver a crise da Ucrânia

Xi Jinping e Cyril Ramaphosa, presidente da África do Sul, trocaram opiniões sobre a crise na Ucrânia. Ramaphosa disse que a África do Sul apoia o documento de posição da China sobre a resolução política da crise na Ucrânia e espera que as partes possam retomar as negociações em breve. A África do Sul compôs uma delegação de paz de seis líderes africanos que visitou a Ucrânia para pressionar pelo fim da crise. Zelenskiy se pronunciou após se encontrar com os dirigentes africanos: “As negociações de paz com a Rússia só serão possíveis depois que Moscou retirar suas forças do território ucraniano”.

para algumas empresas, enquanto permitem que outras permaneçam na China, que está navegando em seu próprio esforço para se tornar autossuficiente.

Brasil assume o Mercosul e a saga com a União Europeia continua

**Miryam Minayo
Samia de Brito
Sebastián Tobar**

América Latina e UE: *quo vadis?*

A questão energética é atualmente um tema central nos debates geopolíticos e representa um grande desafio nas relações internacionais entre países e blocos regionais. Tudo indica que a transição energética e os recursos naturais serão determinantes para as relações entre a América Latina e a Europa.

Nesse contexto, a guerra na Ucrânia tem exercido um impacto significativo na geopolítica e, possivelmente, tem se tornado um catalisador para a transição energética global. É importante lembrar que a Rússia é um dos principais produtores de energia fóssil do mundo, sendo o maior produtor e exportador de gás natural e o terceiro maior produtor de petróleo. A Europa é o principal destino desses recursos, e o conflito na Ucrânia tem despertado preocupações sobre a dependência do gás russo, enfatizando a necessidade premente de buscar novos fornecedores e, principalmente, acelerar a transição para fontes de energia verde.

Diante desse “novo” cenário, a Europa tem olhado para a América Latina como um potente fornecedor. O lítio, por exemplo, conhecido como “ouro branco” ou “petróleo do século XXI”, é um minério de grande importância na transição energética por estar associado à energia elétrica não poluente.

A América Latina concentra uma extensa quantidade de reservas de lítio. Sendo que a Argentina, Bolívia e Chile, conhecidos como o “triângulo do lítio”, detêm mais de 60% das reservas de lítio mundial. Outros países da região, como Peru, México e Brasil, possuem reservas em menor escala.

Motivada pelas tensões geopolíticas e em busca de novas parcerias em matérias-primas estratégicas para as transições energética e digital, a União Europeia retorna à América Latina com a presidente da Comissão Europeia, a fim de estabelecer novas oportunidades e contrapor a influência chinesa na região.

Esse é o pano de fundo do novo impulso que o Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia tem recebido – liderado pelo presidente Lula. Os termos do Acordo foram negociados por 20 anos (desde 1999) e atualmente seguem em estágio de revisão, priorizando nossos produtos agrícolas acima de tudo.

No momento, as negociações seguem encalacradas. A reativação do Acordo parece mais circunscrito aos investimentos e financiamentos nas áreas relacionadas à energia, seja renovável, verde ou não. Um dos principais impasses para a ratificação do Acordo tem sido a proibição pelo Parlamento Europeu da venda de produtos provenientes de desmatamento florestal.

A realidade atual, portanto, é que os países do MERCOSUL têm mirado com mais entusiasmo no mercado da Ásia-Pacífico. Países como Vietnã, Índia, Japão são importantes compradores da produção latino-americana, onde os seus grãos, oleaginosas, carnes, frutas e vegetais podem ser vendidos sem cotas e restrições.

Em sua viagem à Espanha, em abril deste ano, o presidente Lula⁹⁴ conversou com o Primeiro-Ministro Pedro Sanchez, que também exerce a Pro Tempore da União Europeia, para avançar na direção de uma aliança estratégica e no Acordo de Livre Comércio entre a UE e o MERCOSUL. Embora Lula tenha reconhecido que não será fácil sacramentar o Acordo, o fato de Sánchez assumir esse cargo lhe trouxe mais esperança⁹⁵.

Mas, os últimos dias marcaram mais desencontros entre o discurso oficial dos negociadores e ações nacionais no processo de resolução do Acordo.

Em visita oficial a Brasília, Úrsula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, afirmou que o acordo Mercosul-União Europeia deve ser concluído ainda em 2023. Após uma conversa com o mandatário brasileiro, a presidente da Comissão afirmou que estavam próximos da linha de chegada e era o momento de cruzá-la. O presidente Lula e ela se comprometeram em concluir o acordo o quanto antes, preferencialmente até o final do ano, destacando os benefícios que o acordo trará ao oferecer oportunidades de crescimento para as empresas.⁹⁶

Em evento realizado pela Conferência Nacional da Indústria (CNI) com empresários, Von der Leyer ressaltou algumas áreas industriais de interesse pela União Europeia: crescimento limpo, dimensão humana da revolução digital e comércio internacional. Além disso, a representante europeia elogiou o compromisso assumido pelo presidente Lula de desmatamento zero até 2030 e declarou que a Europa está disposta a contribuir com práticas sustentáveis. A UE, na ocasião, também anunciou cerca de 100 milhões de reais para o Fundo Amazônia.

O encontro da representante europeia com industriais brasileiros, contudo, não parece ter garantido a tranquilidade do presidente Lula que voltou a criticar o capítulo de compras governamentais do acordo. O presidente brasileiro vinha aumentando o tom das críticas durante a agenda de compromissos nacionais, declarando: “O que os europeus querem no acordo? Que o Brasil abra as portas para compras governamentais. Ou seja, eles querem que o governo brasileiro compre as coisas estrangeiras ao invés das coisas brasileiras”⁹⁷ e afirmou que “(...) se eles não aceitarem a posição do Brasil, não tem acordo. Nós não podemos abdicar das compras governamentais que são a oportunidade das pequenas e médias empresas sobreviverem nesse país”⁹⁸.

Outro setor interno brasileiro que não está muito satisfeito com o acordo é do agronegócio. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion, criticou o acordo e afirmou que “Hoje, [o texto está] muito ruim, porque encara o nosso agro com uma responsabilidade gigantesca de ressarcimento e pagamento por serviços ambientais que não foram realizados em outros países. Seria uma punição muito clara à produção agrícola

⁹⁴ Lula viajou à Espanha pela primeira vez em sua nova etapa de governo brasileiro, e manteve reuniões na Moncloa bem como assinou vários acordos sobre inovação, universidades e relações trabalhistas.

⁹⁵ <https://efe.com/pt-br/nao-categorizado/2023-04-27/brasil-e-espanha-retomam-alianca-buscando-concluir-acordo-ue-mercosul/>

⁹⁶ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/12/presidente-da-comissao-europeia-diz-que-acordo-mercosul-ue-deve-ser-concluido-ate-o-fim-do-ano.ghtml>

⁹⁷ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lula-critica-dispositivo-que-preve-sancoes-no-acordo-mercosul-ue-em-encontro-com-presidente-do-bloco/>

⁹⁸ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lula-critica-dispositivo-que-preve-sancoes-no-acordo-mercosul-ue-em-encontro-com-presidente-do-bloco/>

*brasileira*⁹⁹. O tema do agronegócio ainda é constante em outros países como Argentina e Paraguai.

Alberto Fernandez recordou do protecionismo europeu no tema agrícola em pronunciamento após o encontro de Lula com a presidente da Comissão Europeia. Por outro lado, o presidente argentino reiterou que ficaria satisfeito com o alcance da meta de conclusão do acordo para o fim do ano. Com relação à questão ambiental, Fernandez tem confiança de que os problemas que criam obstáculos para o acordo serão dirimidos pelo governo Lula¹⁰⁰.

Do outro lado do atlântico, o acordo passou por mais um revés no cenário interno europeu dado que o parlamento francês aprovou, um dia depois da visita de von der Leyern, uma resolução contra a ratificação do acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul. 281 deputados franceses se manifestaram a favor e 58 votaram contra a resolução. A diferença na votação não deixa dúvidas que existe uma insatisfação geral de todos os setores, governistas e oposição. A resolução não tem força de lei, mas já “joga mais lenha” na movimentada discussão da conclusão do acordo e apresenta um novo desafio na agenda do presidente Lula que estará na França nos próximos dias.

Os defensores da resolução sinalizaram as principais causas para sua posição: concorrência desleal e possíveis danos ambientais. Um dos temas abordados foi o uso de pesticidas e antibióticos proibidos na UE nos quatro países do Mercosul. Os opositores da resolução, como a deputada governista Eleonore Cariot pediu que o texto não fosse votado porque acenderia o alarme de uma repercussão negativa frente a América Latina, com consequências geopolítica e geoeconômica. Ela afirmou: “Se a França e a UE se desviarem da América Latina, sabem quem virá? A China e a Rússia.”¹⁰¹

A resolução já ganhou repercussão no discurso do presidente Lula que, em entrevista de rádio em Goiás, pediu “racionalidade” no agronegócio para que o Acordo Mercosul-União Europeia pudesse avançar. Ele afirmou que “o parlamento francês disse que não vai votar o acordo Mercosul-União Europeia por causa da quantidade de veneno usado nos produtos agrícolas brasileiros. Então é importante a gente levar em conta que ser racional, cuidar da agricultura de boa qualidade, é uma necessidade competitiva do Brasil para a China e para a França, para os Estados Unidos e para a Alemanha” e adicionou que todo agricultor “inteligente” sabe o valor da preservação ambiental. O presidente seguiu afirmando “o produtor rural, aquela pessoa séria, aquela pessoa que vive da produção e exportação, sabe que será prejudicial para seus negócios a gente extravasar em queimadas, entrar em terras que não podemos entrar, poluir rios que não pode poluir”¹⁰².

Esse último posicionamento pode soar estranho aos ouvidos de quem acompanha os desdobramentos e as críticas do presidente Lula ao protecionismo europeu, como o que aconteceu na última visita de representantes do parlamento europeu ao Brasil nos últimos meses. No entanto, é importante colocar em perspectiva o cenário brasileiro também nos

⁹⁹<https://www.otempo.com.br/politica/congresso/acordo-mercosul-ue-e-muito-ruim-para-o-agronegocio-diz-pedro-lupion-1.2889441>

¹⁰⁰ <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/fernandez-fala-em-torcida-por-acordo-mercosul-ue-mas-cita-protencionismo-europeu-para-agro/>

¹⁰¹ <https://www.dw.com/pt-br/parlamento-franc%C3%AAs-aprova-veto-a-acordo-entre-mercosul-e-ue/a-65906593>

¹⁰² <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/15/lula-concede-entrevista-para-emissoras-de-radio-de-goias.ghtml>

últimos meses dado que o governo Lula sofreu dois golpes importantes em sua política ambiental e externa vindo diretamente do parlamento brasileiro, com participação ativa da bancada ruralista.

A Câmara votou MPs que, segundo nota do Ministério dos Povos Indígenas, promoveu “o desmonte de atribuições do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério do Meio Ambiente” e, em tom mais contundente, “o dia de ontem [24 de maio de 2023] entrará para a história como o dia da institucionalização do genocídio indígena e do ecocídio brasileiro, pois este será o caminho da política indígena e ambiental do país após a aprovação do relatório da MP 1154/23 que reestrutura os ministérios, do requerimento de urgência do PL 490/07 que libera a exploração de territórios indígenas e da MP 1150/2022 que permite a aumento a devastação da Mata Atlântica”¹⁰³.

Dessa forma, uma hipótese possível para a motivação dessa fala, que parece fora do percurso das críticas mais tradicionais, é que o próprio presidente se utilizou de um fato externo para reafirmar sua orientação de política ambiental e fortalecer o engajamento da opinião pública nacional e internacional no tema do meio ambiente.

Por tanto, apesar das recentes declarações otimistas da presidente da Comissão Europeia, Úrsula von der Leyen, e do presidente Lula, os desafios persistem, especialmente em relação aos setores de compras governamentais e agronegócio. O acordo enfrenta resistências tanto internamente na Europa quanto no Brasil e representa um novo desafio para o presidente Lula em sua próxima visita à França.

Cúpula Social do MERCOSUL

Após 5 anos de interrupção, a Presidência Pro Tempore da Argentina impulsionou a Cúpula Social do MERCOSUL, realizada virtualmente no dia 1º de junho, com o objetivo de promover a troca de opiniões e ideias que subsidiem a integração do MERCOSUL, ampliando o diálogo entre os Estados membros e associados. A abertura, com a participação dos diferentes Chanceleres, pode ser acessada em: <https://www.youtube.com/watch?v=vm0qzNhaa8c>.

Na abertura, o chanceler Cafiero, da Argentina, afirmou: “Esta reunião retoma a interação dos povos para fortalecer a participação social como componente essencial da integração regional”. Cafiero destacou que o “objetivo fundamental” da presidência pro tempore Argentina do Mercosul é “ampliar o diálogo” entre todos os membros, tanto entre os Estados membros do Mercosul quanto dos associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

A Cúpula Social contou com a participação de organizações e movimentos sociais interessados nas questões políticas do Mercosul, incluindo aqueles que já participam ativamente de outros fóruns do Mercosul.

O evento abordou temas relacionados à igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável, condições de trabalho, segurança alimentar, saúde, ciência e tecnologia, cultura e educação, integração regional e direitos humanos, bem como outros subtemas que permitirão “avançar no estudo das complexas questões sociais e culturais de nossa região”.

¹⁰³ <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/05/entenda-as-leis-que-promovem-o-desmonte-dos-ministerios-dos-povos-indigenas-e-do-meio-ambiente>

A Cúpula Social foi ampliada para incluir sessões plenárias e painéis paralelos que permitiram um debate amplo e inclusivo durante o dia. Essa reunião foi uma oportunidade para os participantes discutirem questões relacionadas à agenda política do Mercosul e seus fóruns temáticos, identificando ações e áreas prioritárias, além de retomarem o diálogo para fortalecer a participação social como componente essencial da integração regional.

Os debates foram registrados em um documento que será entregue aos presidentes durante a Cúpula Presidencial, que ocorrerá em julho próximo na cidade argentina de Puerto Iguazú.

A Secretária-Geral de Relações Exteriores do Brasil, María Laura da Rocha, antecipou que essa iniciativa terá continuidade durante a presidência pro tempore do Brasil no segundo semestre.

A sessão que abordou a saúde pode ser assistida em: <https://www.youtube.com/watch?v=h5Xh43rHdx8>. O Presidente da ABRASCO participou da sessão e destacou a necessidade de adotar a abordagem de “Uma só Saúde” e avançar na soberania sanitária diante das iniquidades no acesso às vacinas observadas durante a pandemia da Covid-19. A Cúpula Social deve contribuir e subsidiar o fortalecimento do bloco para enfrentar os desafios de saúde de nossos povos.

LII Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL e Estados Associados

As Reuniões de Ministros da Saúde do MERCOSUL foram estabelecidas pela Decisão n. 3/95 do CMC e têm como objetivo principal propor medidas de coordenação de políticas de saúde para o Mercosul. Essas reuniões são um fórum político de discussão e encaminhamento de soluções negociadas relacionadas a temas de interesse para a saúde pública. Seu propósito é priorizar questões de políticas de saúde e buscar a harmonização de soluções compartilhadas e ações promotoras da saúde, especialmente nas áreas consideradas prioritárias pelos ministros.

No dia 23 de junho, os Ministros da Saúde se reunirão em Buenos Aires, como é costume, para acompanhar a situação epidemiológica do bloco. Além das palavras da Ministra Anfitriã, Dra. Carla Vizzotti, e de seus colegas do bloco, está prevista a participação do Diretor da Organização Pan Americana da Saúde, Dr. Jarbas Barbosa.

Durante a reunião, os Ministros receberão os resultados das reuniões de três importantes órgãos do Mercosul:

- Comissão Intergovernamental de Saúde Sexual e Reprodutiva (CISSyR),
- Comissão Intergovernamental de Saúde Ambiental e do Trabalhador (CISAT) e
- Comitê Ad Hoc para promover a expansão da capacidade produtiva regional de medicamentos, imunizantes e tecnologias de saúde (CAHECPR).

Cabe destacar as atividades realizadas em torno do CAHECPR. Nesse sentido, a FIOCRUZ elaborou uma proposta de Curso de Desenvolvimento e Produção de Vacinas voltado para profissionais indicados pelos países do MERCOSUL, que será ministrado na modalidade híbrida (virtual/presencial) com carga horária de 50 horas. O objetivo do curso é atender a demanda do Mercosul, apresentar os principais assuntos relacionados ao desenvolvimento e produção industrial de vacinas, tecnologias de produção e plataformas para o desenvolvimento e produção de vacinas aos profissionais designados por cada país, discutindo as vantagens e desvantagens de tecnologias e plataformas. Apresentar os candidatos à produção de vacinas em

escala industrial e os mecanismos e métodos para o desenvolvimento de vacinas, legislação relevante e aspectos de controlo de qualidade, Garantia de Qualidade para produção de vacinas e processos associados.

Um outro ponto a salientar é que os Ministros vão fazer o acompanhamento das recomendações feitas pelo WGPR e andamento das negociações na INB da OMS, bem como o que foi feito em matéria de RSI na 76ª Assembleia Mundial da Saúde. Dessa forma, a diplomacia regional da saúde complementa a atuação em nível global da OMS.

Por fim, duas questões importantes que serão abordadas pelos Ministros são a ideia de desenvolver uma Farmacopeia do Mercosul, visando o desenvolvimento de substâncias químicas de referência para o controle de qualidade de medicamentos em nível de bloco, e a articulação com o setor privado por meio do X Fórum Empresarial do Mercosul, que tratará sobre o setor de saúde.

LXII Reunião do Conselho do Mercado Comum e a Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados

Sob a Presidência Pro Tempore Argentina (PPTA), nos dias 3 e 4 de julho, acontecerá na cidade de Puerto Iguazú, província de Misiones (Argentina), a LXII Reunião do Conselho do Mercado Comum e a Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados, com a presidência do presidente Alberto Fernández.

Anteriormente, o chanceler Santiago Cafiero coordenará a Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), na qual participarão os ministros das Relações Exteriores da região, e será apresentado um relatório como balanço da PPTA. Também estarão presentes ministros da Economia da região.

O evento marcará o encerramento do trabalho realizado pela Argentina no último semestre e o início da nova Presidência Pro Tempore, que será assumida pelo Brasil.

CEPAL: visita do Secretário Executivo ao Brasil¹⁰⁴

Entre os dias 4 e 7 de junho, José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), realizou uma visita oficial ao Brasil. Durante a visita, se reuniu com altas autoridades do país e participou de várias atividades. Em Brasília, encontrou-se com Geraldo Alckmin, Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, para discutir cooperação em desenvolvimento sustentável e inovação verde. Ele também dialogou com o Embaixador Celso Amorim sobre os desafios da integração econômica na América Latina e no Caribe, além da Presidência do Brasil no G20.

Salazar-Xirinachs também teve reuniões produtivas em Brasília com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir questões como sistemas tributários, desafios do sistema financeiro internacional, integração regional e transição ecológica. No Ministério das Relações Exteriores, ele se encontrou com a Ministra interina Maria Laura da Rocha e discutiu o papel da CEPAL na promoção do desenvolvimento e integração da América Latina e do Caribe, bem como a cooperação Sul-Sul e a presidência brasileira do G20 em 2024.

¹⁰⁴ <https://www.cepal.org/es/noticias/gobierno-brasil-cepal-reafirmar-lazos-cooperacion-promover-conjunto-desarrollo-sostenible>

Durante a sua visita ao Rio de Janeiro, Salazar-Xirinachs participou de um seminário sobre Financiamento para o Grande Impulso para a Sustentabilidade, enfatizando a necessidade de uma transformação do modelo de desenvolvimento da América Latina e do Caribe para um futuro mais produtivo, inclusivo e sustentável. Ele também visitou a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e assinou a extensão de um acordo conjunto de cooperação estratégica em pesquisa e desenvolvimento.

A visita do Secretário ao Brasil fortaleceu a cooperação e o diálogo sobre temas cruciais para a região, como desenvolvimento sustentável, políticas de neindustrialização, eletromobilidade, tecnologias e inovação verde. Além disso, foram abordados desafios regionais, como a integração econômica, a Presidência do G20 e a coordenação de posições e mensagens nas cúpulas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o futuro.

Visita à Fiocruz e assinatura de Memorando de Entendimento¹⁰⁵

A Fiocruz assinou um novo Memorando de Entendimento (MdE) com a CEPAL para estender a cooperação internacional por mais cinco anos. O acordo tem três eixos principais: acompanhamento da Agenda 2030 e sua relação com a saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); prospecção estratégica; e apoio à produção local para fortalecer a capacidade de resposta da região a emergências de saúde. A Fiocruz compartilhará sua experiência com outros países, visando melhorar a qualidade da saúde e fortalecer a capacidade de produção de medicamentos, testes e vacinas.

A parceria inclui a formação de um plano de trabalho nos próximos seis meses, envolvendo unidades da Fiocruz, como a Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030 (EFA 2030) e o Centro de Estudos Estratégicos (CEE/Fiocruz). O objetivo é promover a autonomia da região, fortalecendo a produção nacional de insumos estratégicos para a saúde, como vacinas, medicamentos e testes diagnósticos. Além disso, a parceria visa desenvolver uma prospecção estratégica para o sistema de saúde e o desenvolvimento nacional, priorizando a inclusão e o bem-estar social.

José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL, enfatizou a importância do tema saúde para o desenvolvimento da América Latina e ressaltou a experiência impressionante da Fiocruz. Ele destacou a possibilidade de colaboração e exportação de vacinas para outros países, reconhecendo o papel fundamental da Fiocruz na formulação de propostas voltadas para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O Memorando de Entendimento foi originalmente assinado em 2018 pela então presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, e pela secretária executiva da CEPAL na época, Alicia Bárcena. O documento estabelecia a colaboração em projetos de pesquisa, intercâmbio acadêmico, disseminação de conhecimento e cooperação para o desenvolvimento de territórios sustentáveis. Devido à pandemia, muitos projetos foram afetados, mas agora pretende-se retomar as atividades e elaborar um plano de trabalho concreto até o final do ano.

BNDS – CEPAL: Seminário “Financiamento para Big Push para a Sustentabilidade”¹⁰⁶

Durante o seminário “Financiamento para Big Push para a Sustentabilidade”, realizado na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Rio de Janeiro,

¹⁰⁵ <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-estende-acordo-de-cooperacao-internacional-com-cepal>

¹⁰⁶ <https://www.cepal.org/es/comunicados/america-latina-caribe-requiere-reactivacion-transformacion-avanzar-un-futuro-mas>

José Manuel Salazar-Xirinachs, enfatizou a necessidade de uma mudança transformadora no modelo de desenvolvimento da América Latina e do Caribe para alcançar um futuro mais produtivo, inclusivo e sustentável. Ele destacou a importância de agir com urgência e implementar políticas transformadoras e audaciosas para impulsionar o desenvolvimento.

Salazar-Xirinachs mencionou que a região está enfrentando desafios significativos devido a uma série de choques que agravaram as disparidades históricas. Ele observou que a globalização está passando por mudanças, com tendências protecionistas, reconfiguração das cadeias globais de valor e uma rivalidade pela supremacia tecnológica.

Em termos sociais, o Secretário Executivo da CEPAL ressaltou que a extrema pobreza e a pobreza ainda estão acima dos níveis pré-pandemia. Ele alertou que apenas 25% das metas dos ODS estão no caminho certo para serem alcançadas até 2030, enquanto 48% estão mostrando progresso insuficiente e 27% estão retrocedendo. Isso indica que 75% das metas estão em risco de não serem alcançadas, a menos que ações decisivas sejam tomadas.

Para impulsionar a reativação com transformação, a CEPAL propõe dez áreas prioritárias, incluindo promoção da produtividade, redução da desigualdade, fortalecimento das políticas sociais, igualdade de gênero, sustentabilidade e mudanças climáticas, transformação digital, gerenciamento de fluxos migratórios, integração econômica regional e macroeconomia para o desenvolvimento.

Além disso, a CEPAL destaca a importância de políticas direcionadas a setores estratégicos e propõe treze áreas de oportunidade para o crescimento e colaboração, como transição energética, eletromobilidade, sociedade do cuidado, indústria de dispositivos médicos, gestão sustentável da água e governo digital.

Salazar-Xirinachs também convocou a criação de um diálogo social permanente para envolver as instituições, cidadãos e atores políticos e sociais, com o objetivo de alcançar amplos consensos sobre as direções do desenvolvimento.

Durante o seminário, a CEPAL e a Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES) apresentaram o documento “Financiando o Big Push: Caminhos para desbloquear a transição social e ecológica no Brasil”¹⁰⁷. Além disso, houve um encontro bilateral entre José Manuel Salazar-Xirinachs e Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, onde concordaram em fortalecer a parceria entre a CEPAL e o BNDES, incluindo a criação de um Grupo de Trabalho BNDES-CEPAL +70 para promover pesquisas e capacitações relacionadas ao desenvolvimento sustentável do Brasil e da região.

SEGIB: Durante a Presidência Pro Tempore, Equador dará prioridade à proteção da biodiversidade, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável¹⁰⁸

O Equador assumiu a Presidência Pro Tempore da XXIX Cúpula Ibero-Americana com o compromisso de fortalecer a união entre os países, destacando valores como liberdade, democracia e respeito aos direitos humanos. Sob o lema “Inovação, Inclusão e Sustentabilidade”, o governo equatoriano abordará diversos temas nos próximos 18 meses, incluindo migração, meio ambiente, comércio, ciência, tecnologia, educação, esporte e cultura.

¹⁰⁷ <https://www.cepal.org/es/node/59432>

¹⁰⁸ <https://www.segib.org/ecuador-priorizara-la-proteccion-de-la-biodiversidad-la-seguridad-alimentaria-y-el-desarrollo-sostenible-durante-la-presidencia-pro-tempore-de-la-xxix-cumbre-iberoamericana/>

O Secretário-Geral Ibero-Americano expressou total apoio ao Equador nessa iniciativa e ressaltou o reconhecimento da comunidade ibero-americana ao país. Além disso, foi assinado um acordo de coordenação com a Secretaria Ibero-Americana para trabalhar em conjunto durante esse período.

SEGIB: criada a Rede Ibero-Americana de Economia Criativa e Cultural (RIECC)¹⁰⁹

A Rede Ibero-Americana de Economia Criativa e Cultural (RIECC) foi criada para promover parcerias no campo da Economia Criativa visando o Desenvolvimento Sustentável. Ela serve como um laboratório de ideias, intercâmbio de experiências e disseminação de boas práticas entre seus membros. A iniciativa é apoiada pela Cátedra Ibero-Americana de Indústrias Culturais e Criativas 'Alejandro Roemmers' da Universidade Miguel Hernández e pelo Espaço Cultural Ibero-Americano da SEGIB. Durante a apresentação da Rede em Madri, Enrique Vargas, Coordenador do Espaço Cultural Ibero-Americano da SEGIB, destacou seu apoio e reconheceu os avanços alcançados até o momento. A RIECC tem como objetivo expandir as Indústrias Culturais e Criativas (ICC) por meio de pesquisa, capacitação, divulgação e empreendedorismo. Ela visa fortalecer as organizações de base que a integram, promover hubs criativos e estabelecer uma rede de unidades de produção e distribuição cultural. Além disso, busca analisar a situação atual e as perspectivas do setor em cada país da região ibero-americana. Lorena Larios, Secretária para a Cooperação Ibero-Americana, ressaltou a importância de gerar indicadores confiáveis para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes nesse setor.

SEGIB: Desafios e oportunidades da cooperação no emprego verde¹¹⁰

A SEGIB participou do Encontro de Debate para a América Latina e o Caribe, promovido pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). O evento buscou discutir as oportunidades e desafios da cooperação inter-regional no campo do emprego verde e soluções baseadas na natureza, alinhado aos objetivos da Carta Ambiental Ibero-Americana. Durante o encontro, destacou-se a importância de melhorar a integração das dimensões do desenvolvimento sustentável e superar as limitações financeiras e de transferência de conhecimento e tecnologia para promover um desenvolvimento sustentável.

ORAS- CONHU: Renovação do compromisso do ORAS-CONHU na adoção e cuidado de hectares na floresta amazônica¹¹¹

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (Oras-Conhu) é um acordo de integração estabelecido em 1971 pelos ministérios da Saúde da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Seu objetivo é transformar a saúde em um espaço de encontro e intercâmbio, possibilitando a realização de ações coordenadas voltadas para o enfrentamento de problemas comuns. Dessa forma, busca-se contribuir para garantir o direito dos povos à saúde.

Recentemente, o ORAS-CONHU renovou o compromisso em contribuir com a conservação da floresta amazônica, renovando o acordo com a ARBIO Peru para adoção e cuidado de hectares em 2022/2024. O anúncio foi feito pela Secretaria Executiva do ORAS-CONHU, Dra María Davila, no webinar: informe do Grupo Intergovernamental de Experts sobre

¹⁰⁹ <https://www.segib.org/nace-la-red-iberoamericana-de-economia-creativa-y-cultural/>

¹¹⁰ <https://www.segib.org/desafios-y-oportunidades-de-la-cooperacion-en-el-empleo-verde/>

¹¹¹ <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-renueva-su-compromiso-de-adoptar-y-proteger-hectareas-del-bosque-amazonico-para-cuidar>

Mudança Climático, realizado em comemoração aos dias 5 de junho e 8 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente e Dia Mundial dos Oceanos.

A Secretaria executiva ressaltou que as árvores shihuahuacos, que estão dentre as espécies na região adotada, são importantes reguladores os ciclos hídricos na região. Essa espécie, enfatizou Dávila, que emite grande humidade que é conhecida como “rios voadores de vapor”.

Além do desse anúncio, Maria Dávila também destacou que o conteúdo do informe sobre Mudança Climática oferece evidência científica muito atualizada e que renova a conclusão de que as atividades humanas, principalmente as emissões de gases estufa, causaram a crise climática e é necessário agir.

SE-COMISCA participa como observador internacional durante III Simulação Regional de Respostas a Desastres e Assistência Humanitária¹¹²

O Sistema Centro Americano de Integração (SICA) possui um Conselho de Ministros ativo desde 1991, chamado Comisca (Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana). Ele surgiu no contexto do Tratado de Integração Social (Tisca) e desempenha o papel de órgão gestor da saúde regional. O Comisca realizou diversos fóruns e reuniões no âmbito do conselho, visando a criação de estratégias para atender às necessidades de saúde da população centro-americana. Para apoiar suas atividades, o Comisca conta com uma secretaria executiva sediada em San Salvador, El Salvador, estabelecida em setembro de 2007 por meio de um acordo de cooperação entre a Secretaria Geral da Integração Centro-Americana (SG-Sica) e a Secretaria Executiva do Comisca (SE-COMISCA).

Nas últimas semanas, o SE-COMISCA participou da terceira simulação sobre respostas a desastres e assistência humanitária realizado pelo Centro de Coordenação para a Prevenção de Desastres na América Central e República Dominicana (CEPREDENAC). A Simulação Regional é um marco para a região pois é única em sua categoria e fortalece as capacidades nacionais para a proteção da vida, coordenação humanitária e resposta conjunta.

A Simulação Regional 2023 busca demonstrar a capacidade de resposta das instituições de coordenação no Panamá em resposta a um cenário de primeiro caso de gripe aviária em humanos. Dado a magnitude da simulação, participaram da simulação também CDC EUA e OPAS além da ativação do Mecanismo Regional de Assistência Humanitária da SICA (MECReg). Os atores nacionais e regional, através da simulação, serão capazes de aplicar seus procedimentos de forma controlada e avaliada, assim poderão detectar fraquezas e reforçar as capacidades da região.

A Simulação faz parte da implementação de ação solicitada durante a LV Reunião de Chefes de Estado e Governo do SICA, realizada em 2021, para que regionalmente se estabeleçam procedimentos e protocolos necessários para que a assistência humanitária entre os países da SICA seja expedida em caso de alertas emergenciais.

A região da América Central é uma região propensa a desastres ambientais dada a alta vulnerabilidade dado seu posicionamento geográfico. A região é considerada a segunda mais vulnerável a riscos climatológicos e geológicos.

¹¹² https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-como-observador-internacional-durante-el-iii-simulacro-regional-2023_1_132117.html

SELA e FAO assinam o Convênio Marco de Cooperação para impulsionar a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável na região¹¹³

O Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (Sela) é um organismo regional intergovernamental com sede em Caracas, Venezuela, integrado por 28 países da ALC.

O SELA e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) assinaram um Convênio Marco de Cooperação para a cooperação técnica e institucional em temas vinculados à Segurança Alimentar e ao Desenvolvimento Sustentável e Resiliente da América Latina e Caribe. Em discurso de abertura, o Secretário Permanente da SELA ressaltou o trabalho que o organismo tem trabalhado em conjunto com outros mecanismos regionais como AEC, SICA, CAN, ALADI, ALBA-TCP e OTCA para a elaboração de uma agenda sobre a Segurança Alimentar na América Latina e Caribe.

Além da segurança alimentar, o Convênio Marco também versa sobre desenvolvimento sustentável e resiliente, acesso regular a alimentos suficientes e de boa qualidade e outros relacionados que sejam de interesse mútuo entre as organizações. Esse Convênio pretende facilitar a construção de um plano de trabalho que contribua, através da cooperação internacional, para o desenvolvimento econômico, social, sustentável e inclusivo dos países da América Latina.

¹¹³ <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/89442/sela-y-fao-suscriben-convenio-marco-de-cooperacion-para-impulsar-la-seguridad-alimentaria-y-el-desarrollo-sostenible-en-la-region>

**V Reunião Ordinária da RINSP-CPLP:
O Papel dos INSP na Segurança Alimentar e Nutricional**

*Augusto Paulo, Fabiana Damásio
Tomé Cá, Manuel Mahoche e
Felix Rosenberg*

ANTECEDENTES

Reiteradas vezes, o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS – CPLP) é considerado também uma verdadeira inovação na maneira como se processa a cooperação setorial no espaço da nossa Comunidade.

Ao defender-se, desde o início, a cooperação em rede, que visa construir e consolidar instituições fortes, permanentes e sustentáveis em todos os seus Estados-Membros, deve-se testemunhar a árdua tarefa de estabelecimento e desenvolvimento da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP-CPLP), enquanto uma das mais relevantes redes de *‘instituições estruturantes dos sistemas de saúde’*, imbuída de missão de dar importante contribuição transversal aos temas do PECS-CPLP. Do dinamismo desta Rede, com espírito de entreajuda, interação e partilha de conhecimentos entre seus membros, dependerá muito o sucesso na implementação do recentemente aprovado III Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP para o período 2023-2027.

Na sua dinâmica, a RINSP - CPLP teve sempre a ousadia de trazer e propor debates e ações sobre temas de grande atualidade capazes de fazer refletir sobre as atribuições finalísticas dos Institutos Nacionais de Saúde Pública, lançando a procura comum de soluções aos problemas que mais afetam as populações dos nossos Estados-Membros.

A seguir e a título de exemplos dignos de registo, apresentamos alguns eventos marcantes, protagonizados pela RINSP-CPLP:

I. Seminário – Oficina “Aspectos políticos, estratégicos e operacionais da gestão dos Institutos Nacionais de Saúde Pública”, Centro de Pesquisa Ageu Magalhães, Fiocruz Pernambuco, Recife, novembro de 2013

Este seminário foi uma das respostas às preocupações manifestadas pelos membros da RINSP, na II Reunião Ordinária, em Lisboa, em abril de 2013, que incidiram sobre a existência de problemáticas de ordem institucional e conjuntural, incluindo o escasso grau de autonomia administrativa e político-estratégica, o baixo nível de desenvolvimento técnico-científico e a necessidade de incrementar os seus recursos orçamentários e demanda por maior captação de recursos externos.

É importante observar que se optou por Recife por esta cidade ter acolhido o **IIIº Fórum Global da OMS sobre Recursos Humanos em Saúde** proporcionando a participação dos representantes das instituições membros da RINSP nesse evento de âmbito global.

Os participantes do seminário foram os Diretores e os Vice-diretores ou responsáveis pela gestão institucional dos seguintes INSP / CPLP ou seus equivalentes:

- ❖ **Angola:** Instituto Nacional de Saúde / INS
- ❖ **Brasil:** Fundação Oswaldo Cruz / Fiocruz
- ❖ **Cabo Verde:** Instituto Nacional de Saúde / INSA (em processo de criação)

- ❖ **Guiné Bissau:** Instituto Nacional de Saúde / INASA
- ❖ **Moçambique:** Instituto Nacional de Saúde / INS
- ❖ **Portugal:** Instituto Nacional de Saúde “Ricardo Jorge” / INSA
- ❖ **Portugal:** Instituto de Higiene e Medicina Tropical / IHMT
- ❖ **São Tomé e Príncipe:** Ministério da Saúde
- ❖ **Timor Leste:** Ministério da Saúde

Relativamente ao conteúdo programático, importa destacar os temas que foram aflorados:

- ❖ **A determinação social da Saúde**
- ❖ **O papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública como instituições estruturantes dos sistemas nacionais de saúde:**
 - ✓ Na vigilância em saúde
 - ✓ Na pesquisa e no ensino em ciência e tecnologia na saúde
 - ✓ No apoio a formulação de políticas de saúde
- ❖ **A Cooperação Internacional:**
 - ✓ O papel dos INSP na governança da saúde global
 - ✓ A relação estratégica entre os INSP e os organismos financiadores
 - ✓ Sustentabilidade política, estratégica e orçamentária
 - ✓ Diferentes modelos de cooperação internacional e como os institutos se alinham nestes modelos.
- ❖ **As relações hierárquicas no serviço público:**
 - ✓ Autarquia
 - ✓ Autonomia
 - ✓ Administração descentralizada
 - ✓ Administração centralizada
- ❖ **Planejamento e Programação:**
 - ✓ Aspectos básicos conceituais e metodológicos do planejamento estratégico:
 - O mapa estratégico
 - A prospectiva estratégica
 - O planejamento estratégico situacional
 - ✓ Conceitos de estrutura organizacional aplicados aos INSP:
 - Burocracia
 - Tecocracia
 - Adhocracia
- ❖ **Práticas de Gestão Institucional:**
 - ✓ Gestão administrativa e financeira
 - ✓ Gestão de recursos humanos:
 - Carreiras
 - Concursos

- Bolsas de investigação/pesquisa

Este seminário teve impacto significativo na trajetória dos Institutos Nacionais de Saúde Pública dos Estados-Membros principalmente os do continente africano que iniciavam o seu processo de criação e desenvolvimento. Não seria exagero algum afirmarmos que foi o INS de Moçambique que mais adotou e aplicou o planeamento estratégico para o seu extraordinário desenvolvimento.

II. SEMINÁRIO – OFICINA CONJUNTA RINS-UNASU / RINSP-CPLP

“O Papel dos Institutos Nacionais de Saúde na Investigação e Monitoramento da Determinação Social da Saúde”, Fórum Itaboraí, Fiocruz Petrópolis, maio 2014

Pela primeira vez se ensaiava uma aproximação das várias regiões do mundo com a América do Sul já que a CPLP se caracteriza pela descontinuidade territorial dos seus Estados-Membros a começar pelo próprio Brasil, nas Américas, Portugal, na Europa, os cinco países africanos (a Guiné Equatorial ainda não era membro) e em Timor-Leste, no Sudeste Asiático.

Este importante seminário conjunto teve lugar no Fórum Itaboraí da Fiocruz, no município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, em maio de 2014, obedecendo ao mandato estabelecido pelas Redes de Institutos Nacionais de Saúde/ Saúde Pública da União das Nações Sul-Americanas (RINS/UNASUL) e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (RINSP/CPLP) durante as suas respectivas reuniões ordinárias, ambas realizadas em 2013.

O seminário teve por objetivo desenvolver uma proposta conjunta dos Institutos Nacionais de Saúde e organismos congêneres da UNASUL e da CPLP para o estabelecimento e implementação de projetos geradores de evidências sobre a determinação social das inequidades em saúde.

A importância desta temática é inquestionável, por todas as evidências existentes quanto às profundas influências que têm sobre a saúde a estrutura de produção, incluindo os seus processos sociais, económicos e ambientais. Caberia, por isso, aos Institutos Nacionais de Saúde Pública - enquanto instituições estruturantes dos sistemas de saúde - dar sua contribuição na elucidação deste processo e em proposições para seu enfrentamento.

Nesse seminário, os Institutos Nacionais de Saúde reconheceram a necessidade de *"superar a visão biomédica tradicional, que ainda prevalece na maioria deles, através de monitorização, avaliação e investigação de variáveis sociais, económicas e ambientais associadas"*, bem como de transcender as tradicionais variáveis biológicas e epidemiológicas com informação sobre as populações, que reflita a posição profissional e de emprego como uma categoria central da determinação social da saúde, complementada por dados relativos à educação, ao género, a etnia, as condições ambientais como o saneamento e o acesso à água potável, bem como o acesso aos serviços de saúde e a outros serviços.

Constatou-se que a atuação dos INSP de ambas as Redes nesta temática é muito variada e, na maioria dos casos, bastante embrionária podendo ir desde a responsabilização pela organização e implementação de Observatórios Nacionais de Saúde que incluam os determinantes sociais e o monitoramento das iniquidades em saúde, até à realização de pesquisas pontuais, passando pelos observatórios específicos de iniquidades em saúde.

Outra conclusão do seminário foi sobre os desafios para uma melhor estruturação dos INSP para que gradualmente possam incorporar não somente a investigação e o monitoramento

da determinação social da saúde, particularmente apostando nas competências humanas disponíveis, mas também desempenhar papel de destaque em relação a outras unidades dos níveis centrais dos respectivos Ministérios da Saúde.

III. Seminário – Oficina conjunta UNASUL-CPLP

“Atualização científica e tecnológica sobre febre amarela e outras arboviroses emergentes e reemergentes”, Rio de Janeiro, outubro 2017

Organizado pela Fiocruz, através da Coordenação de Vigilância e Laboratórios de Referência e do Centro de Relações Internacionais em Saúde, o seminário visou fortalecer a capacidade dos Institutos Nacionais de Saúde da UNASUL e da CPLP e dos Ministérios da Saúde, para prestação de serviços e geração de conhecimentos e formação de recursos humanos necessários à prevenção e o controle de emergências sanitárias, com particular referência à febre amarela e outras arboviroses, emergentes e reemergentes.

Conseguiu-se como principal produto deste evento um Plano de Trabalho para a cooperação técnica em saúde entre os membros das redes RINS/UNASUL e RINSP/CPLP, incluindo análise da situação, compromissos dos institutos e recomendações às autoridades ministeriais.

Participaram no evento representantes das áreas técnico-científicas, prioritariamente das áreas de entomologia, investigação clínica, virologia e epidemiologia, dos Institutos Nacionais de Saúde e/ou dos níveis centrais dos respectivos Ministérios da Saúde dos seguintes países:

UNASUL

Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guyana, Peru e Suriname

CPLP

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné – Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe

Também participaram ativamente no seminário-oficina representantes técnico-científicos de diversas instituições ou organismos internacionais, incluindo:

- ❖ Agência Brasileira de Cooperação – ABC / Ministérios das Relações Exteriores, Brasil
- ❖ Assessoria Internacional em Saúde – AISA / Ministério da Saúde, Brasil
- ❖ Centro para a Vigilância de Doenças Infecciosas na África Austral – SACIDS
- ❖ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP
- ❖ Instituto Evandro Chagas / Ministério da Saúde, Brasil - IEC
- ❖ Instituto Sul-americano de Governo em Saúde – ISAGS / UNASUR
- ❖ Organização Mundial da Saúde – Regional para África – OMS/AFRO
- ❖ Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS / OMS
- ❖ Organismo Regional Andino em Saúde – ORAS/CONHU
- ❖ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
- ❖ Universidade Federal de Rio Grande do Norte - UFRN
- ❖ Universidade Nacional do Sistema Único de Saúde – UNASUS
- ❖ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Após a cerimónia de abertura, que contou com as intervenções dos representantes das principais Organizações Internacionais presentes, foram feitos pontos de situação da febre amarela e outras arboviroses nas Américas e na África e a **preparação** dos Institutos Nacionais de Saúde Pública **para as emergências sanitárias por arbovírus**.

Os participantes foram constituídos em três grandes grupos de discussão que analisaram respectivamente:

- ❖ Diagnóstico laboratorial
- ❖ Vigilância entomológica e de epizootias e Controle de vetores
- ❖ Investigação epidemiológica, geoprocessamento e Observatório de Determinantes Sociais da Saúde

O seminário conjunto propôs numa das conclusões um esboço de plano de trabalho para a cooperação técnica entre a RINS/UNASUR e a RINSP/CPLP com prioridade em pesquisa, formação de recursos humanos, prestação de serviços e apoio aos respectivos ministérios da saúde. E foi unanimemente exaltada a importância da realização conjunta do evento, que permitiu comparar realidades tão diferentes como as da América do Sul e do continente africano.

Na altura não se imaginava que decorridos alguns meses, mais concretamente em 2018, a UNASUL seria, infelizmente, desativada pela decisão conjunta dos governos do Brasil, da Argentina, do Chile, da Colômbia, do Paraguai e do Peru, em suspender a sua participação numa organização de integração (sub)regional que tinha a saúde no topo da agenda de cooperação internacional.

A pandemia de Covid-19, apesar da tragédia e sofrimento sentidos em todos os países, exacerbando profundamente as desigualdades sociais, ajudou também a revelar a importância e contribuição dos Institutos Nacionais de Saúde Pública para o sucesso de medidas de seu controle.

Afirmamos algures que a RINSP-CPLP foi criada numa reunião realizada na cidade de Bissau em 2011. Desde então, nunca mais realizou seus encontros no continente africano, tornando-se o Brasil e Portugal os países mais utilizados. E eis que chegou 2023, um ano muito especial repleto de simbolismos tanto do ponto de vista político e social, quanto do desabrochar de esperanças face a perspectivas de desenvolvimento da ciência e tecnologia para o enfrentamento dos velhos e novos desafios.

A última parte deste informe é dedicada à **V Reunião Ordinária da RINSP-CPLP**, realizada em Maputo, de 6 a 9 de junho, graças ao apoio financeiro da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Secretariado Executivo da CPLP em estreita colaboração com o Instituto Nacional de Saúde (INS) e as autoridades de Moçambique.

À semelhança das reuniões anteriores organizadas pela RINSP em colaboração com o Secretariado Executivo da CPLP, este também foi muito inovador com uma originalidade sem precedentes: **Reunião Conjunta entre os membros da RINSP-CPLP e os membros e participantes no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP)** para debater o papel destas redes no esforço intersectorial para enfrentar os problemas da fome e da insegurança nutricional no âmbito da CPLP.

JUSTIFICATIVA

Dizíamos anteriormente que a RINSP, desde a sua fundação em Bissau, tem estado muito atento a ameaças à saúde pública dos Estados-Membros da CPLP, procurando que os INSP, no âmbito das suas atribuições, se preparassem de forma adequada para o enfrentamento de desafios atuais e futuros.

Foi com base nesta lógica que a *fome* se tornou um tema para ser tratado seriamente entre os Institutos Nacionais de Saúde Pública.

A fome, a desnutrição e a malnutrição constituem, no presente, uma das maiores epidemias globais. O combate desse flagelo é, muito possivelmente, um dos principais desafios da Agenda 2030 tendo em consideração que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS – 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável) está estreitamente relacionado ao ODS 3 (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades), na medida em que afeta diretamente grande parte das metas de morbi- e mortalidade infantil e adulta e ao ODS 4 (Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos), já que exclui a população atingida, em maior ou menor grau, do acesso às oportunidades de aprendizado.

A fome, a desnutrição e a malnutrição são, por outra parte, consequências do atraso no cumprimento das metas dos ODS 1 (Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares); do ODS 8 (Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos); do Objetivo 10 (Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles); do Objetivo 12 (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis); do ODS 13 (Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos); do ODS 15 (Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade); e, naturalmente, dos ODS 16 (Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis) e 17 (Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável).

Os Institutos Nacionais de Saúde Pública têm um papel atual e potencial de enorme transcendência no enfrentamento a estes desafios. Entre outras ações no seu âmbito de atuação, podem ser mencionadas aquelas referidas à análise da qualidade alimentar e nutricional dos alimentos e a elaboração de guias alimentares adaptadas às realidades territoriais e culturais dos seus países e comunidades; ao diagnóstico, avaliação e territorialização dos problemas de segurança alimentar e nutricional, através dos Observatórios Nacionais de Saúde; e ao estudo e promoção de práticas agroecológicas, em particular a agricultura urbana e periurbana, em estreita colaboração com as estruturas de atenção primária em saúde e com as instituições de pesquisa e assessoria agroalimentar.

Em 9 de outubro de 2017, o Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food) e a *Global Alliance for the future of Food* apresentaram, à margem do CFS44, um novo relatório: “*Unravelling the Food-Health Nexus: Addressing Practices, Political Economy, and Power Relations to Build Healthier Food Systems*”. Este relatório procura fornecer uma visão abrangente dessas questões, identificando os canais pelos quais os sistemas alimentares afetam a saúde humana e como as relações de poder e os imperativos

predominantes nos sistemas alimentares ajudam a moldar a nossa compreensão sobre os impactos que eles geram.

Com efeito, a interface entre agricultura, nutrição e saúde é particularmente multifacetada e complexa, e o desenvolvimento de estratégias bem-sucedidas exigirá uma abordagem integrada e multissetorial.

A nutrição é o principal resultado e o ponto final das vias de impacto decorrentes das atividades agrícolas e do sistema alimentar. Esses caminhos da agricultura para a nutrição agem por meio da modificação dos sistemas alimentares e da ingestão de alimentos, decorrendo também das alterações de fatores socioeconômicos como a educação, a saúde e o rendimento das famílias.

Existem múltiplos fatores de nível macro que influenciam os caminhos para a nutrição, como sejam o clima e o meio ambiente, a cultura, a igualdade de gênero, o contexto político e econômico e as políticas públicas e a governança associada.

Nesse quadro é necessário sistematizar abordagens e metodologias de investigação entre agricultura e saúde, que permitam melhorar a compreensão das ligações complexas que se estabelecem entre fatores como a globalização, as alterações climáticas, os sistemas alimentares e o crescimento da insuficiência alimentar e desnutrição. Aliás, numa linha de abordagem paritária com a natureza integrada dos ODS.

Em outubro de 2019, no Dia Mundial da Alimentação, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, convocou uma Cimeira sobre os Sistemas Alimentares, no âmbito da iniciativa Década de Ação que visa concretizar a Agenda 2030 e, assim, alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até à data prevista.

Em outubro de 2019, no Dia Mundial da Alimentação, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, convocou uma Cimeira sobre os Sistemas Alimentares, no âmbito da iniciativa Década de Ação que visa concretizar a Agenda 2030 e, assim, alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até à data prevista.

Referências relevantes:

- <https://www.cplp.org/id-4665.aspx>
- <https://saude.cplp.org/>
- <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

OBJETIVOS

Objetivo geral

Discutir e propor ações para a inserção dos Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP no esforço intersectorial para enfrentar os problemas da fome e da insegurança nutricional no âmbito da CPLP.

Objetivos específicos

- ❖ Refletir sobre a Fome e a desnutrição como um dos principais problemas globais de saúde e as relações entre os ODS 2, ODS 3 e demais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- ❖ Incorporar ou fortalecer o papel dos INSP e da RINSP na investigação e elaboração de guias alimentares baseados em culturas autóctones dos países

- ❖ Contribuir para a promoção da Agricultura Urbana e Familiar, com base Agroecológica

Foram discutidos os seguintes temas:

- ❖ Fome, desnutrição e saúde
- ❖ Desigualdades sociais e situação alimentar e nutricional nos Estados-Membros da CPLP
- ❖ A produção e o acesso aos alimentos nos Estados-Membros
- ❖ Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) e Plantas Medicinais
- ❖ Políticas públicas para enfrentar o problema da insegurança alimentar e nutricional
- ❖ Teoria e prática da agroecologia como instrumento para a produção solidária de alimentação saudável
- ❖ A produção e a distribuição de alimentos em âmbito urbano
- ❖ Teoria e prática da elaboração de guias nutricionais a partir dos sistemas alimentares locais e nacionais
- ❖ Papel dos Observatórios Nacionais de Saúde na monitorização das condições alimentares e nutricionais da população
- ❖ Estratégias de valorização da produção local para aumento da resiliência alimentar do território

Participantes

- ❖ Presidentes e/ou Diretores Gerais dos INSP membros da RINSP-CPLP de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste
- ❖ Profissionais de serviços de nutrição dos Ministérios da Saúde e de controlo de qualidade dos alimentos dos Estados-Membros da CPLP
- ❖ Membros de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), da Sociedade Civil e da Academia
- ❖ Quadros do Secretariado Executivo da CPLP e da Agência Brasileira de Cooperação



Principais conclusões da Reunião Conjunta

- ❖ A integração de representantes dos INSP nos CONSAN de cada país, respeitando as especificidades nacionais existentes;
- ❖ A integração dos INSP nos CONSAN nacionais e da RINSP-CPLP no CONSAN-CPLP irá permitir fomentar e consolidar um maior diálogo na definição de estratégias e diretrizes que apoiarão a elaboração de diferentes atividades necessárias para favorecer o esforço intersetorial para enfrentar os problemas da fome e da insegurança alimentar e nutricional no âmbito da CPLP;
- ❖ Considera-se de grande importância incentivar a colaboração entre a RINSP-CPLP e o CONSAN-CPLP, na elaboração de uma agenda de investigação e formação conjunta, no âmbito da segurança alimentar e nutricional;
- ❖ Apresentar à apreciação da IV Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP uma proposta de elaboração de diretrizes para guias alimentares na CPLP.

Principais conclusões da V Reunião Ordinária da RINSP

A V Reunião Ordinária ocorreu no dia 9 com a participação dos Institutos Nacionais de Saúde Pública de todos os Estados-Membro com a exceção da Guiné Equatorial.

Percepção dos membros da RINSP sobre a reunião conjunta com os CONSAN e visita ao INS de Moçambique

Tivemos o grande privilégio de acolher o Vice-Ministro da Saúde de Moçambique que fez uma análise sucinta sobre a sua experiência no exercício de novas funções e a uma visão alargada de apoio dos INS ao MS, agora que, como Vice-ministro, percepcionou de forma mais vasta os desafios que se colocam ao sistema nacional de saúde de Moçambique nova perspectiva a partir do Ministério relativamente ao INS, a importância e urgência de o INS prestar atenção à questão da gestão hospitalar sobretudo o apoio à formação neste domínio e que os INS procurem entender quais os principais problemas do sistema de saúde e que procurem apoiar os Ministérios da Saúde nos respetivos contextos nacionais.

Relativamente à Reunião Conjunta, os membros da RINSP exprimiram suas percepções sobre a reunião conjunta com os CONSAN. Para alguns INSP ainda constituem grandes desafios trabalhar na temática dos guias alimentares e nutrição e para outros a nutrição faz parte das suas atribuições reforçadas com estudos populacionais.

Quanto à visita efetuada às instalações do INS de Moçambique, todos manifestaram seu apreço aos avanços conseguidos pelo INS servindo de inspiração para novos institutos em termos de autonomia face ao governo e ganhos de independência face aos recursos do Estado, o que releva da aposta feita na formação e qualificação dos recursos humanos e particularmente na captação de recursos financeiros para o exercício das suas funções.

Lamentou-se o facto da impossibilidade de não se ter avançado com o curso de Mestrado de Entomologia, por algum desalinhamento entre a Fiocruz e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) de Portugal.

O Diretor-Geral do INS fez observações pertinentes dignas de nota:

- ❖ O desafio do rápido crescimento do INS
- ❖ É fundamental investir nos sistemas de gestão. Os atuais diretores têm um perfil técnico. Os futuros diretores terão de ter um perfil mais de economia, gestão ou direito

- ❖ Como são completamente autônomos, a gestão dos recursos humanos é um grande desafio
- ❖ Reconhecer que o desenvolvimento da RINSP e o seu papel de advocacia junto dos Ministros da Saúde é indiscutível
- ❖ O desenvolvimento de Planos Estratégicos e o *lobby* com os Ministros da Saúde têm sido algo de importante que a RINSP deve continuar a fortalecer
- ❖ A visibilidade é fundamental para ancorar um interesse crescente nas funções e competências do INS, por exemplo, por parte dos Deputados de Moçambique, que pode obstar a movimentos de interferência política. É o resultado do trabalho árduo que irá proteger os novos INSP dessa interferência.

A Presidente do recém-criado INSP de Timor-Leste apresentou uma demanda de apoio para a elaboração de um Plano de Ação para 2024 para poder ser submetido às autoridades timorenses, na lógica do processo de submissão da iniciativa ao orçamento de Estado para 2024:

- ❖ Dada essa urgência, a Fiocruz irá propor receber uma missão de Timor Leste, negociando os encargos para o efeito, para que se defina um Plano de Ação para 2024, dada a urgência orçamental
- ❖ Este Plano de Ação para 2024, a formatar num exercício conjunto, na sua fase *draft*, em termos técnicos e orçamentais, será circulado aos membros da RINSP para acolhimento de contribuições

O Diretor do Centro Nacional de Endemias de São Tomé e Príncipe vai solicitar o apoio da RINSP para retomar o processo de criação do Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP-STP).

O Papel dos Institutos no PECS 2023-2027. Plano de Ação da RINSP-CPLP para 2023-2027

Passou-se em revista as responsabilidades que o PECS 2023-2027 atribui à RINSP-CPLP e a indicação dos pontos focais que ficarão responsáveis pela elaboração dos Termos de Referência das atividades e seu posterior desenvolvimento.

O Plano de Ação da RINSP-CPLP para 2023-2025 terá como principais atividades aquelas constantes do quadro geral dos seguintes Eixos Estratégicos do PECS:

- ❖ Sistemas Nacionais de Saúde (SNS)
- ❖ Investigação e Bioética em Saúde
- ❖ Monitorização dos ODS

Próximas reuniões

- ❖ Reunião intermédia em 2024: em modelo virtual
- ❖ Reunião presencial em Cabo Verde, sob os auspícios do INSP, em 2025.

Acreditamos que o novo ciclo do PECS-CPLP represente uma renovada oportunidade das Redes Estruturantes contribuírem para a cooperação técnica no enfrentamento de um conjunto de grandes desafios com que são confrontados os nossos Estados-Membros na construção e consolidação dos processos de desenvolvimento económico e social.

The Impact of the Current War Crisis on Sudan's Health System

Hams Bashir

Background

Following the ousting of former president Omer al-Bashir in 2019 after a populous revolution, a transitional government that was overseen by a sovereignty council chaired by general Abdelfattah al-Burhan, the chief of the Sudanese Armed Forces (SAF), was formed. The commander of the Rapid Support Forces (RSF), Mohammed Hamdan Daglo, was appointed deputy chairman of the sovereignty council. After the military coup on the 25th of October 2021 that ended the transitional period, al-Burhan became the de-facto president of Sudan, with Daglo still maintaining his position as his deputy to this day.

On the 15th of April 2023, a war broke out between the SAF and the RSF militia in the capital, Khartoum. The conflict area soon expanded to include both Kordofan and Darfur regions.

The Humanitarian Situation in Conflict Affected States:

The current war in Sudan that is described by many as the “generals’ war over power” has had catastrophic outcomes in the areas of conflict.

The war has gravely impeded the affected populations’ access to basic services including health and education, as well as access to food commodities. Some neighbourhoods in Khartoum are reporting complete lack of access to water for over 50 days since the beginning of the war.

The RSF militia is documented to have been committing severe human rights violations, with acts that range from forcing out residents from their homes and occupying them, looting of homes and commercial businesses, to taking the lives of innocent civilians.

In addition, sexual and gender-based violence (SGBV) crimes were documented. Around 43 rape cases have been reported to the “Combating Violence Against Women Unit”. All the survivors have stated that the perpetrators were members of the RSF militia (1).

As the RSF have been expanding their areas of control towards the Darfur region in the west of the country, this was accompanied by extreme violent events in the region, with concerning reports and testimonies from civilians there about the nature of the crimes committed. The most concerning news are coming from al-Geneina city in West Darfur state, where the crimes enacted by the militia are described as an “ethnic genocide”.

The RSF – originally known as Janjaweed- is the militia that is responsible for the 2003 war in Darfur and was created by Omer al-Bashir to respond to the rebellious movements against his regime that were taking place in the region. The Janjaweed have been responsible for the crimes against humanity and genocides in Darfur in that time. The current acts of the RSF in this region, especially in al-Geneina city, is very reminiscent of that past.

The international organisation of Migration’s (IOM) displacement tracking matrix DTM report published on the 13th of June indicates that 1,670,991 people have been displaced internally since the 15th of April, and 528,147 individuals have crossed borders into neighbouring countries (2).

According to the United Nations, around 25 million individuals in Sudan – more than half of the population- need humanitarian assistance as a result of this war.

The Situation of Refugees, Asylum Seekers, and Migrants in Sudan

Sudan is considered both a destination and a migratory route for refugees, asylum seekers and migrants coming from South Sudan, Eritrea, Ethiopia, Central African Republic (CAR), Yemen, Syria, and Chad. Sudan hosts around 1.1 million refugees and 1.2 million migrants across its 18 states (3).

Refugees are settled in camps, out-of-camps settlements and in urban areas, with the majority residing in Khartoum. 8 refugees were reported among the war casualties (3). After the beginning of these events some refugees that were settled in Khartoum have relocated to other safe states. While many others are trying to return to their countries.

The migrants in Sudan are faced with several obstacles that further increase their vulnerabilities in this current crisis including mobility restrictions, loss of documentation, language barrier, risk of targeting and attack, and limited social networks (3).

Impact of War on the Sudanese Health System

The health situation in Sudan is very dire due to the very fragile state of the health system. The consequences of this war on the health situation in Sudan is already palpable.

Over 2,000 people have lost their lives since the start of the war, with 1100 of them from Geneina city in West Darfur. These numbers are speculated to be higher than reported.

According to reports from the Sudanese doctors’ union, around 70% of the hospitals in affected locations were rendered out of service since the beginning of the war: 13 hospitals were bombed and 19 were evacuated by force. Eyewitnesses have reported that the RSF militia has occupied these hospitals, including the main maternity hospital in Khartoum. The remaining hospitals and health facilities are fully or partially operational, and some are providing solely first aid services (4).



Source: Medicine Without Borders, 2023

The RSF militia has also occupied Sudan’s central public health laboratory, raising concerns of mishandling infectious specimens contained in the lab including “measles, cholera,

and multi-drug resistant tuberculosis pathogens, vaccine-derived poliovirus and other hazardous materials”(5).

The Sudanese Doctors’ Union has additionally reported the killing of 19 health workers, doctors, and medical students in Sudan (4).

The war has impacted the country’s central medical supply unit, which provides essential medicines for different diseases. Deaths resulting from shortages in renal dialysis supplies and medicines have been reported: on the 6th of June 2023 the medical committee of the “Justice and Equality” movement from Geneina city has reported that all dialysis patients in the city have died as a result of supply shortages.

Several deaths caused by insulin shortages were also recorded in conflict affected cities.

Disruption of the expanded programme of immunisation (EPI) in Sudan will result in an increase of infectious diseases in children and re-emergence of previously eliminated diseases. There are currently reported outbreaks in Khartoum that include measles, polio, and dengue fever. Malaria cases are also increasing across Sudan (6).

In addition to the above stated reports, there are mounting concerns regarding the decomposed bodies that are left scattered on the streets, creating an environmental and public health hazard and catastrophe waiting to implode, especially with the start of the rainy season in Sudan.

Mental health needs are at an all-time high, particularly for children and survivors of the sexual gender-based violence (SGBV).

The impact of the destruction and devastation that has affected the health system in Sudan will be longstanding. The post-war era will require much concerted and continuous efforts to rebuild the system and alleviate these impacts on the health outcomes of the Sudanese people.

References

- 1.Dabanga. Accounts of rape increase in war-torn Sudan [Internet]. 2023 Jun. Available from: <https://www.dabangasudan.org/en/all-news/article/accounts-of-rape-increase-in-war-torn-sudan>
- 2.IOM, Sudan. International Organization for Migration (IOM), Jun 14 2023. DTM Sudan — Displacement Situation (8) [Internet]. 2023 Jun. Available from: <https://dtm.iom.int/datasets/sudan-displacement-situation-8-13-june-2023>
- 3.Mixed Migration Centre. Mixed migration consequences of Sudan’s conflict [Internet]. 2023 May. Available from: <https://mixedmigration.org/articles/mixed-migration-consequences-sudan-conflict/>
- 4.La Prensa Latina Bilingual Media. 19 health workers reportedly killed in Sudan since start of conflict [Internet]. 2023 Jun. Available from: <https://www.laprensalatina.com/19-health-workers-reportedly-killed-in-sudan-since-start-of-conflict/>
- 5.WHO EMRO. WHO Regional Director’s appeal following occupation of Sudan’s health facilities [Internet]. 2023. Available from: <https://www.emro.who.int/media/news/who-regional-directors-appeal-following-occupation-of-sudans-health-facilities.html>
- 6.Albarodi M. Sudan conflict leaves health system in ‘total collapse’ [Internet]. 2023 Apr. Available from: <https://www.scidev.net/global/news/sudan-conflict-leaves-health-system-in-total-collapse/>

Contradições na quinzena Europeia

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A última edição do informe Europa trouxe alguns recados que o Brasil enviava à UE quanto à assinatura do Acordo UE Mercosul, notadamente sobre pontos relativos a compras governamentais e meio ambiente. Na semana passada, os recados foram oficializados, em forma de pronunciamento do presidente Lula, por ocasião da visita de Úrsula Von der Leyen, presidente da Comissão Europeia. A menos de um mês da cúpula entre UE e Celac, que acontecerá em 17 e 18 de julho, Úrsula esteve no continente, buscando reforçar os laços com o continente, quando visitou Brasil, Argentina, Chile e México.

No encontro brasileiro, ambas as partes reafirmaram compromisso com a conclusão do Acordo até o final do ano, mas Lula marcou algumas posições do Brasil. [Em seu pronunciamento](#), o presidente expôs a preocupação brasileira com o instrumento adicional ao acordo apresentado pela UE em março deste ano, que amplia obrigações ambientais do Brasil e as torna passíveis de sanções em caso de descumprimento. Para o presidente, a premissa que deve existir entre parceiros estratégicos é a da confiança mútua e não de desconfiança e sanções. Ele lembra que a UE aprovou legislações com impacto extraterritorial que modificam o equilíbrio do acordo. Essas iniciativas representam restrições potenciais às exportações agrícolas do Brasil.

Quanto às cláusulas de compras governamentais, que preveem a possibilidade de empresas europeias concorrerem com a indústria nacional em licitações para compras públicas, Lula disse que o Acordo não pode impedi-lo de fazer o que fazem americanos e europeus: “a Europa e os EUA voltaram a reconhecer, após ciclos de liberalismo exagerado, a importância da ação do Estado em políticas industriais. Programas bilionários de subsídios foram adotados nos países desenvolvidos em favor da reindustrialização. O Brasil, que sofreu um grave processo de desindustrialização, tem ambições similares. Por isso, manterá o poder de conduzir as políticas de fomento industrial por meio do instrumento de compras públicas.”

Em relação à guerra, Lula lembrou que o Brasil votou a favor da resolução da ONU, que condenara a invasão, reiterando o empenho brasileiro em busca da paz, evitando a escalada da guerra e do uso da força com seus riscos incalculáveis. Afirmando não haver solução militar para este conflito, Lula sugere mais diplomacia e menos intervenções armadas também na Palestina e no Iêmen, salientando que os horrores da guerra e seu conseqüente sofrimento, não podem ser tratados de forma seletiva. Para a presidência do G20, Lula indicou como prioridades, o desenvolvimento sustentável centrado no combate à mudança do clima, à pobreza e à desigualdade.

Curiosamente, no dia seguinte a visita de Úrsula ao Brasil, [o parlamento francês aprovou – por ampla maioria –, um veto ao Acordo UE Mercosul](#), cuja resolução não tem poder de lei, mas compromete os planos de conclusão do pacto comercial até o fim do ano. A aprovação do texto ocorre a poucos dias do desembarque de Lula em Paris, onde [se encontrará com o presidente Emmanuel Macron](#). O texto da resolução foi proposto por parlamentares de diferentes grupos políticos da oposição, que vão desde a esquerda ecológica aos conservadores.

Dentre as razões para se opor ao acordo estão motivações protecionistas, dado que os produtores franceses enfrentariam uma concorrência considerada desleal, uma vez que são obrigados a cumprir requisitos sanitários e ambientais exigidos na UE, diferentemente dos importados, além dos possíveis danos ambientais. O uso de pesticidas e antibióticos proibidos na UE nos quatro países do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – também foi tema

de votação. Os franceses acreditam que o acordo facilitaria a entrada de produtos alimentícios tratados com pesticidas e medicamentos veterinários proibidos pela regulamentação local no mercado europeu.

As condições francesas, segundo Olivier Becht, secretário de Estado francês para o Comércio Exterior, são a adoção do Acordo de Paris como requisito fundamental de qualquer acordo a nível ambiental, as chamadas "cláusulas espelho" para que os mesmos requisitos sanitários e ambientais que afetam os produtores europeus sejam impostos aos produtos a serem importados, além da inclusão de claros mecanismos de sanção.

Ainda que a resolução francesa não tenha poder de lei, ela demonstra que, politicamente, o país terá dificuldade em aderir ao tratado. Para que a parceria Mercosul-União Europeia entre em vigor, todos os parlamentos do bloco econômico precisam ratificá-lo, inclusive o francês. Para viabilizar um futuro acordo, os parlamentares exigem que os envolvidos cumpram o Acordo de Paris e as normas sanitárias e ambientais da União Europeia. Na visão do parlamento francês, caso o Acordo de Paris seja violado, a parceria intercontinental deveria ser suspensa.

A Espanha assumirá a presidência rotativa do Conselho da UE, substituindo a Suécia, a partir de 1º de julho, o que lhe permitirá definir a agenda e as prioridades políticas do bloco durante os próximos seis meses. [Em discurso, o chefe de governo espanhol, Pedro Sánchez, apontou a reindustrialização como a sua primeira prioridade para ajudar a UE](#) a ter mais autonomia estratégica. "Penso que, nos últimos quatro anos, aprendemos muitas lições sobre o que foi o processo de desindustrialização na Europa e, também, quais foram as consequências e as fraquezas e vulnerabilidades que fomos acumulando", afirmou. A transição ecológica é a segunda prioridade. Em terceiro lugar na lista de prioridades de Sanchez está a justiça social, afirmando que o crescimento do Produto Interno Bruto é importante, mas depois é necessária uma melhor redistribuição da riqueza. Por último, o líder pretende utilizar a presidência para "reforçar a unidade interna da UE", de modo a que esta possa não só resistir às "crescentes incertezas e tensões geopolíticas", mas também tornar-se "um dos principais arquitetos da Nova Ordem Internacional".

A sua lista de desejos inclui um aprofundamento do mercado interno, a conclusão da união bancária e o reforço dos instrumentos financeiros sustentáveis e de fundos como o Próxima Geração UE, o fundo de recuperação pós-Covid-19 destinado a acelerar a transição ecológica e digital. A "otimização dos processos de tomada de decisão" na UE - que se refere à alteração das regras de votação da unanimidade para a maioria qualificada em algumas áreas - e a adoção do Pacto da UE sobre Migração e Asilo foram também citadas pelo líder espanhol como áreas de interesse.

Sánchez, no entanto, não mencionou no seu discurso as eleições nacionais que se realizarão apenas três semanas após o início da presidência do país na UE e que poderão tirá-lo do poder, substituindo-o por um líder conservador.

[O Conselho Europeu de Emprego, Política Social, Saúde e Defesa do Consumidor, que congrega os ministros das áreas dos diferentes Estados-membros, se reuniu](#) em 12 e 13 de junho, emitindo importantes recomendações na área da saúde, notadamente em relação à resistência antimicrobiana (RAM), à Agência Europeia de Medicamentos (EMA, na sigla em inglês) e ao Espaço europeu de dados e saúde.

[Para combater a resistência antimicrobiana, o Conselho adotou uma recomendação destinada a intensificar a ação da UE nos domínios da saúde humana, da saúde animal e do ambiente através da abordagem da «Saúde Única».](#) A premissa é que a saúde dos seres humanos, dos animais e do meio ambiente está intrinsecamente ligada e que a RAM só pode ser superada por meio de esforços conjuntos em todas as três áreas. A recomendação incentiva o uso prudente de antimicrobianos, como antibióticos na saúde humana e animal, para ajudar a prevenir que microrganismos causadores de infecções se tornem resistentes aos medicamentos. As medidas propostas incluem metas para reduzir o uso de antimicrobianos até 2030, fortalecer os planos de ação nacionais para monitorar o consumo de antimicrobianos (AMC) e aumentar a conscientização dos profissionais de saúde e do público em geral.

As medidas propostas na recomendação compreendem:

- metas concretas para reduzir o uso de antimicrobianos até 2030, incluindo uma redução de 20% no consumo humano total de antibióticos e uma redução de 50% nas vendas totais da UE de antimicrobianos usados para animais de criação e aquicultura;
- fortalecimento de planos de ação nacionais para ajudar a implementar essas metas e monitorar o uso de antibióticos em nível nacional, incluindo indicadores para avaliar o progresso;
- melhor vigilância da RAM e do consumo de antimicrobianos (AMC) em todos os níveis, incluindo hospitais e instituições de cuidados prolongados;
- esforços para melhorar a saúde e o bem-estar dos animais produtores de alimentos para diminuir a propagação de doenças infecciosas na agricultura; e
- sensibilização do público e profissionais que trabalham nos setores de saúde humana e veterinária, incluindo treinamento para profissionais de saúde e campanhas de comunicação

[Para a EMA, o Conselho concordou em alterar a estrutura de financiamento, definindo posição sobre um regulamento para modernizar e simplificar a estrutura das taxas pagas à Agência.](#) Para melhor refletir as crescentes demandas e desafios enfrentados, a partir deste consenso, o Conselho iniciará negociações com o Parlamento Europeu. Para cumprir sua missão, a agência precisa de uma base financeira sólida que apoie suas operações, mas a estrutura de taxas existente é cada vez mais complexa e não reflete mais a natureza do trabalho e os desafios envolvidos. A orientação geral emanada confere à próxima presidência espanhola do Conselho um mandato para iniciar negociações com o Parlamento Europeu, com vista a chegar a um acordo provisório.

Os ministros fizeram um balanço do progresso feito até agora no regulamento para criar um Espaço Europeu de Dados de Saúde (EHDS), que visa estabelecer uma estrutura de compartilhamento de dados específicos da saúde que facilitará a troca segura de dados dos pacientes, e dará aos cidadãos da UE controle sobre seus dados de saúde. Ainda no encontro, o Conselho atualizou sobre proposta de regulamento relativo às normas de qualidade e segurança das substâncias de origem humana (SoHO) destinadas a aplicação humana. O regulamento proposto, visa atualizar e expandir a legislação da UE existente sobre sangue, tecidos e células com o objetivo de estabelecer altos padrões de qualidade e segurança para SoHOs. Finalmente, as delegações foram informadas sobre as negociações para o acordo internacional sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, bem como emendas complementares ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI).

O tema da migração voltou com força à agenda, com o trágico naufrágio na Grécia. Cerca de 600 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, vindas da Síria, Egito, territórios palestinos e Paquistão estavam a bordo da embarcação, que saiu da Líbia com destino à Itália e afundou ao largo da costa Grécia, a sul da cidade costeira de Pylos. Destes, pouco mais de 100 pessoas foram resgatadas com vida e 78, sem vida. Estima-se que cerca de 500 pessoas tenham morrido. Entre 50 e 100 crianças estão desaparecidas.

[As autoridades europeias estão sendo acusadas de omissão](#), por organizações de apoio a migrantes e refugiados, em especial a guarda costeira grega e a Frontex, Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira. Os críticos afirmam que ambas deveriam ter intervindo mais cedo. Segundo o comunicado, a Frontex teria seguido a situação do barco de pesca ao longo de quatro horas, altura em que teve de regressar a terra por falta de combustível (...) Quando um drône da agência voltou a sobrevoar as águas onde o barco navegava, a tragédia já tinha ocorrido.

De acordo com o jornal Correio Braziliense (edição impressa de 17 de junho de 2023, pag. 9), a maior tragédia da história do Mediterrâneo levou a Organização Internacional das Migrações (OIM), a cobrar uma “ação decisiva e urgente para prevenir mais mortes” nas rotas migratórias pelo mar. Em entrevista exclusiva ao Correio, Eugenio Ambrosi — chefe de gabinete da OIM — defendeu uma coordenação mais proativa liderada por Estados nos esforços de busca e de resgate no Mar Mediterrâneo. “Os países estão legalmente obrigados a ativar missões de busca e resgate para barcos em perigo. Todas as embarcações marítimas, incluindo navios comerciais, têm a obrigação legal de prestar socorro nessas situações”, explicou. Ambrosi também afirmou que as nações precisam resolver os atrasos e as lacunas nessas operações. Segundo a OIM, a rota do norte de África para Itália, através do Mediterrâneo central, é a mais mortífera do mundo. No local, já foram registradas mais de 17.000 mortes e desaparecimentos, desde 2014.

A Itália é a principal porta de entrada da rota do Mediterrâneo e enfrenta o maior fluxo migratório desde 2017. Apenas neste ano, mais de 900 pessoas morreram tentando cruzar o Mediterrâneo e mais de 45.000 conseguiram chegar. O governo de Georgia Meloni e a coalizão de centro-direita do país vem apelando por mais solidariedade dentro da União Europeia para enfrentar esses fluxos migratórios. Recentemente foi declarado estado de emergência, medida visa acelerar os procedimentos de acolhimento, mas também agilizar as expulsões.

[Com o fim da emergência de saúde pública internacional, OMS Europa lançou plano de transição para a Covid-19](#). Levando em conta que doença entra em seu quarto ano e continua a afetar significativamente a saúde em todo o mundo, a Organização reconhece que o vírus provavelmente permanecerá conosco por muitos anos – se não para sempre. O plano de transição define como as atividades relativas à Covid-19 devem ser gerenciadas e integradas em 5 componentes principais da arquitetura de saúde global proposta pela OMS para Preparação, Resposta e Resiliência para Emergências de Saúde (HEPR):

- vigilância colaborativa, incluindo manutenção e capacitação laboratorial e uso de ferramentas digitais para coletar e analisar dados;
- proteção da comunidade em todo o ciclo de emergência para permitir e capacitar as comunidades a tomar decisões informadas para adotar medidas que protejam sua saúde em emergências;
- atendimento clínico, desde o treinamento de profissionais de saúde da linha de frente e o fortalecimento das bases para atendimento seguro, escalável e de alta qualidade até a

garantia de investimento sustentado em serviços de saúde e sistemas de atendimento de emergência;

- contramedidas, como aprender e manter o lançamento da vacinação como parte de esforços mais amplos de imunização; e
- coordenação, para riscos e planos de resposta à pandemia de influenza até o planejamento integrado de pandemia de vírus respiratório.

Para que isso aconteça, a Organização recomenda que os Estados Membros invistam de forma estratégica e sustentável na preparação para pandemias, mantendo a vigilância por meio de prontidão dupla que possa responder a novas ameaças à saúde e garantir a continuidade e a resiliência dos serviços essenciais de saúde.

Foi uma quinzena intensa, que ainda não terminou. Enquanto este informe está sendo encerrado, o presidente Lula se prepara para uma viagem à Europa, na qual visitará o Papa Francisco na Itália e participará da plenária final da Cúpula sobre o Novo Pacto Financeiro Global, em Paris, onde encontrará o presidente francês Emmanuel Macron. Mas não foi só a intensidade que marcou a quinzena, também permeada por contradições. Lula impõe as condições brasileiras para adesão ao acordo, sem desacreditar (ao menos no discurso) em sua assinatura até o final do ano. Após 20 anos de negociação, espera-se que 6 meses sejam suficientes para transpor as divergências e alinhar interesses... Uma das condições de Lula é não abrir as compras públicas para empresas estrangeiras, como forma de estimular a reindustrialização do Brasil. Curiosamente, a reindustrialização surge como a primeira prioridade da presidência espanhola para a UE. Finalmente, a terceira contradição, surge do lamentável aumento do fluxo migratório na Europa, que desafia as forças de esquerda e faz crescer a extrema-direita e os discursos de ódio ao invés de alimentar a solidariedade entre os povos...

Irã amplia diplomacia na América Latina, com BRICS, no Oriente Médio e Ásia Central

Lúcia Marques

*Alguns países do mundo não querem que nossa região alcance a paz e progresso. Com a expansão da atual interação entre o Irã e a Arábia Saudita no nível de todos os países islâmicos, inúmeras conquistas surgirão e é uma garantia de que nenhum país estrangeiro não interfira em nossa região.*¹¹⁴

Ampliando as relações diplomáticas e comerciais, o presidente iraniano, Ebrahim Raisi, visitou três países latino-americanos – Venezuela, Nicarágua e Cuba, acompanhado de uma grande delegação político-econômica que incluiu ministros da Defesa, Relações Exteriores, Energia e Petróleo.¹¹⁵ Vários acordos de cooperação e memorandos de entendimento foram assinados, envolvendo política e economia, energia, **ciência e tecnologia, saúde e cultura**.

Raisi descreveu as relações entre o Irã e os países ‘independentes’ da América Latina como estratégicas. "As posições comuns da República Islâmica dos três países é se posicionar contra o sistema de dominação [hegemônica] e enfrentar o unilateralismo", disse ele, de acordo com o site oficial da presidência iraniana. E acrescentou que os países latino-americanos são importantes e estratégicos no mundo e remover os obstáculos à ativação e expansão das relações é fundamental para o Irã. "Nossas prioridades em relação a esses países foram baseadas nas capacidades existentes, primeiro no campo dos serviços técnico-engenharia, segundo, a exportação de produtos baseados no conhecimento, terceiro, o fornecimento de matérias-primas a um preço razoável, e em quarto lugar, a criação de novos mercados."¹¹⁶

Embora o Irã enfrente anos de severas sanções americanas, se tornou o 15º país no mundo em **nanotecnologia** e uma das referências em **medicina nuclear e biotecnologia**.

O país persa também estabelecerá Centros Culturais, incluindo um no Brasil, que pretende organizar jornadas culturais na Venezuela e em outros países da América Latina. O mercado de livros, tradução e de fabricação de papel estarão nesse escopo.

Alguns dias antes, o Chanceler iraniano, Hossein Amir Abdollahian, se encontrou com o seu homólogo brasileiro, Mauro Vieira à margem da cúpula dos ministros das Relações Exteriores dos BRICS¹¹⁷ e Amigos dos BRICS, na Cidade do Cabo, capital da África do Sul.¹¹⁸ Os

¹¹⁴ Príncipe Faisal bin Farhan, Ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, em visita à Teerã. <https://www.arabnews.com/node/2323576/saudi-arabia>

¹¹⁵ [Embaixada da República Islâmica do Irã - Brasília- Raisi inicia turnê pela América Latina \(mfa.gov.ir\)](https://embaixada.mfa.gov.ir/pt-br/brasil/2023/06/02/0906777f7e00844d0a1431322d4f5cde0/c.html)

¹¹⁶ <https://raisi.ir/news/6574/%DA%A9%D8%B4%D9%88%D8%B1%D9%87%D8%A7%DB%8C-%D9%85%D9%86%D8%B7%D9%82%D9%87-%D8%A2%D9%85%D8%B1%DB%8C%DA%A9%D8%A7%DB%8C-%D9%84%D8%A7%D8%AA%DB%8C%D9%86-%DB%8C%DA%A9-%D8%A7%D8%B4%D8%AA%D8%B1%D8%A7%DA%A9-%DA%AF%D9%81%D8%AA%D9%85%D8%A7%D9%86%DB%8C-%D8%A8%D8%A7-%D8%A7%D9%86%D9%82%D9%84%D8%A7%D8%A8-%D8%B4%DA%A9%D9%88%D9%87%D9%85%D9%86%D8%AF-%D8%A7%D8%B3%D9%84%D8%A7%D9%85%DB%8C-%D8%A7%DB%8C%D8%B1%D8%A7%D9%86-%D8%AF%D8%A7%D8%B1%D9%86%D8%AF>

¹¹⁷ <http://portuguese.news.cn/20230602/9006777f7e00844d0a1431322d4f5cde0/c.html>

¹¹⁸ [Embaixada da República Islâmica do Irã - Brasília- Chanceler iraniano: Teerã está pronta para assinar acordo de longo prazo com o Brasil \(mfa.gov.ir\)](https://embaixada.mfa.gov.ir/pt-br/brasil/2023/06/02/0906777f7e00844d0a1431322d4f5cde0/c.html)

dois diplomatas discutiram as relações históricas entre os dois países. Amir Abdollahian destacou o apoio do Brasil à adesão de Teerã ao BRICS, observando que sua adesão fortalecerá as relações bilaterais entre os dois países e aumentará o volume comercial. O ministro Vieira, considerou que as relações com o Irã têm grande potencial de crescimento, acrescentando que uma visita a Teerã seria uma boa oportunidade para fazer mais planos para estreitar as relações mútuas – o chanceler brasileiro prepara viagem ao Oriente Médio – Síria, Turquia, Líbano e Irã – para julho. Vieira expressou a oposição do Brasil às sanções unilaterais ocidentais contra o Irã, enfatizando que o levantamento das sanções permitirá a ampliação das relações entre os dois países

Com a Venezuela, o Irã já tem assinado, desde junho de 2022, um acordo de parceria de 20 anos envolvendo áreas de pesquisa, tecnologia, agricultura, petróleo e gás, petroquímica, turismo e cultura que visou ampliar a cooperação bilateral.

Ciência e tecnologia é a área de maior interesse e vai ganhar um comitê conjunto.¹¹⁹ Os dois lados assinaram um memorando de entendimento a esse respeito para estabelecer o "Centro Conjunto de Inovação e Tecnologia Irã-Venezuela" e preparar um roteiro para a cooperação baseada na igualdade, respeito mútuo e benefício mútuo. Envolve facilitar o intercâmbio de conhecimento e tecnologia, realizar projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento, expandir o mercado e lançar linhas de produção conjuntas. Também envolve fomentar a cooperação em parques tecnológicos, realizar programas especiais de educação e formação de jovens talentos, desenvolver projetos científicos e realizar investimentos em projetos tecnológicos são outros objetivos da implantação do centro. Os dois países devem cooperar nas áreas de tecnologia da informação e comunicação, inteligência artificial e mecatrônica, medicina, equipamentos médicos e laboratoriais, biotecnologia, nanotecnologia, meio ambiente, tecnologia de transporte, indústria de petróleo e gás, investimento em empresas baseadas em conhecimento, nuclear medicina, radiologia e biologia.

Com Nicarágua foram assinados três documentos de cooperação ¹²⁰, envolvendo comércio, economia, saúde, e ciência e tecnologia.

Com Cuba¹²¹, seis documentos assinados abrangem uma variedade de áreas, incluindo jurisdição, cooperação política abrangente, alfândega e cooperação no campo da tecnologia da informação. O novo plano da Comissão Econômica Conjunta de Irã e Cuba, considera as áreas de nanotecnologia e biotecnologia, bem como setores de usinas e mineração, entre as áreas em que os dois países podem cooperar com uns aos outros.¹²² Com a ilha, as relações podem avançar

¹¹⁹ <https://www.tehrantimes.com/news/485813/Iran-Venezuela-to-set-up-joint-sci-tech-committee>

¹²⁰ <https://www.tehrantimes.com/news/485803/Iran-Nicaragua-sign-co-op-documents-to-boost-economic-ties>

¹²¹ <https://www.tehrantimes.com/news/485804/Tehran-Havana-ink-6-co-op-pacts>

¹²² <https://raisi.ir/news/6542/%DA%A9%D9%85%DB%8C%D8%B3%DB%8C%D9%88%D9%86-%D9%85%D8%B4%D8%AA%D8%B1%DA%A9-%D8%A7%D9%82%D8%AA%D8%B5%D8%A7%D8%AF%DB%8C-%D8%A7%DB%8C%D8%B1%D8%A7%D9%86-%D9%88-%DA%A9%D9%88%D8%A8%D8%A7-%D8%B7%D8%B1%D8%AD%DB%8C-%D8%AC%D8%AF%DB%8C%D8%AF-%D8%A8%D8%B1%D8%A7%DB%8C-%D9%87%D9%85%DA%A9%D8%A7%D8%B1%DB%8C%E2%80%8C%D9%87%D8%A7%DB%8C-%D8%AF%D9%88-%DA%A9%D8%B4%D9%88%D8%B1-%D8%A7%D8%B1%D8%A7%D8%A6%D9%87-%DA%A9%D9%86%D8%AF>

para cooperação trilateral envolvendo Venezuela e servir de base para o troca e transferência de bens e transferências financeiras entre as três partes.

Com Oriente Médio

A abertura de Riad a Teerã segue a decisão dos Emirados Árabes Unidos de reengajar o Irã desde 2019 e de renomear embaixadores recentemente. Omã manteve relações com o Irã, o Kuwait reacendeu seus laços e o Bahrein parece estar se aproximando da normalização. O Iraque - um país preso entre o vizinho Irã e a Arábia Saudita - há muito pede que seus vizinhos restaurem a estabilidade e a cooperação.

Paquistão e Irã abriram a 12ª rodada de consultas políticas bilaterais em Teerã para discutir várias dimensões de suas relações e explorar a possibilidade de melhorar o comércio, os transportes e a conectividade. O Ministério do Comércio do Paquistão anunciou recentemente o comércio de troca com o Irã, o Afeganistão e a Rússia. Este desenvolvimento tem o potencial de reduzir as pressões sobre as reservas cambiais, a dependência do dólar americano e, ao mesmo tempo, facilitar as necessidades de importação de produtos não-perolíferos, incluindo esforços cooperativos para combater o terrorismo nas regiões que cruzam sua fronteira comum.

O Bahrein pode [restaurar os laços diplomáticos com o Irã](#) em breve, No dia em que Riad e Teerã assinaram seu acordo para restaurar os laços, o Ministério das Relações Exteriores do Bahrein disse saudar a aproximação, que foi mediada pela China.

As tensões geopolíticas e as guerras que há muito atormentam a região bloquearam a cooperação em questões críticas. E, segundo os especialistas, a aproximação de inimigos de longa data – mais de quatro décadas de conflitos – pode se traduzir em cooperação ativa, principalmente em mudanças climáticas que, na região, exige uma abordagem transfronteiriça ativa.¹²³

Durante décadas, o Irã, o Iraque e os países do CCG estiveram atentos ao agravamento e aos inimigos mortais: tempestades de poeira, aumento das temperaturas e escassez de água. As tempestades de poeira tornaram-se um fardo regular que afeta a saúde, os empregos e as rotas de transporte em toda a região. As temperaturas no Oriente Médio estão subindo duas vezes mais rápido do que a média global. As secas e a má gestão da água em toda a região estão alterando os ecossistemas e a paisagem agrícola que está minando a segurança alimentar.

Com a harmonização saudita-iraniana, o Irã deve ser encorajado a finalmente ratificar o Acordo de Paris de 2015 (permanecendo como um dos poucos países que ainda não o fez). Este seria um sinal simbólico, mas significativo, de que Teerã leva a sério o combate às alterações climáticas. Em troca, a Arábia Saudita poderia convidar o Irã a se tornar um país apoiador da Iniciativa Verde do Oriente Médio (MGI, na sigla em inglês), que se descreve como um "esforço regional liderado pela Arábia Saudita para mitigar o impacto das mudanças climáticas na região e colaborar para cumprir as metas climáticas globais". Riad destinou US\$ 2,5 bilhões para apoiar projetos de MGI, e parte disso poderia ser investido no Iraque por meio de iniciativas conjuntas que envolvam o Irã.

¹²³ [Reconciliação Irã-Arábia Saudita pode ajudar no Oriente Médio na luta contra as mudanças climáticas \(thenationalnews.com\)](#)

A Arábia Saudita também está colaborando com a Unesco em um centro regional de mudanças climáticas, promovendo estudos sobre as implicações das mudanças climáticas e criando centros regionais de alerta precoce para eventos climáticos extremos. O Irã poderia ser convidado a envolver-se mais ativamente neste processo. Mais adiante, a integração do Irã com os Estados do CCG também oferece enormes oportunidades para a criação de empregos na esfera climática e energética, aproveitando a significativa juventude iraniana com conhecimento tecnológico.¹²⁴

Já sobre questões econômicas, o ministro das Finanças saudita, Mohammed Al Jadaan, observou recentemente que o reino poderia investir no Irã "muito rapidamente". No entanto, tais ligações econômicas com Teerã permanecerão altamente vulneráveis a tensões geopolíticas e, especialmente, sanções secundárias dos EUA que continuarão a criar grandes obstáculos para a integração econômica do Irã na região.

Com Ásia Central

Com os países da Ásia Central, o Irã já mantém relações estáveis, principalmente com os países Cáspios – países que dividem fronteiras no Mar Cáspio – com quem Teerã conversa sobre segurança e mudança climática.¹²⁵

Agora avança em relações econômicas e culturais. O Presidente Shaukat Mirziyoyev, presidente do Uzbequistão, visitou Irã acompanhado de delegação econômica e técnica, e assina vários documentos de cooperação, com foco em produção de conhecimento.

Outro exemplo é a adesão do Irã à OCX, uma boa oportunidade para o Irã combater a [pressão ocidental](#), evitar o isolamento e se envolver com seus parceiros regionais, que não só beneficiará o país mas também os outros Estados-membros. Essa é uma mudança da diplomacia externa que o [Irã vem implantando](#): retomada de relações com Arábia Saudita e se prepara para fazer parte dos BRICS.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Príncipe herdeiro saudita em Paris: ampla agenda econômica, diplomática e geopolítica

Acompanhado de delegação de alto nível (ministros de relações exteriores, cultura, finanças, investimentos, indústria e transportes - além de altos funcionários, incluindo o chefe do Fundo de Investimento Público saudita), o príncipe herdeiro saudita deixa claro os objetivos da visita de vários dias à cidade luz - é uma grande e inédita operação de comunicação política para a Arábia Saudita. Mohammed bin Salman está envolvido em um processo que o estabelece como um ator significativo nos assuntos internacionais.

Duas reuniões importantes acontecem durante a semana que se inicia: o comitê responsável pela coleta de candidaturas para a Expo Mundial 2030 e a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, organizada pelo presidente francês. Segundo Riad, o príncipe herdeiro, que vem participar pessoalmente desses dois encontros, pretende multiplicar os contatos com representantes dos países presentes.

¹²⁴ [Reconciliação Irã-Arábia Saudita pode ajudar no Oriente Médio na luta contra as mudanças climáticas \(thenationalnews.com\)](#)

¹²⁵ O Irã lidera discussões sobre preservação da região do Mar Cáspio – em risco de secar. Ver em [Marques, L. Cadernos CRIS-Fiocruz, Informe 13-2021, p. 73-76](#)

O príncipe herdeiro pretende mobilizar todas as suas redes para promover a candidatura da Arábia Saudita para sediar a Expo Mundial de 2030, que ele apoia fortemente. Em conexão com seu programa de modernização econômica Visão 2030, seria uma oportunidade única para a monarquia saudita mostrar, diante da mídia mundial, a transformação bem-sucedida da Arábia Saudita em um ator global líder. Esta é a prioridade da diplomacia saudita durante esta visita a Paris.

A reunião Gulf Vision 2023, sob os auspícios do Presidente francês, se concentrou no intercâmbio comercial e econômico entre a França, o Reino e os outros países do CCG. Além dos ministros de finanças e comércio de ambos os países, os setores privados saudita e francês participaram do encontro de dois dias.¹²⁶

A Cimeira para um Novo Pacto Financeiro Global é simultaneamente um desafio decisivo para a transição ecológica e uma aposta bastante difícil. A Cimeira para um Novo Pacto Financeiro Global pretende resolver esta equação. No entanto, o príncipe herdeiro não ignora a proposta francesa de um pacto financeiro global. A Arábia Saudita, que tem recursos financeiros significativos, não pode ficar de fora, especialmente porque a COP28 será realizada em Dubai no próximo outono, organizada pelo presidente dos Emirados Árabes Unidos, xeque Mohammed bin Zayed Al-Nahyan. A ideia surgiu durante a COP27 em Sharm El-Sheikh, no Egito, no outono passado, quando o principal obstáculo ao compromisso de muitos países com a transição ecológica e a preservação da biodiversidade era o custo dessa política para países pobres ou emergentes e a insuficiência de promessas de financiamento feitas por países ricos.

É, portanto, uma semana importante para a Arábia Saudita, que começou com um almoço de trabalho a convite de Emmanuel Macron. Segundo Herve de Charette, ex-ministro das Relações Exteriores da França, em artigo publicado no Arab News, os dois homens agora se conhecem bem.¹²⁷ O presidente francês certamente se comprometerá a ajudar seu convidado saudita a alcançar os objetivos mencionados.¹²⁸

Para a França, a Arábia Saudita é um parceiro importante no Oriente Médio. As relações bilaterais entre a França e o Reino estão crescendo e se desenvolvendo. Os dois países mantêm uma forte parceria baseada numa grande amizade e cooperação em vários domínios políticos, de segurança, econômicos e culturais. O comércio entre os dois países cresceu significativamente em 2022, subindo 74% em relação ao ano anterior, para mais de € 10,7 bilhões (US\$ 11,7 bilhões), segundo dados divulgados pelo Ministério das Finanças e Economia da França. Essas estatísticas também são apoiadas pelos dados da Autoridade de Comércio Exterior da Arábia Saudita. Ainda há espaço para aprofundar e consolidar laços, até porque o Reino passa por uma transformação significativa com seus giga-projetos e amplo desenvolvimento dentro do plano Visão 2030. Este plano é construído sobre os fundamentos do desenvolvimento humano, sustentabilidade e proteção ambiental, bem como estabilidade social e econômica.¹²⁹

¹²⁶ <https://www.arabnews.com/node/2323801>

¹²⁷ [Agenda movimentada para o príncipe herdeiro saudita em Paris | Notícias Árabes \(arabnews.com\)](#)

¹²⁸ Em julho de 2022, os líderes da Arábia Saudita e da França discutiram estabilização dos mercados globais de energia, suprimentos de alimentos; os líderes também concordaram em aumentar a cooperação em energia renovável, incluindo energia solar e hidrogênio limpo. Ver mais em [Marques, L. Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 14-2022, p. 156 \(159-161\)](#)

¹²⁹ <https://www.arabnews.com/node/2323801>

No contexto regional imediato, o tema que chama a atenção em Paris é a eleição de um presidente para o Líbano, cargo vago desde o fim do mandato de Michel Aoun, há sete meses. Nas últimas semanas, as negociações evoluíram. Um duelo surgiu entre dois cristãos: Sleiman Frangieh, **pró-Hezbollah e amigo de infância de Bashar al-Assad, inicialmente apoiado pela França**; e Jihad Azour, ex-ministro das Finanças e funcionário do FMI, apoiado pelo patriarca maronita, Bechara Boutros Rahi, e grande parte da comunidade cristã – que, pela primeira vez em muito tempo, parecia estar se unindo.¹³⁰

Macron certamente vai querer discutir a Ucrânia. Mas, também, há muitos outros possíveis tópicos de conversa entre os dois homens: a possibilidade de desenvolver energia nuclear civil na Arábia Saudita. Após o acordo alcançado com Teerã, Riad pode querer equilibrar sua posição em relação ao Irã no campo nuclear. Um passo nessa direção seria adquirir a expertise e o conhecimento no campo da energia nuclear civil. Mas isso é assunto delicado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tentarem levar a Rússia a um beco sem saída, EUA e Otan acabaram enfraquecendo o dólar e despertando os Brics. E já provocaram um redesenho radical do mapa energético mundial, com o redirecionamento da energia russa para os mercados asiáticos, e com o estabelecimento de novos vínculos entre as potências petrolíferas **do Oriente Médio e a Extrema Ásia**, com ênfase particular nas novas relações geoeconômicas e geopolíticas entre a **China a Arábia Saudita, o Irã e a Rússia**.¹³¹

Recentemente a China mediou um acordo para restaurar as relações diplomáticas entre o Irã e a Arábia Saudita, que é agora a maior fornecedora de petróleo da China, e a China é a maior compradora do petróleo saudita. Riad está construindo uma parceria de longo prazo com a China, apesar das preocupações de segurança dos EUA. E se junta à Organização de Cooperação de Xangai à medida que avança em acordos sobre armazenamento de petróleo bruto no leste da China e o fornecimento de plásticos e petroquímicos para a gigante de energia do Oriente Médio.

Em um momento em que sua petrolífera Aramco rivaliza com a Apple e a Microsoft como empresa mais valiosa do mundo, o país está alcançando a maioria, e Riad tomou o lugar do Cairo como a potência mais importante do mundo árabe.

Além disso, o Reino saudita, especialmente, vive, além dos avanços como um importante player regional e global, transformações sociais tão profundas, sendo impostas pela mão de ferro do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman (MBS), com total apoio do rei Salman bin Abdulaziz Al Saud, que desde 2015 está no trono tentando modernizar a Arábia Saudita.

Na verdade, são transformações corajosas: o Estado enfrentando as autoridades religiosas, que durante a pandemia Covid, ganhou velocidade¹³², – a Sharia, lei Islâmica, está inserida na constituição e na legislação dos Estados mulçumanos. Os líderes sauditas estão se

¹³⁰ Embora Azour tenha conquistado maioria dos votos no Parlamento, não obteve a maioria necessária, e o Hezbollah se opõe à sua candidatura, que vê como conflituosa. Isso significa que dois chefes de Estado terão, portanto, de procurar uma nova solução para uma crise que já dura há demasiado tempo

¹³¹ *A guerra, a energia e o novo mapa do poder mundial* (Vozes, 2023), organizado por José Luís Fiori, reúne 33 artigos de autores. Ver entrevista sobre o contexto geopolítico do livro em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/fiori-a-guerra-a-energia-e-o-poder-mundial/>

¹³² Durante a pandemia, o governo saudita aproveitou a necessidade - e usou de autoridade – para fechar templos e mesquitas, calando líderes mais ortodoxos e radicais.

esforçando para tornar o país mais moderado religiosamente, mais respeitoso para as mulheres, mais tolerante para todas as religiões, mais economicamente diversificado e mais aberto a opiniões divergentes. Nenhum lugar se transformou mais rápido do que a Arábia Saudita, que se abriu para o turismo e atividades culturais, enquanto embarcava em uma ambiciosa agenda econômica.

A modernização saudita se baseia na Visão 2030, plano construído sobre os fundamentos do desenvolvimento humano, sustentabilidade e proteção ambiental, bem como estabilidade social e econômica.¹³³

O país está reformando os currículos de suas escolas públicas e universidades, com vistas a desenvolver uma força de trabalho de homens e mulheres capazes de competir numa era pós-petrolífera. Os livros didáticos das escolas públicas foram editados para eliminar materiais que promovam a intolerância de outras religiões ou a subserviência das mulheres, e o governo está intensificando a formação de professores, com o objetivo de incutir a aptidão tecnológica ao lado do pensamento crítico, capacidade de buscar soluções de problemas e capacidades analíticas, necessários para alinhar o sistema de educação saudita com padrões internacionais competitivos.¹³⁴ Até 2017, as mulheres sauditas não podiam conduzir veículos. Hoje, não apenas as mulheres dirigem, como a primeira astronauta mulher saudita (que é também a primeira astronauta árabe), [Rayyanah Barnawi, acabou de ajudar a levar um foguete Falcon 9 da SpaceX](#) do Centro Espacial Kennedy para a Estação Espacial Internacional.

De olho nas mudanças de mentalidade, modernizações foram implantadas para receber os peregrinos, com serviços médicos em centros de saúde sazonais envolvendo procedimentos simples, como orientações de conscientização em saúde, até procedimentos de alta complexidade, como cirurgias cardíacas abertas ou procedimentos de diálise. O serviço prestado envolve o uso de inteligência artificial, digitalização de programas e aplicativos eletrônicos para aprimorar os serviços. As informações estão disponíveis em vários idiomas.¹³⁵

Levando-se em conta que as cidades mais sagradas do islã, Meca e Medina, ficam na Arábia Saudita e são centros de peregrinação, logo, o modo como esse país se moderniza e pluraliza vai influenciar mesquitas e comunidades muçulmanas pelo mundo afora.¹³⁶

Como podemos acompanhar, mudanças transformadoras estão acontecendo. Uma nova ordem no Oriente Médio se estabelece e encontra na Arábia Saudita e no Irã seus protagonistas. E encontra na China um parceiro estratégico, que tem por filosofia a não interferência em assuntos internos.

Portanto, como fala Fiori em sua [entrevista](#), ao tentarem levar a Rússia a um beco sem saída, EUA e Otan acabaram enfraquecendo o dólar, como podemos acompanhar no movimento de desdolarização nos países da ASEAN¹³⁷, da Organização para Cooperação de Xangai e dos BRICS. Uma aproximação econômica e estratégica que nasceu à sombra e como resposta defensiva ao uso norte-americano de sua moeda e de suas finanças – e sanções –, como

¹³³ <https://www.arabnews.com/node/2323801>

¹³⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thomas-l-friedman/2023/06/israel-e-arabia-saudita-protagonizam-revolucao-no-orient-medio.shtml>

¹³⁵ [More than 43,000 pilgrims receive medical care \(arabnews.com\)](#)

¹³⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thomas-l-friedman/2023/06/israel-e-arabia-saudita-protagonizam-revolucao-no-orient-medio.shtml>

¹³⁷ Associação das Nações do Sudeste Asiático – Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnam.

instrumento de poder dentro do mercado mundial de energia, e como arma de guerra contra seus concorrentes ou adversários. E acabou despertando os BRICS.

E o interessante, segundo Fiori, é que, na verdade, o BRICS não é um bloco militar ou geopolítico e não ameaçam ninguém, mas na prática a sua própria expansão já é um sinal do declínio da hegemonia dos valores e das instituições europeias, seja na **Ásia**, no **Oriente Médio**, na **África**, ou mesmo na **América Latina**. Assim como a afirmação do poder econômico e militar da China e da Rússia assinalam por si mesmo um declínio do alcance da liderança política e do império militar global dos Estados Unidos. “Basta contabilizar o número de países que resistiram às pressões e não se submeteram às sanções econômicas americanas contra a Rússia”, destaca, Fiori. O Brics já representa hoje 1/3 do PIB mundial e já é igual ou maior que o PIB do G7, possuindo 40% da população mundial, 18% do comércio mundial e 50% do crescimento da economia internacional. Ou seja, mesmo sem agredir ninguém, nem se propor a ser o novo centro do mundo, o Brics é por si mesmo a prova cabal de que o G7 já não tem mais representação nem representatividade para falar em nome da “comunidade internacional, complementa o professor.”¹³⁸

Os EUA precisam perceber que as regras do jogo dos países do Golfo (GCC) mudaram. Os estados do GCC priorizam incansavelmente seus próprios interesses estratégicos. O Ocidente não está mais em posição de simplesmente fazer exigências.¹³⁹ As pessoas podem simpatizar com o que ocorreu na Ucrânia, mas há ressentimento sobre a maneira como o mundo é exortado a se unir em sintonia com o Ocidente de uma forma que nunca ocorreu nos conflitos na Palestina, Síria, Líbia e Iêmen.

Não muito tempo atrás, os EUA ocupavam uma posição única como o principal aliado estratégico e garantidor da segurança do GCC. Nações como a China e a Rússia mal estavam no radar do GCC. A atualização calculada das relações com Pequim, Nova Delhi e Moscou representa uma recalibração equilibrada de interesses, para compensar as reviravoltas vertiginosas da política de Washington e a incapacidade de manter o foco em questões prioritárias.

Com o príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman discutindo uma série ambiciosa de acordos em Paris e o ministro das Relações Exteriores, príncipe Faisal, visitando Teerã, estamos testemunhando uma nova abordagem assertiva do GCC na busca determinada de seus interesses em todo o mundo. Ao neutralizar Teerã como uma ameaça estratégica, a região pode priorizar a indústria, educação, tecnologia e cultura – colocando os interesses dos cidadãos em primeiro lugar.

¹³⁸ <https://outraspalavras.net/outrasmidias/fiori-a-guerra-a-energia-e-o-poder-mundial/>

¹³⁹ <https://www.arabnews.com/node/2324031>

A conversação, um pouco mais pública e saudável

André Costa Lobato

Diplomático

• A China disse esperar a entrada de novos membros no BRICS em breve¹⁴⁰, segundo nota do ministério das relações exteriores sobre encontro dos ministros das relações exteriores do mecanismo. A reunião ocorreu na Cidade do Cabo, na África do Sul, e antecede o encontro de líderes previsto para agosto. Participaram os ministros das relações exteriores dos países e o vice-ministro das relações exteriores da China. A questão de quais seriam os critérios para a adesão de novos membros ainda não está clara. Desde que foi criado, a posição relativa dos membros dos BRICS entre os países emergentes mudou. A China criou a Iniciativa do Cinturão e Rota que já conta com grande parte dos países em desenvolvimento. Dos BRICS, a África do Sul é o único país que faz parte. Em comum, nenhum dos países possui, por exemplo, bases militares de forças estrangeiras em seus territórios. Embora não tenham iniciativas globais como o Cinturão e Rota, os demais membros dos BRICS participam ou lideram iniciativas em suas próprias regiões.

• Xiomara Castro, presidenta de Honduras, se reuniu com Xi Jinping em Pequim. O país centro-americano abriu uma embaixada em Pequim e comemorou a abertura de uma embaixada da República Popular da China em Tegucigalpa.

• O governo dos Estados Unidos da América enviou sua mais alta autoridade para Pequim desde 2019. Jake Sullivan, Secretário de Estado da Casa Branca, esteve em Pequim no domingo e na segunda (18 e 19 de junho). Se reuniu com o presidente Xi Jinping, com o ministro das relações exteriores, Qin Gang, e com o conselheiro de Estado Wang Yi, entre outros. A viagem à China se insere dentro de uma agenda maior no Reino Unido¹⁴¹. Blinken foi a Londres dia 16 e retornará no dia 19, onde fica para a Conferência de Recuperação da Ucrânia, entre os dias 21 e 22. Blinken disse em coletiva de imprensa durante visita do ministro das relações exteriores de Cingapura a Washington que sua ida à China teria três objetivos: comunicações para “evitar erros de cálculo, “promover os interesses dos EUA” e “explorar o potencial de cooperação em desafios transnacionais – estabilidade econômica global, drogas sintéticas ilícitas, clima, saúde global”¹⁴². Na coletiva de imprensa em Pequim¹⁴³, Blinken mencionou os mesmos temas e falou em saúde pública. Isso certamente traz um alívio para os demais países que normalmente possuem seus complexos econômicos de saúde duplamente ligados aos EUA e à China. Blinken disse que as relações econômicas entre os dois países estão no nível mais alto em vários anos, que as empresas estadunidenses continuam a querer investir na China e espera que estas sejam tratadas justamente.

• Antes de sua chegada à China, Blinken e Qin Gang conversaram por telefone. Na chamada, Gang reafirmou que os EUA precisam respeitar princípios básicos da relação entre os dois Estados, como respeito a soberania, integridade territorial e não interferência em assuntos

¹⁴⁰ https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbxw/202306/t20230606_11090493.html

¹⁴¹ <https://www.state.gov/secretary-travel/travel-to-the-peoples-republic-of-china-and-the-united-kingdom-june-16-21-2023/>

¹⁴² <https://www.state.gov/with-singaporean-foreign-minister-vivian-balakrishnan-at-a-joint-press-availability/>

¹⁴³ <https://www.youtube.com/watch?v=MSE9xGsu0oc>

internos. Porta-vozes da chancelaria chinesa e analistas em geral tem demonstrado desconfiança com as iniciativas de diálogo dos EUA, que são vistas como uma tática para elevar a pressão e a tensão. Por exemplo, na questão de Taiwan, os EUA constantemente reafirmam o princípio de Uma China, mas tem elevado a presença militar no espaço marítimo entre a ilha e o continente e endossado publicamente forças separatistas na ilha. As sanções contra empresas e pessoas da China continuam a aumentar em número e intensidade. A estratégia da formação de uma aliança militar é cada vez mais uma prioridade. Com isso, a visão chinesa é de que os diálogos funcionam como uma tática para responsabilizar a China pela elevação das tensões, não cumprimento do acordado e violação dos consensos.

Embora limitado, o otimismo existe. Nos últimos meses, alguns líderes empresariais dos dois países têm reafirmado a necessidade de diálogo e o interesse comercial na normalização das relações. Bill Gates, na condição de filantropo, encontrou Xi Jinping¹⁴⁴. Elon Musk, empresário de carros elétricos e tecnologias de ponta, se reuniu com Qin Gang. Jamie Dimon, CEO JPMorgan Chase & Co, um dos maiores conglomerados financeiros dos EUA, visitou a China e disse que a multinacional “estará na China em tempos bons e ruins”¹⁴⁵.

Na nota da chancelaria, Xi Jinping disse a Blinken que o mundo está se desenvolvendo e os tempos estão mudando, que a Terra pode acomodar os países e que essa relação é crucial para o futuro da humanidade¹⁴⁶.

Sanitário¹⁴⁷

- Cao Xuetao, vice-presidente da 76ª Assembleia Mundial de Saúde e Vice-diretor da Comissão Nacional de Saúde, disse em seu discurso na Assembleia que a China pratica o conceito de comunidade com futuro compartilhado. Ele afirmou que este ano marca o 60º aniversário do envio de equipes médicas para países em desenvolvimento pelo governo chinês. Segundo a nota, nos últimos 60 anos, a China enviou 30.000 equipes médicas para 76 países e regiões ao redor do mundo, tratando 290 milhões de pacientes. A China, diz a nota, dou US\$ 50 milhões à OMS, US\$ 100 milhões ao COVAX e enviou 38 equipes de especialistas anti-epidêmicos para 34 países. Com organizações internacionais, a China forneceu mais de 2,2 bilhões de doses de vacinas. Segundo ele, o país possui o maior serviço médico e de saúde sistema do mundo, com 90% das famílias urbanas e rurais a 15 minutos do ponto médico mais próximo. O seguro médico básico cobre 1,36 bilhão de pessoas, ou mais de 95% da população. Cao Xuetao disse que a China valoriza muito o importante papel de liderança desempenhado pela OMS no sistema de governança global da saúde nos últimos 75 anos, agradece à OMS por seus esforços notáveis para promover a cobertura universal de saúde e melhorar a equidade na saúde. Xuetao também reforçou a necessidade de multilateralismo para enfrentar os desafios da saúde global.

Socioeconômico

- Uma dupla de chinesas venceu o campeonato de tênis Aberto da França. Wang Xinyu, 21, de Guangdong, e Hsieh Su-wei, 37, de Taiwan, venceram a final de duplas contra as canadenses Leylah Fernandez e Taylor Townsend por 2 sets a 1. A vitória foi celebrada como um marco esportivo entre os dois lados do estreito de Taiwan¹⁴⁸. A partida ocorreu no mesmo final

¹⁴⁴ https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202306/t20230616_11098874.shtml

¹⁴⁵ <https://www.bloomberg.com/quote/JPM:US>

¹⁴⁶ https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202306/t20230619_11099957.html

¹⁴⁷ <http://www.nhc.gov.cn/xcs/yqfkdt/202305/077bdac33c1a43d28f1f29bf8a4b20c0.shtml>

¹⁴⁸ <https://www.chinadaily.com.cn/a/202306/11/WS6485c20ea31033ad3f7bb9b2.html>

de semana do Fórum dos Estreitos, que busca ampliar o diálogo entre a China continental e a ilha de Taiwan¹⁴⁹.

- Messi, o jogador de futebol, fez um jogo comemorativo contra Austrália no Estádio dos Trabalhadores em Pequim. O time argentino venceu por 2 a 0¹⁵⁰. O jogo gerou grande repercussão no país, especialmente após um invadir o gramado e dar um abraço no jogador. O jogo ocorre semanas após uma grande delegação argentina visitar Pequim para promover a Iniciativa do Cinturão e Rota¹⁵¹. O país aderiu à iniciativa em fevereiro¹⁵².

- O Conselho de Estado anunciou o início de processo legislativo para regular os programas generativos de inteligência artificial¹⁵³¹⁵⁴. O país já vem aprimorando a regulação de novas tecnologias, como deep fake, e tem também levantado salvaguardas em relação a fusão de empresas de aplicativos e bancos. No final de junho, um Diálogo sobre Inteligência Artificial será realizado durante a Conferência Mundial de Internet, que será realizada em Qufu, local de nascimento de Confúcio.

¹⁴⁹ http://english.www.gov.cn/news/202306/17/content_WS648d71efc6d0868f4e8dcf11.html

¹⁵⁰ <https://www.reuters.com/sports/soccer/messi-nets-his-fastest-argentina-goal-win-over-australia-2023-06-15/>

¹⁵¹ http://english.www.gov.cn/news/202306/04/content_WS647bc5eec6d0868f4e8dc9b9.html

¹⁵² <https://www.cancilleria.gob.ar/es/destacados/acuerdo-con-china-la-argentina-obtiene-financiamiento-para-obras-de-infraestructura>

¹⁵³ <https://www.scmp.com/tech/policy/article/3223429/china-draw-ai-regulation-2023-beijing-races-against-eu-us-roll-out-new-laws-covering-technology>

¹⁵⁴ <https://www.aljazeera.com/economy/2023/4/13/china-spearheads-ai-regulation-after-playing-catchup-to-chatgdp>

Diplomacia da saúde nos EUA

Guto Galvão

Presidente Biden anunciou a intenção de nomear a Dra. Mandy Krauthamer Cohen como diretora dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças

Segundo a Casa Branca, a Dra. Cohen é uma médica internista e uma das principais líderes de saúde do país, com experiência na gerência de organizações grandes e complexas e um histórico comprovado de proteção da saúde e segurança dos americanos. Ela foi Secretária do Departamento de Saúde e Serviços Humanos da Carolina do Norte, onde desenvolveu programas inovadores e reconhecidos, exerceu uma forte liderança durante a crise da pandemia da Covid-19, promoveu a transformação bem-sucedida do programa *Medicaid* da Carolina do Norte que foi fundamental para obter a aprovação bipartidária da expansão do *Medicaid*. Antes de servir na Carolina do Norte, a Dra. Cohen ocupou cargos nos Centros de Serviços *Medicare e Medicaid*, onde ajudou a implementar programas do “*Affordable Care Act*”, incluindo a expansão da cobertura e proteções de seguros.

O presidente Biden enfatizou que a Dra. Cohen tem o reconhecimento dos líderes de ambos os partidos por sua capacidade de encontrar um terreno comum e colocar políticas complexas em ação. Ela vai liderar os cientistas e especialistas em saúde pública que compõem o CDC.

Cohen é graduada pela Universidade Cornell e recebeu seu diploma de medicina pela Yale School of Medicine, tem um título de Mestre em Saúde Pública pela Harvard School of Public Health e se especializou em medicina interna no Massachusetts General Hospital.

Atualmente, os diretores do CDC não precisam de confirmação do Senado, embora isso mude em janeiro de 2025 devido à recente legislação aprovada pelo Congresso.

A nomeação de Cohen ocorre no momento em que a liderança federal de saúde nos EUA está em um período de transição, depois que a emergência de saúde pública da Covid-19 chegou ao fim no mês passado.

A Dra. Rochelle Walensky, atual diretora do CDC, deixará o cargo no final deste mês. Ela liderou o CDC durante o lançamento da vacina Covid, bem como as ondas pelas variantes delta e ômicron da Covid. Walensky citou o fim da emergência Covid em sua carta de renúncia a Biden.

Cohen assumirá um CDC que está passando por uma reestruturação para lidar com as críticas de que a agência agiu muito lentamente durante a pandemia e muitas vezes deu orientações de saúde que confundiram o público.

A nova diretora do CDC dos EUA enfrenta uma série de desafios, incluindo:

- Restaurar a confiança do público na agência. A reputação do CDC foi abalada durante a pandemia de COVID-19, devido a uma série de fatores, incluindo a gestão inicial da agência da pandemia, sua comunicação com o público e sua politização percebida pelo governo Trump. O novo diretor precisará trabalhar para reconstruir a confiança do público na agência.
- Modernização da infraestrutura de dados e tecnologia da agência. A infraestrutura de dados e tecnologia do CDC está desatualizada e precisa de modernização. Isso tem dificultado a capacidade da agência de responder às ameaças à saúde pública de maneira oportuna e eficaz. O novo diretor precisará priorizar isso.

- Abordar as inequidades em saúde. O CDC tem uma longa história de abordar as disparidades de saúde, mas ainda há muito trabalho a ser feito. O novo diretor precisará continuar focado nessa importante questão.
- Preparação para futuras ameaças à saúde pública. A pandemia de Covid-19 mostrou que o mundo não está imune a novas e emergentes ameaças à saúde pública. O novo diretor precisará trabalhar para garantir que o CDC esteja preparado para responder a ameaças futuras.
- Garantir que o CDC tenha financiamento adequado. O orçamento do CDC vem caindo nos últimos anos, o que dificultou o cumprimento da missão da agência. O novo diretor precisará trabalhar para garantir o financiamento adequado para o CDC.
- Gerenciar a complexa burocracia da agência. O CDC é uma burocracia grande e complexa, que pode dificultar mudanças e implementação de novos programas. O novo diretor precisará ser um gestor eficaz para superar esses desafios.
- Lidar com a interferência política. O CDC é uma agência federal, o que significa que está sujeito a interferência política. O novo diretor precisará ser capaz de navegar nesse ambiente político para proteger a independência da agência.

Apesar desses desafios, a nova diretora do CDC tem a oportunidade de causar um impacto significativo na saúde do povo americano. Ao abordar os desafios enfrentados pela agência e trabalhar para melhorar sua eficácia, a nova diretora pode ajudar a garantir que o CDC esteja preparado para enfrentar os desafios de saúde pública do século 21.

O CDC não é a única agência de saúde que está passando por mudanças. O Dr. Ashish Jha, por exemplo, deixou a Casa Branca no início deste mês depois de liderar a força-tarefa Covid por mais de um ano.

O Presidente Biden recentemente nomeou a Dra. Monica Bertagnolli para liderar os Institutos Nacionais de Saúde (NIH). Atualmente é chefe do Instituto Nacional do Câncer. O NIH está sem um líder confirmado no Senado desde dezembro de 2021. O senador Bernie Sanders, presidente do comitê de saúde do Senado, disse ao The Washington Post no início desta semana que se oporia à nomeação de Bertagnolli até que o presidente adote uma estratégia clara para reduzir os preços dos medicamentos.

Monica Bertagnolli é uma cirurgiã oncologista e é a 16ª diretora do National Cancer Institute (NCI). Ela foi nomeada pelo presidente Joe Biden em outubro de 2022. É uma especialista de renome mundial no tratamento de cânceres gastrointestinais. Bertagnolli é professora de cirurgia na Harvard Medical School e cirurgiã no Brigham and Women's Hospital.

A Dra. Bertagnolli é um forte defensor da prevenção do câncer e da detecção precoce. Ela é membro do Conselho Consultivo Nacional de Câncer e do Painel de Câncer do Presidente e co-fundadora da Colorectal Cancer Alliance.

Governo Biden-Harris assinala um ano desde a nona cimeira das Américas em Los Angeles

Há um ano, o presidente Biden recebeu líderes do hemisfério para a IX Cúpula das Américas, em Los Angeles. O tema geral da Cúpula foi que as nações são mais fortes juntas do que sozinhas, e esse sentimento, segundo a Casa Branca se refletiu em muitas das iniciativas e compromissos que o presidente Biden e a vice-presidente Harris anunciaram em Los Angeles.

Nesse aniversário do evento, citando vários acordos, reuniões e parcerias, o governo Biden-Harris [anunciou](#) progressos significativos no cumprimento dos compromissos assumidos,

ressaltando a importância das parcerias na região. Segundo a Casa Branca, as realizações da administração desde a Cúpula das Américas em Los Angeles se referem a:

Atividades para criar uma América mais próspera, inclusiva e sustentável, correspondendo ao enorme potencial econômico na região e implementando uma nova abordagem para a cooperação no hemisfério com a *Parceria das Américas para a Prosperidade Econômica*, um acordo para impulsionar a recuperação e o crescimento do hemisfério.

A *Declaração de Los Angeles sobre Migração e Proteção* propiciou novas respostas ao desafio histórico da migração que afeta todo o hemisfério. O presidente Biden mobilizou 20 líderes na Cúpula das Américas no ano passado para endossar a Declaração de Los Angeles sobre Migração e Proteção. A Declaração de Los Angeles tem uma estrutura que busca promover o compartilhamento de responsabilidades sob três pilares fundamentais: (1) estabilização; (2) ampliação das vias legais e da proteção; e (3) gestão humana das fronteiras. Progressos foram feitos com um plano de implementação aprovado em Lima, Peru, com cada Estado endossando e nomeando um Coordenador Especial para se reunir regularmente e conduzir a ação coletiva em direção ao plano.

A *Cúpula das Cidades das Américas*. Durante a Cúpula das Américas, o presidente Biden e o secretário Blinken anunciaram que os Estados Unidos sediariam a primeira Cúpula de Cidades das Américas. Nos dias 26 e 28 de abril, o Departamento de Estado e a cidade de Denver sediaram a cúpula inaugural, que reuniu mais de 2.500 participantes, incluindo 250 prefeitos, para discutir como implementar em nível local os compromissos adotados na Cúpula das Américas para trabalhar juntos na construção de sistemas de saúde resilientes, facilitar a transformação digital e reforçar a governança democrática, entre outros.

A América Latina e o Caribe foram especialmente atingidos pela pandemia de Covid-19, sofrendo mais de 40% das mortes relatadas globalmente e vendo milhões de pessoas serem empurradas de volta à pobreza. Os Estados Unidos responderam decisivamente à pandemia, doando mais de 71 milhões de doses de vacinas na região e estão trabalhando com parceiros hemisféricos para garantir que uma melhor preparação para a próxima emergência de saúde. Na Cúpula das Américas do ano passado, a Casa Branca e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) anunciaram conjuntamente o *“Americas Health Corps”*, iniciativa que visa fornecer treinamento básico e especializado a 500.000 profissionais de saúde pública, ciências da saúde e médicos em todas as Américas nos próximos cinco anos. No primeiro ano do Americas Health Corps, a Casa Branca informou que os Estados Unidos apoiaram o treinamento de quase 120.000 profissionais de saúde em 22 países da América Latina e do Caribe, ficando então mais próximos do compromisso de construir sistemas de saúde mais fortes e resilientes no hemisfério, começando pelos profissionais de saúde.

Parceria EUA-Caribe para Enfrentar a Crise Climática 2030 (PACC 2030)

A vice-presidente Harris liderou a implementação da PACC 2030 pelo governo para enfrentar os desafios climáticos e energéticos únicos enfrentados pelas nações caribenhas. Este mês, a Vice-Presidente visitou as Bahamas e anunciou uma série de novas atividades que abordam a segurança e o tráfico de armas de fogo e a necessidade de uma presença diplomática reforçada no Caribe oriental. Esses anúncios incluem mais de US\$ 100 milhões em nova assistência para a região.

Ação de Segurança Alimentar

A Administradora da USAID realizou um evento de segurança alimentar no ano passado em Los Angeles como parte da Cúpula das Américas, onde anunciou US\$ 331 milhões em financiamento para a região. Desde a Cúpula, a USAID enviou mais de US\$ 159 milhões à região em apoio à assistência à segurança alimentar, que ajudará a amenizar futuros choques nos sistemas alimentares globais após a guerra da Ucrânia.

Investimentos na Sociedade Civil

A IAF está no caminho certo para cumprir o compromisso que assumiu em Los Angeles de investir aproximadamente US\$ 75 milhões em três anos em 300 organizações locais lideradas pela comunidade para capacitar organizações da sociedade civil local, incluindo populações sub-representadas e carentes. No primeiro ano, a IAF já canalizou US\$ 26,1 milhões em novos financiamentos para 145 organizações, avançando nas prioridades das populações carentes para promover a prosperidade inclusiva, construir paz e segurança e responsabilizar seus governos pela capacidade de resposta e transparência por meio do engajamento cívico. Esse investimento beneficiou mais de 3,8 milhões de membros da comunidade, prestou assistência técnica a 10.720 micro e pequenas empresas, formou ou fortaleceu 5.730 parcerias estratégicas entre instituições locais e alavancou o financiamento local para 1.250 organizações de base.

Compromissos do Grupo de Revisão da Implementação da Cúpula

Em Los Angeles, os líderes das Américas se comprometeram a trabalhar juntos para abordar questões urgentes enfrentadas por nossa região: saúde e resiliência, transformação digital, energia limpa, sustentabilidade ambiental e governança democrática. Como anfitrião do evento e presidente do Grupo de Revisão da Implementação da Cúpula, os Estados Unidos trabalharam com esses governos para transformar planos em ações e cumprir a promessa do presidente de construir um futuro sustentável, resiliente e equitativo para as Américas. Desde Los Angeles, os Estados Unidos convocaram dez reuniões de grupos técnicos *ad hoc* para implementar os compromissos compartilhados da cúpula, com centenas de especialistas de mais de 25 países, incluindo jovens, o setor privado e as partes interessadas da sociedade civil.

===

O artigo do [New York Times "The Moral Crisis of America's Doctors"](#) de Abigail Zuger explora os desafios que os médicos enfrentam no sistema de saúde dos Estados Unidos. O artigo argumenta que a corporativização da saúde levou a uma situação em que os médicos são muitas vezes forçados a tomar decisões que não são do melhor interesse de seus pacientes.

O artigo cita uma série de estudos que mostram que os médicos estão cada vez mais se sentindo pressionados a solicitar exames e procedimentos desnecessários, a dar alta aos pacientes do hospital o mais rápido possível e a evitar tratar pacientes sem seguro. O artigo também discute os altos níveis de "burnout entre os médicos, que podem levar a erros e diminuição da qualidade da assistência.

O artigo conclui argumentando que a crise moral dos médicos americanos é resultado dos problemas maiores com o sistema de saúde dos EUA. O artigo pede um sistema que coloque os pacientes em primeiro lugar e que permita que os médicos exerçam a medicina sem medo de repercussões financeiras ou legais.

Aqui estão alguns dos principais pontos do artigo:

- A corporativização dos cuidados de saúde levou a uma situação em que os médicos são muitas vezes forçados a tomar decisões que não são do melhor interesse dos seus pacientes.
- Os médicos estão cada vez mais pressionados a solicitar exames e procedimentos desnecessários, a dar alta aos pacientes do hospital o mais rápido possível e a evitar tratar pacientes sem seguro ou sem seguro.
- Os altos níveis de burnout entre os médicos podem levar a erros e diminuição da qualidade do atendimento.
- A crise moral dos médicos americanos é resultado dos problemas maiores com o sistema de saúde dos EUA.
- É necessário um sistema que coloque os pacientes em primeiro lugar e que permita que os médicos exerçam a medicina sem medo de repercussões financeiras ou legais.

O artigo é uma acusação poderosa sobre o estado atual da saúde dos EUA. É uma leitura obrigatória para quem se preocupa com o futuro da medicina nos Estados Unidos.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós-Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup – Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutoranda em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, graduada em Direito e em Comércio Exterior, especialista em Gestão de Organizações de C&T e mestre em Direito Internacional – UERJ

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI 170

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados; 10 até o momento em 2023 e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2023

28 de junho – *Quo vadis, Covid-19 e outras emergências?*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 04/2023

Período de 6 a 19 de junho de 2023

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

197 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.